

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Guilherme Abizaid David

Intelectuais e crise: a crise da democracia brasileira à luz de Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé (2014-2018)

Juiz de Fora

2026

Guilherme Abizaid David

Intelectuais e crise: a crise da democracia brasileira à luz de Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé (2014-2018)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, Cultura e Usos do Passado.

Orientador: Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

David, Guilherme Abizaid.

Intelectuais e crise : a crise da democracia brasileira à luz de Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé (2014-2018) / Guilherme Abizaid David. -- 2026.

224 p. : il.

Orientador: Odilon Caldeira Neto

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2026.

1. Direitas Brasileiras. 2. Antipetismo. 3. Crise da Democracia. I. Neto, Odilon Caldeira, orient. II. Título.

Guilherme Abizaid David

Intelectuais e crise: a crise da democracia brasileira à luz de Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé (2014-2018)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, Cultura e Usos do Passado.

Aprovado em 26 de março de 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta
Universidade Federal de Minas Gerais

Ao Antônio, a quem espero poder
explicar um pouco do mundo ao longo
dessa vida.

AGRADECIMENTOS

A seção de “agradecimentos” de trabalhos acadêmicos é uma parte que sempre me desperta interesse. A pesquisa científica é um trabalho sério, difícil, muitas vezes solitário e não me parece ter muitos espaços para as romantizações. No entanto, em tempos de inteligências artificiais louvadas não como ferramentas, mas práticas de pensamento, vejo nessa seção a parte que ainda nos diferencia: pesquisas científicas são, fundamentalmente, humanas.

Agradeço à Deus, mas fundamentalmente, quero agradecer aos meus pais. Mais do que qualquer um, Jamyr e Lilian foram meus maiores apoiadores. Fãs incontestáveis do meu trabalho, me parabenizavam a qualquer micro conquista, isso desde o dia que eu compartilhei que a primeira página do trabalho havia sido escrita. Meus pais possuem uma crença muito grande na educação e sempre buscaram incentivar o caminho do ensino superior. Quando tudo parece impossível de ser feito, eles me tranquilizam. Acreditam mais em mim do que eu próprio. Eles são patrocinadores não só financeiros, mas emocionais dessa pesquisa. Sem vocês, pai e mãe, este trabalho não seria possível!

Não posso também deixar de agradecer a meu irmão e minha cunhada, Gabriel e Tássia. Referências de dedicação aos estudos, ambos também me apoiaram muito nessa jornada. Foram capazes também de oferecer o meu maior presente, e a quem dedico essa dissertação: o meu afilhado e sobrinho Antônio! A ele, também agradeço. Tenho até dificuldades de expressar os agradecimentos a um bebê de 1 ano, mas que com tão pouco, faz tanto. Sorrisos, colo, bagunças e brincadeiras que me dão força para a vida!

Nesses 26 anos de vida, tive a sorte de ser rodeado por minhas famílias. Cresci vendo aos jogos do Botafogo com tios e primos por parte de pai, que me ensinaram o companheirismo, a amizade e a fé de que, mesmo quando tudo parece colapsar, há esperança – mesmo com um jogador expulso com menos de um minuto em uma final. Assim como a possibilidade de uma vitória cantada ser, na realidade, um presságio para que as coisas nunca são tão fáceis: o botafoguismo te deixa mais “tarimbado” para a vida e foi bom demais aprender isso com eles. Não deixo de fora minhas tias e primas. Algumas professoras, outras vinculadas ao serviço público, também sempre me trataram com muita ternura, seja me recebendo em suas casas, seja me levando ao cinema. O amor recebido por todos foi base para me tornar uma pessoa melhor.

Por parte de mãe, também tenho a sorte de ter uma família grudada. Sejam em viagens entupindo um apartamento em Cabo Frio, seja em almoços de domingo, minha família materna também adora se reunir. Com meus tios, aprendo não só piadas, mas também como a discordância é um incentivo para ler mais, estudar mais e debater melhor. Com meus primos e primas, uma parceria e uma grande sorte e distinção: ser o primo exatamente do meio, que me permitiu brincar e crescer com os mais velhos e os mais novos, me aproximando dos dois trios. Com minhas tias, amor, muitas risadas e muito carinho! Amo muito vocês, família Abizaid e família David!

Evidente que não ficam de fora os meus avós. Waldyr e Marlene, Jamyr e Emma (a única ainda neste plano) são referências em muitos aspectos para mim. Vó Emma, que me ensinou suas receitas árabes, me recebe sempre em sua casa com um sorriso, uma história e sempre compreende algumas ausências de almoços semanais por motivos de estudo. Não tive a chance de conhecer meu avô Jamyr, mas em muito vivo alguns dos princípios que cresci escutando, principalmente em sua vocação para servir o outro. Minha avó Marlene partiu no fim do primeiro ano em que essa dissertação estava sendo escrita. Quando a palavra já quase não vinha, um sorriso sereno bastava para nos comunicarmos. Meu avô Waldyr partiu cedo demais, mas dele herdei muito, como a paixão pela poesia, pela arte e pela literatura.

Uma série de outras pessoas muito importantes também fizeram parte desse processo. Não posso deixar de agradecer a Mariângela, que corrigiu este trabalho e me ajudou em outros momentos com uma série de conselhos a respeito do processo da escrita acadêmica. Também agradeço a todos os professores do departamento de História da UFJF, com destaque ao Prof. Dr. Fernando Perlatto, que participou da minha formação na graduação e contribuiu com ótimos apontamentos na banca de qualificação.

Agradeço também ao Prof. Dr. Jorge Chaloub, uma grande referência enquanto pesquisador e que me ajudou muito ao longo deste trabalho. Seja a partir dos diálogos ou das indicações bibliográficas, o professor sempre mostrou uma disponibilidade impar para ajudar. Agradeço por topar participar tanto da qualificação, quanto da banca de defesa. Também agradeço ao Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, pelo aceite em participar da banca de defesa, além de ser também uma importante referência dentro deste trabalho a partir de suas contribuições no campo da História do Tempo Presente no Brasil.

Há também um agradecimento especial ao meu orientador, o Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto. Já são alguns anos trabalhando juntos em uma parceria firmada no respeito e na ética profissional. O professor é um orientador de alto nível, exigente, mas no sentido

que nos leva ao aperfeiçoamento. Agradeço a paciência com um orientando que aparecia com 500 ideias novas por semana – mas sempre ganhava uma indicação de leitura.

Aos meus amigos, agradeço por compreenderem as ausências mais frequentes do que eu gostaria. Léo, Lara, Luiz, Abrita, Bê, Carol, Rodrigo, Meurer, Paulo, Samu, Rica, Barros, Gui, Marina, Flávia, Louie e Luísa são algumas das pessoas mais importantes, com quem posso conversar sobre qualquer bobeira, a qualquer momento e foram decisivos nos momentos de lazer nesses últimos dois anos. Amo muito todos vocês.

Também não poderia deixar de agradecer aos amigos do PPGH, como a Alina Nunes. Alina veio do Sul e certamente se transformou também em uma referência para mim enquanto pesquisadora. Obrigado pelas correções, conselhos, conversas e amizade ao longo desses últimos dois anos. Também agradeço muito a Júlia, minha parceira desde a graduação. Fizemos praticamente todos os trabalhos da faculdade juntos, mas ela entrou na pós um ano antes de mim – o que fez com que ela me ajudasse demais em inúmeros processos. A Júlia é daquelas pessoas que eu posso ficar meses sem encontrar, mas não importa: o papo vai ser como se tivéssemos nos visto ontem! Muitos desabafos, piadas e conversas sobre o futuro com essa outra enorme pesquisadora, que também é uma grande referência.

Há também os amigos que pesquisam as direitas no LAHPS. Muitos STs, grupos de estudo, palestras e conversas que auxiliam na compreensão de um vasto e complexo campo de estudos. Obrigado a cada um que esteve nessa jornada pelos auxílios e trocas correntes!

À Universidade Federal de Juiz de Fora, minha eterna casa. Quantas oportunidades tive, quantos projetos participei e quantas alegrias vivi aqui. Sonho em um dia retornar em outras funções. Agradeço também a CAPES, que financiou essa pesquisa.

Por fim, agradeço a Livia. Minha namorada, minha melhor amiga e minha fã. Meu refúgio quando mais preciso, o sorriso que mais gosto de ver e que *“Tem os olhos cheios de esperança/ de uma cor que mais ninguém possui”*. As palavras são poucas para o tanto que sinto. Obrigado, simplesmente, por ser você.

“Debruçado no amanhã suporto o hoje.
Esperança: ato dialético por excelência” (Mendes, 1972, p.137).

RESUMO

Nos últimos anos, a política brasileira passou por uma série de transformações, como a ascensão e a centralidade da ultradireita no debate político. Diante disso, a pesquisa pretende analisar como Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé, intelectuais ligados às direitas, analisaram o processo a partir de suas colunas de jornal na Folha de São Paulo (FSP), ao longo dos anos de 2014 a 2018. Ambos contribuíram para pautas que foram incorporadas ao bolsonarismo, mas não apoiaram abertamente o candidato. Reinaldo Azevedo criou léxicos que foram fundamentais na formação do antipetismo e Luiz Felipe Pondé se estabeleceu como um grande crítico ao discurso “politicamente correto”. Dessa forma, pretende-se observar de que maneira as direitas disputaram o espaço político não só com o Partido dos Trabalhadores, mas também entre si. Ao analisar essas nuances, pretende-se compreender como setores da própria direita lidaram não só com a ultradireita, mas também com a radicalização de agendas e atores do campo.

Palavras-Chave: Direitas Brasileiras; Antipetismo; Crise da Democracia; Reinaldo Azevedo; Luiz Felipe Pondé.

ABSTRACT

In recent years, Brazilian politics has undergone a series of transformations, such as the rise and centrality of the far right in political debate. In light of this, the research aims to analyze how Reinaldo Azevedo and Luiz Felipe Pondé, intellectuals linked to the right wing, analyzed the process from their newspaper columns in *Folha de São Paulo*. Both contributed to agendas that were incorporated into Bolsonarism, but did not openly support the candidate. Reinaldo Azevedo created lexical items that were fundamental in the formation of anti-PT sentiment, and Luiz Felipe Pondé established himself as a major critic of “politically correct” discourse. Thus, we intend to observe how the right wing competed for political space not only with the Workers' Party, but also among themselves. By analyzing these nuances, we aim to understand how sectors of the right wing itself dealt not only with the far right, but also with the radicalization of agendas and actors in the field.

Keywords: Brazilian Right-Wing; Anti-PT Sentiment; Crisis of Democracy; Reinaldo Azevedo; Luiz Felipe Pondé.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Imagem 1: Faixa com a palavra criada por RA ao fundo na manifestação de 16/08/2015. Eduardo Knapp/FolhaPress	91
Imagem 2: Foto de Poletti, Bruno Nogueira/Folhapress na manifestação de março de 2016	101
Imagem 3: Imagem utilizada por LFP em sua coluna "A direita não acredita em ideias e acha que intelectual é animador de festa"	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Central Única dos Trabalhadores	CUT
Centro Popular de Cultura	CPC
Comissão Nacional da Verdade	CNV
Comunidades Eclesiais de Base	CEBs
Estados Unidos da América	EUA
Fernando Henrique Cardoso	FHC
Folha de São Paulo	FSP
História do Tempo Presente	HTP
Luiz Felipe Pondé	LFP
Movimento Brasil Livre	MBL
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	MST
Movimento dos Trabalhadores sem Teto	MTST
Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB
Partido de Reedificação da Ordem Nacional	PRONA
Partido Democrático Trabalhista	PDT
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB
Partido dos Trabalhadores	PT
Partido Frente Liberal	PFL
Partido Liberal	PL
Partido Progressista	PP
Partido Social Liberal	PSL
Partido Socialismo e Liberdade	PSOL
Plano Nacional de Educação	PNE
Reinaldo Azevedo	RA
Supremo Tribunal Federal	STF
Tribunal Superior Eleitoral	TSE
União Democrática Nacional	UDN
União Nacional dos Estudantes	UNE
Universidade de São Paulo	USP

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	2014: ELEIÇÕES E DEMOCRACIA NO BRASIL.....	20
2.1	REINALDO AZEVEDO E LUIZ FELIPE PONDÉ: UMA BREVE APRESENTAÇÃO	20
2.2	CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL	32
2.3	2014: ENTRE O FIM DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A REELEIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF	37
3	2015 E 2016: A EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES E A CRISE DO PETISMO	70
3.1	15 DE MARÇO: A PRIMEIRA GRANDE MANIFESTAÇÃO	71
3.2	AS NOVAS DIREITAS	84
3.3	ENTRE O <i>IMPEACHMENT</i> E A OPERAÇÃO LAVA JATO	96
4	2017 e 2018: AS DISPUTAS NAS DIREITAS E A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO.....	120
4.1	DISPUTAS NAS DIREITAS DURANTE O GOVERNO TEMER.....	121
4.2	A PRISÃO DE LULA E O CRESCIMENTO DE BOLSONARO.....	152
4.3	A ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO	173
5	Considerações finais	201
	Fontes.....	207
	Referências bibliográficas.....	214

1 INTRODUÇÃO

Em *Apologia da História*, Marc Bloch (2001) afirma que os historiadores possuíam um problema: buscar um mito da origem o qual seria uma tendência de busca por um fato fundador ou então um momento específico que determinasse o início daquela questão histórica que estaria sendo debatida. A percepção de que há uma erosão dos sistemas democráticos do mundo é realçada por pesquisadores, jornalistas, escritores e tornou-se um tema de interesse tanto da opinião pública quanto do espaço acadêmico ao longo da última década.

A ascensão da ultradireita¹, o aumento de abstenções eleitorais, a circulação de discursos antidemocráticos são alguns dos pontos fulcrais do que se convencionou chamar de “crises das democracias-liberais”. As leituras sobre esse processo se dão de maneira distinta por seus observadores mais atentos. O debate não é diferente no Brasil. Leonardo Avritzer (2019), Marcos Nobre (2022), Jairo Nicolau (2020) e Fernando Limongi (2023) são alguns dos exemplos que dialogam sobre a democracia brasileira na última década.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa é compreender como a ultradireita chegou ao poder e como a direita moderada² participa desse processo em que se marca o auge da crise democrática no país. Nesse sentido, o foco será em dois intelectuais³ que se destacaram na esfera pública nas últimas décadas: Reinaldo Azevedo (RA) e Luiz Felipe Pondé (LFP) – ambos ligados ao liberal-conservadorismo. A partir das colunas de ambos os autores no jornal Folha de São Paulo, o trabalho busca analisar o processo de erosão democrática brasileira, a emergência das novas direitas e a radicalização e o

¹ De acordo com Cas Mudde (2020), a ultradireita é um conceito guarda-chuva que engloba tanto a direita radical quanto a extrema direita. A direita radical se trata daqueles partidos que possuem três características chave: o autoritarismo, o populismo e o nativismo. Além disso, aceitam jogar dentro das regras do jogo democrático, mas, quando assumem o poder, possuem capacidade de erodir a democracia. Já a extrema direita se trata daqueles que possuem um caráter “antissistema”, tomando posições contra a democracia liberal, frequentemente combinando autoritarismo, nacionalismo e exclusão das minorias, além de fazer parte de sua essência serem antidemocráticos.

² Entende-se aqui a concepção clássica entre direita e esquerda no modelo de Norberto Bobbio (1991), partindo da ideia de que ambas se diferenciam de acordo com as desigualdades no mundo. Enquanto as esquerdas não toleram a desigualdade e lutam para seu fim, as direitas compreendem que se trata de algo natural das sociedades, não sendo possível acabar com elas.

³ A definição enquanto intelectual se baseia no trabalho de J. F. Sirinelli (1996), em que o autor afirma ser necessária certa flexibilidade na definição dos intelectuais, tendo em vista seus diversos aspectos. Assim, eles poderiam ter um caráter amplo e sociocultural (como jornalistas, escritores, professores universitários etc.) ou de maior engajamento, participando ativamente da vida nas cidades.

bolsonarismo, no período de 2014 a 2018. Ao lançar o olhar sobre esses intelectuais, observa-se que produziram pautas que foram partilhadas com Jair Bolsonaro, ainda que existam movimentos de distanciamento quando apareceu como uma opção viável na eleição de 2018.

A presente pesquisa, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH-UFJF), é fruto de diversas motivações, seja no sentido pessoal, seja de inspiração historiográfica. Acredita-se que ambas se influenciam e retroalimentam cotidianamente. Desde o início da graduação em História, uma frase foi recorrentemente ouvida: “Boa sorte em explicar esse mundo no futuro”.

A ampla quantidade de eventos políticos de grande magnitude que permearam o Brasil no pós-2013 desencadeou o interesse em fazer uma pesquisa que pudesse versar sobre esse período histórico que, mesmo recente, possui uma série de camadas intrigantes. O trabalho se insere no campo da História do Tempo Presente (HTP), que se popularizou⁴ nos últimos anos na historiografia. Entende-se que a razão do aumento desse número de trabalhos que buscam compreender o período passa pelo desejo e por uma cobrança da sociedade aos os historiadores a respeito do contexto político – como é apontado por Rene Remond (2003). Parte desses eventos políticos da última década brasileira passam também por uma maior disputa no campo político – a tal chamada “polarização” – que pode ser compreendida a partir de uma radicalização da disputa.

Nesse sentido, o trabalho também se insere no campo da História Política Renovada, que muito dialoga com o Tempo Presente. Jean Sirinelli (2003) abordava justamente que o “pequeno mundo estreito” dos intelectuais envolve sua participação e abordagem política. A percepção cotidiana de Azevedo e Pondé também destacam essa possibilidade de uma análise do cenário político a partir de suas transformações rápidas, fruto de uma aceleração do tempo – dinâmica que também se relaciona com a contemporaneidade (Rosa, 2019).

⁴ A História do Tempo Presente ganhou força no mundo a partir da criação do Instituto de História Presente (IHTP), na França, durante a década de 1970, sendo a casa para uma série de historiadores renomados, como René Remond e Henry Rousso. No Brasil, uma série de laboratórios e grupos de estudos foram criados ao longo dos últimos anos, como o LABTEMPO, na Universidade Estadual de Maringá (PR), o Observatório do Tempo Presente, na Universidade Federal Fluminense (UFF), e o GETEMPO, vinculado à Universidade Federal do Sergipe (UFS), além do Laboratório de História do Tempo Presente, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante o último Simpósio Nacional de História, foi criado também um Grupo de Trabalho de História do Tempo Presente.

Um desafio da pesquisa que envolve tanto a HTP quanto a História Política diz respeito ao enorme corpus documental disponível para análise. Diante de um mar de fontes, é preciso muita organização para que a “síndrome do mineiro”⁵, como apontado por Sirinelli (2003), não seja uma ameaça para o trabalho diante dessa abundância de documentos, ainda que trabalhar com intelectuais exija um trabalho “papívoro”⁶ (Sirinelli, 2003).

Nesse sentido, deve-se destacar a importância de determinadas ferramentas para analisar, organizar e encadear as fontes. Ao longo da pesquisa, foi elaborado um banco de dados em uma planilha do *Google Sheets*, reunindo as colunas e destacando sua data, título, argumentos, tema central e autores citados pelos intelectuais enquanto referências. O banco serviu para que, a partir do recorte temporal da pesquisa, o processo de historicização ficasse mais claro, de maneira que foi escolhida uma abordagem cronológica para estruturar o texto.

O uso de práticas da História Digital (Brasil; Nascimento, 2020; Almeida, 2011) foi sendo adquirido a partir de pesquisas de Iniciação Científica sobre grupos de extrema direita. Esta dissertação é uma continuação de quatro anos de pesquisas acerca do tema, um aprofundamento resultante da experiência como pesquisador, bem como uma preocupação pessoal em compreender a ascensão da extrema direita no mundo como um todo, sobretudo no Brasil, preocupação esta que se acentua com a eleição de Bolsonaro em 2018. Há também um amadurecimento e evolução das práticas, proporcionado pela possibilidade do programa de Mobilidade Estudantil da UFJF. Durante esse intercâmbio, na Universidade de Évora (Portugal), foram estabelecidos redes e contatos com pesquisadores do campo, além de aprimorar as habilidades em softwares de montagem de bases de dados.

A respeito da escolha de trabalhar com os intelectuais, a motivação parte da graduação, a partir das disciplinas de História do Brasil República I e II, quando houve um maior contato com a história de intelectuais brasileiros. A temática sempre gerou curiosidade pelo perfil de sofisticação de muitos desses pensadores. No entanto, enquanto se viviam os complexos anos da política brasileira, percebeu-se um crescimento de um

⁵ Sirinelli (2001, p. 245) cita Alexis de Tocqueville “Eu era como o mineirador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado: estava esmagado sob o peso de minhas notas e não sabia mais como sair dali com meu tesouro”.

⁶ O historiador faz uma anedota para demonstrar que pesquisadores que trabalham com História Intelectual precisam ter uma grande disposição para realizar um grande número de leituras. Assim, alguém que estivesse rodeado de muitos papéis, livros e documentos seria um historiador “papívoro”.

novo tipo de intelectual que atua de maneira ultramidiática e relaciona-se com as redes sociais de maneira íntima.

A escolha por Reinaldo Azevedo se justifica por, além de sua grande incidência nos principais meios de comunicação, ter contribuído para uma agenda política e, hoje, transitar em meios midiáticos diversificados. Também foi levado em conta o fato de ser um dos mais destacados formadores de opinião das direitas brasileiras, sendo legitimado diante de uma série de seguidores (Messenberg, 2017). Já a escolha por Luiz Felipe Pondé ampara-se por sua presença na academia e por compor um grupo mais acadêmico dos pensadores de direita no Brasil. Assim, a análise poderá compreender práticas intelectuais distintas: uma de um agente mais “militante” e outra de um agente mais “teórico”.

Esses intelectuais produziram muitas fontes que podem ser analisadas as quais, inclusive, determinam também a temporalidade do objeto. Nesse sentido, houve uma pequena alteração de curso entre o que foi inicialmente pensado no projeto de pesquisa e o que foi desenvolvido nesta dissertação. Em um primeiro momento, a pesquisa buscava fontes entre os anos de 2006 a 2018, por conta da importância que seria atribuída aos livros escritos pelos intelectuais⁷. No entanto, acabou sendo reduzido para 2014-2018: momento crucial do cenário político brasileiro da última década, com o foco voltando-se para o trabalho com as colunas de opinião. Essas, em certa medida, possuem análises que podem soar apressadas, ainda mais se comparadas com leituras mais acadêmicas dos processos históricos. Contar a história a partir delas é compreender não só a forma de atuação dos intelectuais, mas também como ela é recebida por seus leitores, que não necessariamente se interessam ou buscam por uma visão mais complexificada dos fatos políticos e da conjuntura do país e do mundo.

O campo de estudos dos intelectuais das direitas brasileiras cresceu ao longo dos últimos anos (Fernandes; Messenberg, 2018; Perlatto; Chaloub; Lima, 2018), dialogando com o contexto político brasileiro. Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé naturalmente são citados em trabalhos acadêmicos do tema (Alves Cepêda, 2018; Perlatto; Chaloub, 2015; Vieira, 2024; Rodrigues, 2016), tendo em vista sua relevância no debate público, circulando em meios proeminentes da imprensa brasileira – como a Folha de São Paulo. No entanto, não houve trabalho que explorasse especificamente os dois intelectuais, buscando nem mesmo observar essas aproximações e distanciamentos com o bolsonarismo, tampouco entre eles. Isso demonstra um viés original desta pesquisa, já

⁷ A título de exemplo, *O País dos Petralhas*, primeira grande obra de Reinaldo Azevedo, foi publicado em 2006.

que a relação entre os dois intelectuais possibilita compreender as semelhanças e as diferenças entre atores que ocupam um campo intelectual e político parecido, sejam de tomadas de posição, linguagens empregadas, retóricas ou argumentações a respeito de determinados temas. Destaca-se que, mesmo possuindo diferenças no estilo da escrita e da atuação, Pondé e Azevedo reproduzem, por exemplo, continuidades de uma agenda anticomunista em determinados momentos, além de um *tom* polemista em suas opiniões, semelhantes a Paulo Francis.

As pesquisas envolvendo os objetos aqui analisados versam sobre uma variedade de problemáticas, desde sua atuação na imprensa até palavras por eles criadas. Por exemplo, Julius Daltoé (2017) produziu uma dissertação sobre a atuação de Reinaldo Azevedo em seu blog da Veja, a partir da metodologia da Análise do Discurso. A investigação de Daltoé se situa entre 2009-2013, compreendendo como RA se constitui como uma das principais vozes do anticomunismo sob a forma do antipetismo na mídia brasileira. O trabalho consta com uma importante seção em que o autor trabalha a metodologia utilizada para raspagem e mineração de dados a partir das colunas do blog, além de tratar um período pregresso à presente dissertação. Assim, pode-se dizer que, complementadas, permitem oferecer uma análise de mais longa duração a produção de RA.

O trabalho de Daltoé foca em textos que estavam, principalmente, publicados *on-line*, diferentemente desta dissertação, que conta com fontes que circularam também na versão impressa da FSP. Um trabalho que busca compreender e comparar intelectuais distintos, e que também auxiliou na produção desta pesquisa, foi a tese de Allana Vieira (2021). A autora traça uma estrutura de um “mercado de opiniões” a partir de intelectuais de esquerda e de direita e as posições adotadas por eles em momentos-chaves da política brasileira: o *impeachment* de Dilma Rousseff e a eleição de Bolsonaro. Vieira (2021) destaca o aspecto polemista de intelectuais como Azevedo e Pondé, inseridos como parte de um mesmo grupo de intelectuais ultramidiáticos de direita.

A pesquisadora ainda ressalta que boa parte dos trabalhos a respeito dos intelectuais de direita são focados em uma sistematização das ideias-chave desses colonistas, não se debruçando em propriedades e posições sociais desses autores, aspectos determinantes para compreender suas tomadas de posição. De fato, tal percepção é fundamental para entender de onde falam os intelectuais e a sua pesquisa auxilia a traçar esse perfil de Pondé e Azevedo.

Já a presente dissertação foca em um aspecto “internalista” das colunas – isto é, os conteúdos, argumentações e linguagens ali produzidas, no calor do momento da crise política brasileira, não em um aspecto “externalista”, buscando-se observar quais as redes construídas pelos objetos nos meios intelectuais.

Lidiane Rodrigues (2016), Debora Messenberg (2017), Fernando Perlatto e Jorge Chaloub (2016) e Dmitri Cerboncini e Allana Vieira (2021) produziram artigos relevantes que auxiliaram também na construção do texto, listando relações, ideias-chaves e retóricas construídas e utilizadas por esses intelectuais. O recente trabalho de Bianchi e Kayzel (2025) destaca o bolsonarismo enquanto uma coalizão discursiva de ultradireita (tema trabalhado com mais profundidade no terceiro capítulo) e entende-se que essa categorização e metodologia auxiliam a produção da dissertação, além de permitirem uma originalidade da pesquisa.

A partir dessa leitura, observa-se como, ao longo da crise política brasileira, LFP e RA produziram discursos que permearam a construção do bolsonarismo enquanto um amplo conjunto de retóricas utilizadas pelas candidaturas de ultradireita na eleição de 2018. Tais agendas não surgiram apenas naquele ano – ainda que contem com uma relevância possivelmente inédita. A pesquisa, por trazer colunas de opinião ao longo de quatro anos antes das eleições, permite observar, de maneira atenta, um relato com grande continuidade das fontes e a fomentação de retóricas que vão sendo incorporadas nas agendas de ultradireita. Não se trata de apontar Pondé e Azevedo como responsáveis diretos do bolsonarismo ou da ascensão da ultradireita no país, mas compreender que ambos fazem parte de um processo complexo que acaba por viabilizar tais fenômenos, o que não significa que ambos não tivessem movimentos de distanciamentos do bolsonarismo.

No caso de Azevedo, a percepção de um distanciamento é mais evidente, tendo em vista que o intelectual produziu uma crítica contundente à Operação Lava Jato desde 2015. Em pesquisas que observam o crescimento e a formatação das Novas Direitas (Rocha, 2019), o papel de Azevedo é observado a partir das palavras por ele criadas na fomentação do antipetismo; o de Pondé, por sua contribuição no tipo de agenda “politicamente incorreta”. Entretanto, analisar as disputas dentro desses campos se faz importante para uma leitura mais ampla do processo de erosão democrática e ascensão da ultradireita, que passa também por uma radicalização de atores que antes eram ligados a setores moderados das direitas. Isso porque os que não se radicalizaram poderiam ser relegados à irrelevância ou até vistos como atores associados às esquerdas.

Dessa forma, no segundo capítulo - *2014: Eleições e democracia no Brasil* -, além de apresentar os autores e suas trajetórias, a análise lança luz para o princípio do que se compreende enquanto crise da democracia brasileira, com a reeleição de Dilma Rousseff, à época contestada por seu adversário Aécio Neves, além do início de manifestações de caráter antissistêmico, com pedidos para intervenção militar. Posteriormente, as manifestações se expandiram e passaram a ter como foco pedidos de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, espaço onde se mobilizam e passam a se organizar cada vez mais grupos das novas direitas. Nesse capítulo, também se optou por destacar os desdobramentos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a forma que os autores trataram o tema – tendo em vista que se tratou de um processo amplamente disputado na esfera pública, também com a participação de setores da extrema direita, com destaque para negacionistas e defensores da ditadura militar.

No terceiro capítulo, *2015 e 2016: A emergência de novos atores e a crise do petismo*, o foco incide na emergência desses grupos que se articularam em torno de pautas liberais-conservadoras, constantemente se manifestando contra os governos petistas, através da bandeira do *impeachment*. Em um primeiro momento, a análise foca na primeira grande manifestação – de 15/03/2015, posteriormente observando a forma que os intelectuais tratam os grupos das novas direitas, destacando uma polarização na disputa política brasileira entre petistas e antipetistas.

O processo do *impeachment* e os avanços da Lava Jato também são destacados por auxiliar a compreender o fio condutor do quarto capítulo (*2017 e 2018: As disputas nas direitas e a ascensão do bolsonarismo*): as eleições presidenciais de 2018. O capítulo traz a reflexão a respeito do distanciamento de Azevedo do campo das direitas brasileiras, marcado por brigas públicas com outros jornalistas e uma busca de se definir agora enquanto “o verdadeiro liberal brasileiro”, não mais necessariamente como um “liberal-conservador”. As colunas analisadas também refletem acerca do crescimento de uma alternativa de extrema direita – tema abordado por ambos em 2017 – e com maior incidência em 2018, ano que marca também a prisão de Lula, que liderava as intenções de voto naquele ano.

A análise pretende, portanto, compreender como setores da direita brasileira, inseridos na grande imprensa, interpretaram, sob chaves diversificadas – como, por exemplo, a da “Polarização” — o crescimento e a normalização de atores com interesses e trajetórias antidemocráticas e o processo de crise política brasileira. Além disso, o trabalho busca auxiliar no entendimento de um contexto importante da política brasileira,

mesmo sem querer buscar a raiz da crise de uma democracia tão complexa como a brasileira que caminha sob o risco de rupturas institucionais.

2 2014: ELEIÇÕES E DEMOCRACIA NO BRASIL

Neste capítulo, além de serem apresentados os intelectuais que se constituem como os objetos da pesquisa, procede-se a uma breve incursão no campo da crise da democracia brasileira de maneira que se situe temporalmente o texto, seguida da análise das fontes selecionadas do ano de 2014.

2.1 REINALDO AZEVEDO E LUIZ FELIPE PONDÉ: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Reinaldo Azevedo (RA) é natural de Dois Córregos, no interior do estado de São Paulo. Nascido em 1963, vindo de uma família humilde (Vieira, 2021), Azevedo formou-se em Letras, na Universidade de São Paulo (USP). Posteriormente, cursou Jornalismo, na Universidade Metodista de São Paulo. Aos 14 anos, começou a fazer parte do grupo Convergência Socialista⁸ e, enquanto universitário, participou do grupo “Liberdade e Luta”⁹ (Libelu), no contexto de combate à ditadura militar¹⁰. Posteriormente, distanciou-se da militância de esquerda¹¹ e na década de 1990 passou a se destacar nos meios de imprensa. Foi redator-chefe no *Diário do ABC* de 1991 a 1993 e posteriormente redator nas revistas *Bravo!* e *Primeira Leitura*, onde começou a estabelecer uma crítica mais acintosa ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Porém, foi a partir dos anos 2000 que Azevedo começou a hospedar seu blog no site da *Revista Veja* (2006), além de começar a escrever na revista impressa. Nesse

⁸ Entrevista para Rafinha Bastos (2020). A Convergência Socialista foi um grupo de esquerda, de orientação trotskista.

⁹ O “Liberdade e Luta” foi um dos maiores grupos estudantis na década de 1970 e de oposição à ditadura. Marcado fundamentalmente por estudantes universitários, tinha uma linha de atuação trotskista. Do grupo participaram uma série de intelectuais, jornalistas e até políticos de relevância nacional, como o economista Eduardo Giannetti, o jornalista Paulo Moreira Leite, o sociólogo Demétrio Magnoli e o médico, deputado e ex-ministro Antônio Palocci. Organizada, principalmente, na USP, a Libelu ficou marcada por estabelecer, como palavra de ordem, a expressão “Abaixo a ditadura!”.

¹⁰ LIBELU - Abaixo a Ditadura. Direção: Diógenes Muniz. São Paulo: Boulevard Filmes, 2020 (90 minutos). A participação de Reinaldo no grupo, durante o documentário, é contestada pelo escritor e músico Cadão Volpato.

¹¹ Inclusive, este distanciamento é um argumento utilizado por Reinaldo ao longo de sua trajetória como jornalista de opinião, apontando que passou por um processo de amadurecimento até se tornar liberal.

contexto, atingiu um patamar mais alto no campo da formação de opinião, tendo em vista a relevância que a *Veja* teve no período dos governos Lula e Dilma, marcada por ser um dos principais meios de imprensa da oposição. Reinaldo passa também a participar de programas de rádio e televisão, como seu programa na *Jovem Pan* “Os pingos nos is”. A emissora também foi marcada por ser um veículo de oposição aos governos petistas (Vieira, 2021), com uma série de programas e comentaristas políticos que teciam amplas críticas ao PT e seus políticos. O jornalista viria a rescindir seu contrato com a *Veja* apenas em 2017, quando teve conversas com a irmã do ex-senador Aécio Neves divulgadas pela “Operação Lava Jato”¹². Na mesma data, saiu da emissora de rádio e passou a hospedar seu blog no site da *RedeTV* e apresentar “O é da coisa”, na *Bandnews FM*.

A relação de Reinaldo Azevedo com a *Folha de São Paulo* é antiga, tendo sido redator-chefe da sucursal do jornal em Brasília (Vieira, 2021). Posteriormente, em 2013¹³, estreou uma coluna semanal às sextas feiras (a que será analisada nesta dissertação), que foi encerrada apenas em 2023¹⁴. Reinaldo Azevedo também teve destaque no mercado editorial, com obras como “Máximas de um país mínimo” (2009), “O país dos petralhas” (2008) e “Objecções de um Rottweiler Amoroso” (2014).

A dissertação engloba, portanto, o momento em que Reinaldo fazia parte de veículos que possuíam a crítica ao petismo como uma importante característica e sua saída destes. Compreender esse contexto é uma questão importante para analisar as colunas que ele escreveu ao longo dos últimos anos e também uma das questões que explica sua escolha: muito se questiona a coerência argumentativa de Azevedo que, de uma profunda relevância na nova direita brasileira ao estabelecer léxicos antipetistas, foi um grande crítico da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e também do bolsonarismo.

É importante destacar que Reinaldo Azevedo já concedeu uma série de entrevistas¹⁵ sobre essa “virada intelectual” nos últimos anos. Em 2023, em conversa com o historiador Marco Antônio Villa, disse que “se dava o direito de mudar de ideia”, desde que tivesse a honestidade de reconhecer isso em público. Não se pretende, nesta pesquisa,

¹² Azevedo, Reinaldo. MEU ÚLTIMO POST NA VEJA. Revista Veja, São Paulo, 25 mai. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/meu-ultimo-post-na-veja/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

¹³ FOLHA estreia novos colunistas em 'Poder'. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 de out. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/135432-folha-estreia-novos-colunistas-em-poder.shtml>. Acesso em: 02 jun. 2025

¹⁴ Azevedo, Reinaldo. Reacionários da 'devastidão' se assanham contra o STF; e a última coluna. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 de set. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2023/09/reacionarios-da-devastidao-se-assanham-contr-o-stf-e-a-ultima-coluna.shtml>. Acesso em: 02 jun. 2025.

¹⁵ Rafinha Bastos (2020) e Marco Antônio Villa (2023), por exemplo.

realizar um tipo de julgamento público a intelectuais das novas direitas. No entanto, por se tratar de um trabalho de História, compreender esse processo de mudança de posicionamento é interessante para analisar o perfil, a trajetória e a atuação de um importante personagem na esfera pública brasileira em um momento crucial da história da Nova República, quando uma eleição foi contestada, uma presidente sofreu um *impeachment*, um ex-presidente foi preso e um deputado de ultradireita do “baixo clero” foi eleito ao cargo máximo do Poder Executivo.

Luiz Felipe Pondé (LFP) é pernambucano. Nascido em Recife no ano de 1959, o filósofo veio de uma família de classe média alta (Vieira, 2021), tendo sido aluno do colégio Padre Antônio Vieira, da congregação jesuíta (Pondé, 2012). Filho de um pai médico, militar, católico e de uma mãe judia, funcionária do Ministério Público (Vieira, 2021), Pondé afirmou que cresceu em uma casa secular, interessando-se pelas religiões mais velho, quando adulto (Pondé, 2012). Ao se formar, decidiu ingressar na faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Não concluiu o curso e, quando abandonou, mudou-se para Israel, onde passou um tempo em um *Kibutz*¹⁶ onde conheceu sua esposa. Ele afirma que, apesar de ter sido um jovem sionista, foi o casamento com uma judia israelense que o colocou mais em contato com o cotidiano da religião (Pondé, 2007).

Durante o curso de Medicina, Pondé entrou em contato com os textos de Freud e Lacan (2012), o que o encaminhou para a Filosofia. Formou-se pela USP, em um momento em que dizia que “já não era capaz de ser de esquerda” (Pondé, 2012). Segundo consta em seu currículo Lattes, seguiu na mesma universidade para realizar seu mestrado e doutorado em Filosofia. Em seu doutorado estudou o filósofo Blaise Pascal (1663-1692), estabeleceu vínculos internacionais com universidades na França, Espanha e Alemanha, além de um pós-doutorado em Israel. No fim da década de 1990, começou a se firmar como professor de duas relevantes universidades privadas de São Paulo: a Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e o Centro Universitário Armando Álvares Penteado (FAAP).

Sua participação no debate público se dá, principalmente, por suas colunas na Folha de São Paulo, publicadas semanalmente desde 2008 (Dos Santos, 2025). Na coluna

¹⁶ Os kibutz são pequenas comunidades agrárias israelitas, com o propósito de unir jovens em torno de ideias que mesclam o sionismo e o socialismo. Foram um importante motor econômico na formação do Estado de Israel e tornaram-se parte integrante da identidade do país, inclusive reunindo voluntários do mundo inteiro (Berllinger, 2023).

do caderno Ilustríssima, seus textos tratam sobre política, cultura, religião e filosofia. Além disso, participa do programa “Linhas Cruzadas”, na TV Cultura. O filósofo também já publicou uma série de livros, como “A era do ressentimento” (2014), “Contra um mundo melhor” (2010), “Guia Politicamente Incorreto da Filosofia” (2012) e, junto com os filósofos Denis Rosenfield e João Pereira Coutinho, “Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua escolha pelo conservadorismo” (2012).

Observando as duas trajetórias, são notáveis as diferenças de atuação. Ainda que tenham uma idade parecida e escrevam na Folha de São Paulo, Azevedo se estabeleceu como um jornalista ao longo desses anos, com foco no comentário político e na opinião. Já Pondé é um professor e filósofo que faz o movimento da academia para a esfera pública. Essas diferenças, no entanto, não afastam deles um rótulo possível: Pondé e Azevedo atuam como intelectuais e formadores de opinião.

Os intelectuais são uma categoria à parte, dada a importância dessa “condição”. De um cômodo cheio de livros iluminado por uma luminária, com uma poltrona confortável e uma xícara com café até uma manifestação política lotada, a figura do intelectual circula em muitos ambientes e por vezes assume uma forma romantizada. Além disso, a categoria é objeto de disputa, pode conferir status, posições de poder e capitais diversos. A história dos intelectuais remonta ao fim do século XIX e início do XX, com centro no “Caso Dreyfus” (1894-1906), que se desenrolou na França.

François Dosse (2007)¹⁷ estabelece uma importante historicização da categoria do intelectual, que realmente se cristaliza a partir do Caso Dreyfus (1894-1906), ainda que a função intelectual já existisse antes desses eventos. Para Dosse, a atividade intelectual se insere em diversificadas temporalidades e consegue se transformar a partir dos diferentes regimes de historicidade (Dosse, 2007). Desde os homens de letras do Iluminismo, o historiador francês argumenta que o ambiente foi se tornando cada vez mais propício para o trabalho intelectual, com o aumento da circulação de informações e o crescimento do campo literário. Dessa forma, a figura vai se consolidando cada vez mais como produtores e mediadores culturais e, a partir de Dreyfus, agentes políticos.

De fato, a disputa para a definição do sentido do conceito intelectual passa por autores variados, como o filósofo italiano Antonio Gramsci (1982), Julien Brenda (2007), Edward Said (2005) e mais outros autores que buscam definir o que é essa função/categoria/conceito. Longe de exaurir o debate, ancoramo-nos na delimitação do

¹⁷ Dosse, François. *La Marche de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valencia: Universitat de Valencia, 2007.

historiador Jean-François Sirinelli (2001) que, destacando o caráter polissêmico e polimorfo da palavra, define os intelectuais a partir de duas formas primordiais:

uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de receptores da cultura. (Sirinelli, 2001, p. 242)

Entende-se que Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé se encaixam nessa definição e categoria a partir de alguns aspectos: ambos trabalham com o columnismo de opinião que envolve não somente o comentário político, mas também a crítica cultural como parte de suas colunas. No caso da figura de Pondé, essa imagem do intelectual pode parecer mais clara, por sua ocupação profissional e suas aparições na mídia enquanto pensador público. Porém, entende-se que Azevedo também cumpre o papel de intelectual, tendo em vista que, mesmo assumindo mais um papel de jornalista, busca elaborar certas mediações com seus leitores a partir de seus textos de opinião. O próprio Azevedo rejeita a figura do repórter, situando-se nesse papel opinativo do campo jornalístico (Vieira, 2021).

No entanto, é importante destacar que existe uma profunda diferença do contexto histórico em que a definição de Sirinelli foi pensada e a que os objetos da pesquisa se inserem. Além da afirmação de Dosse sobre a capacidade de adaptação intelectual, Enzo Traverso (2017) destaca esse processo de mudanças dos intelectuais ao longo da história. O historiador italiano aponta que, ao formarem um grupo social que estava inserido no mercado, puderam emancipar-se de patrocínios para viver da atividade intelectual no fim do século XIX.

Ainda que, segundo Traverso (2017), a palavra tenha se banalizado, os intelectuais permanecem no século XXI. No entanto, o autor pontua que, “com o desenvolvimento da indústria cultural e o surgimento da universidade de massa, o intelectual virou um trabalhador como os outros, sofreu um rebaixamento” (Traverso, 2017, p. 49). Essa percepção de “rebaixamento” evoca a ideia de que havia uma espécie de elitismo nos intelectuais do século XX. O autor tem uma percepção de que, após a queda do muro de Berlim e o fim do socialismo real, o perfil de intelectual crítico sofre uma crise de identidade.

Essas transformações do mercado abrem espaço para o perfil de intelectual midiático, termo utilizado para analisar Pondé e Azevedo. Esse perfil que está constantemente na mídia, participando de debates, utilizando-se das redes sociais e em

busca de diversificadas formas de capital, é diferente de uma figura clássica, como a de Sartre.

O sociólogo Pierre Bordieu (2013, 2020), uma das mais importantes referências no campo, estabelece importantes reflexões sobre os intelectuais, os acúmulos de capital cultural, econômico e simbólico. Bordieu foi uma influência para um dos mais relevantes autores sobre intelectuais brasileiros, Sérgio Miceli (2001). Em sua obra “Intelectuais à brasileira”, Miceli (2001) reúne uma série de obras que contam parte da história dos intelectuais no Brasil, passando por críticas e relações que estabelecem com o poder. Outro trabalho fundamental nessa área é a obra de Tatyana do Amaral Maia (2012), que oferece uma ampla análise de como intelectuais brasileiros atuaram no período da ditadura civil-militar.

Para complementar a definição de Sirinelli (2001), as lógicas bourdiebianas de acúmulo de capital simbólico e material podem ser ferramentas úteis. Ao perceber que necessitam de operar em lógicas mercadológicas, Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé circulam e atuam em grandes veículos de comunicação. Além disso, são legitimados por uma série de seguidores em redes sociais, que é um fato importante para definir a sua popularidade. Nesse aspecto, Vieira (2024) estabelece uma interessante definição do estilo “intelectual polemista”, posição em que a autora, inclusive, enquadra Pondé e Azevedo. Em seu argumento, a pesquisadora estabelece Paulo Francis como o “primeiro dos intelectuais polemistas”, podendo ambos ser, em parte, caracterizados como herdeiros desse estilo.

Nesse aspecto, vale destacar que a idade parecida de Pondé e Azevedo, além de estarem em meios parecidos (escrevem no mesmo jornal, já participaram de programas de televisão juntos), permite compreendê-los como parte de uma mesma geração, o “pequeno mundo estreito” trazido por Sirinelli (2001). Além disso, ambos já se declararam leitores de Francis e de Nelson Rodrigues, outro intelectual com estilos polemistas.

Este é um dos motivos que, inclusive, justifica a escolha por eles nesta pesquisa. Por fazerem parte de uma mesma geração que engloba outros autores como Diogo Mainardi, Denis Rosenfield, Marco Antônio Villa, Augusto Nunes e outros (Vieira, 2021; Perlatto; Chaloub, 2015), Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé estão localizados em um contexto no qual os intelectuais de direita ganharam cada vez mais espaço na esfera pública. Ainda assim, já tinham, antes do período do recorte da pesquisa, uma certa relevância em meios editoriais.

Uma questão a ser destacada é que os intelectuais da pesquisa e da geração destacada fazem parte da direita política, seguindo o espectro direita-esquerda de acordo com a clássica definição de Norberto Bobbio (1991). Pondé pode ser lido em uma chave conservadora, influenciado por Edmund Burke, Roger Scruton e Russel Kirk (Pondé, 2012), enquanto Azevedo a partir de uma chave mais próxima ao liberalismo, ainda que em dado momento estabeleça uma crítica cultural de tom conservador. As autodefinições que Pondé e Azevedo farão de si serão trabalhadas mais adiante, mas é importante destacar que essa categoria não é nova ou inédita. Os intelectuais de direita existem desde a formação da profissão, possuindo até um traço anti-intelectual em seus discursos e escritos (Traverso, 2017). Embora possam ser incorporados em um campo bem estabelecido em que o trabalho se insere (Vieira, 2021; Messenberg, 2017; Perlatto; Chaloub, 2015; Rodrigues, 2016; Cepêda, 2018; Chaloub, 2022), há na presente investigação um diferencial no seguinte aspecto: não se trabalhou ainda especificamente esses intelectuais, que, para além de suas contribuições para pautas das novas direitas (Rocha, 2019), assumiram posturas críticas frente à radicalização proposta pelo bolsonarismo.

Por isso, é importante compreender que, apesar de polemistas e midiáticos, os autores desempenharam um papel importante na última década da história política brasileira, seja em sua esfera intelectual, seja no papel de intelectuais públicos. Produziram muitas coisas, mas tiveram em comum o colunismo de opinião semanal, o que permite a pesquisa narrar, em parte, os quatro anos de crise política no país.

Parte do que diferencia esta pesquisa também é a opção por trabalhar com o colunismo de opinião¹⁸ a partir de dois motivos centrais: o primeiro é a periodicidade de seus textos (cada coluna é publicada uma vez por semana) que permite acompanhar mais de perto os inúmeros eventos políticos que ocorreram no período recortado. O segundo envolve a compreensão de ambos como intelectuais, já que, em suas colunas, estabelecem mediações com seus leitores não só sobre o cotidiano político, mas também estabelecem críticas culturais diversificadas. Muitas vezes são textos curtos e podem ser expressos em jornais, programas de televisão e blogs.

¹⁸ Aqui se entende os artigos de opinião a partir da noção de Kátia Bräklin (2000) para quem são definidos como um gênero textual da ordem do argumentar. Bräklin os define como um gênero discursivo no qual o objetivo é convencer o outro sobre determinada ideia, influenciando-o e transformando seus valores a partir da argumentação a favor de uma posição e refutando possíveis opiniões divergentes.

Muitos trabalhos sobre os intelectuais de direita estabeleceram focos diversificados da análise de fontes. Livros, publicações em redes sociais e participações em programas de TV e rádio, além de colunas são alguns dos exemplos (Rodrigues, 2016; Messenberg, 2017; Cepêda, 2018; Silva, 2018; Fernandes; Vieira, 2019; Chaloub, 2022). Entretanto, acredita-se que esse foco nas colunas permite, para além de historicizar o contexto pela periodicidade, oferecer um novo olhar frente aos intelectuais contemporâneos e a um mundo que pode ser lido cada vez mais sob a teoria da aceleração social, de Hartmut Rosa (2019, 2022).

Helder Prior e Caio Teruel (2021) estabelecem uma interessante relação entre a teoria do sociólogo alemão e o jornalismo, dando interessantes subsídios para a pesquisa. No que diz respeito às categorias de Rosa (2022) — Aceleração técnica, das mudanças sociais e do ritmo da vida¹⁹ — indicam um aumento considerável no ritmo em que informações são veiculadas diariamente por meios de comunicação e consumidas pela população. Além disso, são capazes de criar um “senso de atualidade” e alongamento do presente (Prior; Teruel, 2021). Nesse aspecto, a percepção de que ocorriam megaeventos políticos semanalmente pode ser reforçada a partir da exacerbação dessa aceleração nesses três tipos.

Ainda que as fontes sejam as colunas, é importante fazer apontamentos sobre o local em que elas são publicadas. A Folha de São Paulo (FSP) é um jornal de grande tiragem e que circula diariamente no Brasil. Com uma longa trajetória e participação ativa na política brasileira, é também um dos motivos que justificam a escolha desse periódico em específico²⁰.

¹⁹ A aceleração tecnológica é a mais perceptível, o aumento das velocidades de transporte e comunicação com o intuito de alterar o regime de espaço-tempo, ou seja, a percepção e organização do espaço e do tempo na vida social. Quanto à aceleração das mudanças sociais, Rosa (2022) argumenta que se trata das relações familiares e laborais, que são perceptíveis ao longo dos séculos. Por fim, a “aceleração do ritmo da vida” consiste na mais assombrosa. O autor destaca a “fome de tempo” nas sociedades ocidentais como epidêmica. Como se fosse uma matéria prima, o tempo passa a ser um objeto de desejo, em que essa aceleração do ritmo da vida possa ser definida como “um aumento no número dos episódios de ação ou de experiência por unidade de tempo, ou seja, é a consequência do desejo ou do sentimento da necessidade de fazer mais coisas em menos tempo” (Rosa, 2022, p. 26).

²⁰ A matéria de Hanna Yahya no Poder 360 (2025) consta que a Folha foi um dos jornais que mais cresceu nos últimos anos, aumentando suas tiragens e circulação *online*. A matéria fez um levantamento com dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) e PwC, responsável pelos dados da Folha e Estado de São Paulo. No entanto, referem-se a dados de setembro e junho de 2024 e foram contabilizados pela consultoria PwC. Estadão e Folha deixaram de pagar para serem auditados pelo IVC e o Poder360 não teve acesso a informações detalhadas sobre como é realizada a auditoria dessas publicações. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-midia/estadao-e-folha-puxam-alta-na-circulacao-de-jornais-impressos/>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

Antes de abordar mais detalhadamente a FSP, destaca-se a contribuição de José D'Assunção Barros (2021, 2023) ao indicar que os jornais se constituem como meios de comunicação, indo além de meios de informação. Barros complementa que estes comunicam ideias e valores e, a partir deles, buscam representar certos interesses que podem interagir entre si a partir de diversos fatores. Soma-se a isso algo que o historiador chama de “efeito de realidade”, isto é, quando os jornais abrigam discursos que pretendem se apresentar como retratos da verdade e também estabelecer uma credibilidade frente ao seu leitor. O trabalho de Barros representa uma importante síntese sobre um enorme campo da historiografia que é a História da Imprensa, que ainda conta com nomes como Tania Regina de Luca (1981) e Maria Helena Capelato (1981, 2014), que possuem valiosas contribuições sobre o jornal trabalhado nesta pesquisa.

Capelato (2014) situa a história da Folha com destaque para a década de 1960, quando Octávio Frias e Carlos Caldeira Filho assumem a direção da empresa, levando o jornal a outro patamar de produção. Ainda que tenham celebrado o golpe militar, assumiram uma postura reservada frente ao regime e, com o começo da censura, praticavam a autocensura. As dissertações de Aline Chiamonte (2015) e Túlio Souza (2023) indicam que, na década de 1970, o jornal passou por diversas transformações, sendo inclusive um importante veículo na cobertura da morte de Vladimir Herzog, ao passo que também tinha relações próximas com o governo Geisel. Outra obra relevante para compreender a história da Folha de São Paulo é a da historiadora Beatriz Kushnir (2001), com seu livro “Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988”, baseado em sua tese de doutorado. Na obra, a historiadora destaca as relações entre o jornal e o sistema repressivo em um trabalho de fôlego, a partir de um número robusto de fontes. Ao observar o colaboracionismo entre jornalistas e censores, Kushnir (2001) complexifica o processo em sua análise, além de também estabelecer a trajetória do jornal Folha da Tarde, parte do Grupo Folha da Manhã e precursor da Folha de São Paulo e suas relações com o regime. Vale menção também aos trabalhos de Carla Luciana da Silva (2005), em que a historiadora faz uma análise de fôlego da revista Veja – veículo fundamental para o estabelecimento de Reinaldo Azevedo no *mainstream* da imprensa. Em sua tese de doutorado (2005), a pesquisadora destaca como o periódico se constrói ao longo da Nova República e estabelece uma linha editorial clara durante o período. A autora defende que a revista possui a atuação de um partido político no período, reforçando noções neoliberais ao longo do período e adaptando o neoliberalismo internacional na realidade brasileira.

A partir de 1978, com maior protagonismo de Octávio Frias Filho, a Folha mudou uma série de estruturas internas em sua redação, que culminaram no “Projeto Folha”, segundo o qual a empresa buscava fazer um jornalismo “crítico e imparcial” (Souza, 2023). Essa linha editorial se consolidou ao longo dos anos, sendo atualizada em 2019 com novos compromissos. Segundo o que o jornal defende, o diálogo pluralista adotado é um “contraponto à intolerância que assola as redes sociais, acentuada pela recente onda internacional de populismo nacionalista ultraconservador” (Folha de São Paulo, 2019). Além disso, é apontado que o

jornal mantém uma perspectiva liberal diante da economia, da política e dos costumes. Reitera que procura praticar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. E salienta a dimensão analítica, interpretativa e opinativa capaz de iluminar os fatos (Folha, 2019, grifos nossos).

Essa narrativa da pluralidade política no jornal, que se complementa com a ideia de um jornalismo “apartidário”, e que, desde o Projeto Folha se diz crítico e imparcial, deve ser destacada. Em 1984, Francisco Weffort tensionou essa questão em artigo em que aponta a similaridade de partidos políticos com jornais, ainda que estes rejeitem isso de maneira veemente. De fato, se analisados os colunistas da FSP, percebe-se a diversidade dentro do espectro político direitas-esquerdas. Entretanto, uma palavra se sobressai, quanto mais no contexto da última década no Brasil: ser “apartidário”, mesmo que assuma uma perspectiva liberal diante de outros assuntos. Ainda que não se vincule diretamente com nenhum partido político, o substantivo “apartidário” significou, em muitos casos, ser “imparcial”. Nesse sentido, há também uma busca de estabelecer uma relação entre o pensamento liberal e a imparcialidade ou uma visão que se busque pela primazia da “técnica”, quanto mais no caso de um jornalismo de informação extremamente consolidado (Capelato, 2014).

As fontes que serão trabalhadas possuem um caráter híbrido, pois foram publicadas no jornal impresso da Folha de São Paulo, mas existem também enquanto fontes digitais (Almeida, 2009). Além disso, como fora mencionado, foi elaborado um banco de dados detalhado com as colunas, especificando data, título, autores citados, tema central e os argumentos mais utilizados. Parte-se da ideia que a pesquisa está inserida no campo da História Digital tanto pelo meio na qual é realizada quanto pela tipologia das fontes, que estão salvas em nuvem no formato pdf (Silveira, 2016; Nascimento; Brasil, 2020).

A metodologia empregada para analisar essas fontes se inspira na ideia de linguagens políticas, como trabalhado por Jorge Chaloub (2022) em artigo sobre a obra de Olavo de Carvalho. De acordo com ele,

Conservadorismo e reacionarismo são aqui tomados como linguagens políticas, ou seja, **sequências de argumentos e visões de mundo que ganham sentido a partir da disputa política e, com isso, tanto justificam atos pregressos quanto motivam ações futuras. As linguagens não são meros cálculos de ocasião, o que acabaria por limitar as visões de mundo ao presente e por menosprezar o lugar das ideias, mas também não se confundem com estruturas intelectuais completamente autônomas ante os movimentos da conjuntura. Para compreendê-las, é fundamental atentar para sua dimensão relacional, já que elas se definem a partir do vínculo com outras linguagens e dos seus usos em conjunturas diversas.**(Chaloub, 2023, p. 4, grifos meus)

Neste trabalho, a partir das leituras das fontes, percebe-se que as principais linguagens políticas empregadas por Pondé e Azevedo envolvem o conservadorismo e o liberalismo ou até o “liberal-conservadorismo”. Essa compreensão é resultada a partir das próprias autorrepresentações que os autores fazem de si ao longo dos anos, questões ainda a serem trabalhadas neste texto.

Por fim, a pesquisa retrata um momento específico a partir de um local determinado: um jornal da “grande imprensa” que se escora em um discurso de pluralismo político no contexto de crise democrática. Essa escolha também é feita a partir da exequibilidade de uma pesquisa de mestrado, que possui curta duração, mas ainda assim pode possuir flego com as análises das colunas. O que foi dito pelos intelectuais em outros veículos até podem figurar neste texto, mas não se trata do foco da pesquisa.

Diante disso, é possível se perguntar: Por que RA e LFP? Quando apresentados, é importante destacar as distintas trajetórias de vida que Luiz Felipe Pondé e Reinaldo Azevedo traçaram. Para além das trajetórias familiares, em termos profissionais, ambos se situam em campos que possuem semelhanças, mas também diferenças. Enquanto Azevedo assume uma postura de jornalista, Pondé reivindica o papel de filósofo na esfera pública. Essa distinção, no entanto, não impede que possuam uma forma de atuação de tom polemista, que é uma característica fundamental para compreendê-los e analisar as fontes.

Esse polemismo característico de ambos, no entanto, não desqualifica a compreensão da função intelectual que exercem, que, como apontado, é diversificada ao longo da história. Nesse aspecto, o polemismo e a linguagem ácida podem indicar tanto para uma disputa de capitais no campo intelectual quanto um estilo intelectual mais

típico da contemporaneidade, que está em meio a novas mídias e redes sociais. Soma-se a isso a dimensão geracional dos autores. Com uma diferença de idade muito pequena, ambos também estão escrevendo no mesmo jornal, na mesma época, ainda que Reinaldo Azevedo tenha se estabelecido antes na grande imprensa.

Este inclusive é um ponto de destaque dos autores. Diferente de Olavo de Carvalho, um dos intelectuais de direita de maior ressonância na última década, Azevedo e Pondé conseguiram transitar com recorrência nos meios midiáticos mais destacados. Como aponta Capelato (2014), ao participarem desses meios, os intelectuais são também agentes da história que estão construindo semanalmente em suas colunas. Há, nesse sentido, uma própria dimensão da escrita de si que estão estabelecendo neste período.

Essa história que é contada por eles está destacada em um jornal que também é um ator político, compondo um conjunto da imprensa *mainstream*, ainda que em um contexto de diversificação da informação e dos meios onde ela circula, seja pela aceleração social (Rosa, 2019), seja pelas transformações causadas pela revolução tecnológica (Runciman, 2018). A mídia *mainstream* possuiu um importante papel ao longo da história da democracia liberal, até em um contexto de recessão, como apontado por Marcos Nobre (2022).

O filósofo brasileiro destaca que as transformações trazidas pelas mudanças nos meios de comunicação e pela presença das redes sociais com novas atribuições dentro da esfera pública alteraram também as formas em que a grande imprensa passou a operar. Dessa forma, seria necessário, em primeiro lugar, analisar como determinadas utilizações da mídia digital permitiram ultrapassar o que Nobre (2022) chama de *gatekeepers* (seguranças do portão, em tradução livre) do sistema político e da mídia tradicional e *mainstream*. O autor ainda argumenta que não se pode analisar a mídia digital separadamente da mídia *mainstream*, ou então que a primeira tornou a segunda irrelevante, mas de forma que sejam conjuntamente compreendidas e como novas métricas digitais transformam processos e decisões editoriais. Dessa forma, frente a um contexto em que se desenvolve ou um hiperengajamento político ou um profundo desengajamento, seja pela ascensão de forças autoritárias, seja por manifestações em prol de uma democracia mais ampla, justifica-se também essa escolha de intelectuais que estejam inseridos na mídia tradicional, quanto mais em um veículo que parte de um discurso da pluralidade, mas que também precisa se equilibrar nesse contexto do que Nobre (2022) chama de “democracia do digital”.

Somam-se a isso alguns aspectos que aproximam os intelectuais nesse período, como a forte crítica ao petismo, quando desenvolvem argumentos contra a política externa praticada pelo país no período de governos petistas, sobre o tamanho do Estado na economia, sobre envolvimento em escândalos de corrupção e também em relação a políticas de apoio e inclusão social às minorias. Quando as colunas forem sendo inseridas ao longo do texto, as semelhanças e as diferenças na forma e conteúdo dessas críticas serão melhor apuradas, além de quais linguagens políticas estarão sendo viabilizadas. É nesse mesmo período de crise do petismo (Barros, 2022) que há a gestação e a ascensão do bolsonarismo e de Jair Bolsonaro, personagens que não são abraçados pelos intelectuais, ainda que se encontrem no antipetismo (Motta, 2019). Assim, nesse contexto de instabilidade das instituições democráticas ao redor do mundo e no Brasil, observar quais histórias estavam sendo narradas por intelectuais públicos é papel fundamental ao historiador que os reconhece como atores importantes em um espaço de destaque na esfera pública.

2.2 CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Por se tratar do espaço onde esta pesquisa é desenvolvida, entende-se necessária uma subseção dedicada a alguns dos diagnósticos dados a respeito da democracia brasileira nos últimos anos. Além disso, o objetivo é também situar a dissertação historicamente, já que se entende que o recorte temporal das fontes engloba parte da crise da democracia brasileira. Dessa forma, é fundamental estabelecer um diálogo com parte da bibliografia produzida, além de garantir a historicidade do fenômeno que coincide com a ascensão da ultradireita no país.

Marcelo Sevaybricker Moreira (2025) estabelece um interessante diálogo com as obras de Luiz Felipe Miguel (2019, 2022) e Luciana Ballestrin (2023). Essas obras conduzem uma análise que se diferencia do *mainstream* internacional da ciência política, já que estabelecem um olhar mais centrado na “periferia” do capitalismo e uma abordagem decolonial. Em suas perspectivas, Ballestrin (2023) e Miguel (2019, 2022) estabelecem uma visão crítica à democracia liberal e estabelecem um importante contraponto inclusive à tradição que já enxergava o neoliberalismo como conflitante com a democracia, mas estabeleciam um olhar centrado no norte global (Moreira, 2025).

Miguel (2019) aborda na sua análise as dinâmicas das profundas desigualdades sociais no país como enormes limitantes da democracia brasileira. Somado a isso,

interpreta a crise como fenômeno amplo que envolve conflitos também entre raça, classe e gênero, algo que, na leitura de Moreira (2025, p. 150), “rompe com certo padrão da literatura aqui examinada, flagrantemente acrítico (e legitimador, em última instância) da opressão propiciada pela democracia liberal”. Ainda é destacado no trabalho de Miguel (2019) a sua capacidade de associar o fenômeno da crise das democracias à crise do socialismo, já que é posta em perspectiva a aceitação por parte das esquerdas do modelo da democracia liberal, algo que diminui ainda mais a margem de atuação em países da periferia capitalista.

Outras vertentes de análise perpassam por uma leitura da crise democrática brasileira a partir da perspectiva do aumento de um sentimento antissistêmico na população. Pedro Lima e Jorge Chaloub (2024) estabelecem uma importante leitura a respeito de obras que partem desse princípio, como Marcos Nobre (2022), em “Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro”, e Rodrigo Nunes (2022), em “Do transe a vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição”. Ambos os autores estabelecem leituras a respeito da crise democrática brasileira, mas sem deixar de lado o bolsonarismo, isso a partir de uma leitura deste como um fenômeno antissistema.

Marcos Nobre (2022) interpreta a crise na chave de seu conceito do pemedebismo, construído no livro “Imobilismo em Movimento”, de 2013. O autor argumenta que Junho de 2013 se insere em um ciclo de revoltas globais, que dura de 2011 a 2013, cujas demandas não foram absorvidas pelo sistema político e não ocasionaram reformas significativas nas estruturas políticas e sociais do país. Em sua leitura, isso demonstrou a pouca porosidade do pemedebismo de absorver o sentimento anti-*establishment* que parte da população transmitia em suas manifestações. Posteriormente, esse sentimento culminaria na crise do pemedebismo, de 2015-2018, quando se fortalecera uma oposição extrainstitucional que ganha força política em diferentes movimentos dos anos 2000, que Nobre (2022) categoriza, a partir de Camila Rocha (2021), de “Novas direitas”. O autor aponta ainda que foi mediante a uma capacidade de forças da ultradireita canalizarem a energia antissistêmica de junho que essa oposição conseguiu ser formada, frente não a um governo, mas a todo um sistema político que se formou no pós-1988.

Chaloub e Lima (2024) estabelecem críticas interessantes a essa leitura, que também é presente na obra de Nunes (2022), que partilha dessa noção de uma energia que fora absolvida pelo bolsonarismo. Segundo ambos, há uma discussão sobre se essa energia fora de fato disputada por atores de direita e esquerda ou, ainda, o que é

propriamente essa energia social. Os autores elogiam a recusa de Nunes e Nobre recorrerem a uma teleologia, por já saberem o fim da história. Em suas análises

projeta-se que aquilo que uma parte do povo sente é a verdade da sua posição enquanto povo, e a vitória política da ultradireita passa então a ser encarada como o resultado de sua maior aptidão, ao menos conjuntural, para perceber o efetivo sentimento do povo – e tudo isso, não custa lembrar, em um contexto de eleições francamente divididas. Sobre a outra parte do povo, que não entra no argumento, pouco se diz. (Lima; Chaloub, 2024, p. 14)

O texto de Nobre (2022), ainda assim, contribui para a escolha das fontes analisadas, tendo em vista os eventos que ele sistematiza na crise do pemedebismo. Também se entende a importância de atribuir uma análise mais aprofundada ao que, na esfera pública, é caracterizado por “Centrão”, de maneira que esse grande bloco de parlamentares seja interpretado sob a luz de sua própria história, o que pode certamente auxiliar na compreensão de processos políticos complexos no Brasil. No entanto, também deve ser frisado que, dentro desse bloco, existem profundas diferenças, disputas e debates que podem vir a ser analisados, seja pela característica dos partidos, seja pelos atores individuais que deles participam a partir de suas rupturas e continuidades. Há também o mérito na obra de Nobre (2022) de destacar que o caso brasileiro não diz respeito a uma narrativa de que “tudo ia bem até que...”.

No entanto, não se pode perder de vista um interessante argumento que o artigo de Chaloub e Lima (2024) estabelece sobre a leitura da crise política e ascensão da ultradireita no cenário brasileiro: a dimensão de que há um processo de radicalização autoritária das direitas tradicionais, que envolve um processo de desvalorização constante a consensos mínimos que haviam sido construídos ao longo da redemocratização brasileira. Não deixa de ser uma hipótese analisar como os intelectuais analisados nesta pesquisa se inserem nesse processo. Não que sejam culpados pela radicalização de núcleos da direita tradicional, mas em que medida viabilizaram argumentos que possam ser partilhados com tais grupos? Ou até se afastaram deles a partir dessa desvalorização de consensos?

Frente a isso, há o entendimento da importância de não estabelecer leituras homogeneizantes dos processos de formação e centralidade das novas direitas e da ultradireita, ao passo que se faz interessante colocar a perspectiva de intelectuais que vivenciaram o processo, sendo que já tinham suas concepções e ideologias políticas, ainda que estas passíveis de transformação em um cenário de instabilidade. Todavia, pode ser que se vislumbre nestes também um processo de normalização e mobilização de discursos e bandeiras que sejam críticos à própria ordem democrática brasileira.

Em “O pêndulo da democracia”, Leonardo Avritzer (2019) afirma que desde 2014 observamos no Brasil um processo contínuo de degradação institucional semelhante àquele discutido por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) em “Como as democracias morrem” cujo auge foi a eleição de Jair Bolsonaro no dia 28 de outubro de 2018. Ele denomina esse fenômeno como “pêndulo da democracia” que alinha as forças antidemocráticas a atuar em determinadas conjunturas. Segundo Avritzer (2019), é a oscilação política pela qual passa a política brasileira em certos momentos históricos nos quais as elites e massas partilham um forte entusiasmo democrático e outros momentos em que a classe média adota uma visão antidemocrática, alinhada com as elites, e muitos setores populares aderem à rejeição da política ou a antipolítica.

Em geral, esses momentos envolvem divisões políticas, crise econômica e profundo desacordo em relação aos projetos de país, momento que a crise atual se insere e também se inseriram as crises de 1954 e 1964. As conjunturas democráticas, segundo o autor, foram de 1945-46 e 1985-88. Assim, o país oscila, desde 1946, entre ondas de otimismo democrático e fortes inversões antidemocráticas.

A leitura do cientista político busca compreender processos de rupturas e continuidades na democracia brasileira, analisando inclusive o seu processo de formação a partir de interpretações de Sérgio Buarque de Hollanda. É uma perspectiva interessante na medida que permite reflexões a respeito da democracia brasileira ao longo da história, tal qual fazem Gabriela Nunes Ferreira e Maria Fernanda Lombardi Fernandes (2025, p. 180), ao destacarem que “a crise da democracia (em sentido amplo) é então, como se pode perceber, uma velha conhecida nossa”.

Por fim, a análise de Jorge Chaloub (2025) acrescenta uma leitura a respeito dos discursos sobre a crise nas direitas brasileiras que acabam por minar o debate público trazendo instabilidades. Nesse sentido, o autor avança na historicidade desses discursos, que podem ser encontrados desde o início da Nova República. Os três discursos abordados por Chaloub (2025) dizem respeito ao Estado (e seu tamanho e papel na economia), à moral (uma retórica que aborda a decadência dos valores, sugerindo que as bases morais da sociedade estão em processo de erosão, além de uma ideia difusa e ampla de corrupção) e à ordem (de forma que essa estaria em colapso, articulando e aprofundando os outros dois discursos tendo em vista a perspectiva de que os problemas da atual conjuntura seriam insolúveis). É interessante observar, a partir de uma perspectiva mais quantitativa, como esses temas aparecem nas colunas dos intelectuais

analisados ao longo dos anos. Alguns dos argumentos e temas mais comuns são críticas ao tamanho do Estado, pautas morais e sobre a questão de segurança pública no país.

Em seu texto, Chaloub (2025) consegue articular esses três discursos ao longo do tempo, na medida que fazem parte de contextos distintos. No entanto, é perceptível um aspecto de continuidade deles em setores das direitas brasileiras. Há inclusive certas adaptações, como, por exemplo, no que diz respeito ao tamanho do Estado como um obstáculo para o desenvolvimento do país. O fato de repetidos governos petistas que defendiam um Estado mais atuante na condução de políticas econômicas é visto, na ótica dessa oposição, como uma profunda incapacidade de gestão pública, de maneira que esse discurso assumia uma posição central no antipetismo de Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé.

Como argumenta o autor, é relevante analisar como se naturalizou esse discurso sobre um modelo de Estado em crise que impactaria, inclusive, a própria ordem constitucional e nacional. Segundo Chaloub (2025, p. 4), “normalizou-se uma representação do Estado e da Constituição como responsáveis pela persistência do atraso e por boa parte das mazelas nacionais”. O autor ainda destaca que houve diagnósticos positivos e discursos que valorizavam esse modelo de Estado junto à Constituição de 1988, mas sem o mesmo grau de influência no debate público.

A persistência desse tipo de discurso em meio ao processo de ascensão da ultradireita é, entretanto, pouco analisada por trabalhos que tratam da crise democrática e das direitas contemporâneas brasileiras. Segundo Chaloub,

A ênfase nos “atores” (Limongi, 2023; Alonso, 2023) ou no “sistema” (Nobre, 2022; Nunes, 2022), na maior parte da bibliografia sobre a democracia brasileira, traz pouca ênfase para as continuidades de médio prazo da ordem democrática do pós-1988, pois pensa a crise a partir de uma brusca ruptura com a ordem anterior. Por outro lado, nos bons trabalhos sobre a ultradireita (Rocha, 2021; Cesarino, 2022) a ênfase recai frequentemente na novidade, como chave de explicação sobre o inegável protagonismo de novas elites políticas. (Chaloub, 2025, p. 42)

O autor aprofunda aqui o argumento já citado de radicalização das direitas hegemônicas no contexto pós-1988, de forma que, mesmo com novos discursos sobre a crise, há representações anteriores que persistem no debate contemporâneo. Dessa forma, destaca-se que os ataques à ordem de 1988 podem ser não apenas uma contestação aberta, como feito por Jair Bolsonaro ou Olavo de Carvalho, mas também a construção e o acúmulo de consensos negativos. Como apontado por Chaloub (2025), se houve uma escolha por uma via “pragmática” para derrotar um adversário comum – o PT – também devem-se ressaltar consequências das escolhas e movimentos pregressos.

Nesse sentido, a dissertação analisa as continuidades e a presença desse tipo de discurso no cerne da crise democrática, a partir do ano eleitoral de 2014. A escolha desse ano como um ponto de referência se baseia não só no equilíbrio do resultado daquelas eleições, mas também na contestação de seus resultados pelo perdedor, Aécio Neves. Afinal, pela primeira vez, um dos partidos condutores da Nova República questionou o resultado e, como apontado por Nobre (2022), rompeu com o “Acordo do Plano Real”. Não se trata de pensar que o Brasil funcionava plenamente até ali, mas acredita-se que se trata de um ponto de referência fundamental na crise democrática brasileira.

2.3 2014: ENTRE O FIM DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A REELEIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF

O ano de 2014 foi marcado por uma série de importantes eventos para a sociedade brasileira. O país voltou a receber uma Copa do Mundo, evento que mobilizou grandes setores da economia, assim como marcou os 50 anos do golpe militar de 1964. Além disso, era ano de eleição e Dilma Rousseff buscava se reeleger. O país ainda lidava com os ecos das jornadas de junho de 2013.

Nesse sentido, a escolha por falar primeiro da Comissão da Verdade se ampara na relevância que esse tema teve na opinião pública naquele ano e também por entender que se tratou de um tema importante para a democracia brasileira. Cinquenta anos após o golpe militar, o Brasil parecia dar um passo para revisitar sua história e avançar sobre mais políticas de memória. Além disso, o papel dos militares na chamada crise democrática persiste ao longo do recorte temporal da pesquisa, tanto por declarações de cunho golpista por generais²¹ quanto pelo protagonismo que Jair Bolsonaro ganha ao longo dos anos sendo um defensor do regime militar. Dessa forma, é importante observar como os intelectuais de direita estavam analisando aquele processo e como enxergam as políticas de memória implantadas no governo Dilma.

No ano de 2014 um dos temas de mais destaque na campanha eleitoral foi a corrupção (Limongi, 2023). Ao longo daquele ano, não só Dilma Rousseff, mas a

²¹ Em abril de 2018, quando o STF iria votar um *habeas corpus* que poderia livrar Lula de ser preso naquele momento, o general Eduardo Villas-Boas, comandante do exército, publicou um *tweet* em tons de ameaça a corte. Ver mais em: GUGLIANO, Monica; MONTEIRO, Tânia. O general, o tuíte e a promessa: Dois meses antes da eleição de 2018, Villas Bôas ouviu de Dias Toffoli garantias de que o STF manteria Lula preso. **Revista piauí**, [S. l.], 12 mar. 2021. questões de poder, s.p. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-general-o-tuite-e-promessa/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

oposição teve, nos escândalos da Petrobras, um foco de debates e discursos. Ao longo desse ano, a Operação Lava Jato se formou, transformando-se em grande bandeira na oposição nos anos seguintes. Entende-se que foi um processo de grande relevância no contexto da crise democrática e havia o objetivo de dedicar uma subseção ao que os intelectuais disseram a respeito da operação em sua origem. Porém, não foram encontradas, nas fontes do jornal, menções significativas sobre a operação naquele ano. Falou-se sobre a corrupção na Petrobras, a compra da refinaria de Pasadena e até a prisão de alguns dos executivos da estatal. Nos anos seguintes, percebe-se um maior foco sobre o assunto, de maneira que será inserido ao longo da dissertação.

A escolha de trabalhar com a leitura dos intelectuais sobre a CNV dialoga tanto com o trabalho de Leonardo Avritzer (2019) sobre a crise da democracia brasileira quanto com as impressões de Fernando Perlatto e Jorge Chaloub (2016) no que diz respeito ao destaque de intelectuais de direita no debate público. Avritzer (2019) ressalta que, ao longo da construção da República, foi sendo construída uma ideia de poder moderador das Forças Armadas, com pouca clareza na delimitação de suas interferências na política. Quanto a Perlatto e Chaloub (2016), destaca-se que a distância temporal da memória da ditadura auxiliou no crescimento da popularidade de intelectuais à direita, ainda que o tema não tenha saído completamente do debate público.

O passado autoritário do regime militar ficou mais evidente na esfera pública com o desenvolvimento efetivo de uma política de memória, como a Comissão Nacional da Verdade e as rememorações no aniversário de 50 anos do golpe militar. Instituída em 2012, após aprovação da lei nº 12.528, a CNV realizaria seus trabalhos por dois anos, com relatório final a ser entregue em 2014. O objetivo da Comissão seria

examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (1946-1988), a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional (Brasil, 2011).

Porém, como aponta Fernando Perlatto (2019), todo esse contexto de implantação, realização das investigações e entrevistas e, com destaque, a divulgação do relatório final, provocou uma série de debates e controvérsias envolvendo diferentes setores da sociedade. De familiares de desaparecidos a militares, de intelectuais a militantes políticos, observava-se no debate público “uma disputa sobre os sentidos e significados do passado, ou, dito em outros termos, o embate sobre as memórias públicas da ditadura militar” (Perlatto, 2019, p.80).

Em seu artigo, Perlatto (2019) examina como houve por parte dos jornais da chamada “grande imprensa” (Capelato, 2014) certa concordância, ainda que com divergências, na forma que observavam os avanços da CNV. Perlatto destaca que, por mais que jornais partam de uma ideia de imparcialidade frente aos fatos, possuem um papel fundamental em organizar e mediar debates na esfera pública, além de, no caso destacado, estabelecerem uma visão clara a respeito da CNV e realizar um “enquadramento” da memória do período.

Ao analisar os editoriais dos jornais “O Globo”, “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”, Perlatto (2019) constata que os três jornais estabelecem uma defesa aberta à Lei da Anistia de 1979, alvo de debate durante o ano de 2014, já que um aprofundamento nos trabalhos da comissão e a possibilidade de revisão da lei causavam uma tensão perceptível nos editoriais dos jornais. Assim, os três se situavam contra qualquer iniciativa que partisse da Comissão de punição por aqueles que violaram os direitos humanos naquele contexto, de forma que condenavam tais hipóteses como um possível “revanchismo” por aqueles que instalaram e conduziam a CNV.

Neste sentido, nos editoriais analisados por Perlatto (2019), algumas das expressões figuram como “contar a história por inteiro”, o que abre margem para um discurso de “dois lados da história”. Uma das maiores marcas do debate público sobre as memórias da ditadura diz respeito à “Teoria dos dois demônios”, que busca equivaler a violência cometida pelo Estado repressor e os atos terroristas de guerrilheiros revolucionários (Quinalha, 2013). Essa teoria não está presente somente nos editoriais, mas também em discursos negacionistas da ditadura militar, como aponta Caroline Bauer (2024).

Reinaldo Azevedo também reproduziu essa teoria mais de uma vez em colunas sobre o tema, além de seguir uma linha parecida com a analisada por Perlatto (2019) nos jornais da “grande imprensa”, de defesa da Lei da Anistia de 1979. Entretanto, pelo estilo de escrita e sua trajetória intelectual, Azevedo reproduz esses discursos com o antipetismo como fator norteador. O tema figurou com destaque em sua coluna cinco vezes em 2014, nas colunas “Mortos sem pedigree” (10/01/2014), “1964 já era! Viva 2064!” (28/03/2014), “O samba da presidente doida” (04/04/2014), “Os vivos e os mortos” (02/05/2014) e “Comissão Nacional da Farsa” (12/12/2014). Aqui, o foco incidirá nas colunas “1964 já era! Viva 2064!” e “Comissão Nacional da Farsa”, sendo importante destacar que a primeira foi escrita às vésperas do aniversário de 50 anos do golpe e a última dois dias após a publicação do relatório final.

O primeiro texto analisado começa com duras críticas aos trabalhos que vinham sendo conduzidos pela CNV. Em linha similar à dos editoriais de grandes jornais, Reinaldo Azevedo afirmou que se tratava de “revanche”, dizendo-se enojado por uma “arqueologia vigarista” que buscava conseguir vantagens políticas no presente a partir do passado:

1964 já era! Tenho saudade é de 2064! Os historiadores podem e devem se interessar pelos eventos de há 50 anos, mas só oportunistas querem encruar a história, vivendo-a como revanche. Enfara-me a arqueologia vigarista. Trata-se de uma farsa política, intelectual e jurídica, que busca arrancar do mundo dos mortos vantagens objetivas no mundo dos vivos (Azevedo, 2014a)

Para aprofundar sua crítica, Reinaldo Azevedo pratica um discurso antipetista, mas com profundas relações com o anticomunismo histórico no país (Motta, 2019) ao relacionar escândalos de corrupção que ocorreram em governos petistas a movimentos e eventos históricos das esquerdas revolucionárias brasileiras. No decorrer da dissertação, serão detalhadas mais semelhanças entre o anticomunismo e antipetismo, principalmente a partir das contribuições dos trabalhos de Rodrigo Patto Sá Motta (2019, 2020). No entanto, é importante observar como, ao longo da história brasileira, o anticomunismo serviu como um “guarda-chuva” para diversos setores de direitas hegemônicas e radicalizadas. Motta (2019) ainda argumenta que, com o passar dos anos, é o antipetismo quem acaba servindo com esse propósito, como será observado nas fontes, em que o liberal-conservadorismo de Pondé e Azevedo acabam por se encontrar com vocabulários que são visíveis em uma extrema direita de corte militar que têm como uma de suas características o negacionismo da ditadura militar.

Para construir esse argumento, Azevedo cita as organizações guerrilheiras que Dilma Rousseff, à época presidente e alvo central de críticas do intelectual, e de Carlos Marighella, político e militante de esquerda morto na ditadura militar, além da guerrilha do Araguaia e do assalto à residência do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros:

A semente do mensalão está nos delírios do Araguaia. O dossiê dos alopados foi forjado pela turma que roubou o "Cofre do Adhemar". Os assaltos à Petrobras foram planejados pelas homicidas VAR-Palmares, de Dilma, e ALN, de Marighella (Azevedo, 2014a).

Azevedo, então, aponta para uma noção de “privatização do passado”, como se tratasse de uma história que fosse forjada para atender às demandas políticas no presente e no futuro. Para isso, ele cita “os farsantes que apelam à mitologia”, o que leva a entender que se trata de quem organizava a CNV, tendo em vista que, em outros contextos, Azevedo tratara a Comissão como uma farsa. Dessa forma, já abre espaço para a teoria dos dois demônios, afirmando que reivindicam um “exclusivismo moral” do passado e

finaliza seu argumento associando a postura desses militantes de esquerda à corrupção, ao fazer menção ao gesto do “punho cerrado”:

A privatização do passado garante, em suma, lugares de poder no presente e no futuro. Os farsantes apelam à mitologia para reivindicar o exclusivismo moral que justifica seus crimes de hoje. Ladrões se ancoram na gesta da libertação dos oprimidos. Uma solene banana para eles, com seus punhos cerrados e seus bolsos cheios! (Azevedo, 2014a)

A “teoria dos dois demônios” é aprofundada ao afirmar que a democracia não era um valor fundamental em 1964, comparando os militares “que rasgaram de uma vez a constituição” com uma generalização das esquerdas, ou os “que rasgavam um pouco por dia”. Para exemplificar isso, Azevedo cita uma música produzida no Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) que ironiza a democracia, apontando que a mensagem inserida na canção trataria de um desejo das esquerdas pelo socialismo, que é apontado pelo autor como responsável pela morte de mais de 100 milhões de pessoas só de fome²²:

Quem falava em nome dos valores democráticos em 1964? Os que rasgaram de vez a Constituição ou os que a rasgavam um pouco por dia? Exibam um texto, um só, das esquerdas de então que defendesse a democracia como um valor em si. Uma musiquinha do CPC da UNE para ilustrar: "Ah, ah, democracia! Que bela fantasia! Cadê a democracia se a barriga está vazia?" Para bom entendedor, uma oração subordinada basta. A resposta matou mais de 100 milhões só de... fome! (Azevedo, 2014a)

Azevedo retoma um argumento presente nos editoriais analisados por Fernando Perlatto (2019): a defesa da Lei da Anistia de 1979 apontando ser ela uma base para a Constituição de 1988. Segundo Azevedo, declarar a lei sem efeito e avançar sobre uma punição aos militares que violaram os direitos humanos, como sugerido posteriormente no relatório final da CNV, seria ignorar a pacificação política do país, indo em direção similar à da “grande imprensa” de uma defesa de uma transição “lenta, gradual e segura”, como bases de uma democracia consolidada. Azevedo estabelece essa crítica antes legitimando os que buscavam seus mortos, mas afirma que as ideias de rever a anistia pertencem a “prosélitos disfarçados de juristas”:

Nota desnecessária em tempos menos broncos: respeito a disposição dos que querem encontrar seus mortos. Eu não desistiria enquanto forças tivesse. Mas não lhes concedo a legitimidade, menos ainda a alguns prosélitos disfarçados de juristas, para violar as regras do Estado de Direito. A anistia, por exemplo, não está consignada apenas na lei nº 6.683. **O perdão –não o esquecimento– é também o pressuposto da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte. Vamos declarar sem efeito**

²² De fato, parte das esquerdas no contexto da ditadura não tinha como objetivo a derrubada do regime militar com busca pela democracia, ainda que essa narrativa possa ter sido desenvolvida ao longo do tempo. Naquele contexto histórico, com a Guerra Fria sendo o grande catalisador de disputas políticas, econômicas e culturais, a alternativa pelo socialismo era viável e considerada como possível por alguns grupos militantes e guerrilheiros no Brasil (Reis, 2000).

o texto que nos deu a nova Constituição? A pressão em favor da revogação da anistia e a conversão da Comissão da Verdade –se estatal, ela é necessariamente mentirosa– num tribunal informal da história ignoram os pactos sobre os quais se firmaram a pacificação política do país. (Azevedo, 2014a, grifos meus).

Esse tipo de argumento, que parte de um embasamento jurídico, é comum e será visto em outros momentos nos textos de Reinaldo Azevedo. Ao assumir uma defesa de um discurso “legalista”, amparado pelas leis, em diversos momentos, isso serve de base para justificar uma postura de liberal. Entretanto, é importante destacar que se trata também de uma postura belicosa frente aos trabalhos da CNV, já que indica que há um desejo de rompimento institucional contra o Estado de Direito por parte dessa, o que em momento algum aconteceu.

Assim, Azevedo estabelece outra linha argumentativa, questionando a Era Vargas e a memória construída sobre ela. Ao citar as efemérides tanto do golpe do Estado Novo quanto da Intentona comunista, indica que o país “pensava para frente”. Afirma então que Getúlio Vargas, ditador que perseguia comunistas, foi recuperado pelas esquerdas e seria um marco para distinguir “demófobos” e “demófilos”, segundo o que classifica de “pensadores amadores”:

Digam-me: onde estávamos em 1985? Revivendo a repressão de 1935, que se seguiu à "Intentona Comunista"? E em 1987? Maldizendo os 50 anos do Estado Novo? E em 1995, celebrando o seu fim? Estado Novo? Eis a ditadura que os "progressistas" apagaram da memória. Um tirano como Getúlio Vargas foi recuperado pelas esquerdas para a galeria dos heróis do anti-imperialismo e serve de marco, segundo os pensadores amadores, para distinguir "demófobos" de "demófilos" (Azevedo, 2014a).

Vale ressaltar que, ao dizer que em 1995 celebrava-se o fim da “Era Vargas”, pode-se tratar de uma menção à política de concessões estabelecida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que com o avanço das práticas neoliberais, afirmou se tratar do “fim da Era Vargas” no Brasil²³. Segundo Reinaldo Azevedo, os progressistas teriam sido responsáveis por “apagar a ditadura da memória”, com Vargas sendo recuperado como símbolo das esquerdas. Há de se levar em conta que a figura trazida por Azevedo, em uma coluna de opinião, enxerga a Era Vargas como um bloco coeso, uniforme, sem disputas internas.

²³ A frase de FHC tornou-se uma marca do que viria a ser seu governo frente a políticas de privatizações. Destaca-se, no entanto, a forma como ela faz parte da construção de uma memória da Era Vargas naquele contexto da década de 1990, período em que havia anseios pela democracia frente ao fim do regime militar. Dessa forma, por mais que o presidente na época admitisse os avanços varguistas, o peso de dizer que era algo a ser enterrado abre margem para discussões a respeito da memória construída sobre o período. Ver mais em: FHC diz que lei é ‘fim da era Vargas’. **Folha de São Paulo**, Brasília, 14 fev. 1995. Brasil, s.p. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/14/brasil/26.html>. Acesso em: 1 ago. 2025.

Ângela de Castro Gomes (2010) realiza uma interessante divisão do período, traçando duas etapas distintas, a primeira de 1937 a 1942, marcada por um forte autoritarismo e com perseguições políticas, enquanto em outro, de 1942 a 1945, com a incoerência de Vargas que entra na 2ª Guerra Mundial ao lado de um eixo democrático, marcando contradições que levam, inclusive, à derrubada do regime, observando como se tratou de um complexo período da história brasileira.

Observando a linha argumentativa de RA, observa-se como ele usa das políticas da Era Vargas, que tinham um caráter mais centralizador na função do Estado, para direcionar sua crítica aos governos petistas, com destaque à Dilma Rousseff, presidente naquele período, buscando estabelecer uma relação entre o varguismo e o petismo. Nesse aspecto, aparenta ser uma crítica que o insere numa lógica do pensamento liberal brasileiro segundo o qual a crítica ao tamanho do Estado na sociedade e na economia possui uma significativa relevância:

Ilustro rapidamente. Entre novembro de 1935 e maio de 1937, só no Rio, **foram detidas 7.056 pessoas. Todas as garantias individuais estavam suspensas.** Dois navios de guerra foram improvisados como presídios. Em 1936, criou-se o Tribunal de Segurança Nacional, **que condenou mais de 4 mil pessoas** –Monteiro Lobato entre elas. **Mais de 10 mil foram processadas.** A Constituição de 1937 previa a pena de morte para quem tentasse "subverter por meios violentos a ordem política e social". Leiam o decreto nº 428, de 1938, para saber como era um julgamento de acusados de crime político. **Kim Jong-un ficaria corado.** A tortura se generalizou. (Azevedo, 2014a, grifos nossos).

Azevedo associa o governo de Vargas com uma esquerda autoritária, quando afirma que Kim Jong-un, ditador norte-coreano, ficaria “corado” ao ler partes da Constituição do Estado Novo²⁴, além de fazer menção à tortura generalizada do período. É importante ressaltar que a ditadura de Vargas foi sim um governo autoritário, que perseguiu inúmeros adversários políticos, marcado também por torturas e assassinatos. Mas não se tratava de uma ditadura de esquerda (como a de Kim Jong-un), ainda que avanços de direitos sociais tenham sido conquistados no período. Ressalta-se o exemplo dado por Reinaldo para a perseguição política:

No assalto ao Palácio da Guanabara, promovido por integralistas em maio de 1938, oito pessoas presas, desarmadas e rendidas foram assassinadas a sangue frio, no jardim, sem julgamento, por Benjamin e Serafim Vargas, respectivamente irmão e sobrinho de Getúlio (Azevedo, 2014a, grifos nossos).

²⁴ É importante fazer menção nesse caso que o redator da Constituição de 1937 foi Francisco Campos, mesmo jurista que escreveu o AI-1, que institucionalizou a ditadura de 1964, além de, durante a década de 1930, ter uma inclinação ao Fascismo, regime político de extrema-direita instituído na Itália. Disponível em: Malin, Mauro. Francisco Campos. In: Abreu, Alzira Alves. Dicionário histórico-biográfico da Primeira República [Recurso eletrônico] 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

O episódio descrito por Reinaldo Azevedo é abordado por Odilon Caldeira Neto e Leandro Pereira Gonçalves (2020) em seu livro “O Fascismo em Camisas Verdes: do Integralismo ao Neointegralismo”. Tratava-se de uma conspiração para retirar Getúlio da presidência e instaurar uma ditadura de caráter fascista no país, tendo em vista que o contexto histórico e internacional trazia aspectos favoráveis para um golpe dessa proporção. Na obra de Caldeira Neto e Gonçalves (2020) não há qualquer menção sobre os familiares de Vargas assassinarem oito pessoas no jardim, mas sim de um tiroteio que resultou em mortes, inclusive de aliados de Vargas. Destaca-se também que os integralistas, inclusive Plínio Salgado, foram perseguidos após a conspiração e a tentativa de levante.

Na conclusão de sua coluna, Reinaldo Azevedo comenta que “tudo indica” ter havido mais mortos e desaparecidos durante o Estado Novo, que não teria contado com guerrilha nem atentados terroristas. Segundo Azevedo, esse número superaria por muito os mortos e desaparecidos durante o regime militar, mas essa contabilidade nunca teria sido feita pelas disputas pelo presente e futuro, já que, como ele argumenta, Vargas seria uma figura importante para sua noção alargada de “esquerdas”:

Tudo indica que os mortos e desaparecidos do Estado Novo, sem guerrilha nem ataques terroristas, superaram em muito os do regime militar. Nunca se fez essa contabilidade. Nesse caso, a disputa pelo presente e pelo futuro pedia que se escondessem os cadáveres. (Azevedo, 2014a)

É perceptível no texto de Reinaldo Azevedo a importância atribuída às disputas pelo passado e pela memória histórica. Azevedo argumenta que há uma luta pelo presente e futuro a partir da forma que o passado é relatado e, nesse caso, como a história seria contada pelos “comunistas, oportunistas e palermas”. A partir disso, entende-se que, em seu texto, Azevedo estabelece uma tentativa de deslegitimar a CNV a partir de uma tese que a ditadura de Getúlio teria sido “pior” que a ditadura militar e demonstrar que há uma “outra história” por trás que justificaria a CNV. A noção de um passado disputado é presente também no último parágrafo no qual Azevedo classifica o ex-presidente João Goulart como um “golpista incompetente”, fazendo menção à ideia de que o golpe civil-militar teria sido um contragolpe a Goulart, que pensava em implantar o comunismo, ideia disseminada inclusive no contexto de 1964, mas sem comprovação histórica (Fico, 2004):

Getúlio virou um divisor de águas ideológicas na história inventada pelos comunistas, oportunistas e palermas e é o pai intelectual de João Goulart, o golpista incompetente deposto em 1964. Antes, como agora, “eles” sabem como transformar em heróis seus assassinos. A arqueologia do golpe é um golpe contra o futuro. Viva 2064! (Azevedo, 2014a).

Ao chamar Vargas de “pai intelectual” de Jango e dizer que “eles” sabem transformar heróis em assassinos, Azevedo deixa clara sua crítica à CNV, apontando que se trata de um golpe contra o futuro, algo que ele argumenta anteriormente ser mais importante do que os trabalhos realizados pela comissão. Destaca-se a forma que Reinaldo Azevedo mobiliza o seu antipetismo nesse texto a partir de disputas pelo passado histórico, além de ser possível observar uma linhagem de continuidades com o anticomunismo, principalmente na mobilização de figuras históricas específicas: Carlos Marighella e Carlos Lamarca, Getúlio Vargas e João Goulart, símbolos de diferentes faces de linhagens políticas brasileiras, do comunismo ao trabalhismo, construindo-se uma noção de que pertencem a uma mesma família da qual o governo na época em que o texto foi escrito era herdeiro.

A coluna foi escrita no contexto de críticas à condução feita pelo governo de Dilma Rousseff que naquele momento enfrentava os desdobramentos iniciais da Operação Lava Jato e a crise na Petrobras, decorrentes das revelações sobre a compra da refinaria de Pasadena (Limongi, 2024). Seguindo sua linha de críticas ao governo, Azevedo se colocou também no debate da CNV, que era algo presente na opinião pública, ainda mais no ano que marcava a efeméride de 50 anos do aniversário do golpe (Perlatto, 2019). A última frase da coluna indica que, ao seu ver, o importante seria “olhar para frente” e não rever o passado, como estava sendo feito.

A crítica à CNV é intensificada em uma coluna publicada logo após a divulgação do relatório final, em 10/12/2014. No texto publicado dois dias depois (12/12/2014), já após a reeleição de Dilma Rousseff por mais quatro anos, Azevedo classifica a Comissão Nacional da Verdade como uma “Comissão Nacional da Farsa”, título atribuído à coluna (Azevedo, 2014b). Um dos pontos do relatório final, agora entregue, foi a proposta de revisão da Lei da Anistia para quem tivesse cometido atos como tortura e outras violações dos direitos humanos. Reinaldo Azevedo mantém o tom de sua crítica a essa proposta, classificando como “aberração jurídica” e segue em sua linha argumentativa amparando-se nas leis para embasar seu texto. Nesse caso, Azevedo recupera seu passado de militante de esquerda para comprovar sua tese, afirmando que, “na proposta original, a anistia excluía os crimes de sangue. Foram as esquerdas que cobraram que ela fosse ‘ampla, geral e irrestrita’. **Sei porque eu fazia parte dos grupos de pressão**” (Azevedo, 2014b, grifos nossos).

Esse tipo de argumento faz parte de seu vocabulário, como também fazia parte dos textos de Paulo Francis (Vieira, 2024). O uso vem no sentido de comprovar uma

espécie de “amadurecimento intelectual” para uma posição política liberal-conservadora. Ele novamente reforça sua crítica aos comissionários que não teriam investigado os militares mortos pelas guerrilhas revolucionárias de esquerda, novamente estabelecendo a “teoria dos dois demônios”, juntamente ao antipetismo com contornos anticomunistas:

Os assassinatos cometidos por terroristas não ocuparam o tempo dos donos da verdade. Segundo eles, são 434 os mortos e desaparecidos. As 120 pessoas eliminadas pelo terrorismo viraram esqueletos descarnados também de memória. Como? Não são 120? Isso é papo de milico? Por que os valentes da comissão não investigaram? Pais de família inocentes sumiram do mapa dos fatos. **Contumazes assassinos, como Marighella e Lamarca, ocupam o panteão dos heróis. Esse relatório é um lixo moral.** Mais uma vez, a turma mandou a lei à breca: o inciso 3º do artigo 3º determina que a comissão se ocupe de crimes cometidos também “na sociedade”, não só nos aparelhos de Estado (Azevedo, 2014b, grifos nossos).

O argumento de Reinaldo Azevedo na coluna segue em deslegitimar a CNV, apontando que ela não respeitaria a lei que a criou. Ele afirma não ser possível levar a CNV a sério por ela ignorar “cadáveres que não interessam à causa” (Azevedo, 2014b). Essa leitura contraria a lei que instituiu a CNV, apontando que ela buscava a reconciliação nacional. Contudo, o comentário de Azevedo diz muito também sobre sua posição de oposição total ao governo de Dilma Rousseff, quando ele busca ser constantemente uma voz dissonante de políticas públicas desenvolvidas naquele contexto. Ele se ampara, nesse caso, na defesa da lei da Anistia, mas estabelece uma perspectiva de que falta honestidade intelectual para a CNV:

“Anistia” tem a mesma raiz de “amnésia”. É, para fins políticos e penais, “esquecimento”, o que não é sinônimo de “perdão”, “absolvição” ou apagamento da memória narrativa. **Para tanto, é preciso ter honestidade intelectual para contar a história dos mortos de modo a não servir aos interesses de vivaldinos** (Azevedo, 2014b, grifos nossos).

É relevante lembrar que no relatório final consta o número de militares que foram, de alguma forma, perseguidos pelo regime. Além disso, quando entregou o relatório, Pedro Dallari, presidente da CNV, afirmou que não havia interesse em revogar a Lei da Anistia, mas sim na responsabilização de militares que teriam cometido atos que violaram os direitos humanos naquele contexto, apontando que essa decisão caberia ao Poder Judiciário²⁵. Deve-se destacar que, no fomento de sua crítica, Reinaldo Azevedo se vale de argumentos que estabelecem a discussão no campo da “moral”, não das políticas

²⁵ Naquela semana, o ministro Luis Roberto Barroso havia comentado a possibilidade de debater novamente a Lei da Anistia no Supremo Tribunal Federal, como feito em 2010. Pouco tempo antes, a Corte Interamericana de Direitos Humanos também havia recomendado a revisão da lei. Entretanto, essa proposta não avançou de fato e a lei não foi revista, assim como nenhum militar que violou os direitos humanos durante o período foi preso após a divulgação do relatório final. Ver mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/barroso-diz-que-supremo-deveria-voltar-discutir-validade-da-lei-da>

públicas. Isso estabelecido faz com que a crítica pareça superior, de maneira que há quem busque uma leitura técnica do processo, isenta, mas que, na realidade, apenas moraliza o debate.

Reinaldo Azevedo, portanto, manifestou-se em dois importantes momentos em que a Comissão Nacional da Verdade tinha papel central no debate público: no aniversário do golpe e na divulgação do relatório final. Luiz Felipe Pondé, por outro lado, não escreveu sobre esse tema em suas colunas nas datas específicas. Em coluna publicada no dia do aniversário do golpe, Pondé escreveu sobre religiosidade e juventude. No entanto, não se trata de um tema ausente ao longo do ano. Em uma coluna escrita no dia 17/03/2014, Pondé usa a CNV como um exemplo para o tema central de sua coluna. Alguns textos do autor Pondé possuem um caráter mais ensaístico, como nessa coluna “The Clash” em que ele escreve sobre um tema que está sendo debatido na esfera pública, mobilizando alguns autores e dialogando com o contexto político nacional, buscando, porém, provar um argumento que seria construído de maneira mais sofisticada e filosófica.

Um contexto importante a ser destacado é que nessa coluna Pondé retoma um tema que ele já havia escrito em janeiro de 2014. No fim de 2013, o grupo de comédia “Porta dos Fundos” publicou um vídeo no *YouTube* chamado “Especial de Natal”. No esquete, como havia piadas com a religião, foram provocadas tensões. O deputado Marco Feliciano, por exemplo, criticou o vídeo e processou a empresa. A partir disso, Pondé buscou refletir a respeito do humor e liberdade de expressão, criticando as ações de Feliciano, mas responsabilizando outras pessoas pelo contexto:

O humor não pode ser considerado “falta de respeito”. Humor não é caso de polícia. Quando o vocabulário público toma esse viés, estamos às portas da censura. **Mas quem normalmente gritou contra a censura na ditadura são os mesmos que agora são os verdadeiros responsáveis por esta infelicidade.** (Pondé, 2014a, grifos nossos).

O argumento de Pondé é direcionado, portanto, a quem se opunha ao regime militar, sendo estes os responsáveis por uma celeuma em torno de um vídeo. É importante colocar em perspectiva que Luiz Felipe Pondé se posiciona, com bastante frequência, contra o “politicamente correto”. Esse é certamente um dos principais nortes de seu texto, que se mescla a uma crítica ao petismo e a seu conservadorismo político. O “politicamente correto” foi uma expressão que se transformou ao longo do tempo²⁶ e tornou-se um dos

²⁶ Pablo Stefanoni (2021), em “A rebeldia tornou-se de direita? ”, estabelece uma interessante reflexão a respeito de como ser “politicamente incorreto” é um exemplo dessa mudança de lado da rebeldia. Ao passo

principais alvos das novas direitas e extrema direita brasileira na última década (Rocha, 2019).

Para desenvolver seu argumento, Pondé retoma o discurso de que as esquerdas eram tão autoritárias quanto os militares no tempo da ditadura, mas que o tema não vem sendo abordado pela CNV. Em sua escrita, Luiz Felipe Pondé se vale muito do uso de aspas para indicar ironias em seu texto:

Vemos "ex-guerrilheiros da liberdade" agora pregando a censura em nome do culto das "vítimas sociais". Claro que **quase toda a moçada que diz que era guerrilheira da liberdade no tempo da ditadura era de fato tão autoritária quanto os militares**. Mas ninguém pode dizer isso, porque é "feio". **Este é um "adendo" a ser feito à comissão da verdade**. Mas o problema não foi criado pelos cristãos ou pela polícia ofendida. **Foi criado por toda uma "trupe" que abraçou a causa do politicamente correto no Brasil**. Agora, aguentemos. (Pondé, 2014a, grifos nossos)

Destaca-se a forma que ele inverte a noção de que os perseguidos políticos pela ditadura se tornaram os perseguidores por uma espécie de raiz autoritária nos tempos da ditadura. Ao dizer que é necessário um adendo à CNV, o autor argumenta que esta é incompleta, já que não levava em conta os autoritários de esquerda. No parágrafo seguinte, Pondé afirma que o país vai se transformando, aos poucos, em uma “ditadura light”:

Mas **o Brasil está virando uma ditadura light e só não vê quem não quer**. Os ignorantes ainda não perceberam que a destruição da liberdade é muito mais eficaz quando é levada a cabo pela "cultura" e não pelas armas. **Foi isso que os "totalitários do bem" perceberam e estão pondo em prática**. Mas o próprio sistema legislativo e jurídico brasileiro (seja por contar com oportunistas de plantão, **seja por contar com idealistas totalitários — não conheço um idealista que não acabe sendo totalitário...**) criou as condições de possibilidade pra eliminarmos a liberdade de expressão no Brasil. **O politicamente correto é uma cultura descarada do medo e não uma preocupação com a justiça. O Brasil não tem cultura de liberdade. É autoritário à esquerda e à direita**. (Pondé, 2014a, grifos nossos).

O texto ganha um contorno de denúncia à destruição da liberdade de expressão. Ao se valer dessa leitura, de certo aspecto até conspiratória, Pondé afirma que os “totalitários do bem” – termo que se vale para classificar um modelo generalizado das esquerdas – pouco se preocupam com justiça de fato, mas na realidade planejam dominar o país com outras faces de autoritarismo. É delimitado um inimigo interno, que opera nos meandros da burocracia brasileira, para estabelecer essa “ditadura light”.

Na conclusão de seu texto, Luiz Felipe Pondé faz uma referência ao cientista político Samuel Huntington a fim de embasar teoricamente seu argumento. Ele recupera

que nos anos 1990 parte da esquerda se valia desse selo, ao longo dos anos 2000 e 2010, a direita passa a utilizar esse discurso posicionando-se contra o “establishment” ou a “polícia do pensamento”.

a obra de Huntington (1996) a partir de uma coluna escrita por João Pereira Coutinho, intelectual conservador português com quem Pondé já escrevera um livro. Coutinho já citou também Reinaldo Azevedo em suas colunas²⁷, o que permite observar como esses intelectuais escrevendo para o mesmo jornal dão indícios que liam os trabalhos de seus colegas, com certas redes sendo construídas:

Em 1992, o cientista político Samuel P. Huntington fez uma conferência no American Enterprise Institute, depois ampliada e publicada na revista "Foreign Affairs" em 1993, com o título "The Clash of Civilizations" (O Conflito das Civilizações). Algumas semanas atrás, o colega J.P. Coutinho citou este texto em sua coluna aqui na "Ilustrada". Pois bem, a playboizada politicamente correta adora xingar Huntington dizendo que seu texto é "preconceituoso". Mas qualquer um que leia seu texto, guardando a distância devida (1992-1993), perceberá que sim, de lá pra cá, os conflitos são cada vez mais culturais. **E o "clash" não é só entre grandes sistemas civilizacionais (como é o foco de Huntington), mas entre culturas locais** (Pondé, 2014a, grifos nossos).

Pondé se inspirou na obra de Huntington para escrever o título de sua coluna. Escrito ao fim da Guerra Fria, o texto apontava para um predomínio de conflitos entre civilizações ocidentais e não ocidentais. A tese de Huntington sofreu críticas pela forma que tratou a noção de civilização como uma unidade cultural, por exemplo, a civilização islã. Esse tipo de generalização foi criticado por Edward Said (2001), que apontou para tons simplistas e normativos da teoria, já que há distinções e diferenças em grupos culturais que compunham essa noção de “civilização”.

A tese de Huntington, entretanto, é consolidada em certos meios intelectuais conservadores e liberais. No entanto, também é ressaltada a forma que Pondé classifica a crítica ao cientista político, apontando como “playboizada politicamente correta” e que “adora xingar”, sem levar em conta críticas mais consolidadas academicamente, como a de Said (2001). Entende-se que esse tipo de classificação é recorrente no autor em sua crítica às esquerdas e ao petismo, já que, em outros casos, será percebida uma classificação desses grupos como parte de uma elite e com comportamentos elitistas e infantilizados (bonzinhos, inteligentinhos, turma dos queijos e vinhos e outros).

Ao falar em conflitos entre culturas locais, Pondé argumenta que isso estaria acontecendo no Brasil, traçando uma polarização no país e certamente assumindo um lado, com uma leitura maniqueísta do processo. É importante destacar que, no contexto em que a coluna foi escrita, a noção de que o país estava dividido ao meio ainda não contava com tanto espaço. Isso ocorreu principalmente após as eleições naquele ano,

²⁷ Em sua coluna, João Pereira Coutinho elogia o livro de Reinaldo Azevedo publicado naquele ano e confessa ser seu leitor já há muitos anos. Seus elogios vão de como Azevedo seria um grande observador do país e também capaz de “ir contra a maré”. Ele cita que Azevedo também é um leitor de suas obras, inclusive sendo responsável por escrever na “orelha” de seu livro “Ideias Conservadoras” (2014).

entretanto, é curioso observar a leitura que Pondé faz aliado à sua observação no começo do texto sobre a CNV, tema que despertava discussões no espaço público, inclusive o debate sobre quem resistira à ditadura e quem teria violado os direitos humanos.

Em Reinaldo Azevedo, essa leitura se dá com o autor adotando a teoria dos dois demônios em uma espécie de contra-argumento ao que estava sendo construído no debate público sobre o tema. Segundo Pondé, “o Brasil hoje é um país rasgado entre uma cultura liberal, centrada no indivíduo e na valorização da autonomia e autorresponsabilidade, e uma autoritária, centrada no “coletivo” e no culto do ressentimento e da dependência” (Pondé, 2014a).

A construção desse argumento de Pondé parte de uma linguagem conservadora, haja vista não só o argumento de crítica ao “politicamente correto”, mas também os autores mobilizados por ele para se embasar teoricamente. Há, no entanto, uma linguagem liberal no fim de seu texto no qual se divide o país entre liberais e autoritários, com os autoritários sendo aqueles “ex-guerrilheiros da liberdade” ou os “totalitários do bem”, que cultuam as “vítimas sociais”.

Esse formato de crítica que aponta para uma CNV que molda uma história única pode ser percebido na outra fonte em que Pondé fala sobre o tema. Entretanto, é uma crítica aos trabalhos da CNV que se mescla com uma crítica ao petismo e às esquerdas. Em coluna escrita em junho de 2014, Pondé explora um outro gênero de texto comum em suas colunas em que se faz uma resenha sobre um livro. Esse tipo de crítica cultural se repete também em filmes, séries e outros tipos de produtos culturais. Nesse texto, ele abre seus argumentos refletindo sobre a História enquanto ciência, apontando para algumas discussões da historiografia:

Literatura é um documento histórico? Para mim, a literatura é um documento antes de tudo porque “brota” do solo de uma época, dos modos de vida, das ansiedades, das práticas morais e políticas. Enfim, da “matéria social e psicológica” de quem escreve. Entretanto, a verdade histórica é mesmo um drama. **Existe “fato histórico”? Aliás, como nos ensinou George Orwell em seu brilhante “1984”, podemos criar um passado (ou um presente) que não existe, a fim de fazer as pessoas esquecerem o que queremos que esqueçam ou acreditem no que queremos que elas acreditem. A nossa Comissão da Verdade está bem no olho do furacão deste debate. Professores de história ensinam o que querem, contanto que façam a cabeça dos alunos do jeito que querem** (Pondé, 2014b, grifos nossos).

A respeito da pergunta de Pondé sobre a existência do “fato histórico” é um ponto de debates entre historiadores e outros cientistas sociais, mas a leitura de Hannah Arendt (2022) acerca das relações entre verdade e política é relevante para compreender o caráter de uma verdade factual e, por consequência, de um fato histórico. A autora destaca a

existência desses debates, mas aponta que, por mais complexa que a ciência histórica possa ser, historiadores não podem negar a existência de matéria fatural, tal qual “manipular os fatos a seu bel-prazer” (Arendt, 2022) apagando linhas divisórias entre fato, opinião e interpretação.

Isso vai ao encontro do argumento de Luiz Felipe Pondé que cita a obra de George Orwell e a partir dela comenta sobre as investigações conduzidas pela CNV. Ao analisar que se pode criar um passado para que se esqueça de outra coisa, Pondé argumenta de maneira similar a Reinaldo Azevedo sobre a legitimidade dos trabalhos da comissão. Por fim, estabelece que professores de História ensinam “o que querem” a fim de fazer a cabeça de seus alunos. Tal argumento se assemelha ao que ele havia chamado há 3 meses de “ditadura light”, só que, nesse caso, caminha para o campo do ensino de História e da educação básica.

Após dar suas impressões a respeito da literatura como fonte histórica, Pondé indica a obra que se propôs a comentar e chega a uma crítica ao petismo e sua política externa, ainda que de maneira implícita. Trata-se do livro “Mapa dibujádo por um espía”, do escritor cubano Guillermo Cabrera Infante. Infante foi um crítico à ditadura de Fidel Castro, ainda que tenha trabalhado para o regime em seu começo. Pondé propõe que existe uma ideia equivocada a respeito de Cuba no Brasil por conta de “propaganda ideológica”:

Proponho que todo mundo que queira ter uma ideia do que foi e é Cuba, para além da propaganda ideológica ainda em curso em nossas terras neolíticas, leia Guillermo Cabrera Infante (1929-2005), escritor cubano, mais tarde naturalizado e radicado na Inglaterra devido aos conflitos com a ditadura cubana, “nuestra camarada” (Pondé, 2014b).

Nesse sentido, Pondé produz novamente a perspectiva de uma história “verdadeira” e uma que é construída a partir da noção de “propaganda ideológica”. A crítica ao petismo fica evidente na ironia com o uso das aspas e do espanhol para definir a ditadura cubana como “nuestra camarada”, referindo-se às relações bilaterais entre os dois países. É preciso situar que os laços se estreitaram durante os governos de Dilma por políticas públicas como o “Mais Médicos”, que envolvia o intercâmbio de médicos cubanos para trabalharem em áreas de pouca capilaridade do sistema de saúde brasileiro. No decorrer do texto, Pondé afirma que o relato de Infante constava que a medicina cubana era “um lixo, como é até hoje” (Pondé, 2014b). Entende-se que, nesse caso, o antipetismo de Pondé conversa com o anticomunismo histórico no Brasil, frente às

recorrentes simbolizações de Cuba como um mal a ser combatido por conta de seu regime comunista (Motta, 2019)²⁸.

Pondé compara a posição da ditadura cubana com a de “pentecostais famosos no Brasil” em relação a perseguições a homossexuais²⁹. Sua crítica segue ao relatar a experiência de Cabrera Infante nas burocracias do Estado cubano. O autor constrói o argumento a partir de uma crítica ao tamanho do Estado, como apontada por Jorge Chaloub (2025), que o retrata como enorme, burocrático e um entrave ao desenvolvimento: “Ele vai inúmeras vezes ao ministério, mas sem que seja atendido pelas autoridades revolucionárias. Assim é sua aventura kafkiana. **Regimes burocráticos movidos pela certeza de representar o "bem social" costumam ser inacessíveis**” (Pondé, 2014b, grifos nossos).

Também em um argumento semelhante ao usado na coluna “The Clash”, Pondé aponta para um autoritarismo inerente a movimentos de esquerda ou, como classifica de maneira irônica, dos “totalitários do bem”. Entende-se que esse tipo de análise, em um contexto de um governo que mantinha relações com a ditadura cubana, mas que respeitava a democracia, tem, se não por objetivo, como consequência, a possibilidade de criar uma falsa equivalência entre o petismo e a ditadura cubana. Não deve ser ignorado que o regime de Fidel Castro de fato assassinou, perseguiu e reprimiu grupos e pessoas que se opunham politicamente a seu governo, o que evidentemente não significa que o mesmo estivesse acontecendo (ou mesmo havia a possibilidade de acontecer) durante os governos petistas, período marcado por avanços em inúmeras políticas sociais e de inclusão (Barros, 2022).

Discordar das relações diplomáticas que os governos petistas mantiveram em seus mandatos é legítimo, tendo em vista que democracias como a Venezuela e Nicarágua passavam por desmontes em governos autoritários de esquerda, assim como Cuba que vivia uma ditadura há décadas, ainda que devam ser levados em conta a importância e o papel mediador que o Brasil têm para a região. Essa crítica será percebida ao longo da dissertação em que o tema reaparece. A problemática da forma que a crítica é empregada

²⁸ Uma das principais representações da ameaça comunista no Brasil no ideário anticomunista se dava pela ideia de um “agente externo” (Motta, 2020). Dessa forma, os médicos cubanos seriam apontados como os responsáveis por atravessar os rincões do país em busca de se infiltrar e doutrinar a população brasileira

²⁹ No artigo de Douglas Pinheiro (2018) o tema é bem explorado e compara as perseguições sofridas por homossexuais na ditadura militar brasileira e cubana. Em seu artigo, Pinheiro reconhece que a CNV se dedicou a expor tais casos, mas aponta a existência de lacunas em políticas de memória nesse sentido. Ainda indica que, mesmo que em direções opostas ideologicamente, os governos autoritários perseguiram e reprimiram as identidades de gênero e orientação sexual consideradas desviantes. Em 2010, Fidel Castro reconheceu em uma entrevista que as perseguições se trataram de uma grande injustiça na época.

está, no entanto, na percepção de que tais países serviam de modelo para o Brasil sob governos petistas, o que em momento algum se concretizou. Posteriormente, nas manifestações contra o governo Dilma, dizeres que mandavam militantes de esquerda “irem para Cuba” ou que o Brasil “vai virar Venezuela” foram cada vez mais recorrentes. Assim, observa-se que a construção de tais consensos a respeito desses países e de que o Brasil poderia caminhar para uma ditadura de esquerda ou desmonte de sua democracia estava presente em textos de intelectuais das direitas. Dessa forma, enxerga-se como tais ideais circulavam no debate público, além da presença de continuidades históricas, já que é novamente um indício do antipetismo que, se não assume um papel do anticomunismo no Brasil do tempo presente, reproduz discursos que este já havia criado ao longo do século XX.

Para concluir seu raciocínio e retomar sua discussão inicial a respeito dos fatos históricos e do debate sobre o que é ou não História, Pondé retoma a ideia de “ditadura light”, fazendo uma forte afirmação a respeito das aulas de História no Brasil:

O regime chegou a pensar em retirar o pátrio poder das famílias e fazer das crianças “filhos da revolução”. Enfim, o horror que quem conhece a história do século 20 sabe, **mas que começa a ser omitido para os alunos em suas aulas de história no Brasil.** (Pondé, 2014, grifos nossos).

Ao pesquisar os debates públicos que estavam ocorrendo na semana anterior à publicação da coluna, foram encontradas algumas questões que auxiliam a pensar em hipóteses sobre os porquês das leituras feitas por Pondé. Por ele falar sobre professores de História moldarem seus alunos e sobre um “passado omitido”, entende-se que poderia se tratar de um questionamento, ainda que implícito, ao Plano Nacional de Educação (PNE) que havia sido aprovado naquela semana e que contava com um alto investimento na área da Educação. O novo PNE gerou disputas na base aliada frente ao tamanho do orçamento que seria disponibilizado (Foreque; Cruz, 2014).

Destaca-se que, no dia seguinte à aprovação do plano (29/05/2014), Jair Bolsonaro pediu a palavra na câmara dos deputados para protestar contra este PNE que havia sido aprovado. Em seu discurso, o deputado pelo Partido Progressista (PP) manifestava inconformismo ao apoio de seu partido à reeleição de Dilma Rousseff, que, se reeleita, daria início à “festa do PT para um socialismo em nosso país” (Bolsonaro, 2014). No entanto, o deputado ia além e afirmava:

Agora vamos ver como estão os livros escolares. Eu fui a escolas, para não ter dúvidas. Vemos nesses livros, claramente, fotografias de José Dirceu como uma síntese da sua geração e de Paulo Maluf, traidor e corrupto. Não entro no mérito. Detalhe: Dirceu e Maluf estiveram juntos na campanha de Fernando Haddad e estão juntos agora, na campanha do PT para Governador de São

Paulo e na campanha pela reeleição de Dilma Rousseff. **Sobre Lamarca o livro é bem claro. Ele tinha os militares como os que traíram o Brasil.** Agora o detalhe, Deputado Inocêncio Oliveira, sugestões – entre aspas –, nos livros escolares: “Você concorda que torturadores e assassinos de presos políticos sejam executados depois de uma revolução popular?” **A conclusão já indica que sim, porque Cuba fez isso. E o livro mostra fotos de uma mulher grávida sendo atendida num hospital cubano– uma maravilha, coisa que nem o Sírio-Libanês tem! – ao lado de uma mulher sendo atendida numa pia de hospital público brasileiro. Outra sugestão para debate em sala de aula: “Cuba teria alcançado o mesmo nível de desenvolvimento social que tem hoje se fosse um país capitalista?” A conclusão é que não, logicamente. O Japão está abaixo de Cuba, como a Inglaterra, os Estados Unidos e por aí afora** (Bolsonaro, 2014, grifos nossos).

Jair Bolsonaro ainda afirmava novamente que o país caminhava para o socialismo e, ao criticar outra medida do governo de Dilma Rousseff, questionou sobre a presença dos médicos cubanos no país como “agentes”, de maneira que poderia dar indícios de que havia conspirações em curso dentro do país. A coluna de Pondé foi publicada no dia 02/06/2014, alguns dias depois do discurso de Bolsonaro. Não há aqui a intenção de cometer teleologias, visto que não se tem comprovação de que Pondé tenha visto a fala de Bolsonaro ou se inspirado nela para escrever sua coluna. Porém, é importante refletir a respeito da semelhança entre a linha argumentativa de Pondé, que faz uma crítica cultural a partir de um campo conservador, e o discurso do deputado de extrema direita em plenário, que representava interesses do campo militar naquele contexto em que a CNV era centro do debate público³⁰.

O discurso de Bolsonaro cita também Carlos Lamarca, militante e revolucionário também citado por Reinaldo Azevedo em suas colunas sobre a CNV. Entretanto, naquele mesmo ano, Azevedo publicou uma coluna criticando Bolsonaro em dezembro, após as agressões que este cometeu com a deputada Maria do Rosário (PT)³¹. Tais semelhanças e divergências indicam a possibilidade de interação entre campos de uma direita hegemônica naquele contexto e uma extrema direita que encontrava voz em alguns representantes. Além disso, enxerga-se uma das formas que o antipetismo pode ser visto como um fator aglutinador de tendências e também de maneira polimórfica, seja com

³⁰ O discurso foi publicado no *Youtube* no dia seguinte (30/05/2014) e conta com 61 mil visualizações. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dp-GhJ2XiUE&lc=Ugi7rwJaxZuBXXgCoAEC&ab_channel=JairBolsonaro

³¹ Na coluna Petrossauro e Bolsossauro, Reinaldo Azevedo tece uma dura crítica a Bolsonaro e afirma ter sido alvo de seus apoiadores por se inclinar à esquerda ao criticar o deputado. Azevedo sugere que procurem essa inclinação em seu texto em que chama a CNV de “Farsa” e que não liga pelo fato de Bolsonaro também ser contra Dilma. Reinaldo Azevedo reforça que as opiniões de Bolsonaro não seriam de “direita”, mas sim desinformadas e que sua postura misturaria um “Tiririca a uma vivandeira”, não agradando nem aos militares. Segundo Reinaldo, Bolsonaro serviria sim como um espantalho das esquerdas para criticar as direitas. Esse texto será analisado de maneira mais profunda no último capítulo da dissertação.

remitências ao anticomunismo do século XX, seja com pautas mais cotidianas como a corrupção, que estava também no centro do debate naquele ano a partir do escândalo do Petrolão e da Operação Lava Jato, temáticas que também apareceram nas colunas de Azevedo e Pondé.

A eleição de 2014 elevou a altos níveis a polarização entre PT e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Decidida por pouco mais de 3 milhões de votos, ela marcou a quarta vitória consecutiva do petismo sobre o partido opositor, o que parecia consolidar ainda mais a disputa entre os dois partidos que conduziam a disputa pelo Poder Executivo na Nova República (Nobre, 2022). Entretanto, essa eleição marcou um ineditismo nas disputas entre o PT e o PSDB para além do grau de polarização: os resultados foram contestados por quem perdeu a eleição, amparado por seu partido.

Não se tratou de algo novo na história política brasileira. Durante a República de 1946, Carlos Lacerda e seu partido, a União Democrática Nacional (UDN), contestaram algumas eleições em que foram derrotados. Ainda assim, como apontado por Levitsky e Ziblatt (2018), é uma prática que enfraquece a democracia de qualquer país quando um candidato escolhido por mais de 50 milhões de pessoas resolve encampar tal tipo de discurso – mesmo que não seja inédito.

Aquela eleição teve algumas questões particulares que precisam ser destacadas antes de observar como foram abordadas nas fontes. Tratou-se de uma eleição em que a corrupção foi um tema central do debate, principalmente a partir dos escândalos da Petrobras e do avanço da Operação Lava Jato (Limongi, 2023). Dilma Rousseff tinha uma postura clara em seus discursos: iria combater a corrupção a todo custo e, reeleita, afirmou que iria lutar por uma reforma política no país.

Em seu discurso após a reeleição, Dilma destacou que trabalharia para a reconciliação nacional e reafirmou que o país não havia “rachado ao meio”. Essa percepção de que o país estava dividido encontrou ecos nos campos econômicos e regionais (Avritzer, 2019), com destaque ao sucesso eleitoral do petismo na região nordeste, abrindo margem para teses separatistas, como a do Coronel Telhada, que defendia que São Paulo se separasse do resto do país (Limongi, 2023).

Esses temas aparecem nas colunas de Azevedo e Pondé no período eleitoral, mas destaca-se a retórica radicalizada na forma que eles trataram o PT antes do mês de outubro, em que se realizaram as eleições. Em dado momento, Reinaldo Azevedo chegou

a comparar o petismo com o Nacional-Socialismo³²; em outros, com o autoritarismo venezuelano. Pondé seguiu em linha parecida, usando o adjetivo de “Bolivarianismo” para classificar o partido. Na mesma semana que Azevedo classificou Dilma como próxima a Maduro, Pondé disse que o país caminhava para uma ditadura similar à União Soviética³³. Ainda que não seja possível analisar todas as fontes neste capítulo, é notável a virulência com que ambos tratavam o fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o que foi também perceptível na forma que escreveram a respeito da CNV, colocando em cheque sua legitimidade.

No dia seguinte aos resultados do 1º turno, Pondé escreveu a respeito da corrupção e expressou seu ceticismo frente à política brasileira. Em obras anteriores, ele já havia destacado como isso era uma base de seu pensamento, inclusive a partir de suas leituras de filósofos como Michael Oakeshott e David Hume (Pondé, 2012). Seu argumento é que no Brasil “ninguém está nem aí para corrupção em política. Nenhum estrato social. Nem rico, nem pobre, nem culto, nem artista, nem inteligentinho” (Pondé, 2014c) e que o escândalo da Petrobras seria resolvido “em pizza”. Ele reforçou que não falava somente dos “bolivarianos atualmente no poder” (Pondé, 2014c), mas da política em um geral. Destaca-se essa classificação do petismo como bolivariano, já que o objetivo e a forma que é usada vem no intuito de desqualificar o partido a partir de uma aproximação dele com figuras como Hugo Chávez e Evo Morales. Os presidentes petistas realmente foram próximos de tais políticos, mas, diferente deles, não houve tentativa de erodir as instituições democráticas como nos países vizinhos a partir da perpetuação de terceiro ou quarto mandato presidencial.

O ceticismo de Pondé justifica seu argumento a respeito da pouca importância dada para a corrupção. Segundo o autor, a realidade é que as pessoas não são racionais na hora em que votam, sendo a escolha motivada pelas simpatias construídas a respeito de algum candidato. Sua ironia, novamente destacada com o uso de aspas, envolve em criticar o que chama de “consciência política”, o que em sua visão é um “fetiche” (Pondé,

³² AZEVEDO, Reinaldo. O Nacional-Socialismo Petista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/06/1473310-o-nacional-socialismo-petista.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2025.

³³ Essas colunas foram publicadas em meados de junho, com os títulos “Dilma de Caracas” e “U.B.S.S” e o tema debatido pelos autores era a “Política Nacional de Participação Social” que foi tratada com grande temor pelos dois intelectuais, que afirmavam se tratar de um passo largo para a implantação de uma ditadura totalitária no país, afirmando que o governo de Dilma estava buscando definir o que era o cidadão e o indivíduo na sociedade brasileira.

2014c). Essa leitura parece de certa forma até desqualificar a política, enxergando que não haveria solução para os problemas a partir dela.

Pondé reforça sua crítica conservadora a partir de um exemplo histórico, citando Rousseau que teria aberto um novo mercado das mentiras políticas ao dizer que era possível fazer política com ética. Ele parte, então, para uma leitura mais simplificada a respeito das formas que as pessoas formam suas opiniões:

Se acreditamos que a economia seja uma ciência do comportamento humano que deve levar em conta coisas como "quem tem o que todo mundo quer ganha mais" tendemos a crer que devemos levar em conta as "leis de mercado". Quem crê que devemos "buscar formas mais humanas de produção e igualdade" não crê nas "leis de mercado", mas sim que elas foram inventadas pelos que gostam de explorar os mais fracos. Mas, como a democracia é um regime baseado numa economia do ressentimento, quem crê em "leis de mercado" é malvado e quem afirma que elas podem ser negadas se quisermos fazer o mundo melhor é visto como gente legal. (Pondé, 2014c).

Essa leitura simplista envolve também a forma que ele enxerga a democracia, afirmando que se trata de um regime baseado em ressentimento, além da sua infantilização de quem tivesse uma visão mais crítica ao capitalismo. A forma que o autor inicia a coluna aparenta que irá ser feita uma crítica mais ampla a política, mas, observando atentamente, percebe-se que o alvo de sua coluna são novamente os “intelligentinhos”. O argumento é retomado no parágrafo seguinte, quando Pondé afirma que para quem escolhe candidatos que sejam comprometidos com “justiça social” (ele usa as aspas), esse candidato pode até roubar. Ao tratar dos escândalos de corrupção em governos petistas e das políticas de inclusão social estabelecidas durante o período, há um forte indício de que o autor está falando que quem votou no PT e em Dilma Rousseff, no primeiro turno, toleraria a corrupção.

Pondé reitera sua posição cética ao afirmar que a crença na racionalidade na política é similar a uma religião, um ato de fé. Conclui o texto dizendo que os votos dos brasileiros são por um desejo de “mais Estado nas suas vidas. Mais Bolsa Família e mais bolsa empresário” (Pondé, 2014c). Por fim, estabelece uma visão crítica da democracia, já que afirma que, no futuro, rirão da fé dos brasileiros nela. Destaca-se como o autor traz em seu texto dois sentidos de crise, a do Estado – quando indica que o país será ridicularizado no futuro e a sociedade quer mais Estado em suas vidas, com uma leitura negativa a respeito disso – e da moral, sinalizando que no país as pessoas aceitam a corrupção de maneira passiva e, nesse caso, principalmente quem havia votado em candidatos de esquerda (Chaloub, 2025). Além disso, a linguagem política conservadora

também é perceptível nesse texto a partir do ceticismo mobilizado por Pondé, ainda que de maneira mais simplificada por se tratar de uma coluna de opinião.

Uma relação feita entre defesa de justiça social e tolerância a corrupção reaparece em Pondé após os resultados do segundo turno, mas também é recorrente nos comentários de Reinaldo Azevedo antes das eleições. Às vésperas do primeiro turno, os escândalos da Petrobras também eram presentes no texto de Azevedo, que reforça a ideia de que o tamanho do Estado é um grande problema no país, associando isso diretamente à corrupção em suas estatais. Nesse aspecto, o texto é semelhante ao de Pondé, tendo em vista a presença de uma crítica à classe artística e acadêmica como apoiadores desse estatismo. Ele aponta que não se trata somente de um caso de polícia, mas de política - isso dito às vésperas de uma eleição parece ter bastante significado – uma vez que a culpa da corrupção passa a ser atribuída a concorrentes a cargos eleitorais:

Não obstante, o estatismo goza de grande prestígio no Brasil, especialmente junto a acadêmicos, artistas e jornalistas, que ajudam, sim, a formar opinião e a plasmar consensos. Os escândalos na Petrobras se tornaram tema de campanha – e nem poderia ser diferente. Mas nós os estamos debatendo como se fossem apenas casos de polícia, e esta é a sua face menos importante. O assalto organizado à Petrobras é um caso de política. **Há quatro eleições já, incluindo a deste ano, o petismo sufoca o país com a sua ladainha estatista, que só interessa à burguesia sindical do capital alheio e, portanto, aos aparelhos que garantem a influência e o poder do próprio... petismo. Os verdadeiros espoliadores do Brasil, a "classe" de fato dominante, são justamente aqueles que saem por aí a falar em nome da igualdade e da justiça social.** Praticam a forma mais porca e perversa do discurso ideológico, que é a do mascaramento da verdade. Quando é que voltaremos a ter uma candidatura viável, com a coragem de dizer os nomes daqueles que nos assaltam e condenam? (Azevedo, 2014c, grifos nossos)

“Sufoca, ladainha, espoliadores, assaltam, condenam”... são alguns dos termos utilizados para classificar as práticas do petismo às vésperas da eleição. Observar essas associações entre o partido e o autoritarismo, além do crime, ou destacá-lo como moralmente inferior era uma prática recorrente nas colunas dos intelectuais, que, mesmo fazendo uma oposição virulenta, não se trata de ser antidemocrático. O polemismo característico a ambos não significou defender pautas adotadas por setores radicalizados da oposição, como uma ruptura tutelada pelos militares ou até a ideia de secessão política entre as regiões Sul e Nordeste, porém, contribuiu para fomentar a tese de que havia, no poder, um partido autoritário – ou uma organização criminoso, que deveria ser removido do jogo político.

Após os resultados do primeiro turno, Azevedo escreveu a respeito dos resultados no estado de São Paulo, que deram ampla vitória para Geraldo Alckmin no governo, além de alta porcentagem de votos em Aécio Neves. Azevedo criticou quem argumentou que

esses resultados eram fruto de um “preconceito anti-PT” e foi taxativo ao afirmar o que o partido representava, que ia na linha do sentido de “crise da ordem” (Chaloub, 2025):

Preconceito por quê? O PT, por acaso, advoga alguma causa excepcional, que vá contra, sei lá, o obscurantismo do senso comum, ou se coloca na vanguarda de lutas civilistas que desorganizam o status quo? Se há um partido que encarna os piores vícios da ordem no que esta tem de mais nefasta, de mais reacionária e de mais autoritária, este partido, hoje, é o PT (Azevedo, 2014d).

Além de repetir essas classificações de que o partido era autoritário, Azevedo emplacou outro argumento que seria fundamental para compreender o papel desempenhado por ele nos anos seguintes. Naquele mês iniciaram-se as delações premiadas de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, que teriam um impacto importante na eleição e no decorrer da Operação Lava Jato. A partir desses eventos, Reinaldo Azevedo fala sobre a possibilidade de *impeachment* pela primeira vez, ainda que de maneira superficial – no entanto, ele reivindica esse pioneirismo da agenda ao longo do segundo mandato de Dilma. Após a votação do 2º turno, tal hipótese passou a ser mais difundida na sociedade, o processo ganhou corpo e culminou na deposição da presidente em 2016:

Prestem atenção! Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef mal começaram a falar. A depender do rumo que as coisas tomem e do resultado das urnas, **o país voltará a flertar, no próximo quadriênio, com o impeachment, somando, então, a crise política a uma economia combalida** (Azevedo, 2014d, grifos nossos).

Ainda no contexto eleitoral, nas duas semanas após o primeiro turno, Reinaldo Azevedo fez questão de escrever duas colunas em que defendia a democracia representativa. Em 17 de outubro, fez sua declaração de voto em Aécio Neves a partir de uma série de críticas que tinha a respeito do petismo. Ele cita a inflação, a regulamentação das mídias – tema que ocupou durante muito tempo a crítica ao petismo a partir de setores conservadores e liberais, a corrupção (e novamente aponta para a ideia de “rouba, mas produz justiça social” como tolerável para quem apoiasse o petismo). Azevedo traça um elogio à democracia liberal, mas fazendo uma referência às relações cultivadas pelos governos petistas com governos antidemocráticos, como já apontado anteriormente, de maneira que estabelece uma relação em que o petismo não defenderia a democracia a partir das relações cultivadas com governos autoritários:

Proponho que você avalie outro critério: o respeito à democracia representativa. Que candidatura lhe parece mais alinhada com o sistema que produziu, até hoje, os regimes mais civilizados da Terra, conciliando liberdade com justiça social? É respeito à história. Se é Dilma, então é Dilma; se é Aécio, então é Aécio. Os dois dizem acatar esse regime (Azevedo, 2014e).

Essa defesa da democracia representativa – ainda que ele a faça situando um dos elegíveis como similar ao nacional-socialismo, autoritário, totalitário – persiste em sua coluna nas vésperas do segundo turno. É válido ressaltar que, como aponta Motta (2020), uma das matrizes ideológicas que sustentou o anticomunismo histórico no Brasil era a do liberalismo brasileiro, que em muitos momentos pautou a defesa da democracia liberal a partir de uma lógica democracia versus comunismo. O argumento de Azevedo acaba sendo similar ao dessa matriz, apontando o petismo como uma outra alternativa, distinta dos jogos da democracia liberal.

Outro texto que vale ser destacado foi publicado na sexta-feira, 24/10/2014, um dia após a publicação de uma edição de grande repercussão da Revista Veja. A revista revelava trechos da delação de Alberto Yousseff³⁴ que, em um de seus depoimentos, afirmou que Dilma e Lula tinham conhecimento das ilegalidades que ocorriam dentro da Petrobras, incluindo a participação do tesoureiro do partido, João Vaccari Neto.

Reinaldo Azevedo debate em seu texto a diferença entre uma eleição e um plebiscito, buscando diferenciar os processos indo em direção contrária do que era comentado em alguns setores da esfera pública, frente ao nível de polarização que aquela eleição atingiu. Azevedo reforçava a tese de que naquele ano não se tratava de dizer “sim” ou “não” e que no processo democrático existem discordâncias, erros e acertos de cada lado. Seu argumento se baseava principalmente na ideia de que quem vencesse não

³⁴ Houve muita polêmica a respeito dessa edição da Veja, incluindo manifestantes petistas protestando na frente da editora Abril, condenado tanto por Dilma quanto por Aécio, que afirmou se tratar de um “atentado à democracia”. A coligação de Dilma Rousseff entrou com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral, que concedeu uma liminar proibindo a revista de fazer publicidade daquela edição naquele fim de semana. Nas palavras do ministro do TSE, “ainda que a divulgação da ‘Veja’ apresente nítidos propósitos comerciais, os contornos de propaganda eleitoral, a meu ver, atraem a incidência da legislação eleitoral, por consubstanciar interferência grave em detrimento de uma das candidaturas”. Houve divergência entre juristas a respeito da decisão, com alguns falando em censura e outros considerando como ponderada, já que existia uma discussão a respeito do tipo da publicidade, se era uma propaganda eleitoral (o que não é permitido 24h antes das eleições) ou se era um conteúdo normal da revista. As informações foram retiradas das seguintes matérias: LIMA, Maria; JUNGBLUT, Cristiane. Dilma e Aécio condenam o ataque ao prédio da revista ‘Veja’: Segundo Dilma Rousseff, foi um ato ‘de barbárie’; para Aécio, ‘atentado contra a democracia’. O Globo, Rio de Janeiro, 25 out. 2014. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/dilma-aecio-condenam-ataque-ao-predio-da-revista-veja-14358884>. Acesso em: 14 ago. 2025; TSE proíbe ‘Veja’ de veicular publicidade da edição desta semana. Folha de São Paulo, Brasília, s.p. 25 out. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538237-tse-proibe-veja-de-veicular-publicidade-da-edicao-desta-semana.shtml?mobile&width=280>. Acesso em: 14 ago. 2025.; GRANJEIA, Julianna; ROXO, Sérgio. Juristas divergem se suspensão da propaganda de revista pode ser considerada censura: Especialistas analisaram decisão de ministro TSE que proibiu a publicidade da edição do final de semana das eleições. O Globo, São Paulo, 25 out. 2014. Política, s.p. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/juristas-divergem-se-suspensao-da-propaganda-de-revista-pode-ser-considerada-censura-14358809>. Acesso em: 14 ago. 2025.

poderia ignorar o que o opositor defendia. No entanto, Azevedo não deixa de lado sua crítica ao petismo, principalmente frente às revelações dos escândalos na Petrobras:

A assertiva de um plebiscito embute a perigosa suposição de que, se o tucano vencer, poderá, então, desacelerar os programas sociais –já que estariam sendo repudiados pela maioria. Suposição ainda mais perigosa é a de que a eventual vitória de Dilma significará a aprovação dos métodos de gestão revelados no mandato da governanta, muito especialmente os adotados na Petrobras. Nota à margem: se a candidata já admitiu o malfeito, a presidente, no entanto, mantém João Vaccari Neto, o tesoureiro do PT, como conselheiro de Itaipu e como um dos chefões de sua campanha (Azevedo, 2014f).

A crítica de Azevedo, muitas vezes em tons ácidos, envolve a criação de novos termos para determinadas situações para classificar, de maneira irônica, quem ele está criticando. No caso de Dilma Rousseff, em alguns momentos, ele se refere a ela como “governanta”, palavra que se refere à profissional responsável pela organização, limpeza e supervisão de ambientes e não “governante”, como seria o correto. Entende-se que a ideia seria ser similar ao uso de “presidenta”, este correto e reivindicado por Rousseff ao longo de sua trajetória no Poder Executivo, mas nesse caso fazendo uma piada.

Ao final de seu texto, ele novamente faz uma espécie de declaração de voto, quanto mais se for levado em conta o que foi pontuado em sua coluna anterior. Ele reforça o caráter eleitoral e não plebiscitário, fazendo um jogo com as palavras “progressista” e “conservador”. Entretanto, o que ele acredita ser necessário de ser votado nas urnas seriam propostas comuns a conservadores, liberais e progressistas: exigir mais eficiência do governo, menos corrupção e mais bem-estar aos mais pobres. Porém, a partir do que Azevedo escreveu durante aquele ano, dos sentidos que deu a seus textos, palavras e expressões, parece claro o seu apoio a Aécio Neves, já que o PT representava para ele corrupção, ineficiência e autoritarismo. Ao estabelecer quais valores seriam votados, questiona-se então se o próprio Azevedo, ao pontuar coisas tão positivas de um lado e tão negativas do outro, acabou tratando a eleição como um plebiscito:

Não haverá plebiscito nenhum no domingo. Será apenas uma eleição presidencial, a sétima depois da redemocratização do país. Se o país conseguir escolher um pouco mais de eficiência, um pouco menos de ladrões, com a perspectiva de um pouco mais de bem-estar aos que menos têm, então se terá feito uma opção progressista, dada a conservação necessária (Azevedo, 2014f)

Dias depois, Dilma Rousseff foi reeleita e, como já comentado, em seu discurso, defendeu a união do país e se comprometeu a trabalhar pela reconciliação nacional, ainda que não acreditasse em um país rachado. Aécio Neves disse que estava motivado em seguir sua trajetória política, além de ter desejado sorte à presidente e prezar pela união do país. Ritos comuns em uma democracia liberal, que fazem parte de uma disputa civilizada.

Entretanto, ambos os intelectuais refletiram a respeito da polarização que aquela eleição havia criado. Como aponta Fernando Limongi (2023), em níveis não vistos durante a Nova República, a divisão de votos foi muito pequena e havia uma linha de continuidade na forma que os opositores viam as relações entre os escândalos de corrupção do mensalão e da Petrobras. E, ainda que tenha cumprido ritos, o PSDB e Aécio Neves partiram para um discurso radicalizado nas semanas posteriores à eleição.

Após as eleições, houve um princípio de manifestações contra Dilma Rousseff e o PT, algumas pedindo *impeachment* (algo que como já destacado, foi ventilado por Reinaldo Azevedo ainda em outubro), outras questionando as urnas e as mais radicalizadas clamando por intervenção militar, inclusive com a presença de políticos que posteriormente participariam da construção e gênese do bolsonarismo, como o filho do ex-presidente, Eduardo Bolsonaro (Limongi, 2023). Esse processo é um indício para um aceno mais claro à extrema direita, principalmente se levado em conta o motivo para exigir a recontagem dos votos pela não confiabilidade das urnas, como aparece no post de Azevedo em seu blog na Veja, analisado mais adiante. A percepção de uma eleição “roubada” e a defesa praticamente imediata do *impeachment* vai servir para a construção de um inimigo comum a ambos os campos, de maneira que se tornará ainda mais evidente nas manifestações contra o governo, tema que será abordado no próximo capítulo

Dessa forma, é importante observar como Pondé e Azevedo analisaram essa polarização e como reagiram às declarações e medidas de Aécio Neves e do PSDB. Pela relevância desse evento para a pesquisa, optou-se por buscar fontes complementares. Reinaldo Azevedo falou mais claramente a respeito do pedido de auditoria feito pela oposição em seu blog na Veja, ainda que as fontes na FSP indiquem que Azevedo tocou em pontos mais periféricos, relacionados à contestação e à forma que discursos se articularam naquele contexto. A respeito das manifestações que se opunham ao governo, o tema será observado e debatido no segundo capítulo, tanto pela relevância que essas tiveram nos anos de 2015 e 2016, junto ao avanço da Operação Lava Jato e também do desenvolvimento do processo de *impeachment* que derrubou Dilma Rousseff.

Reinaldo Azevedo tratou o pedido de auditoria das urnas com naturalidade. Em seu blog, Azevedo atribuía o pedido de Aécio Neves e do PSDB como parte de um rito democrático e não como contestação da eleição. Por outro lado, apontou que quem fora pouco coerente com a democracia teria sido Dilma Rousseff que não havia reconhecido a oposição e seu papel institucional. Segundo Reinaldo Azevedo,

A quem interessa fazer a auditoria? Ao próprio regime democrático. Hoje, a desconfiança sobre a segurança das urnas não está restrita a esse ou àquele grupos sociais. É generalizada. Infiro que parte da brutal abstenção — 21,1% no segundo turno, ou 30.137.479 eleitores — se deva não apenas à repulsa que a política tem provocado nas pessoas, mas também à desconfiança de que as urnas eletrônicas não são uma coisa séria (Azevedo, 2014g).

Relacionar a desconfiança nas urnas eletrônicas ao número de abstenção parece não se sustentar, já que o percentual de cerca de 20% de abstenções foi similar nas eleições de 2002, 2006 e 2010, quando houve segundo turno (inclusive com um candidato do PT e um do PSDB). A diferença está no nível de polarização, na quantidade de votos recebidas pelo candidato derrotado e também no fato de que, nessas eleições anteriores, não houve pedido de auditoria das urnas. O número foi parecido em 2018, quando o candidato vencedor questionou as urnas eletrônicas, afirmando ter vencido no primeiro turno³⁵. A naturalidade com que Azevedo trata do tema persiste, afirmando não entender a irritação do PT com o pedido e ele reforça, ao seu ver, o caráter democrático de contestar a eleição:

Como a Justiça Eleitoral só age sob provocação, o partido fez o que a democracia lhe faculta. É simples, objetivo e correto. Se o instrumento legal adequado não for o pedido de uma auditoria, que seja outro. Mas que é preciso ter mais certezas sobre a segurança do sistema, ah, isso é, sim. Afinal, eleições livres e diretas são o sal da democracia, não é mesmo? Se a população desconfia do sistema, é o regime democrático que apodrece (Azevedo, 2014g, grifos nossos).

Entende-se que a contestação da eleição pode fazer parte de um movimento que Aécio Neves buscou ser uma oposição mais combativa ao PT, sentindo-se encorajado pelo alto número de votos. Contudo, ao criar dúvidas sobre as urnas eletrônicas e supor que poderia existir uma ilegalidade no processo eleitoral, junto a fortes declarações a respeito de quem o havia derrotado na eleição, pode ter servido para inflar os sentimentos de setores mais radicalizados das direitas e com raízes e desejos autoritários e antidemocráticos.

A título de exemplo, um dos grupos com ressonância nas manifestações pré-*impeachment* que sucederam a eleição era o “Revoltados Online” (Rocha, 2019) que, meses antes da eleição, organizou uma manifestação que comemorou, com músicas, o

³⁵ Além disso, Bolsonaro também afirmou em live, no ano de 2021, que as eleições de 2014 também haviam sido fraudadas e Aécio teria vencido aquelas eleições. Segundo Bolsonaro, “eu tenho convicção de que realmente tem fraude. As informações que nós temos aqui, um dia a gente quem sabe a gente vai disponibilizar, é que o Aécio ganhou em 2014, é que eu ganhei em 2018 em primeiro turno”. Ele nunca apresentou essas provas e o TSE já confirmou que as urnas nunca foram fraudadas. Ver mais em: MONTESANTI, Beatriz. Não há provas de fraudes alegadas por Bolsonaro nas eleições de 2014 e 2018. UOL, São Paulo. 17 jun. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/06/17/bolsonaro-alega-fraude-nas-eleicoes-de-2014-e-2018-mas-nao-ha-provas.htm>. Acesso em: 14 ago. 2025.

aniversário do golpe em 2014³⁶. Além disso, questionar as urnas eletrônicas estabelecendo uma desconfiança sobre elas e sobre o processo eleitoral tornou-se uma prática recorrente da ultradireita brasileira, com o ex-presidente Bolsonaro sendo um dos principais fiadores desse tipo de discurso. Ao construir argumentos que têm por objetivo desgastar as instituições democráticas e responsáveis pela organização prática da democracia, corre-se o risco de efetiva tentativa de ruptura institucional, como ocorrido em 08 de janeiro de 2023.

A prática não é uma exclusividade das direitas brasileiras. Em 1994, 20 anos antes, Leonel Brizolla mobilizou um discurso que colocava as urnas sob desconfiança. O candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT) afirmou que as eleições se tratariam de uma grande fraude, apontando que o sistema informatizado de totalização dos votos seria responsável por garantir a vitória de Fernando Henrique Cardoso. Brizolla mobilizou esse discurso da fraude em outras eleições, como a do governo do estado do Rio de Janeiro, em 1982, e nas eleições presidenciais de 1989 (Molica, 1994)³⁷.

É importante frisar que não se trata de classificar Aécio Neves e, nesse caso, Reinaldo Azevedo, como precursores dos ataques recentes à democracia brasileira, mas sim observar como uma prática que posteriormente foi usada pela ultradireita foi capaz de encontrar respaldo em setores tradicionais e hegemônicos da direita brasileira. Nesse caso, a naturalidade com que Reinaldo Azevedo trata do tema parece ir ao encontro a suas críticas ao petismo que ele construiu de forma recorrente ao longo de sua carreira e com destaque no ano de 2014. Em mais um exemplo, na sua coluna publicada na FSP no mesmo dia que esse post no blog, Azevedo criticou os setores mais radicalizados que falavam em separatismo no Brasil. Todavia, apontou que o governo de Dilma era cruel,

³⁶ FARAH, Tatiana. Marcha que festeja 50 anos do golpe reúne 150 pessoas na Paulista: Manifestantes cantaram 'Parabéns' aos militares e disseram que Brasil vive comunismo. Aos que viaassem, respondiam: 'vai para Cuba!'. O Globo, São Paulo, 30 mar. 2014. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/marcha-que-festeja-50-anos-do-golpe-reune-150-pessoas-na-paulista-12036819>. Acesso em: 7 ago. 2025.

³⁷ Destaca-se que o discurso de desconfiança das urnas eletrônicas se transformou em um amplo mobilizador da ultradireita brasileira, principalmente a partir da figura de Bolsonaro. Além disso, é um exemplo interessante para pensar de que maneira discursos radicalizados acabam sendo normalizados pela grande imprensa e por políticos que pertencem ao campo democrático, de maneira que busquem conquistar votos que iriam para esses campos. A naturalização da ultradireita constitui em um risco sério para as democracias ocidentais, com a possibilidade de crimes de terrorismo aumentarem ou então de políticas que busquem minar o Estado de Direito serem implantadas por agentes não necessariamente pertencentes ao campo. No Brasil, em 2021, Carlos Lupi, também do PDT, divulgou um vídeo em suas redes sociais que defendia abertamente o voto impresso, bandeira do bolsonarismo. No vídeo, ele evocava justamente a memória de Leonel Brizolla como um contestador do sistema digital. Lupi recebeu elogios de Carla Zambelli, ex-deputada e aliada de Bolsonaro ao longo de sua ascensão política. É importante frisar que, desde sua implantação em 1996, não há provas de fraudes das urnas eletrônicas em eleições brasileiras (Couto, 2021).

que o petismo se tratava de uma nova forma de coronelismo e que “os decentes têm de pensar em como libertar os pobres da chantagem e da vigarice” (Azevedo, 2014h).

Alguns dias depois, com o título “Diálogo ou Secessão”, Luiz Felipe Pondé defendeu que a polarização obtida naquela eleição permanecesse nos próximos anos. Partindo do discurso de Dilma após os resultados, Pondé questionou o que a presidenta afirmava, ao falar em “diálogo” ou, em suas palavras, na forma que a “presidente bolivariana abriu seu novo reinado” (Pondé, 2014d). Ele retomou sua tese da “ditadura light”, questionando se o diálogo que Dilma propunha seria como as “perseguições escondidas a profissionais de diversas áreas que recusam aceitar a cartilha petista, fazendo com que eles percam o emprego ou fiquem alijados de concursos e editais?” (Pondé, 2014d).

Pondé vai além, reafirmando que existiria um processo de destruição da liberdade de pensamento no Brasil, ainda que invisível. O que condicionaria esse processo era o fato de a maioria de intelectuais, jornalistas, professores e artistas ser parte de uma “seita bolivariana” que defende esse processo – tema no qual ele já insistia há alguns meses, como na coluna analisada de março de 2014. Este seria reforçado pelo “marco regulatório da mídia”, item do “quarto mandato bolivariano” e nome fantasia para a destruição da liberdade de imprensa no Brasil. É para combater isso que Pondé defende a polarização:

Diálogo? Sim, contanto que se aceite a truculência petista e seus abusos de poder. **Deve-se responder a este diálogo com uma política de secessão. Não institucional (como nos EUA no século 19 entre o norte e o sul), não se trata de uma chamada à guerra, mas sim uma chamada à continuidade da polarização política** (Pondé, 2014d, grifos nossos).

Luiz Felipe Pondé deixa claro que não se trata de retirar Dilma Rousseff do cargo, mas que segundo ele, ela representa apenas metade do país, com a outra sendo obrigada a aceitá-la. Ele afirma então que o país precisa de uma “militância de secessão”, para que “os bolivarianos durmam inseguros com o dia seguinte, porque metade do país já sabe que eles não são de confiança” (Pondé, 2014d). O intelectual de certa forma “convoca” e estabelece a maneira que a oposição deveria operar a partir daquele momento. Não foi a primeira vez que Pondé escreveu a respeito disso, já que em abril ele publicara um de seus textos mais famosos, que será discutido também no segundo capítulo, no qual ele pedia “Por uma direita festiva”.

Para sustentar seu argumento de polarização, Pondé reforça a tese de que o país está dividido, tal qual Aécio Neves reforçara em seu discurso após a derrota, mas no sentido de que essa oposição seja mantida. No entanto, segundo o autor, a culpa dessa

divisão é do PT, que ao longo dos anos estimulou uma política de “nós e eles”, experimentando, naquele momento, o “próprio veneno”. Nesse sentido, Pondé acaba por corroborar a tese de que Dilma não seria uma presidente legítima para parte da população, ainda que eleita legalmente:

O fato da eleição para presidente ter sido decidida por alguns poucos votos a favor dos bolivarianos não implica que o lado derrotado veja a vencedora como sua representante legítima, ainda que legal. O PT ensinou bem ao Brasil o que significa ódio político e agora corre o risco de provar do próprio veneno (Pondé, 2014d, grifos nossos).

Nesse sentido, é importante questionar o que levaria uma eleição apertada significar que parte da população não considerasse legítimo o seu novo representante. Reinaldo Azevedo tratou o questionamento como natural pelo alto número de abstenções e colocou a urna eletrônica como possível responsável para uma auditoria. Pondé caminhou em uma linha de que equilíbrio nos resultados corresponderia com a possibilidade de parte da população não legitimar a presidente, havendo uma grande distância entre isso e fazer uma oposição dura e combativa.

Contudo, é reforçado novamente em seu texto que não se trata de fazer uma ruptura democrática. Pondé reforçou o argumento em entrevista a Joice Hasselmann, à época jornalista na TV Veja. O intelectual afirmou que a polarização deveria ser mantida e discordava de quem pedia por ditadura, acreditando inclusive na possibilidade de que fossem militantes de esquerda plantados em manifestações das direitas para rebaixar as manifestações³⁸.

Ao finalizar o texto, Pondé reforça sua crítica à regulamentação das mídias, valendo-se da ironia para classificar o “Movimento dos Trabalhadores sem mídia”, em referência ao “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”. Além disso, reforça o argumento de que há doutrinação nas escolas e universidades, de maneira que aumente o empenho da militância de secessão:

Esta recusa deve ser levada a cabo nas salas de aula das escolas de ensino médio (onde professores descaradamente pregavam voto na candidata petista), nas universidades, nos bares, nos empregos, nas redes sociais. Dito de outra forma: a polarização do debate deve continuar, e se aprofundar. Sem

³⁸ O vídeo foi publicado no *Youtube* em 2018, mas a entrevista foi gravada no dia 09/11/2014, alguns dias depois da publicação da coluna de Pondé na FSP: POLÍTICA, feministas e Dilma, na visão de Pondé Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/videos/arquivo/politica-feministas-e-dilma-na-visao-de-ponde/>. Como o humor sempre serviu para a crítica e a política, o filósofo Luiz Felipe Pondé comenta se o Brasil ficou divertido ou chato demais com a reeleição de Dilma Rousseff. No "Direto ao Ponto" com Joice Hasselmann. Veja, São Paulo, 10 nov. 2014. Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/videos/arquivo/politica-feministas-e-dilma-na-visao-de-ponde/>. Acesso em: 15 ago. 2025; VEJA+. Política, feministas e Dilma, na visão de Pondé. YouTube, 28 de nov. de 2018. 37min25s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W9r3jfvCMLA&list=PLQUbg7xupv6VIKZkxFE5a1xB-DyGmoOo&index=7&ab_channel=VEJA%2B. Acesso em: 15 ago. 2025.

trégua. Do contrário, o PT ficará no poder mil anos. Pacto institucional, governabilidade, vida normal dentro das instituições democráticas, sim. Mas secessão política cotidiana em todo lugar onde algum bolivariano quiser acuar quem recusar a cartilha totalitária petista (Pondé, 2014d, grifos nossos).

O texto repete bastante que não se trata de uma ruptura de fato, mas sim uma polarização política dentro das instituições democráticas. Novamente é reforçada pelo autor a forma que se enxerga o petismo como totalitário e autoritário. A construção dessa ideia, tão comum em seus textos, leva a questionar se não reforça argumentos utilizados pela ultradireita recentemente que argumenta que o Brasil vive uma ditadura petista ou do Poder Judiciário. Na entrevista à Veja, Pondé confessou um receio com o fato de que, caso cumprido esse segundo mandato de Dilma, o partido teria indicado a maioria dos ministros da suprema corte, o que seria a confirmação do bolivarianismo, isto é, a ditadura socialista na América Latina.

Na coluna que escrevia para a FSP, Reinaldo Azevedo repercutiu o que Aécio Neves disse a Roberto D'Ávila³⁹, quando concedia sua primeira entrevista para a televisão após a eleição. Na conversa, Aécio Neves disse que havia visto “o país acordar” durante sua experiência, mas que se tratou de uma campanha em que seus adversários tinham por característica uma profunda sordidez. Para exemplificar isso, Aécio Neves citou argumentos que os dois intelectuais utilizaram em suas colunas: primeiro, o que Reinaldo Azevedo classificou como “terrorismo eleitoral”; segundo, o que Pondé afirmou ser as “mentiras usadas pelo petismo a respeito de seus adversários”.

Essa percepção de um “despertar na nação” é semelhante também ao que Pondé classifica como “militância de secessão”. Ao longo do próximo capítulo ficará mais claro como essa leitura de “despertar” passou a ser mobilizada pelas direitas e, posteriormente, viabilizada por um candidato de ultradireita que seria eleito presidente. A fala mais importante de Aécio na entrevista, contudo, foi a afirmação de que não perdera a eleição para um partido político, mas sim para uma “organização criminosa”, relacionando os escândalos de corrupção como responsáveis pela reeleição de Dilma Rousseff, deslegitimando ainda mais o pleito que já havia questionado.

Em resposta, Rui Falcão, presidente do PT, prometeu acionar Aécio Neves na justiça, caso ele confirmasse sua declaração. Esse fato foi usado por Reinaldo Azevedo

³⁹ POLÍTICOS Brasileiros. Senador Aécio Neves (PSDB - MG) é entrevistado no programa de Roberto D'Ávila. YouTube, 02 de dez. de 2014. 25min43s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ITRzutUq6uM&ab_channel=Pol%C3%ADticosBrasileiros>. Acesso em: 15 ago. 2025.

em sua coluna “PT: organização criminosa? ”, publicada no dia 05/12/2014. A fonte é importante por legitimar a fala de Aécio Neves e reforçar a ideia de *impeachment*, que ganhou força no ano seguinte.

Azevedo usa de regras gramaticais para explicar suas afirmações no texto, em tom irônico. O jornalista reivindica ser o primeiro que falou em um possível *impeachment* de Dilma após a edição já citada da Revista Veja. É importante destacar que há, nesse texto, uma correlação entre a declaração de Aécio Neves e a possibilidade de depor a presidente, que fica clara ao final do texto:

A primeira pessoa que transformou as palavras "Dilma" e "impeachment" em unidades sintáticas, formando um todo harmônico, foi este rottweiler amoroso, no dia 24 de outubro. Não me orgulho nem disso nem de ter criado o já dicionarizado termo "petralha". Preferiria cultivar, como o poeta, neologismos celestes, colhendo uma poesia menos perturbada. É claro que a minha oração principal tinha –e tem– uma subordinada adverbial condicional: **"Se Dilma sabia da roubalheira na Petrobras, o impeachment é inevitável"**. Essa não é a gramática do golpe, mas a do Estado de Direito. **Golpista é querer recorrer à legitimidade conferida por um processo legal –as eleições– para violar garantias que pertencem às instituições, não aos homens** (Azevedo, 2014i, grifos nossos).

A crítica de Reinaldo Azevedo remete aos escândalos da Petrobras. Ele comenta sobre os avanços das investigações, mas caminha para uma percepção já mobilizada por ele ao longo dos meses: o tamanho do Estado como responsável não só pelos problemas do país, mas também pela corrupção. Ao fazer referência às delações de Alberto Yousseff e Paulo Roberto Costa, Azevedo classifica que a Petrobras não se tratava de uma particularidade para a corrupção e supõe que o mesmo aconteceria nas demais estatais. Antes de concluir sua coluna, ele cita a declaração de Aécio Neves e a possibilidade do processo trazida por Rui Falcão. Azevedo afirmou que, se comprovado o que era dito nas delações, o país efetivamente era governado por uma organização criminosa, além de sugerir um caminho ainda mais profundo de punição: que o PT fosse posto na ilegalidade.

Em entrevista recente, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou ter perdido a eleição para uma "organização criminosa". Rui Falcão, presidente do PT, quer saber se ele confirma o dito para decidir se o processa. Isso é lá com eles. Se o que dizem Costa, Youssef, Mendonça Neto e Camargo for verdade, a coisa é mais feia do que parece: **o Brasil já está sendo governado por uma organização criminosa**. Nada de me notificar, hein, Falcão! A oração subordinada vai definir o exato sentido da principal e se o PT tem ou não de ser posto na ilegalidade (Azevedo, 2014i, grifos nossos).

Entende-se que, a partir da naturalidade com que Azevedo observou a contestação dos resultados por parte de Aécio Neves e do PSDB, não surpreende que ele também considere a declaração do ex-senador como natural, ainda mais pelo fato de ser algo que Azevedo já polemizava há alguns anos e auxiliou na construção do antipetismo em sua

linha argumentativa. Relacionar o PT a uma organização criminosa poderia até ser inédito por um candidato derrotado, mas não era para RA. Há uma diferença também entre um intelectual se opor ao governo e um candidato derrotado colocar em xeque o processo eleitoral, visto os simbolismos que isso representa. Mas também é importante destacar que há responsabilidades na produção de textos de opinião e a forma como eles são recebidos na esfera pública e como podem desencadear em outras situações. Por mais que haja um debate a respeito da responsabilidade do intelectual (Sirinelli, 2001) e ser necessário evitar teleologismos, é importante observar como um impedimento e até a ilegalidade petista já estava nos horizontes de intelectuais das direitas.

É importante apontar que os intelectuais de direita, nesse momento, falam a partir de um vocabulário em que há elementos centrais, com destaque para o antipetismo, que são mobilizados por eles. Há, contudo, elementos de coesão com a extrema direita, inclusive de corte militar, a partir de alguns dispositivos discursivos, como apontado nas fontes a respeito da CNV. Além disso, quando as manifestações do *impeachment* passam a ocupar as ruas, essa partilha torna-se ainda mais evidente a partir do foco em um inimigo comum que acaba por amalgamar os grupos em suas agendas.

Seja a partir de uma militância de secessão, seja por se tratar de uma organização criminosa ou até por interpretarem, junto a Aécio Neves, a ideia de que havia um “despertar” ocorrendo no país, são alguns dos consensos que foram sendo elaborados ao longo daquele processo. Além disso, foram sendo construídas quais figuras seriam os alvos e responsáveis pela crise no Brasil, que se tornaram “intelligentinhos”, “bolivarianos”, “totalitários do bem”, “defensores da justiça social” e outras das várias classificações feitas e percebidas nas fontes e que se tornaram comuns ao longo dos anos seguintes. É a partir dessa interpretação de que o país estava prestes a passar por uma mudança, frente às crises morais, do Estado e da ordem que será feita a análise no próximo capítulo cujo foco incide sobre as colunas nos anos de 2015 e 2016.

3 2015 E 2016: A EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES E A CRISE DO PETISMO

A insatisfação com a reeleição dava espaço aos pedidos de *impeachment* da presidente, logo após sua reeleição. Como apontado anteriormente, Pondé e Azevedo tiveram posições diferentes sobre o assunto. Enquanto Pondé divergia da ideia de que houvesse o processo pelo impedimento, Azevedo destacava que a situação econômica do país merecia atenção e, se confirmasse a mudança na Lei Orçamentária, haveria sim espaço para um pedido de *impeachment* por configurar crime de responsabilidade⁴⁰ – o tema foi também abordado por Aécio Neves naquela semana. O senador inclusive indicou que, caso a meta fiscal fosse alterada e aprovada pelo congresso, o recado seria de que não haveria mais lei a ser cumprida no país⁴¹.

As manifestações com ampla cobertura da mídia já eram recorrentes desde as jornadas de junho de 2013. Em 2014, nas vésperas da Copa do Mundo, as ruas também estiveram movimentadas. O clima de agitação permaneceu durante as eleições e, após os resultados, persistiu em alguns setores da sociedade civil. No entanto, em 2015 e 2016, o país passou por outras manifestações de grande porte, com um número significativo de pessoas, além do estabelecimento mais evidente de grupos políticos mais bem organizados. Camila Rocha (2019) destacou esses grupos como parte de uma “Nova Direita” que ganhava destaque nas ruas brasileiras. Organizações como o “Movimento Brasil Livre” (MBL), o “Vem pra Rua” e o “Revoltados Online” são alguns dos que passaram a ter cada vez mais importância nas articulações políticas e na formatação de uma base social para que o *impeachment* de Dilma Rousseff ganhasse cada vez mais força.

Nesse sentido, este capítulo se estrutura para observar como o crescimento e a relevância desses grupos foram observados pelos intelectuais ao longo dos dois anos que marcaram o segundo mandato de Dilma, interrompido em 2016 e dando lugar ao vice-presidente, Michel Temer. O período consiste na maior crise vivenciada pelo Partido dos Trabalhadores até então, inclusive com baixos resultados eleitorais nas eleições municipais de 2016. Nesse mesmo contexto, foi o momento de consolidação da operação

⁴⁰ AZEVEDO, Reinaldo. Que bom que Dilma perdeu! Folha de São Paulo, São Paulo, s.p., 14 nov. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/11/1547975-que-bom-que-dilma-perdeu.shtml>. Acesso em: 16 set. 2025.

⁴¹ MENDES, Priscila. Aécio diz que mudança na meta fiscal é 'atestado de fracasso' da economia. G1: Brasília. 12 de nov. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/11/aecio-diz-que-mudanca-na-meta-fiscal-e-atestado-de-fracasso-da-economia.html>. Acesso em: 16 set. 2025

Lava Jato, momento que propiciou destaque nacional a figuras como o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol.

Assim, no tópico 3.1, será abordada a primeira grande manifestação contra o governo, apontando para os impulsos e primeiras narrativas do *impeachment*, que aconteceu em 15 de março de 2015, e as impressões que Pondé e Azevedo sobre esse evento. No tópico 3.2 serão destacadas as análises e as leituras de ambos sobre as Novas Direitas ao longo do ano de 2015, buscando observar se há em seus textos a busca de se relacionar com essa oposição liberal-conservadora. Por fim, no tópico 3.3, será destacado como os autores convergiram na defesa de que Dilma sofresse o *impeachment*, analisando as colunas escritas na conjuntura da abertura do processo, da votação na câmara dos deputados e no afastamento e consolidação da saída de Dilma. Além disso, será observado o afastamento de Azevedo da Operação Lava Jato, fenômeno mais evidente no fim de 2016, abrindo espaço para uma disputa mais franca no campo das direitas brasileiras.

3.1 15 DE MARÇO: A PRIMEIRA GRANDE MANIFESTAÇÃO

Como apontado no capítulo anterior, houve turbulências no pós-reeleição de Dilma Rousseff. Para além das disputas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas ruas houve movimentações contra o novo mandato petista. Os intelectuais de direita traziam suas perspectivas e leituras indicando tanto a “militância de secessão”, quanto afirmavam ser necessário estar atento aos movimentos do governo. A percepção de que a democracia brasileira corria riscos de uma guinada autoritária existia em alguns setores, inclusive nos textos de Pondé e Azevedo, além das críticas que o país estava caminhando para uma profunda crise de sua ordem.

Reinaldo Azevedo, desde o fim de 2014, defendia a possibilidade de *impeachment* de Dilma Rousseff. Com foco no escândalo de corrupção da Petrobras, Azevedo buscava formas de legitimar seu argumento, inclusive com a hipótese levantada por Aécio Neves – a de que a mudança no orçamento do governo abrisse margem para impedimento. A possibilidade do *impeachment* atravessou a virada do ano e 2015 já se inicia com esse debate na esfera pública. Ives Gandra Martins, jurista ligado a setores das direitas brasileira, publicou, em fevereiro daquele ano, na Folha de São Paulo, o artigo “A hipótese de culpa para o *impeachment*”, no qual escreve um parecer favorável ao *impeachment* (Martins, 2015).

Os acenos de Gandra a setores mais radicalizados das direitas possuem uma linha e historicidade própria. Após a Constituição de 1988, teceu críticas ao texto⁴² e em outros momentos deixou clara sua ligação com setores mais conservadores da Igreja Católica⁴³. Anos mais tarde, apoiou o governo Bolsonaro e publicou um texto de grande repercussão na opinião pública, tendo em vista sua interpretação do artigo 142 da Constituição, defendendo que, em caso de conflitos entre poderes, as Forças Armadas poderiam entrar como um “Poder Moderador” na República⁴⁴. Sua posição foi amplamente questionada por juristas consolidados no campo do Direito brasileiro (Oliveira; Medeiros, 2020) e interpretada como possível justificativa de um golpe de Estado, inclusive com a Ordem dos Advogados do Brasil oferecendo um parecer jurídico, escrito pelo presidente nacional da instituição, que destacava a inconstitucionalidade da proposta (OAB, 2020).

Gandra, ainda assim, tem espaço na “grande imprensa”, sendo tratado por vezes como um “jurista conservador”. Posteriormente a seu parecer favorável sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff, Reinaldo Azevedo escreveu a respeito em seu blog na Veja sobre o texto⁴⁵, afirmando ter sido o primeiro a ventilar um *impeachment* em Dilma – algo que é relembado por Azevedo em outros momentos. O intelectual concorda com a argumentação de Gandra e aponta que já havia escrito em linha parecida, de maneira que demonstrava crer que os escândalos da Petrobras revelados pela Operação Lava Jato eram efetivos motivos para a utilização desse dispositivo.

Na Folha – dessa vez, não em sua coluna, mas em um espaço do jornal em que respondia a seguinte pergunta “A presidente Dilma deve sofrer ação de impeachment em decorrência do escândalo na Petrobras? ”, Azevedo respondeu que “sim”. Ao longo do texto, ele usa os mesmos argumentos apresentados por Gandra, demonstrando uma interpretação parecida a respeito de quais artigos e incisos da lei a então presidente

⁴² O livro “Constituição de 1988: O avanço do retrocesso” foi organizado por Paulo Mercadante e contava com textos de Antônio Paim, Miguel Reale, Ricardo Velez Rodriguez, Roberto Campos, José Guilherme Melquior e Ives Gandra.

⁴³ Em entrevista à FSP, Gandra falou sobre sua relação com a “Opus Dei”, que já datava mais de 30 anos na época. CAPRIGLIONE, Laura. “Igreja não é moderna nem retrógrada”: O advogado Ives Gandra, ligado à Opus Dei, diz que o catolicismo guia-se pelo eterno e valoriza a mulher como nenhuma religião. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 abr. 2005. Mundo, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1004200512.htm>. Acesso em: 25 set. 2025.

⁴⁴ Gandra, Ives. Cabe às Forças Armadas moderar os conflitos entre os Poderes. Consultor Jurídico, São Paulo, 28 mai. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-28/ives-gandra-artigo-142-constituicao-brasileira/>. Acesso em: 25 set. 2025.

⁴⁵ AZEVEDO, Reinaldo. Advogado que encomendou parecer pró-impeachment de Dilma tem FHC entre seus clientes. Sabem o que isso quer dizer? Nada. Veja, São Paulo, (s.p.), 4 fev. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/advogado-que-encomendou-parecer-pro-impeachment-de-dilma-tem-fhc-entre-seus-clientes-sabem-o-que-isso-quer-dizer-nada/>. Acesso em: 25 set. 2025.

haveria violado. Ambos se baseavam na hipótese de um *impeachment* por atos contra a probidade na administração, a partir do inciso 5º, no artigo 85, além de concordarem na análise do artigo 37, que estabelece como crime a responsabilidade do Estado por lesão ao cidadão e à sociedade e também a imprescritibilidade das ações de ressarcimento que o Estado tem contra o agente público que gerou a lesão por culpa, imprudência, negligência, imperícia, omissão ou dolo. A respeito da Lei do *Impeachment* (nº 1.079/50), RA e Gandra partem do artigo 9º, inciso 3º, que determinam crime de responsabilidade não tornar efetiva a responsabilidade de seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição (Azevedo, 2015; Martins, 2015). Azevedo ainda afirmava que o golpe seria “rasgar a Constituição”, forma que buscava a legitimação de seu argumento – em um contexto de as disputas no qual apoiadores de Dilma classificavam as articulações e a possibilidade do *impeachment* como golpistas, retórica que se tornaria recorrente ao longo daqueles anos.

Reinaldo Azevedo já elogiara e criticara Gandra ao longo de sua trajetória, antes e depois do *impeachment*. Em uma crítica feita em 2006⁴⁶, afirmava que era muito próximo ideologicamente ao jurista. Anos mais tarde, em um contexto distinto, Azevedo criticou duramente o atuação de Gandra que buscava justificar juridicamente um golpe após a derrota de Bolsonaro nas urnas, em 2022⁴⁷. No entanto, deve-se destacar que, diante de um “inimigo comum”, Azevedo produziu um discurso concordante com a argumentação do jurista – ainda que este tenha sido um crítico da Constituição de 1988, documento que Azevedo em geral defendia e se baseava para suas argumentações.

Sua defesa ganha mais eco na medida que o processo avançara, assim como com o crescimento do apoio popular. O autor sempre reivindicou o pioneirismo na pauta, reforçando sua posição como opositor do governo. A partir das colunas analisadas, é perceptível como o intelectual organizava de maneira schmittiana⁴⁸ o debate, na lógica de amigos e inimigos, estratégia que será também evidente nos textos de Pondé.

A escolha por tratar com atenção especial as percepções dos autores sobre o 15 de março se dá pela relevância que o evento teve naquele contexto e por se tratar da primeira

⁴⁶ AZEVEDO, Reinaldo. Ives Gandra diz uma tolice monumental! Veja, São Paulo, 4 ago. 2006. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/ives-gandra-diz-uma-tolice-monumental/>. Acesso em: 25 set. 2025.

⁴⁷ Rádio Bandnews FM. Reinaldo: O lixo fantasiado de Constituição que Ives Gandra produziu para golpistas. Youtube, 16 de jun. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DhG9dNxdvLs>. Acesso em: 26 de set. 2025.

⁴⁸ Essa definição da política para Carl Schmitt se baseia em uma caracterização do político como autônoma, uma vez que não deriva de outros critérios e não se baseia nem é redutível a outras categorias ou sínteses possíveis, somente no binômio amigo-inimigo.

grande manifestação a favor do *impeachment*. As ruas cheias naquele domingo eram um passo importante para que o processo fosse tocado adiante, já que demonstraram que havia apoio popular ao processo e indicaram os primeiros sinais de que o governo de Dilma estava caminhando para enfrentar uma dura crise. Foram escolhidas duas colunas de Reinaldo Azevedo: uma ainda em fevereiro (“Já dá para ouvir o 15 de março”) e outra às vésperas da manifestação (“O domingo e a agonia do PT”) e uma de Luiz Felipe Pondé, na semana seguinte ao protesto (“O outono do PT”).

Reinaldo Azevedo abre a coluna com o uso de onomatopeias e expressões que se tornaram populares naquele contexto por quem Azevedo se refere como “milicianos petistas”. O intelectual estabelece uma divisão bélica e de “nós contra eles”, na lógica schmittiana antes apontada. Além de se inserir na oposição (ao usar o pronome “nós”), Azevedo aponta que haveria um estímulo por parte dos apoiadores do petismo para a violência política:

“Soc, poft, pow! Coxinha. Golpista!’ Eis o som presente do mar futuro de gente nas ruas no próximo dia 15. Ali vão as onomatopeias e vitupérios **produzidos pelos milicianos petistas contra pessoas comuns, que pagam impostos e estão cansadas de ser roubadas**. Pois é... **Os companheiros acham que chegou a hora de nos pegar na porrada**” (Azevedo, 2015a, grifos nossos).

Destaca-se a forma que Azevedo trata o grupo em que se insere: pessoas comuns, que pagam impostos e estão cansadas de serem roubadas. Na sua escrita aponta para uma lógica de que existem dois grupos que seriam moralmente distintos: aqueles que pagam impostos e estão cansados com a corrupção e aqueles milicianos, violentos, que estão de acordo com a corrupção. Para além do polemismo, a construção do *outro* no texto de Azevedo mobiliza a figura de um vilão e inimigo violento. Isso é reforçado nos parágrafos seguintes, tanto na forma que caracteriza Lula quanto na que define os seus seguidores por “*tontons macoutes*”, violenta milícia haitiana criada e utilizada pelas ditaduras de François e Jean-Claude Duvalier, durante as décadas de 1950 a 1980.

Sua referência aos *tontons* se refere à forma que Lula tratava a defesa da Petrobrás em ato naquela semana, o que, segundo Azevedo, consistia em “sopapos didáticos”, de maneira que buscava classificar a virulência e a violência de Lula e seus apoiadores mais fieis, indicando que eles seriam como a milícia citada. Ele ainda apontava que internacionalmente a reputação da estatal despencava, a partir de agências avaliadoras, e ironizava o que Dilma dizia a respeito dessas, questionando também a ausência da divulgação do balanço da empresa:

Na segunda, enquanto Lula e seus "tontons macoute" faziam um ato "em defesa da Petrobras", no Rio —o que supõe distribuir sopapos didáticos para ensinar a essa brasileira o valor do patriotismo—, a Moody's anunciava o rebaixamento da nota da estatal [...]. A presidente Dilma Rousseff, com a clarividência habitual, atribuiu a decisão "à falta de conhecimento". É verdade. A agência, o mercado e todo mundo desconhecem, por exemplo, o balanço da empresa (Azevedo, 2015a, grifos nossos).

Azevedo ainda questionava a presença de Aldemir Bendine à frente da empresa após a demissão de Graça Foster e apontava que a crise, no Brasil, também era brega — já que Bendine havia se envolvido em uma polêmica anos antes, quando ainda em cargo no Banco do Brasil, após um empréstimo autorizado para a socialite milionária Val Marchiori⁴⁹. A crítica do intelectual na construção de uma imagem do inimigo maligno ganha ainda mais forma nos adjetivos que usa para definir Lula, apontando traços de caricatura. O uso de palavras como "sacerdote" e "missa", comumente relacionados à religiosidade, acabam indicando aspectos e sentimentos dogmáticos a figuras políticas — e pelo contexto, entende-se que os usos desses termos podem ter um significado de fanatismo — contrário à moderação do grupo que se inseria:

A realidade ganhava, assim, traços de caricatura, de narrativa barata, de roteiro de filme de segunda linha. Enquanto Lula, o grande sacerdote do modelo que levou a Petrobras ao desastre, oficiava na ABI mais uma de suas missas macabras, disparando contra elites imaginárias, a empresa passava a arcar com mais um custo das forças malignas que ele conjurava. (Azevedo, 2015a, grifos nossos)

Reinaldo cita, então, uma entrevista de Paulo Okamoto, um dos fundadores do partido (no caso, sócio do "Babalorixá de Banânia" — que é Lula), em que comentava, dentro de uma série de outros assuntos, sobre as relações entre o partido e as empreiteiras, muitas delas alvos da Operação Lava Jato naquele momento. A fala de Okamoto serviu para Azevedo refletir a respeito de sua criação de palavras sobre o petismo:

Das expressões ou palavras que criei para definir esses seres exóticos, "petralha" é a mais popular, mas não é a de que mais me orgulho. Gosto mesmo é de "burguesia do capital alheio", que é como chamo os companheiros desde meados da década de 90, antes ainda de sua ascensão, quando fingiam ares de resistência. Sempre me impressionou a facilidade com que se insinuavam nas estruturas do Estado e das empresas privadas e passavam a ser beneficiários do esforço de terceiros. Voltem lá a Okamoto. Jamais lhe ocorreria indagar se os empresários podem dar um pouco do seu risco ao PT. O partido se apropria é de uma parte do lucro. A expressão que criei serve para designar o petismo, mas poderia definir a máfia. (Azevedo, 2015a, grifos nossos)

⁴⁹ SOUTO, Luiza. Após prisão de Bendine, Val Marchiori defende-se de acusações: 'Não causou qualquer prejuízo aos cofres públicos', afirma socialite. **O Globo**, São Paulo, 27 jul. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apos-prisao-de-bendine-val-marchiori-defende-se-de-acusacoes-21637580>. Acesso em: 12 out. 2025.

O parágrafo destacado é interessante por demonstrar uma série de especificidades da trajetória de Reinaldo Azevedo. Primeiro, o fato de reconhecer em si próprio a criação de palavras para definir o petismo, sendo um fato que, segundo ele, remonta a meados da década de 1990 – indicando que sua crítica ao petismo era longa, além de reivindicar uma crítica que viria antes de o partido conseguir resultados expressivos em eleições presidenciais. A expressão já aparecia em seu blog desde 2006, quando ele argumentava que havia uma nova “classe social” no país, que se tratava da “burocracia sindical que toma conta do país e que está posta hoje em setores estratégicos” (Azevedo, 2006)⁵⁰. O termo foi repetido por outros setores e em outros momentos das diretas brasileiras, inclusive em políticos⁵¹, demonstrando a forma que os léxicos criados por RA possuíam uma relevância no debate público e eram capazes de circular nesses meios. Outra comparação que já apareceu em Azevedo é a que relaciona o partido com a figura da máfia, associando os petistas a uma organização que usaria métodos inescrupulosos para fazer prevalecer seus interesses ou para controlar uma atividade.

Por fim, Azevedo argumentava na lógica da “crise da ordem” (Chaloub, 2025), defendendo o *impeachment* e afirmando que não haveria golpe, caso Dilma fosse impichada. O intelectual aponta, então, um argumento que será comum no outro texto analisado e é também um ponto de contato com a leitura de Pondé sobre o contexto: a ideia de que o petismo estava chegando ao fim. Em uma leitura otimista do processo, Azevedo ainda convidava Dilma a se retirar da presidência:

O modelo entrou em colapso. Se Dilma será ou não impichada, não sei. Como escrevi nesta Folha, **golpe é rasgar a lei e a Constituição democraticamente**

⁵⁰ Azevedo, Reinaldo. A bilionária máquina dos sindicalistas: os burgueses do capital alheio. Veja, São Paulo, 16 nov. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/veja-6-a-bilionaria-maquina-dos-sindicalistas-os-burgueses-do-capital-alheio/>. Acesso em: 12 out. 2025.

⁵¹ O termo apareceu em coluna de Rodrigo Constantino, em 2015, e também foi usado pelo deputado federal Mendes Thame, do PSDB, em 2010. Constantino ganhou destaque na mídia a partir de Reinaldo Azevedo, portanto, não é surpreendente que ele use uma expressão criada por outro personagem com o qual circulava naquele contexto. No entanto, o discurso proferido por Mendes Thame na plenária da Câmara dos Deputados se sobressai por citar uma expressão criada por um intelectual relevante na elaboração do antipetismo, com destaque nos anos 2000 e 2010. Em sua fala, Thame denunciava o PT fazendo menção ao Caso Bancoop, que envolveu a Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo, usada beneficiar o caixa dois do partido nos anos de 2002 e 2004. O deputado questionava o uso de fundos de pensão de maneira ilícita para salvar a cooperativa, o que seria, em suas palavras, “um “escândalo-símbolo” dessa república peleguista, **em que os acólitos do poder, essa “burguesia do capital alheio”, se apossa de recursos que não lhes pertencem, recursos que pertencem aos trabalhadores, para lhes garantir aposentadorias e pensões.** São fundos de pensão para garantir pensões e aposentadorias” (Thame, 2010, grifos nossos). Anos mais tarde, em 2019, Azevedo já havia se tornado um crítico da Operação Lava Jato e revogou esse título dos petistas e atribuiu a Deltan Dallagnol, um dos chefes da Operação Lava Jato. Ver mais em: Azevedo, Reinaldo. A Lava Jato privatiza o Estado; eis a verdadeira burguesia do capital alheio. Folha de São Paulo, São Paulo, 08 mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2019/03/a-Lava-Jato-privatiza-o-estado-eis-a-verdadeira-burguesa-do-capital-alheio.shtml>. Acesso em: 29 set. 2025.

pactuadas. O que dá para saber, e isto é certo, é que a pantomima petista chegou ao fim. O custo é imenso. E vai cobrar a fatura de gerações, podem escrever. As ruas vêm aí, e Lula, o irresponsável da segunda-feira, com seus milicianos, nada pode fazer pela governanta. Ao contrário: é ele, hoje, quem a desestabiliza. A presidente tem de se escorar no braço de Eduardo Cunha e repetir Blanche DuBois, a doidona de "Um Bonde Chamado Desejo", quando decide seguir pacificamente para o hospício, em companhia de um alienista: "Seja você quem for, eu sempre dependi da boa vontade de estranhos" (Azevedo, 2015a, grifos nossos).

A perspectiva de “morte”, “agonia” e “outono” do petismo estavam presentes nas colunas de Azevedo e Pondé no contexto do 15 de março, assim como a noção de que algo nascia no lugar, o que será analisado futuramente. Nas vésperas da manifestação, Reinaldo Azevedo falava em como o PT estava temeroso frente aos protestos que se avizinhavam naquele final de semana. Ele refletiu sobre como esse medo era referente a uma noção idealizada de “povo” pela esquerda, sendo que, naquele momento, este estaria contra ela. Ele se vale de seu passado como militante para criticar as esquerdas, de forma que busca se legitimar como detentor de um conhecimento prévio, privilegiado e ainda não percebido pelas grandes massas:

O PT está em pânico. O que vai acontecer no próximo domingo? Desde que foi criado, o partido chama, segundo a metafísica da esquerda, de "povo" os movimentos organizados, franjas da própria legenda que atuavam como uma correia de transmissão do presente para o futuro. [...] **Já fui um brasileiro como eles. Há muito tempo. E sei que os chefões nunca levaram essa bobajada a sério. A gesta redentora é só discurso do cinismo, mas mobiliza os trouxas e incendeia o imaginário dos inocentes, especialmente de intelectuais e jornalistas,** seres mais permeáveis à heresia da "igualdade", em nome da qual todos os crimes são cometidos (Azevedo, 2015b, grifos nossos)

Já foi destacado em momentos anteriores da dissertação a formação de um inimigo comum. Na elaboração desse discurso, há a infantilização de quem “compõe” essa categoria, sendo classificados por inocentes. Também não é incoerente a presença de um discurso anti-intelectual, ainda que se considere aqui Reinaldo Azevedo como um intelectual. Em setores das direitas esse tipo de argumento se tornou cada vez mais comum ao longo dos anos, ainda que haja uma importância na figura do intelectual em círculos à direita. Em artigo publicado em 2024, Allana Vieira estabelece como o anti-intelectualismo possui uma trajetória nesses setores conservadores, principalmente a partir de polemistas que participam do debate público. A autora aponta Paulo Francis como um dos principais viabilizadores do discurso na mídia. Azevedo e Pondé são herdeiros desse tipo de discurso e assumem esse papel de polemista em diversos momentos. Vieira (2024) parte de uma perspectiva bourdieusiana para destacar como essa posição por parte dos interlocutores envolve uma disputa simbólica em torno da autoridade cultural e intelectual no espaço da produção de ideias mais amplo. Essas

disputas ocorrem dentro do próprio jornalismo, mas também com essa figura desenhada do “intelectual da USP”. No caso de Pondé, a figura é constantemente retratada a partir dos professores de departamentos de ciências humanas – espaço ocupado por ele.

O argumento seguinte de Azevedo se sobressai, tendo em vista que há uma maior virulência e um aspecto mais radicalizado. Em um primeiro momento, o autor leva a discussão para o campo da moral ao criticar a ação da esquerda, valendo-se de um conceito marxista: a “falsa consciência”. Este se refere às formas pelas quais processos ideológicos, materiais e institucionais podem induzir membros do proletariado e de outras classes sociais ao erro, dentro das sociedades capitalistas, o que esconderia a exploração do trabalho que seria intrínseca às relações entre as classes. Longe de se buscar estabelecer qualquer reflexão e debate amplo da teoria marxista, destaca-se como Reinaldo Azevedo busca a moralização do debate a partir de uma figura-chave para o pensamento político de esquerda, de forma que constrói uma narrativa de que não se trata de um momento específico da política, mas, desde a sua gênese, as esquerdas estariam sujeitas a tamanha “monstruosidade”, como ilustrado em sua coluna.

O intelectual busca reconstruir uma história própria do inimigo comum que está representado na figura do petismo e que passaria pela agonia naquele final de semana. A radicalização do argumento se dá nas linhas seguintes, quando aponta que as manipulações que os líderes partidários exercem sobre o povo abre o caminho para qualquer crime. Ele deixa claro, a partir de palavras que criou, a quem se refere quando trata por “demiurgo chulé”, indicando que o conceito marxista serviria para a prática de crimes quaisquer:

A ação da esquerda está pautada por uma monstruosidade moral chamada “falsa consciência”, conceito que está em Marx, não só em epígonos mais ignorantes do que ele. Se, como querem os esquerdistas, o que um homem sabe de si, de suas aspirações e do mundo pode ser considerado uma falsificação de uma verdadeira consciência à qual se chegaria pela luta partidária, então esse homem deixa de ser dono de sua própria história e de responder por suas opções. **Em Banânia, esse demiurgo chulé tem um pé em Platão e outro em João Vaccari Neto.** Nessa perspectiva, vício e virtude se definem apenas na medida em que uma determinada ação fará “a luta” avançar ou recuar. **Está aberto o caminho para o crime –qualquer um: roubar a Petrobras ou matar é só questão de necessidade. Isso implica que inexista teoria de esquerda meramente culposa. Ela sempre será dolosa,** embora inocentes úteis possam ser capturados em sua teia (Azevedo, 2015b, grifos nossos).

RA reforça sua crítica deixando de lado os nomes criados e citando claramente o Partido dos Trabalhadores. Ele aponta que o que elegeu o partido foram mentiras e insere seu argumento numa lógica e tradição liberal ao destacar a primazia do indivíduo. Apoiando-se nessa argumentação, Azevedo usa uma palavra que se sobressai, já que se

refere ao domingo (15/03) como o dia da “libertação”. Estabelecendo essa caracterização em uma contextualização mais ampla, Azevedo promove um argumento que indica para uma visão de que naquele momento havia um modelo que precisava ser destruído:

Foi esse ente de razão que chegou ao poder há pouco mais de 12 anos, fazendo a mímica das aspirações populares. Mas que digo eu? Povo não existe! Existem pessoas. O "povo" é só uma abstração que serve a delírios totalitários, de direita ou de esquerda. **O PT está em pânico porque o poder demiúrgico está sendo destruído por indivíduos de verdade. É claro que há grupos convocando o domingo da libertação. Mas ninguém se apresenta como portador do futuro** (Azevedo, 2015b, grifos nossos).

Nos parágrafos finais, Azevedo aponta que a história do partido foi feita a partir de falsas clivagens que serviram tanto para tentar sabotar governos quanto para construir o seu próprio. Ele argumenta que existe uma inversão de valores no petismo e, reforçando a lógica do “nós contra eles”, aponta que os mais pobres estavam pedindo a saída do partido, ao passo que as “elites sem face” defenderiam 300 anos de governo petista, não fossem as ações da Polícia Federal – por consequência, da Operação Lava Jato. O partido se transforma, na leitura de Azevedo, em uma entidade próxima ao “capeta”.

De acordo com o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2020), a figura do demônio é uma das mais utilizadas na construção de um imaginário anticomunista, a partir de suas representações tanto discursivas quanto iconográficas. Principalmente relacionado à matriz católica do anticomunismo no Brasil, o demônio era apresentado como a fonte originária do mal, responsável pela tentação e desvio do bom caminho, sendo o comunismo mais uma de suas artimanhas para desviar as sociedades. Nesse aspecto, ao relacionar o petismo com a figura do demônio, encontra-se mais uma das reminiscências históricas entre o anticomunismo e o antipetismo:

As falsas clivagens às quais o partido apelou ao longo de 35 anos, seja para sabotar outros governos, seja para construir o seu próprio, já não funcionam. [...] “peões” e faxineiras vaiaram Dilma no Anhembi; empresários a aplaudiram. **Longe do arranca-rabo de classes que embala a língua solta de Lula, os pobres gritaram “Fora PT”. Já as empreiteiras, não fosse a PF estragar a festa, apoiariam o petismo pelos próximos 300 anos. Que outro partido estaria mais talhado para a arquitetura da destruição? Que outro ente, exceção feita ao capeta, era tão eficaz em fazer o crime passar por virtude?** (Azevedo, 2015b, grifos nossos)

Por fim, RA reforça sua defesa pelo *impeachment* e aponta que o golpismo seria ignorar essa possibilidade. Posteriormente, seu texto se assemelha ao de Pondé, publicado nas semanas seguintes, reforçando a narrativa de que se vive o fim de uma era e o despertar de outra. Ele repete o elogio aos que estarão nas ruas e reforça a tese de que representa o início de uma “libertação” que, em sua leitura, é para sempre, o que traz um tom triunfante para o encerramento do texto:

Em tempo: golpista é querer ignorar que o impeachment tem prescrição constitucional e regulamentação legal. A divergência possível é se estão ou não caracterizados os motivos. Eu, por exemplo, acho que sim. Quantas pessoas haverá nas ruas? Não sei. Qualquer que seja o número, serão pessoas donas de seus quereres, donas de si. **O país começa a se libertar do PT e do que ele representa. Vai demorar um pouco, mas será para sempre** (Azevedo, 2015b, grifos nossos).

A manifestação aconteceu naquele domingo e um número grande de pessoas compareceu às ruas de grande parte das capitais. A organização da manifestação envolveu grupos diversificados, como o MBL, o “Vem pra Rua” e o “Revoltados Online”. Nos meses seguintes, a Avenida Paulista se tornou um grande palco de disputas, com destaque para as manifestações da direita, com ampla cobertura e engajamento midiático da mídia⁵². Algumas semanas antes, outra forma de manifestação tornou-se popular – o que inclusive foi mencionado por Pondé na coluna analisada: os painelaços foram também uma constante no breve segundo mandato de Dilma e, posteriormente, no governo Bolsonaro.

No dia 23 de março, oito dias depois da manifestação, Pondé publicou a coluna “O outono do PT”. Ao esmiuçar o texto, observa-se a forma que o intelectual aborda os resultados da manifestação e a situação política do país naquele momento, além de perceptíveis convergências com o texto de Reinaldo Azevedo. Desde o primeiro momento, a abordagem de Pondé é que se trata do “fim de uma era”, o que o aproxima ao texto de RA:

Temos que reconhecer: chegamos ao fim de uma era. O PT vive seu outono. Melhor voltar para o pátio da fábrica onde nasceu e de onde nunca deveria ter saído. Há que se ter uma certa grandeza, mesmo no pecado (o desejo de poder é o pecado máximo de toda a política), e o PT se revelou incapaz até de pecar com elegância. (Pondé, 2015a, grifos nossos)

Sobressai nas colunas a leitura em comum dos autores de que haveria uma espécie de “redenção nacional” naquele contexto. Levando em conta as disputadas eleições do ano anterior e o apoio a uma oposição firme ao petismo, há uma espécie de anúncio para uma característica que pode ser vista nas novas direitas, ao menos na sua performance: a ideia de que havia uma profunda renovação em curso, despertando em um país que enfrentava mazelas de uma era que destruíra as perspectivas de futuro. Fato é que o aumento de manifestantes com demandas liberais-conservadoras (ainda que houvesse

⁵² MANIFESTANTES fecham Av. Paulista no maior ato anti-Dilma deste domingo: Foram 1 milhão de pessoas, segundo a PM, e 210 mil, segundo o Datafolha. Houve protestos em todos os estados e no exterior; SP teve o maior público. G1: São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/03/protesto-contr-governo-fecha-avenida-paulista-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 02 out. 2025.

também sujeitos mais radicalizados naquele contexto) permitiu uma nova formatação da crítica – que já existia anteriormente - mas que agora encontrava organização e um número relevante de apoio popular nas ruas e que repetiam palavras de ordem e discursos que foram fomentados por anos nas colunas de Pondé e Azevedo. É importante levar em consideração que as colunas possuem a dinâmica da “escrita de si” e o relato daquele processo no calor do momento. Portanto, há de se pensar na forma que os autores buscavam narrar como a primeira grande manifestação contra o governo representou, na visão deles, o início da derrocada de um inimigo comum que vinha sendo construído ao longo dos últimos anos.

Outro aspecto importante é como esses prenúncios de fim do partido indicam mais uma semelhança com o anticomunismo histórico, que se trata da interdição desse na disputa política. Ao apontar libertação, morte e outono, indica-se que há algo no fim que não irá mais retornar. O texto de Pondé é ainda mais claro, já que sinaliza que o partido deveria voltar para “onde nunca deveria ter saído”.

Ainda que Pondé argumente que se trata de um fenômeno mais complexo - “Este outono do PT não se deve apenas às manifestações contra seu governo” (Pondé, 2015a) – as manifestações contra o governo foram sim um impulso de coragem para uma série de intelectuais que escreviam e ocupavam um espaço na mídia, seja esse impulso mercadológico, seja no âmbito de engajamento político. Pondé ainda apontava – assim como Azevedo – que a militância petista estava pronta para partir para a violência naquele contexto, mas emprega também uma abordagem mais bélica do processo:

O Brasil perdeu o medo do PT e da esquerdinha pseudo. As pessoas descobriram que o mal-estar com essa turminha não é coisa de “gente do mal” (**não é coisa de gente do mal, é coisa de gente bem informada**), como a turminha pseudo diz, mas sim que somaram 2 + 2 e deu 4: o PT é incompetente para governar. **Afundou quase tudo em que tocou, seja municipal, estadual ou federal (e a Petrobras). Mas essa morte do PT significa mais do que o fim de um partido que será esquecido em cem anos** (Pondé, 2015a, grifos nossos).

A afirmação de que o “Brasil” perdera o medo do PT acaba por mobilizar alguns sentimentos como o revanchismo e a raiva. Mas, ao apontar que existia um “medo” do partido, pode sugerir até uma maior conexão com as tradições anticomunistas no Brasil, que mobilizava, principalmente, o medo como sentimento em relação às esquerdas (Motta, 2020). Além disso, o autor estabelece o discurso de “crise da ordem”, apontando que o petismo destruiu “quase tudo em que tocou”.

Pondé vai além na sua análise: em busca de complexificar seu argumento, o intelectual acena para uma leitura conspiracionista de que a esquerda possuía uma reserva

de virtude política e moral desde o fim da ditadura militar. Esse aspecto do discurso, já apontado em outros momentos, reflete uma similaridade com as teses de Olavo de Carvalho a respeito de um suposto projeto de hegemonia, no sentido gramscista, das esquerdas no pós-1988 (Puglia, 2018). Pondé ainda aponta para a incompetência de governos de esquerda e sobre a hipótese de uma ditadura similar à da Venezuela no país – em sua leitura, um desejo de setores mais radicalizados do petismo:

O fim do PT significa que o ciclo pós-ditadura se fechou. No momento pós-ditadura, a esquerda detinha a reserva de virtude política e moral, assim como de toda a crítica política e social. Ainda que a história já tivesse provado que todos os regimes de esquerda quebram a economia (como o **PT quebrou a nossa**) ou destroem a democracia (como os setores mais militantes do partido gostariam de fazê-lo). (Pondé, 2015a, grifos nossos).

A partir da demarcação temporal utilizada por Pondé, há a percepção de que, na sua leitura, as direitas teriam sido interditadas de fazer política no Brasil do fim da ditadura até esse momento em que a crise do petismo dava seus primeiros sinais. Como apontado por Perlatto e Chaloub (2015), a distância temporal da memória da ditadura abre margem para um discurso mais identificado e abertamente de direita. Porém, é importante frisar que as direitas – das moderadas até as mais extremadas – seguiram existindo durante esse contexto e produziram diversas formas de organização, seja a partir da imprensa ou até propriamente da atuação política⁵³. Ainda assim, entende-se que, a partir dessa questão, Pondé abre margem para sustentar uma narrativa de que as direitas estiveram acuadas durante décadas e, naquela ocasião, envolveria o momento de ascensão e revolta.

A sustentação do argumento anterior tem como exemplo a crise democrática da Venezuela que contava com os avanços autoritários de Nicolás Maduro. Ele estabelece uma relação a partir da crise econômica vivida pelo país naquele momento, que impediria Dilma Rousseff de usar a mesma estratégia que Lula teria usado no mensalão, além de apontar uma espécie de “pouca importância” dada para a corrupção por parte da população, de maneira parecida com o que falara após o primeiro turno da eleição de 2014 (Pondé, 2014c):

Como será que nossa diplomacia, ridícula como quase tudo que o governo do PT toca, reagirá ao fato de ele, Maduro, ter se dado plenos poderes para matar e torturar em nome do socialismo? Resta pouco espaço para o governo. [...] **Com a economia em frangalhos, fica difícil para a presidente enterrar o petróleo em consumo, como seu antecessor o fez durante o escândalo do mensalão. Quando as pessoas estão felizes comprando é fácil fazer vista**

⁵³ Para além das participações de intelectuais como Paulo Francis e Roberto Campos na mídia, o Partido Frente Liberal (PFL) fez parte da coalizão do governo de FHC na década de 1990. No campo mais radicalizado, movimentos diversos se organizavam na década de 1990 e na política institucional, Enéas Carneiro comandava o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) (Caldeira Neto, 2016).

grossa à corrupção. Quando o bolso esvazia, o saco fica cheio. (Pondé, 2015a, grifos nossos).

A comparação com agentes históricos das esquerdas já foi vista em outros textos, assim como a governos de esquerdas autoritárias da América Latina. Segundo Pondé, o PT lembrava o partido Arena, no fim da ditadura, por conta de sua popularidade com a camada mais pobre da sociedade, ainda que tivesse um escândalo de corrupção nas costas. LFP ironiza ao chamar o partido de “novo rico” e aponta que a classe média já não tinha admiração pelo PT, que logo perderia o “trunfo” dos mais pobres – algo que, na leitura de Reinaldo Azevedo, já estava acontecendo, como detalhado anteriormente.

Pondé ainda reforça quem seria a parte da militância petista naquele momento, fazendo referência a clássicos alvos de suas críticas (intelectuais, estudantes, professores e jornalistas). Porém, o autor acreditava que estes também iriam largar a influência do petismo quando “perderem o medo de serem chamados de reacionários” (Pondé, 2015a). O autor apontava que o reacionário hoje seria quem defende o petismo e “se fecha ao fato de que a história andou e as pessoas não tem mais medo do PT e da sua turminha” (Pondé, 2015a). Novamente, além do medo sendo mobilizado, é importante destacar que, diferente do medo do anticomunismo, há uma nova formulação: a mobilização da raiva e a ação numa lógica de combatividade ao petismo.

No fim do texto, dois aspectos importantes da fala de Pondé aproximam seus argumentos com os de Reinaldo Azevedo e um se distingue. Para além da leitura que a crise do partido ser representada pela “história que arromba a porta” (Pondé, 2015a), o intelectual argumenta que não haveria nada de fascista em quem se opunha ao petismo, mas sim “gente educada, bem preparada, autônoma e que está de saco cheio do tatibitate do PT” (Pondé, 2015a). A linha similar de que há uma lógica do “nós contra eles” coloca em perspectiva também a ideia de que, se, por um lado, há um mal inescrupuloso a ser combatido, a oposição é medida por pessoas educadas e bem-preparadas. A crítica a um governo e a organização de uma oposição são legítimas em qualquer governo democrático, no entanto, a organização do debate de maneira schmittiana é reforçada nos estereótipos atribuídos a cada um dos grupos representados, além de reforçar uma polarização que traz traços virulentos para o debate. Assim como RA, Pondé sugere que o partido saia de cena, mas, diferentemente dele, aponta que não acredita haver justificativa para o *impeachment*:

a melhor coisa que o PT pode fazer é pedir licença e sair de cena. **Não acho que haja justificativa (ainda) para o impeachment, e devemos preservar as instituições.** Mas a água passa debaixo da ponte. Quatro anos é tempo

bastante para se afogar na vergonha. E, aí, a humildade será mesmo essencial, não? Sim, mas o PT é pura empáfia (Pondé, 2015a, grifos nossos).

Após o sucesso da manifestação e o destaque que recebera da opinião pública, a oposição ao governo Dilma foi ganhando cada vez mais força e articulação política. Percebeu-se o surgimento de novos grupos organizados que tiveram um papel relevante naquele período, da mesma forma que a Operação Lava Jato. O auge dessa ebulição foi o *impeachment* de Dilma, votado pouco mais de 13 meses da manifestação do dia 15 de março de 2015.

3.2 AS NOVAS DIREITAS

Ainda que temporalmente o texto e as fontes já se situem em 2015, para elaborar a respeito das “novas direitas” e sua relevância, a forma que foram analisadas e até de certa forma saudadas pelos intelectuais, é fundamental retornar um ano, quando em 21 de abril de 2014, Luiz Felipe Pondé publicou o texto “Por uma direita festiva”. O texto serviu de pontapé para uma nova estética produzida por esses novos grupos e será vista consolidada dois anos depois, em 2016, quando tanto Pondé refletiu a respeito em sua coluna, mas também Reinaldo Azevedo elogiou o termo cunhado por Pedro Fonseca, fundador do MBL: “direita transante”. No ano de 2015, nas manifestações, esses grupos foram também saudados por Azevedo e Pondé, membros de uma direita já estabelecida, mas que interagiram com eles, elogiaram e de certa forma se inseriram.

O texto de Pondé repercutiu na mídia, com elogios e críticas ao seu conteúdo. Tratava-se de um texto com uma tese central, de teor sexista, sendo argumentado a partir dela: segundo Pondé, a direita liberal no Brasil não prosperava porque ela tinha dificuldade de “pegar mulher” (Pondé, 2014d). Pondé argumentava que a grande vantagem adaptativa das esquerdas era ser festiva e, por isso, conseguir se relacionar amorosamente com as mulheres. Segundo Pondé, “se você é de esquerda, pegar mulher é a coisa mais fácil do mundo” (2014d). Este aspecto reforça uma das características do anticomunismo histórico no Brasil, a partir de um ideário que o apontava como um desafio à moral do país, tratando os comunistas como subversivos, sensuais e capazes de atrair as mulheres para o comunismo (Motta, 2020). O argumento se repete em outros momentos que Pondé reflete a respeito das direitas, muitas vezes levantando um aspecto não só de ressentimento, mas que também possui raízes históricas que relacionam o antipetismo e o anticomunismo.

Em geral, Pondé cria no texto uma série de situações (em que um homem de esquerda usaria de suas “estratégias” para seduzir as mulheres) para embasar sua tese, fazendo questão de reforçar que escreve para que a direita liberal encontre sua face festiva, descartando “quem gosta de tortura”. Por fim, ele argumenta que

o canal para uma direita festiva é: fale de liberdade, do sofrimento humano, de corpo, discuta documentários, diga que a vida não tem sentido, mas que a beleza existe, não se vista como o Sheldon, viaje para a Islândia, e (pelo amor de Deus!) não fale de economia. As meninas detestam economia, essa “ciência triste”, porque atrapalha a alegria da vida. Ou rezem para o Brasil virar a Venezuela e aí os meninos liberais vão pegar todas (Pondé, 2014d)

A percepção dos autores e desses grupos sobre a sua formação passa por uma série de argumentos no campo do político, como a insatisfação com os governos petistas e a crise de representantes das direitas. No entanto, essa questão estética é importante não só para os intelectuais, mas também para os próprios agentes e fez parte desse processo. O debate a respeito das novas direitas perpassa por uma série de autores, sendo válido refletir a respeito deles.

A discussão parte do pioneirismo de Antônio Flávio Pierucci, quando, em 1987, publicou o artigo “As bases da Nova Direita” (Pierucci, 1987). Em sua pesquisa, o sociólogo entrevistou e analisou os eleitores de Jânio Quadros e Paulo Maluf, que possuíam uma tendência ao ativismo ainda que não ligados a partidos políticos e tinham como principal característica, na visão de Pierucci (1987), sentir-se ameaçado pelos outros. O texto, marcado pelo tempo em que foi escrito, indica continuidades das direitas que se organizaram nos protestos a favor do *impeachment*, mas também possui indicativos de que se trata de um contexto específico da história cujas circunstâncias se transformaram. Longe de buscar esgotar a discussão a respeito do texto, mais importante é destacar o trabalho de Camila Rocha (2021) que se inspira em Pierucci e abre caminho para uma nova interpretação desses grupos já mais contemporâneos.

A cientista política desenvolve sua tese em busca de observar as tipologias distintas das direitas brasileiras que possuem como novidade a atuação no contexto da redemocratização e possui, de maneira central, a perspectiva de uma ruptura com o pacto de 1988. Para Rocha,

a nova direita emergente passou a apostar na substituição de seu substrato progressista por um novo amálgama de ideias: o ultraliberalismo-conservador. [...] tal processo se deu a partir de uma reação ao pacto de 1988 e suas consequências sociais e institucionais, cujo desenvolvimento ao longo do tempo foi percebido como a consolidação de uma “hegemonia cultural esquerdistas” (Rocha, 2021, p. 20).

A contribuição de Camila Rocha é importante para o campo das pesquisas e possui significativos avanços na discussão a respeito das novas direitas. No entanto, é importante destacar que, desde que foi promulgado, o pacto e o texto constitucional de 1988 já sofria com críticas e oposições – como foi apontado anteriormente, quando se tratou da trajetória de Ives Gandra Martins. Ainda que a ideia de uma secessão e uma oposição mais ativa no campo da militância tenha sido fomentada após a derrota nas urnas de 2014, parte das direitas em outros momentos se organizaram ao longo do contexto pós-1988, seja em grupos mais extremados – como apontam os trabalhos de Odilon Caldeira Neto (2016, 2025), ou em grupos que fazem parte das direitas hegemônicas, mais ligadas ao campo moderado (Maglia, 2020).

Esse destaque é importante, pois auxilia a demonstrar como existe uma historicidade e uma trajetória das direitas brasileiras e que o processo de organização e fomentação de novos grupos no contexto do *impeachment* – ainda que exista um aspecto de novidade – não compõe uma “invasão bárbara” à democracia brasileira. Há ainda outras importantes contribuições, como a perspectiva trazida por Marina Basso Lacerda (2019), indicando semelhanças do neoconservadorismo brasileiro com o estadunidense. No que diz respeito às novas direitas e ao crescimento e centralidade dos intelectuais nesse processo, deve-se destacar o trabalho de Perlatto e Chaloub (2016), com suas hipóteses e as estratégias argumentativas usadas por aqueles.

Nas fontes sobre o 15 de março já era destacada a emergência de novos grupos tomando as ruas. Aquele ciclo de protestos iniciados naquele momento serve como base para a seleção das fontes, tendo em vista a relevância que as manifestações tiveram na formação de um consenso na direita em torno da pauta do *impeachment*. Cerca de um mês depois da primeira manifestação, em abril de 2015, outra foi convocada. Ainda que tenha tido um menor apelo nas ruas, o tema foi tratado por RA com um título que indicava o entusiasmo com as manifestações, além de fazer clara referência ao manifesto comunista: “Trabalhadores sem partido, uni-vos!”.

Azevedo abre seu texto classificando a nova consciência que ao seu ver se formava no país. O mérito: não ser refém da “dualidade” PT vs. PSDB, que ocupavam lugares centrais naquele contexto da política brasileira. Esse novo lugar, até agora não ocupado, era órfão de partido, representação e porta-voz. Seu argumento passa por uma retórica já recorrente em alguns atores do conservadorismo e do liberalismo que reclamavam a ausência de representantes na classe política (Perlatto; Chaloub, 2016). Destaca-se essa crítica que Azevedo tece ao PSDB, tendo em vista seu apoio anterior na oposição ao

petismo – ainda que as críticas existissem. Anos antes, Pondé criticara o partido “tucano”, afirmando que, junto ao petismo, ambos compunham uma “farinha do mesmo saco” (Pondé, 2012).

Essa estratégia retórica de classificar a si e aos manifestantes como órfãos reforça a necessidade pela novidade política, também clamada por Pondé na direita festiva e indica uma retórica que Perlatto e Chaloub (2016) classificam como a “retórica da terra arrasada”. Esta consistiria na crítica a tudo que existira até aquele momento, apontando para a ausência de uma longa tradição de conservadores e liberais no país que necessitava de uma salvação. É importante destacar que Azevedo aprofunda sua crítica ao PSDB em um momento que o partido ainda não havia encampado a defesa aberta pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, até então reivindicado principalmente pelos movimentos que estavam organizando as manifestações e alguns intelectuais, como o próprio Azevedo e Ives Gandra Martins:

É crescente o número de pessoas dessa maioria a perceber que os tucanos, por exemplo, continuam, com as exceções de praxe, com medo "do povo que há" porque demasiadamente preocupados "com o povo a haver". Peessedebistas, em suma, ainda privilegiam em seu discurso uma população, digamos, escoimada de suas supostas impurezas (Azevedo, 2015c).

A classificação do PSDB como um partido elitista permite refletir sobre como aqueles intelectuais traziam, ainda que em baixa intensidade, um componente antipolítico em suas retóricas. Por um lado, um partido que era um antro de corrupção e havia destruído o país. Por outro, o seu maior opositor era composto por elitistas que não acompanhavam “o povo” em suas agendas mais urgentes. É válido observar que a ascensão de Jair Bolsonaro passa por um discurso, esse em maior intensidade, com a retórica de ser “contra tudo que está aí”, classificando tanto o PSDB como o PT como uma elite política que para nada iria servir.

Houve disputas a respeito das organizações das manifestações, inclusive sobre essa de abril sobre cuja convocação não existiu um consenso (Limongi, 2023). Ainda que um temor existisse sobre a adesão dos protestos, Azevedo fez questão de defender sua continuidade e de destacar que não se tratava de superar ou não a manifestação anterior. Nessa defesa, indicava principalmente o que acreditava ser a derrocada do petismo – como visto em sua coluna a respeito do 15 de março. O autor destacava que as baixas adesões em manifestações da Central Unificada dos Trabalhadores (CUT) e do PT apontavam para um novo futuro que estava sendo construído. RA classificava aqueles com os quais se identificava e planejavam os protestos de oposição ao governo como

mulheres e homens comuns. Do lado dos apoiadores de Dilma, uma militância organizada:

Vários movimentos que se opõem ao atual estado de coisas convocaram um protesto para este domingo, dia 12. Talvez reúna menos gente do que o do dia 15 de março. Superar aquele marco não é relevante. Nenhuma sociedade, a menos que viva uma convulsão pré-revolucionária, se mantém permanentemente na rua contra o "status quo". **O sintoma que interessa ao futuro é outro. Mesmo liderando uma máquina ainda poderosa e organizada, CUT e PT protagonizaram um vexame na terça passada.** Nem os companheiros compareceram ao enterro da última quimera de Luiz Inácio Lula da Silva. **Quem apostaria, até outro dia, que a prontidão de mulheres e homens comuns, sem o abrigo de bandeiras, superaria a da militância organizada?** Mas hoje é assim (Azevedo, 2015c, grifos nossos).

Essa retórica do “homem comum” que se revolta contra o governo já foi observada e se torna uma estratégia recorrente nos textos de Azevedo. A linguagem busca aproximar o intelectual e, principalmente, as direitas do povo. Nesse aspecto, há o que Perlatto e Chaloub (2016) apontaram como “retórica do realismo”, que se trata dessa aproximação de um discurso das direitas como mais próximo à realidade. Afinal, a formação do discurso que já vem sendo construído é da necessidade dos cidadãos que pouco ou nada têm a ver com a política organizada se indignarem com os “donos do poder” ou os “mamadores profissionais”, como o autor irá indicar mais adiante. É apontado um inimigo poderoso, distante do povo e enfraquecido, ao passo que quem combate é um cidadão “de bem”, que paga impostos, sério e inteligente.

As críticas de Azevedo às cortes políticas são aprofundadas para reforçar o surgimento do novo. Distantes do povo, Azevedo estende sua crítica à revista *Piauí*, que semanas antes havia publicado uma matéria crítica às manifestações *pró-impeachment*⁵⁴. O argumento de Azevedo passa, de maneira implícita, por criticar o fundador da revista, o bilionário e cineasta João Moreira Salles:

Os procuradores da velha ordem ainda insistem em ouvir no alarido dessa rua sem pedigree o sotaque daquela dualidade que interessava a oportunistas e picaretas. Acabou. Não há mais. **Quando a esquerda financeira da revista chique para botocudo faz pouco caso da direita-sem-banco que produz, bate panelas e se nega a financiar o PT, a gente tem de concluir que algo de efetivamente novo está em curso no país.** Para a tristeza dos dinossauros de punhos de renda (Azevedo, 2015c, grifos nossos).

Sua defesa dessas novas direitas passa também pela ira que elas causariam nas esquerdas, que não tutelariam o processo. Na leitura de Azevedo, a “democratização” dos meios de comunicação, que seria sonhada pelas esquerdas, foi o que permitiu a voz “dos que trabalham e arrecadam impostos” (Azevedo, 2015c) ser ouvida. Ele faz referência a

⁵⁴ Antunes, Cláudia. Tea Party a brasileira: um debate com a nova direita. Revista *Piauí*: Rio de Janeiro, edição 103, abril de 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/tea-party-a-brasileira/>. Acesso em: 15 out. 2015.

um termo por ele criado no passado, o da “Burguesia do capital alheio”, além da “boa consciência” – menção à sua crítica ao conceito marxista: “E isso parece insuportável aos ouvidos dos distributivistas do fruto do trabalho alheio – desde que o *spread* bancário financie a boa consciência, é claro! ” (Azevedo, 2015c).

O encerramento do texto passa por uma crítica às disputas que haviam marcado o “Acordo do real” (Nobre, 2022). Azevedo sugere que o PSDB se reinventasse para que não caísse junto com o PT – o que, nesse caso, abre espaço para pensar se a reinvenção seria uma ainda maior radicalização do partido à direita ou se somente aderir a pauta do *impeachment*, que era a principal bandeira daquela nova direita naquele momento: “Tucanos versus petistas? Que coisa velha, santo Deus! **Também o PSDB terá de se reinventar, e haverá de ser à direita, se não quiser ser banido, junto com o PT, do universo de referências desses que ora despertam**” (Azevedo, 2015c, grifos nossos).

O texto passa pela retórica do realismo (Perlatto; Chaloub, 2016), mas destaca-se na forma como o debate é estruturado a partir de uma sugestão de banimento do PT da disputa política, tal qual o PSDB, caso não se transformasse. A coluna escrita no calor daquelas manifestações apontava para um discurso mais inflamado em RA que, ao observar o surgimento de novos atores à direita, construiu argumentos que foram reforçados por setores mais radicalizados à direita.

O terceiro grande protesto ocorreu em agosto de 2015. Novamente em um domingo, capitais do Brasil inteiro contaram com manifestações a favor do *impeachment* e, dessa vez, o PSDB abraçou de vez o movimento. Aécio Neves e José Serra foram alguns dos exemplos de políticos influentes do partido que participaram dos protestos. O partido, inclusive, convocou a população a partir de inserções em propagandas de TV. Essa postura foi elogiada por RA em seu blog no site da Veja.

Classificando como um “imperativo moral” do partido, Azevedo argumentou que havia sido confiado a Aécio Neves o papel de liderar a oposição e, junto à sociedade civil, se organizar pelo *impeachment* de Dilma. O clima no país naquele contexto era de muita disputa, não só política, mas também pela história que estava sendo contada. Por um lado, os insatisfeitos com o governo e que defendiam, acima de qualquer coisa, o *impeachment*. Por outro, os apoiadores que afirmavam que a remoção de Dilma do cargo se trataria de um golpe. Essa disputa é clara nos textos de Azevedo e está registrada nesse post em seu blog:

O primeiro elemento positivo a ser apontado é o reconhecimento do partido de que não lidera os protestos — como o PT liderava, diga-se, o “Fora Collor”; e já havia

liderado antes o “Fora Sarney” e liderou depois o “Fora FHC”. Se exercer o Artigo 5º da Constituição, uma das cláusulas pétreas, e gritar “Fora Presidente-Que-Está-Aí” é golpe, então o PT é o maior golpista do país. Até acho que é — mas não por isso. (Azevedo, 2015d)

Azevedo mantém sua defesa pelo *impeachment* no decorrer do texto e, além de elogiar a conduta do PSDB, faz uma observação interessante a respeito do papel das forças armadas naquele contexto. O intelectual apontou que “felizmente, temos Forças Armadas disciplinadas, que não sonham nem longinquamente em se aproveitar das irresponsabilidades de algumas lideranças civis, como ocorreu em 1964” (Azevedo, 2015d). Diante das suas interpretações a respeito do golpe de 1964, parece que, além de jogar a culpa no presidente deposto, Azevedo está argumentando que não seria necessário se preocupar com uma possível intervenção militar – ainda que a manifestação de 16 de agosto tenha contado com enormes bandeiras pedindo uma ação dos militares e também o uso do artigo 142 – o mesmo que Gandra, à época defensor do *impeachment* e elogiado por Azevedo, defendeu em 2020 - e que, nesse contexto, foi criticado por RA.

Naquele fim de semana, a avenida Paulista contou com uma série de personagens das novas e velhas direitas brasileiras⁵⁵. O texto de Azevedo na semana seguinte na Folha contava com o seguinte título: “Nós, os antiesquerdistas, vencemos! ”. Novamente, Azevedo analisou o processo inserindo-se nos grupos opositores.

Acreditando que a queda de Dilma era iminente, o autor apontava que a política brasileira naquele momento era uma mistura da paranoia e da esquizofrenia. Ele então relembra a manifestação do dia 16 inserindo-se como um daqueles milhares de brasileiros que haviam protestado contra o governo e que a manifestação era “contra a roubalheira, contra a incompetência e contra o ‘mundo petralha’” (Azevedo, 2015e). O intelectual recupera com orgulho a palavra que criou – reforçando que ela já havia sido dicionarizada:

vocabulo já dicionarizado, que criei no ano 2000, ainda antes de o PT chegar à Presidência. **A minha referência era o que eu sabia que o partido já andava fazendo em municípios e Estados.** Celso Daniel, por exemplo, foi assassinado em

⁵⁵ Para além dos políticos do PSDB que participaram, Levy Fidélis, político que estabeleceu uma série de pontes com setores radicais das direitas brasileiras, participou e foi saudado por Bia Kicis, à época líder do movimento “Revoltados Online”, um dos organizadores do protesto. Kicis agradecia e saudava os poucos políticos que representavam, Jair Bolsonaro e Fidélis. O candidato derrotado em 2014 chegou a ser vaiado por populares, mas a presença dele, somada aos pedidos de artigo 142 e intervenção militar em uma manifestação *pró-impeachment*, auxilia a observar como naquele contexto setores radicalizados das direitas participaram do processo junto dos setores que ocupavam o *mainstream* da oposição a Dilma. Informação disponível em: Vieira, João Luiz. Crônica de uma tarde amena de manifestação na Av. Paulista: Algumas impressões do coração pacífico da manifestação que encheu a principal avenida de São Paulo. Época, São Paulo, 16 ago. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/08/cronica-de-uma-tarde-amena-de-manifestacao-na-av-paulista.html>. Acesso em: 16 out. 2025.

janeiro de 2002 e estava no quinto ano de sua volta à Prefeitura de Santo André. **Os petralhas –petistas que aderiam à ética dos Irmãos Metralha– diziam roubar os cofres públicos para nos salvar. Eu me nego a ser salvo por bandidos** (Azevedo, 2015e, grifos meus).

Destaca-se que, naquela manifestação, a palavra petralha apareceu em cartazes nas ruas, como mostra a figura 1. Além disso, Azevedo remete essa criação a um processo anterior ao petismo chegar à presidência, reforçando sua tese de uma crítica de longa duração, numa espécie de "sempre ter avisado" sobre os perigos petistas. RA se situa como superior moralmente com uma frase de impacto e relembra a morte de Celso Daniel – momento- chave para a fomentação do antipetismo e que foi e ainda é utilizado inúmeras vezes por setores radicalizados das direitas.

Figura 1 - Faixa com a palavra criada por RA ao fundo na manifestação de 16/08/2015



Fonte: Eduardo Knapp/FolhaPress

A presença da mais importante palavra criada por Azevedo em um dos grandes protestos pelo *impeachment* marca não só a relevância de seu trabalho na construção do antipetismo – um fator importante na constituição das novas direitas brasileiras —, mas também a possibilidade de se posicionar como uma referência para esses grupos e se inserir diretamente no processo. Dessa forma, ao longo de sua coluna, Azevedo se estabelece como porta-voz dessa oposição, defendendo o ajuste fiscal, sugerido pelo ministro Joaquim Levy:

Embora muitas pessoas tenham dito para si mesmas e para os outros, no domingo passado, que não podem ser obrigadas a arcar com o custo da irresponsabilidade petista, a quase todos era claro que o ajuste fiscal é necessário; que ele é a correção fatal das bobagens feitas pelo petismo. **Vale dizer: não batemos panela, bumbo ou boca contra o ajuste fiscal. Mas contra Lula, o boneco inflado, e contra Dilma, a Lírica da Mandioca,** que não sabe cortar gastos nem fazer... ajuste fiscal! (Azevedo, 2015e, grifos nossos).

O ajuste fiscal proposto pelo governo mobilizava a debate público naquele contexto. Nas manifestações, entretanto, o foco era vocalizar o pedido de *impeachment* e o elogio à Operação Lava Jato. No campo progressista havia uma crítica intensa ao ministro Joaquim Levy e ao ajuste proposto. Defendendo a permanência de Dilma no cargo e a saída do economista, no dia 20/08 daquele ano, uma manifestação envolveu Guilherme Boulos e João Pedro Stedile, fato que fora ironizado por Azevedo. Em seu argumento, RA aponta que o ajuste fiscal significaria “o fim da mamata”. Seria essa então a esquizofrenia da política brasileira: quem defenderia Dilma seria contra a medida que faria sentido em seu governo, e quem seria contra a presidente defendia o ajuste.

Ele reforça sua crítica comparando as duas manifestações, apontando que os que estiveram nas ruas no domingo “não reconhecem na presidente as condições políticas e morais para continuar no comando do país, embora saibam que ela já caiu do cavalo na estrada de Damasco e descobriu a iluminação do óbvio” (Azevedo, 2015e). Já os que se manifestaram no dia 20 estavam “mamando em alguma sinecura oficial, manifestaram pela continuidade do governo são, no entanto, contrários às medidas do... governo! ” (Azevedo, 2015e). Nesse caso, parece retomar aquilo que Perlatto e Chaloub (2016) classificaram como “retórica do realismo”, ou seja, por um lado, aqueles que estão próximos à realidade e sabem interpretar os fatos políticos do Brasil, por outro, aqueles que se aproveitam das brechas do Estado para poder se enriquecer ilicitamente e se manifestam por um motivo que seria pouco legítimo. Ao fim do texto, Azevedo traz um tom triunfante a sua coluna, inserindo-se novamente como porta-voz dos “antiesquerdistas”, além de pontuar de maneira ainda mais clara sua retórica do realismo:

Os ligeiros logo decretarão um empate de enganos e desenganos entre os que, de um lado e de outro, não saberiam onde pôr o seu desejo. Errado! Não há empate nenhum! **Nós, os antiesquerdistas, vencemos.** Não queremos nada pra nós. Nem sinecura nem caraminguás. **Só lutamos pelo triunfo da matemática. Os outros apenas imploram para viver, vencidos pela evolução da espécie** (Azevedo, 2015e, grifos nossos).

Luiz Felipe Pondé já havia pontuado a necessidade de uma reformulação nas direitas. Ao longo dos processos já analisados, esse pedido foi reforçado após a reeleição de Dilma e percebido por ele após as manifestações do dia 15 de março. Seu texto após a

manifestação de agosto também trouxe essa percepção do surgimento de um novo grupo político, visto com entusiasmo por parte do autor.

O texto “O ódio fofo e o ódio não fofo” tem como mote uma crítica à esquerda e a criação de uma expressão que auxilia na construção do imaginário de Pondé a respeito dos militantes das esquerdas, até chegar às novas direitas. Segundo o intelectual, havia no debate público uma questão a ser resolvida: a intolerância recente no país. Ao apontar isso, Pondé se refere às disputas intensas em torno do *impeachment*. O autor argumenta que a “intelligentsia” nacional sempre se refere à extrema-direita quando fala do ódio político. Pondé se refere a eles como “malucos, babões, um atraso na vida” e sugere que o tratamento a eles dado deve ser a neutralização política – além do desprezo moral.

Percebe-se, portanto, novamente o autor se distanciando de grupos extremos das direitas, tal qual havia feito um ano antes, ao defender a direita festiva. Ele sugere, no entanto, que a análise do ódio político brasileiro deve ser mais aprofundada, observando o “ódio fofo”, que viria cercado de boas intenções:

tentemos sair do óbvio e mais "seguro", que é sempre remeter o ódio à extrema-direita babaca de sempre, e olhar de modo menos ideológico para o Brasil intolerante que nos assusta agora. Ou seja, deixemos de lado o que eu chamaria de ódio não fofo e olhemos para o ódio fofo. **Dito de outra forma: olhemos para o ódio justificado por boas intenções. Como a corrupção do PT "em favor" dos excluídos** (Pondé, 2015b, grifos nossos).

Pondé apresenta sua hipótese, argumentando que a “intelligentsia” não consegue identificar esse ódio fofo porque ele se traveste de outras coisas — as quais ele faz questão de nomear — e apresenta um conhecimento que ele tem, mas os outros não. Esse tipo de argumento, além da “retórica do realismo” (Perlatto; Chaloub, 2016), compõe também outra estratégia retórica de Pondé que passa por apresentar conhecimentos que não são tão populares ou então de um conhecimento que só quem possui determinadas referências e informações é capaz de acessar – o que abre margem para acenos conspiracionistas:

Minha hipótese é que existem dois tipos de ódio para a intelligentsia, o ódio fofo e o ódio não fofo. Mas ela não tem consciência de que pensa dessa forma. **Ela tem dificuldade de enxergar esses dois tipos de ódio porque o ódio fofo não se apresenta como ódio, mas sim sob denominações outras. Quer ver uma denominação fofa para o ódio político que não se vê como ódio? Luta de classes. Quer ver outro exemplo? O combate à desigualdade social. Outro? MST e MTST** (Pondé, 2015b, grifos nossos).

Pondé recorre a Marx para sustentar sua crítica. Em busca de estabelecer uma longa duração que ligue o intelectual alemão ao petismo, o autor busca contar o que existe na história da esquerda. Ao realizar esse movimento, Pondé se vale de sua posição de intelectual público que conhece referências diversas para trazer “a verdade”:

O ódio de classe é o motor da história para o velho Marx e sua igreja. **A história da esquerda é uma história de ódio ideologicamente justificado por suas "boas intenções".** O motivo para que nossa intelligentsia só veja o ódio não fofo é porque **só reconhece a palavra ódio nos babacas da extrema-direita que berram nas redes sociais. Para si, guardam a expressão "esquerda", o que, por definição, significa "gente fofa".** (Pondé, 2015b, grifos meus).

É importante destacar que Pondé faz questão, a todo momento, de rechaçar e isolar a extrema-direita em seu texto. Além disso, o autor aponta para uma espécie de hipocrisia nas esquerdas, argumento que vai seguir até o fim do texto:

Concordo que a extrema-direita é mesmo desprezível, mas os herdeiros da ideia de "luta de classes", quando se olham no espelho, veem alguém condescendente explicando para os outros como tudo ficará bem se esses outros aceitarem o que eles, os fofos, desejam para todos. São puros de coração em termos morais e políticos, logo, não odeiam. **O ódio não fofo é aquele do povo ignorante que não entende que devem ser guiados pelos intelectuais de esquerda e seus representantes no espectro institucional dos partidos. Mas a verdade é que quem abriu as portas do inferno para o ódio político no Brasil foi o próprio PT e sua militância truculenta.** Quem não lembra o que esses lindinhos fizeram com a blogueira cubana Yoani Sánchez anos atrás? (Pondé, 2015b, grifos nossos).

O argumento do autor envolve situar o partido que ocupava o poder e sua militância como os precursores do ódio político no país. O autor remete às manifestações e ataques feitos por setores da militância de esquerda no país à jornalista cubana Yoani Sanchez, crítica à ditadura de Fidel Castro que visitara o país alguns anos antes⁵⁶. Pondé acena para uma das conspirações mais recorrentes em suas colunas: a de que professores da escola são na realidade doutrinadores comunistas, referindo-se aos alunos como “nossos filhos”:

É hilária a histeria de muita gente com os evangélicos e a ideia de que eles obrigariam nossos filhos a ler a Bíblia nas escolas, **quando, na verdade, nossos filhos são, há muitos anos, obrigados a ler o "Manifesto Comunista" como uma bíblia** (Pondé, 2015b, grifos nossos).

É válido observar que, naquele contexto, uma série de projetos de lei em favor do movimento político “Escola Sem Partido” ocupavam um espaço central no debate público. Em 2014, o advogado que criou o movimento, Miguel Nagib, se reuniu com a família de Jair Bolsonaro, à época deputado, e apresentou suas ideias, o que mudou o destino do movimento, já que, depois, dois filhos parlamentares de Bolsonaro apresentaram projetos de lei redigidos por Nagib, como apontado no artigo de Jorge Hermida e Jailton Lira (2020).

⁵⁶Lins, Letícia; Tabak, Flávio. Yoani Sánchez é recebida em Salvador e Recife com protestos: Na Bahia, dissidente cubana foi chamada de 'colaboradora da CIA'. O Globo, Recife e Salvador, 18 fev. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/yoani-sanchez-recebida-em-salvador-recife-com-protestos-7605270>. Acesso em: 18 out. 2025.

Parte das teses do “Escola Sem Partido” também encontram eco em outros textos de Pondé, como a ideia de que há um “marxismo cultural”, ou seja, que existe uma busca de doutrinação dos alunos, como aponta Luís Felipe Miguel (2016). No tópico 1.3, foi abordada uma situação similar em que Pondé criticava duramente os professores de História em uma coluna escrita dias após Bolsonaro, no Congresso Nacional, criticar duramente os livros de História propostos no PNE. Pondé não cita o nome de Nagib, de Bolsonaro ou do movimento político, mas a semelhança dos argumentos mobilizados por esses atores indica que havia componentes de um certo núcleo ideológico partilhado das novas e velhas direitas, aglutinado também por setores radicalizados. Um ano mais tarde, em 2016, no programa de televisão “Roda Viva”, Pondé disse ser contra o projeto de lei “Escola sem partido”, proposto no Congresso pelo senador Magno Malta (PL-ES). Todavia, manteve sua posição que existe doutrinação nas escolas⁵⁷. Também há neste aspecto mais uma relação direta entre anticomunismo e antipetismo: a leitura de que o comunismo seria um profundo desafio a estrutura familiar a partir da pregação subversiva, que teria em um de seus focos as crianças nas escolas. Como aponta Rodrigo Patto Sá Motta (2020), tal estratégia possui uma característica de tocar em uma sensibilidade muito grande da sociedade que seria o amor as crianças, neste caso, indefesas frente a tais pregações que as corromperiam. Esse tipo de estratégia reaparece em outros momentos nas colunas de Pondé.

O autor afirma que tem tanto medo “do ódio fofo” do PT como do “não fofo”, já que, em sua leitura, o partido pregou e disseminou a divisão no país. Seu argumento inclina para o que se tornaria seu entusiasmo com as novas direitas – que já havia sido observado em seu texto depois do 15 de março, quando se referia aos manifestantes como a população que havia “perdido o medo do PT”. Segundo Pondé (2015b), os aliados do partido assumem “que qualquer um que não concorde com sua “pauta progressista” seja um dinossauro antidemocrático”.

A partir disso, Pondé abre espaço para seu principal argumento: o surgimento de uma nova direita, que “não tem medo” e seria democrática, liberal e pró-mercado –

⁵⁷ Seu argumento no programa é similar ao da coluna: uma comparação do Manifesto Comunista com o Evangelho, apontando que eram dois tipos de pregação. No entanto, não concordava com a hipótese de ser denunciado caso ensinasse o darwinismo em sala de aula, por exemplo. Ele defendia ainda que outras referências bibliográficas fossem trabalhadas nas salas de aula, a exemplo Edmund Burke, Michael Oakeshott e Alexis de Tocqueville, autores notadamente conservadores. Ver mais em: Pondé, Luiz Felipe. Roda Viva, TV Cultura: São Paulo. 1h24min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zA04340FqZA&list=PLQUbg7xupv6VIKZkxFE5a1xB-DyGmoOo>. Acesso em: 20 out. 2025.

apontamentos feitos por ele quando pediu por uma direita festiva. Além disso, usa um argumento comum no pensamento liberal-conservador criticando o estatismo como característica central das esquerdas:

E aqui vai mais uma hipótese. A tentativa de polarizar o debate entre direita babona e esquerda democrática visa esconder a única novidade da política brasileira recente: **o surgimento de uma direita jovem, liberal em comportamento, pró-mercado e democrática. O Brasil está acordando para o fato de que é o mercado que vai nos tirar do buraco, e não esse estatismo neolítico das esquerdas, que quer fazer do Brasil um Sudão.** (Pondé, 2015b, grifos nossos).

O entusiasmo do intelectual com o surgimento dessa nova direita até permanece, ainda que ele tenha a criticado um ano depois. Azevedo, após o *impeachment* de Dilma, cunhou o termo “direita xucra”, para definir aqueles que o tinham defendido, mas seguiram protestando no governo de Temer e fizeram parte do apoio a Bolsonaro, já em um contexto posterior de disputas nas direitas – tema que será abordado no próximo capítulo.

Fato é que, no contexto dessas manifestações *pró-impeachment*, Azevedo e Pondé se entusiasmaram com o protagonismo alcançado por novos atores políticos e se inseriram nas leituras deles. Ao fim daquele ano, Eduardo Cunha abriu o processo contra Dilma, que teve sua votação em abril de 2016. No próximo tópico, o foco de análise será no processo do *impeachment*, que passa pela última grande manifestação antes da votação e a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil – além do vazamento das escutas telefônicas por Sérgio Moro — e a votação do processo. Além disso, será observada também a postura mais crítica que Reinaldo Azevedo assumiu da Operação Lava Jato.

3.3 ENTRE O *IMPEACHMENT* E A OPERAÇÃO LAVA JATO

O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff é considerado parte fundamental para compreender a crise democrática no Brasil a partir da literatura especializada (Avritzer, 2019; Nobre, 2022). Existem debates sobre o modo como o processo foi conduzido – dando espaço até para interpretações que se tratou de uma “parlamentada” (Nobre, 2022), com destaque para a atuação de Eduardo Cunha, à época presidente da Câmara dos Deputados (Limongi, 2023). De toda forma, o processo foi o momento de maior crise do PT em sua história (Barros, 2022). Desacreditado, o partido teve um desempenho fraco nas eleições municipais ao fim daquele ano.

Cunha aceitou o pedido de *impeachment* em dezembro de 2015, evento celebrado por Reinaldo Azevedo em sua coluna. É importante destacar que os intelectuais viram aquele evento com entusiasmo, afinal, faziam parte de uma oposição ao petismo. Este tópico se estrutura a partir de quatro eventos fundamentais: o momento em que o pedido foi aceito por Eduardo Cunha; a semana de março que contou com a última grande manifestação *pró-impeachment*, seguida pela nomeação de Lula como ministro da Casa Civil – dias após o protesto –; a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados e o afastamento de Dilma Rousseff.

Ao longo do ano de 2015, foi observada nos autores a percepção de que o PT, a partir dos protestos e manifestações, estava em vias de extinção. Foi com essa narrativa que Azevedo tratou o tema em “O fim de uma religião”. Esse é outro aspecto válido de ser pensado: tanto Pondé quanto Azevedo costumam estabelecer análises do petismo com uma abordagem de que ele seria uma espécie de religião. Essa caricatura reforça uma dinâmica que assemelha o antipetismo com o anticomunismo histórico, tratado em muitos momentos sob a ótica de ser uma “seita”. De toda forma, consiste também no reforço da imagem de um grande inimigo da democracia brasileira e do país, dinâmica que será reforçada posteriormente por setores da ultradireita.

O argumento de Azevedo no texto recorre também a um aspecto originário do partido: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), muitas vezes vinculadas à Teologia da Libertação (Barros, 2022). Essa origem católica de um setor da esquerda vai na direção oposta de uma das matrizes do anticomunismo que é o próprio catolicismo (Motta, 2020). RA criticou a atitude de setores do partido que buscavam recorrer no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão de Cunha⁵⁸, o que serviu de base para estabelecer sua comparação, indicando o que acreditava ser uma cegueira em seus militantes, que ignorariam os malfeitos do partido e apontavam para conspirações que não existiam – como se tratasse de fanáticos religiosos.

⁵⁸ Um ponto importante a ser destacado é que, no argumento de petistas para recorrer contra a aceitação do pedido de *impeachment*, é que Eduardo Cunha enfrentava, naquele momento, um processo no conselho de ética. O deputado era investigado por ter mentido em depoimento na CPI da Petrobras, quando disse não possuir contas no exterior. As punições poderiam resultar na cassação de Cunha. Ele foi afastado em maio de 2016 e perdeu seu mandato em setembro daquele ano. Ver mais em: Passarinho, Nathalia. Conselho de Ética instaura processo para investigar Eduardo Cunha: Investigação pode resultar em punições que vão de censura até cassação. Dentre três deputados sorteados, um será escolhido relator do processo. G1: Brasília, 03 nov. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/conselho-de-etica-instaura-processo-para-investigar-eduardo-cunha.html>. Acesso em: 24 out. 2025. Falcão, Márcio. Teori afasta Eduardo Cunha do mandato na Câmara. Folha de São Paulo, Poder, Brasília, 05 mai. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1768000-teori-afasta-eduardo-cunha-do-mandato-na-camara.shtml>. Acesso em: 24 out. 2025.

Além disso, busca formatar uma crítica à Teologia da Libertação – “Escatologia”, em suas palavras, para trazer uma das principais críticas ao petismo, tanto em seus textos quanto nos de Luiz Felipe Pondé: os apoiadores e os militantes do partido tolerariam a corrupção e os malfeitos em razão de um discurso que prezasse por justiça social:

Não se pode, por exemplo, ser cristão pondo a redenção dos oprimidos no lugar do dogma do cordeiro imolado, como faz a dita Teologia (Escatologia) da Libertação. [...] Os petistas cometem um erro fatal quando vociferam a sua inocência e acusam o complô dos adversários, ignorando todas as óbvias violações do solo sagrado que seus sacerdotes promoveram. No PT, não há espaço para arrependimento. **Não há pecado. E, portanto, não pode haver expiação e perdão** (Azevedo, 2015f, grifos meus).

A última frase do excerto destaca outro aspecto que está sob esse diagnóstico do “fim do partido”: é o momento em que o partido se retire de cena e não participe mais do jogo político. Esse aspecto fica claro no parágrafo seguinte, quando RA projetava o futuro com entusiasmo, indicando que era inaugurado um novo momento na política brasileira. Outra retórica perceptível ao longo desse processo de crise do petismo é a de que se tratava de um momento de renovação da ação política das direitas, que teria ficado interdita, já que havia um monopólio das esquerdas. Segundo Azevedo,

viveremos, sem dúvida, dias interessantes. O que está se desconstituindo –para o bem do país, acho eu– não é apenas um partido político, mas a crença de que um grupo de pessoas detém o monopólio da justiça, da virtude e das boas intenções (Azevedo, 2015e).

O autor faz o uso da retórica do realismo, aproximando-se da vida real e indicando que os devaneios do partido do passado são incapazes de conseguir sucesso, visto que que fora “desmascarado” e seria incapaz de promover seu “maniqueísmo” na sociedade, algo que teria dado base e corpo ao partido. Azevedo também parte de uma comparação do partido com uma religião para reforçar essa aproximação com o “mundo real”, indicando sua perspectiva para a sucessão de Dilma – um aspecto importante que será destacado posteriormente:

Chega a ser impressionante que o PT não se dê conta de que aquela gesta que lhe deu corpo, a luta dos bons contra os maus, já não encontra mais eco na realidade. O partido não é vítima de uma narrativa contada por terceiros, como tentam fazer crer alguns pistoleiros morais disfarçados de intelectuais e jornalistas. [...] **Os doutores de sua igreja é que se mostraram maus guardiões dos fundamentos que formavam uma irmandade, que propiciavam aos fiéis a experiência do pertencimento, a despeito das vicissitudes do mundo real.** Melhor que assim seja! Já estava na hora de o Brasil ter, de novo, um governo laico. À sua maneira, os pecadores do PT nos salvaram (Azevedo, 2015e, grifos meus).

A abertura do processo seria votada, no entanto, somente em abril do ano seguinte. Até aquele momento, eventos importantes se desenrolaram na política brasileira. Um pouco antes de uma manifestação organizada para março daquele ano, uma das fases da

Operação Lava Jato foi desenrolada na casa do presidente Lula, junto a uma condução coercitiva até o aeroporto de Congonhas, onde prestou depoimento à Polícia Federal. Alguns dias depois, o Ministério Público de São Paulo pediu a prisão preventiva de Lula por ele representar perigo à ordem pública – a condução coercitiva gerou reação em movimentos sociais que se organizaram para manifestar contra a Operação Lava Jato e sua condução do processo.

Após prestar o depoimento, Lula deu um inflamado discurso no qual disse que seria preciso de mais para “acertar a cabeça da jararaca”. Esse foi o mote para um post de Reinaldo Azevedo no site da Veja, que criticou a operação e a forma que haviam trabalhado naquele dia, indo na contramão de opositores que elogiaram os feitos. Optou-se por buscar uma fonte complementar para aprofundar um pouco mais a análise, tendo em vista que as críticas de Azevedo à Lava Jato se tornam cada vez mais recorrentes e demarcam uma importante fase no pensamento do autor. Em seu blog, RA defendia que a operação acabou por injetar ânimo no partido e, se fosse para avançar sobre Lula, que fosse de maneira consistente para prendê-lo (Azevedo, 2016a).

Ainda assim, em março de 2016, o governo de Dilma passava por um processo de muitos questionamentos e uma alta taxa de desaprovação⁵⁹. Foi organizada, para o dia 13 de março daquele ano, mais uma manifestação pelos movimentos das novas direitas antes destacadas. Mais uma vez, o PSDB teve também um papel ativo divulgando o evento, que contou novamente com a participação de Aécio Neves e do governador de São Paulo à época, o atual vice-presidente Geraldo Alckmin⁶⁰.

⁵⁹ Matoso, Filipe. Governo Dilma tem aprovação de 10% e desaprovação de 69%, diz Ibope: Pesquisa ouviu 2.002 pessoas entre os dias 17 e 20, em 142 municípios. Segundo levantamento, pedido pela CNI, 19% veem governo como ‘regular’. G1, Brasília, 30 mar. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/10-aprovam-governo-dilma-e-69-desaprovam-diz-ibope.html>. Acesso em: 24 out. 2025. Destaca-se que a matéria aponta para outro aspecto da pesquisa: quais notícias as pessoas mais lembravam sobre o governo. O interessante dessa pesquisa é perceber como que para um recorte da população, o debate público estava sendo pautado, o que é inclusive visível nas colunas de opinião dos intelectuais. A pesquisa destacava que 31% se lembravam de notícias que envolviam “Presidente Dilma convida o ex-presidente Lula para assumir um ministério em seu governo/Lula assume ministério”, outros 17% se lembravam de “Notícias sobre manifestações a favor do impeachment da presidente Dilma”, 13% de “Notícias sobre operação Lava Jato/Investigação de corrupção na Petrobras/Petrolão”, 8% de “Notícia sobre manifestações contra o governo Dilma” e outros 8% de “Notícias sobre manifestações contra a corrupção”. Tais temas aparecem constantemente nos textos dos intelectuais em suas colunas de jornal, o que reforça a importância que ambos tinham na formatação do debate público.

⁶⁰ Aécio Neves e Geraldo Alckmin, inclusive, foram recebidos sob críticas naquele domingo na Paulista. Alguns manifestantes vaiaram e proferiram palavras de protesto contra ambos – dando sinais de que um sentimento antipolítico também estava sendo gestado naquelas manifestações, algo que seria extremamente utilizado durante as eleições de 2018. Ver mais em: ALCKMIN e Aécio são hostilizados na chegada à manifestação na Paulista: Políticos do PSDB foram chamados de 'oportunistas' por algumas pessoas. 'Não vi nenhuma manifestação contrária', afirmou Alckmin. G1, São Paulo, 13 mar. 2016. Disponível em:

Azevedo novamente reforçava em seu texto que o governo Dilma acabara, dependendo apenas da permanência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para sustentar o bloco. A sua crítica à presidente envolvia também a sua postura frente aos eventos, indicando que sua incompetência não inspirava nem “discursos condoreiros”. No entanto, Azevedo novamente retoma essa retórica da libertação nacional, similar à utilizada cerca de um ano antes:

Neste domingo, muitos milhares sairão às ruas pedindo o seu impeachment. A indignação com a máquina cleptocrata é grande, claro! Mas o sentimento mais perceptível é de enfado. Essa senhora nunca teve nada a dizer. **E, então, me dou conta de que não é ela. Algo mais está morrendo, se dispersando, nos abandonando, nos libertando...** (Azevedo, 2016b, grifos meus).

Ele recordou o discurso de Lula, argumentando que ele seria preso, mas, ainda assim, possuía uma capacidade de retórica elogiável. O seu argumento envolve então o exercício de uma nostalgia, lembrando o tempo de Lula presidente. Azevedo caminha numa lógica de que Lula era mais forte politicamente que Dilma, ainda que naquele momento estivesse enfraquecido, além de recuperar pontos em que residiam suas críticas ao partido:

sua notável habilidade em exibir todas as suspeitas que há contra si como trunfos, sem responder a nenhuma –até porque respostas não há. **Quase fiquei, leitor, confesso, com saudade de Lula;** do tempo em que eu tinha mais cabelo; da minha barba mais preta; dos meus leitores em número muito menor; **das minhas reservas ao petismo, exibidas como um traço que alguns queriam esquizóide, já que tantos à minha volta anteviam amanhã sorridentes onde eu só percebia falência moral e espantamento da lógica. Nota: eu não resistia por heroísmo.** Na sexta, tive, admito, certa nostalgia do tempo em que Lula exibia um pouco mais de vigor; dos dias em que **seu arranca-rabo de classes era ao menos legitimado pela ignorância de causa; daqueles anos, ainda precoces, das minhas contraposições ao petismo, com sua incrível capacidade de vulgarizar não apenas a história e a trajetória dos adversários, mas de rebaixar os desígnios progressos da própria esquerda.** (Azevedo, 2016b, grifos meus).

A sua crítica ao petismo nesse texto possui camadas distintas, contando com moralismo na análise e maniqueísmo, aspectos fundamentais do antipetismo de Azevedo. Ele aponta que, a partir da eleição de Lula, quando alguns à sua volta se entusiasmavam com o futuro, Azevedo percebia “falência moral”. Perlatto e Chaloub (2016) tratam essa moralização do debate público como um aspecto central da construção da crítica ao petismo.

Ele argumentava que o enfraquecimento do partido lhe causava a acídia, conceito da filosofia de Santo Agostinho, que seria um tédio ou tristeza profunda que surge em

relação aos bens espirituais e divinos, levando à uma melancolia. No entanto, RA conclui seu texto entusiasmado, anunciando sua participação na manifestação do domingo. Seu argumento se baseava numa lógica de que seus inimigos enfraquecidos afetavam a sua prática ao longo de sua trajetória:

Fiquei com vontade de combater um Lula que fosse algo mais que um decrépito contador de histórias de um passado que ele reescreveu para justificar seu presente miserável. Quase gritei, irritado, diante da TV: "Deem-me um líder que ainda consiga levar porrada! Esse não serve!". E já não havia Lula nenhum. [...] Mas depois me animei. **Eu vou para a rua no domingo. Estou é com saudade do futuro** (Azevedo, 2016b, grifos nossos).

Foi a primeira vez que o intelectual efetivamente confirmou que participaria de uma manifestação contra o governo em uma de suas colunas da Folha. Dias mais tarde, em entrevista ao programa da rádio Jovem Pan “Pânico”, foi comentado que Azevedo mal conseguia andar na rua, diante de tantos admiradores que o paravam para tirar fotos e conversar. Essa manifestação teve uma ampla adesão no país, contando também com exaltações a Sérgio Moro, pedidos por intervenção militar e referências ao termo “petralha”, criado por Azevedo⁶¹.

Figura 2 - Foto de Poletti, Bruno Nogueira na manifestação de março de 2016



Fonte: Folhapress

⁶¹Inúmeras fotos das manifestações foram registradas e estão disponíveis no link: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749519-sergio-moro-e-exaltado-como-heroi-nacional-na-paulista.shtml?mobile>

O seu apoio à manifestação já vinha de semanas anteriores, quando, em 22 de fevereiro daquele ano, Azevedo fez um post convocando a participação de seus leitores. O texto reforça o aspecto de que ele se inseria como parte daquele grupo, exercendo, nesse caso, o papel de um intelectual militante. Segundo RA, “lutas políticas, meus caros, são mesmo longas. Se não bastou irmos às ruas três vezes, então iremos uma quarta, uma quinta, uma sexta. Até que Dilma nos dê a chance de, ao menos, recuperar a esperança...” (Azevedo, 2016c).

O sucesso da manifestação do domingo foi o tema que Luiz Felipe Pondé abordou na sua coluna na segunda-feira seguinte. Numa linha similar à de Azevedo quando Cunha aceitou o pedido de *impeachment*, o intelectual adotou a mesma retórica de que o petismo fora formado no ódio, com características semelhantes a uma seita. Dentre os diversos imaginários criados pelo anticomunismo histórico no Brasil estão a presença da figura do demônio, do agente patológico, de uma ameaça estrangeira, de um desafio à moral (Motta, 2020) e outros que podem conversar com um imaginário construído por intelectuais dessa nova direita: há a percepção de que as esquerdas brasileiras, e nesse caso específico, o petismo, seriam compostos por uma relação de fanatismo quase religioso, capaz de arregimentar diversas pessoas:

O PT é uma seita. Sempre foi. E o traço essencial de toda seita é o ódio. Esta seita colheu seu fanático séquito de seguidores entre grande parte da inteligência (tola?) do país, arregimentando professores, jornalistas, intelectuais, cientistas e estudantes, além, é claro, do pelotão de choque dos militantes profissionais (Pondé, 2016a, grifos meus).

Pondé segue com um argumento – que será desenvolvida ao longo do texto – de que o petismo certamente estaria receoso com a possibilidade de perder o poder, mais até do que preocupado com qualquer demanda popular. Essa leitura pode abrir margem para uma interpretação antipolítica do processo, tendo em vista que estabelece a figura de um “establishment corrupto”, mais preocupado com a perda de sua posição do que com as reclamações vindas das ruas. Para isso, seu argumento retoma a fala de Lula em Congonhas. Diferente de Azevedo, Pondé não deixa clara a sua opinião a respeito da condução coercitiva:

Refiro-me a outra coisa. Há dez dias, após a condução coercitiva para o depoimento no aeroporto de Congonhas, o ex-presidente Lula fez um discurso raivoso contra todo este processo que reúne procedimentos jurídicos (Lava Jato como grande exemplo) e o nojo que seu partido parece causar na maior parte da população. Lula referiu-se a si mesmo como uma jararaca. Acho que deveríamos levar a sério sua metáfora (Pondé, 2016a).

Segundo o autor, levar a sério a metáfora de Lula era compreender a essência do petismo: uma seita venenosa, pouco preocupada com a população comum, na contramão

de seu discurso ao longo de décadas que Pondé classifica como “populista”. Os usos desse conceito, principalmente no campo da política, são diversos e acabam por banalizar o significado e a historicidade dele, como apontado por Ângela de Castro Gomes (2020). No caso das fontes – e que se estende a vários momentos em que Lula e Dilma foram caracterizados como populistas –, o sentido da palavra é em tom de xingamento político, numa lógica já vista de que o petismo seguiria numa lógica de “rouba, mas faz”:

E seu veneno ainda pode ser mortal, justamente porque ele não está nem aí para a população. **A essência do veneno da seita da jararaca (o PT) é justamente sua indiferença para com o Brasil e sua população comum, contrariamente ao discurso populista com o qual enfeitiçou o país por décadas** (Pondé, 2016a, grifos nossos).

Por mais que tenha partido do próprio Lula a metáfora da “jararaca”, a cobra é um dos mais antigos símbolos para uma série de culturas e religiões. De tradição milenar, está presente em diversas religiões e culturas, podendo ser traçada como o oposto do homem – figura que representa a perfeição de uma ampla construção e elaboração genética, ao passo que a outra seria o ser peçonhento, que rasteja pelas beiradas, sem patas, fria e pronto – a qualquer momento - para dar o bote (Chevalier; Gheerbrant, 2015).

Além disso, é uma figura explorada na psicanálise, a partir dos trabalhos de Carl G. Jung (*apud* Chevalier; Gheerbrant, 2015), que trata a figura da serpente como obscura e misteriosa. Ela também está inserida nas representações dos imaginários anticomunistas (Motta, 2020), devendo-se, nesse caso, destacar que ela opera numa dinâmica de um ser condenável. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2015) ressaltam que a figura da serpente pode representar a vida, a renovação e até divindades antigas. Entretanto, na lógica da cristandade, os aspectos negativos são mais explorados e, como destacado, uma das principais matrizes do anticomunismo brasileiro é o catolicismo. O tom elogioso à Operação Lava Jato e ao juiz Sérgio Moro da manifestação aparece no texto de Pondé, como esse em que vai combater a jararaca:

Mesmo se tiver que estrangular o país, levando-nos à miséria absoluta, continuará a tentar mobilizar sua seita de seguidores da jararaca para impedir o que grande parte da população demonstrou ontem nas ruas. A soberania popular (base da democracia), em grande parte, demonstrou ontem não mais reconhecer na presidente Dilma alguém que mereça confiança ética, política ou técnica. Além disso, a soberania popular "escolheu" Sergio Moro em detrimento da jararaca. Mas, isso pouco importa à seita da jararaca (Pondé, 2016a, grifos meus).

Também há a semelhança com outra matriz do anticomunismo no Brasil, como sinalizado por Motta (2020): o nacionalismo de caráter conservador. Segundo o historiador, esse nacionalismo enfatiza uma defesa da ordem, da tradição, integração e centralização contra forças que promovam a desordem. Há ainda uma leitura de que a

nação – aqui um conjunto formado entre povo brasileiro unido ao território e ao Estado – como intocável e os comunistas seriam elementos deletérios, instigantes da divisão e própria destruição do corpo nacional. Pondé reforça uma leitura de que esse seria então o “veneno do petismo”, indicando mais relações entre o anticomunismo e o antipetismo. Na construção de seu argumento, Pondé ainda faz um aceno ao neoconservadorismo clássico (Lacerda, 2019), recuperando uma frase atribuída a Margareth Thatcher. Ele ainda pontua a relação do petismo e a corrupção como fatores fundamentais para um contexto de crise econômica (Chaloub, 2025), além de reforçar a leitura de que o petismo pouco se importava com o sofrimento do povo:

Eis seu veneno, na sua forma atual. Este veneno, na sua forma clássica, foi a corrupção sistemática que montou no país e seu atraso mental em termos econômicos que pode levar o Brasil ao tempo da economia de subsistência. **Há quem diga que grama que socialista pisou leva muito tempo para florescer de novo. Na sua forma atual, este veneno será sua tentativa, mesmo que a custos gigantescos para o país, de se manter no poder.** E para o sofrimento do povo, ele oferecerá o sorriso sinistro da jararaca (Pondé, 2016a, grifos meus).

Pondé caminha para a conclusão de seu texto em uma direção similar a Azevedo e o entusiasmo com o futuro naquele momento. Ao prever “dias fascinantes”, Pondé encampa um discurso que aconselha “coragem e disciplina” para seus leitores. O contexto de crise do petismo também facilita que o autor, assim como Reinaldo Azevedo, constrói uma narrativa de que se assiste à morte do petismo e ao surgimento de uma novidade política que fizesse oposição ao partido. Segundo Pondé, “o PT é coisa do passado. Restarão apenas as jararacas loucas correndo pelas ruas” (Pondé, 2016a).

De fato, os dias posteriores foram agitados. Apontado pela imprensa como momento em que a crise do governo de Dilma chegou ao seu ápice, na quarta-feira, três dias após a manifestação, o ex-presidente Lula foi nomeado como ministro chefe da Casa Civil. Confiando na boa capacidade de articulação de Lula para negociar com o PMDB e o Congresso, a medida tinha outro efeito – garantia ao ex-presidente o foro especial, isto é, ele deixava de ser investigado pela primeira instância (na Operação Lava Jato) e passava a poder ser julgado somente pelo STF.

Mais tarde naquele dia, Sérgio Moro vazou um grampo telefônico, obtido de maneira ilegal, entre a presidente Dilma e Lula, sendo essa uma das práticas pouco convencionais que passou a ser usada com mais frequência pela Lava Jato, com objetivo de manter em alta a mobilização e o apoio popular à operação (Limongi, 2023; Barros, 2022). Na conversa vazada, uma das interpretações possíveis era de que se tratava efetivamente de uma estratégia para que a investigação contra Lula pela Lava Jato fosse

atrapalhada. O tema repercutiu amplamente na esfera pública, o que leva a buscar também fontes complementares para análise. Lula tomou posse e dias depois teve sua posição suspensa pelo ministro Gilmar Mendes, do STF, fruto de uma ação apresentada pelo PSDB. O desgaste institucional também se colocou nessa decisão do Supremo, já que se tratou de uma interferência direta de um poder em uma decisão de outra⁶².

A coluna de Reinaldo Azevedo naquela semana é importante por ser um direcionamento de como ele iria se posicionar no contexto dos anos de 2017 e 2018 – ano da eleição de Bolsonaro. No entanto, a respeito da nomeação de Lula e do vazamento dos grampos de Moro, duas participações em programas de rádio são importantes para observar seus posicionamentos. Em um comentário na rádio Jovem Pan, Azevedo argumentou que a nomeação de Lula consistia, na prática, na criação do cargo de primeiro-ministro no Brasil. Qualificando a posse como “acinte e um descabimento”, Azevedo apontava que Lula se tornava uma espécie de ditador no Brasil, que estaria disposto a “destruir o Brasil por muitas gerações”, tratando-se do “verdadeiro golpe” (Azevedo, 2016d) – em menção aos militantes petistas que apontavam golpe no processo de *impeachment* de Dilma. Azevedo afirmava que se tratava de uma tentativa de frear a Lava Jato e que

a operação é típica de republiqueta de banana e de bananas. Se Dilma e o PT realmente fizerem essa escolha, estarão jogando a Presidência da República, como instituição, na lama. A dupla estaria debochando do povo brasileiro, na certeza de que Polícia Federal, Ministério Público, Congresso e Justiça não passam de marionetes da vontade de um “condutor”, de um líder (Azevedo, 2016d).

No programa de rádio “Pânico no rádio”, marcado por misturar humor com política, Azevedo foi mais direto nas suas críticas. Apontou que petismo havia fraudado o futuro e que a corrupção era um assunto grave, com a recessão sendo um fator-chave para a crise do petismo. Azevedo afirmou que, conquanto o PT não houvesse inventado a corrupção, estabeleceria um sistema corrupto, um método de governar que nela se baseava. Contudo, faz uma observação sobre o vazamento dos áudios por parte de Sérgio Moro. Ainda que concordasse com a divulgação, classificou como uma atitude perigosa,

⁶² Cerca de um ano antes dessa ação, foi aprovada no Congresso a “PEC da Bengala”, emenda constitucional que aumentava a idade de aposentadoria dos ministros da Suprema Corte. Tal medida acabava por impedir que Dilma Rousseff indicasse mais cinco ministros, caso terminasse seu mandato. Gilmar Mendes, entusiasta da PEC e da Operação Lava Jato, disse que era preciso evitar uma corte “bolivariana” – mesma palavra recorrentemente usada pelos intelectuais das novas direitas para classificar o governo de Dilma quando ela foi reeleita. Celso Rocha de Barros (2022) estabelece uma interessante observação: a PEC da Bengala não era ilegal, mas pode ser observada como uma deterioração das normas não escritas na política, como é apontado por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt.

já que, se haviam sido gravadas durante o cancelamento das escutas⁶³, não poderiam ser usadas como prova em tribunal, mesmo que tivessem força política (Azevedo, 2016e).

Na sua coluna da Folha naquela semana, com o título “As tarefas do presidente Temer”, Reinaldo Azevedo faz um exercício de “futurologia”. Com a crise política caminhando, RA abre sua coluna partindo do ponto de que Dilma já não seria mais a presidente. O presidente seria Michel Temer, vice que assumiria após o *impeachment*. Recorrendo à história do Brasil, lembrou da ascensão de Itamar Franco, que teria muito menos capital político que Temer, além de ter feito o Plano Real - que seria fundamental para o país naquele momento. Azevedo pautou a defesa pelo *impeachment* praticamente semanas após a reeleição de Dilma. Nesse momento, Azevedo já passou a dar indícios e ter mais subsídios argumentativos para sua defesa – um deles, a de que o país melhorara após Collor e teria chances de melhora após Dilma, ainda que apontasse para a ideologia de o PMDB ter “bem mais do que 50 tons de cinza” (Azevedo, 2016f).

Azevedo se tornaria, ao longo dos anos seguintes, um defensor do projeto político executado por Temer. Assim, ele defendia que a bússola desse novo governo fosse o documento “Ponte para o futuro” – que efetivamente foi usado por Temer quando este assumiu a presidência, após o afastamento de Dilma. O argumento é revelador no que diz respeito ao posicionamento que Azevedo assume naquele momento e também no contexto eleitoral de 2018:

O presidente Temer tem uma bússola. Ela atende pelo nome de “**Ponte para o Futuro**”, um documento com diretrizes gerais para um programa de governo que, se aplicado, tornará o Brasil um país contemporâneo do século 21. **O texto tem uma clara inflexão liberal e aposta mais na sociedade do que no Estado.** Nos pouco menos de três anos que lhe restam de mandato, Temer não conseguirá realizar o futuro, mas pode usar essa nova maioria que o apoia no Congresso para fazer a ponte (Azevedo, 2016f, grifos nossos).

As disputas no campo das direitas serão trabalhadas no próximo capítulo, principalmente com o aumento de popularidade de Jair Bolsonaro, o que causou divisões no campo desses intelectuais de direita que em um momento apoiavam, de maneira conjunta, o *impeachment*. Azevedo é um dos que protagoniza essa “briga” justamente por sua defesa ao longo de 2017 e 2018 desse projeto político que seria a bússola de Temer. O programa atendia a demandas vinculadas a setores clássicos do liberal-

⁶³ Posteriormente, o próprio Moro reconheceu que as gravações da conversa divulgada foram feitas duas horas depois de anunciar a suspensão das gravações, mas disse não ver maior relevância no assunto, já que as conversas tinham conteúdo relevante para as investigações. Ver mais em: MORO reconhece que grampo ocorreu depois de determinar suspensão de gravação. Agência Brasil, Brasília, 17 mar. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/moro-reconhece-que-grampo-ocorreu-depois-de-determinacao-para-suspender>. Acesso em: 28 out. 2025.

conservadorismo brasileiro, com uma agenda de privatizações, contingenciamento de gastos e reformas fiscais. Ele finaliza seu texto elogiando os novos movimentos organizados pela sociedade civil, como o MBL e o Vem Pra Rua, que seriam os “principais artifícios do impeachment de Dilma” e elogiava sua imponência frente às instituições, de forma que “o presidente tem de saber que esses novos atores aceitam interlocução, mas nunca a subordinação” (Azevedo, 2016f).

A crise da nomeação de Lula foi trabalhada de maneira mais atenta na coluna de Luiz Felipe Pondé. No texto “Ponham barbas e batons de molho”, é perceptível um grande balanço da linha argumentativa do autor ao longo dos anos em que as fontes vêm sendo analisadas. Uma crítica à “intelligentsia”, ao petismo e à corrupção – trata-se do tema que ele aponta ser o fio condutor do texto. Nesse texto, o autor faz menção à “Operação Mãos Limpas”, da Itália e traça um elogio a Sérgio Moro – personagem que naquele momento era alçado à figura de herói nacional por parte da população.

A primeira das questões que Pondé desenvolve em seu texto reflete sobre sua coluna anterior (A seita da jararaca). Segundo Pondé, o caráter religioso do petismo que influencia ambientes intelectuais e artísticos no Brasil – ainda que estes tenham anuência da corrupção praticada pelo partido — pode ser lido de forma filosófica:

Caros, prestem atenção: verdade seja dita, muita gente da academia é caninamente fiel ao PT, mesmo sendo evidente que ele participa profundamente do esquema de corrupção da política brasileira. **Essa adesão significa poder nos departamentos, órgãos colegiados e instituições que financiam pesquisas.** Entendeu? **Grana e poder localizado dentro do espaço institucional acadêmico. O mesmo serve para os editais de cultura dos artistas que vivem do governo. Muitos alunos são tragados, em seu impulso de querer mudar o mundo (muitas vezes, em detrimento de arrumar o próprio quarto), por essa máquina de corrupção interna ao mundo intelectual institucional.** De um ponto de vista da carreira, essa adesão pode, inclusive, **garantir concursos e parcerias interessantes** (Pondé, 2016b, grifos meus).

Destrinchar esse trecho envolve observar para dinâmicas importantes para compreender o contexto em que ela foi escrita. Pondé, como já observado, faz parte do ambiente acadêmico e intelectual a partir do exercício da docência em universidades privadas de prestígio na cidade de São Paulo. A perspectiva bourdieusiana de disputa por capital simbólico, capital econômico e capital político (Bourdieu, 2020) pode ser útil para observar a forma que ele constrói esse argumento, tendo em vista a forma que o autor se refere àqueles que se vinculariam ao petismo – ponto em que ele seria divergente, o que, em sua visão, por consequência, tira dele “grana” e possibilidade de “poder” no mundo intelectual institucional – uma máquina de corrupção, em sua análise. Além disso, ao observar a forma que ele constrói seus argumentos em suas colunas ao longo dos anos, é

perceptível que ele se alça a um lugar de autoridade, já que fala de dentro do campo dos intelectuais e das universidades, mas segue referências bibliográficas e políticas distintas da maioria, o que garantiria uma espécie de autenticidade a seu argumento, que, em muitos casos, propaga um discurso anti-intelectual.

A crítica que Pondé faz a partir desse parágrafo remonta a um passado das esquerdas – de forma que consegue estabelecer uma linha entre o anticomunismo e o antipetismo. O autor recupera um argumento segundo o qual se afirma que o campo progressista defenderia uma corrupção “ideologicamente justificada”, ou seja, se fosse em favor do que Pondé identifica como “causa” das esquerdas. Essa leitura acaba por demonstrar também a retórica do realismo, ponto comum com Reinaldo Azevedo, já que o “seu lado”, próximo à realidade e que não se submeteria a esse tipo de “esquema” em troca de algo. Há também a dinâmica moralista no argumento – outra retórica trazida por Perlatto e Chaloub (2016) em suas interpretações a respeito das novas direitas envolve a moralização por parte desses intelectuais no debate público, aspecto mobilizado principalmente na abordagem da corrupção como um problema moral, não político. Para isso, o autor busca embasar historicamente a partir de autores que foram ligados à formação do comunismo e do anarquismo como precursores de um pensamento “exatamente assim”. Ele se vale de ironias, como o uso das aspas para a palavra inteligente, uma outra forma de classificar os “inteligentinhos”. Uma outra chave de leitura desse argumento pode indicar para uma percepção de que há um ressentimento na maneira como todo o processo é abordado pelo intelectual, tendo em vista a forma que ele caracteriza a figura do outro – ainda numa lógica bélica e schmittiana, reforçando uma dinâmica de “Nós contra eles”:

existe uma causa mais "metafísica" ou mais sofisticada para gente "inteligente" apoiar caninamente e violentamente o PT e associados, em sua saga pela corrupção ideologicamente justificada. Eis a causa: para a moçada "inteligente", o horror à corrupção é coisa do humanismo burguês ("coxinha", numa linguagem mais atual). Para esses "inteligentes", se a corrupção, o crime, a mentira, a violência, forem em nome da "causa", tá valendo. É isso que grande parte das pessoas não entende quando se choca com o fato que a universidade, a "arte" e a "cultura", em grande parte, apoia caninamente corruptos com metafísica, como a tropa de choque do PT e associados. Marx (1818-1883), Bakunin (1814-1876) e Nechayev (1847-1882), para ficar apenas em três grandes estrelas desse mundo, pensavam exatamente assim. **Portanto, caros, para os "inteligentes", a corrupção tem "metafísica": essa metafísica é a justificativa de que ela é parte das ferramentas necessárias para a luta. Você, burguês, coxinha, na sua ingenuidade, pensa que sendo eles "cultos", pensariam de forma "simplista" como você?** (Pondé, 2016b, grifos meus)

Na segunda parte do texto, Pondé trata sobre a indicação de Lula ao cargo de ministro. Além de corroborar com a tese de que se tratava de uma estratégia para livrar Lula das mãos de seu “algoz”, LFP ia além, afirmando que seria uma forma de salvar “todo o sistema corrupto que a Lava Jato pode vir a engolfar em seu processo ‘pós-PT’” (Pondé, 2016b)⁶⁴. A abordagem de Pondé situa o partido e a figura de Lula como tábua de salvação para a corrupção sistêmica do país - ponto que seria muito explorado pelo bolsonarismo dois anos depois com sua proposta de renovação total da política brasileira e discurso com performance antissistêmica, ainda que carregasse junto de si uma série de personagens que ocupavam justamente o sistema político, como o próprio Bolsonaro (Chaloub; Lima, 2024). A sua sustentação do argumento é justamente na comparação com a “Operação Mãos Limpas”, que não teria acabado de maneira que resolvesse o problema na Itália, além de legitimar Moro como “herói”:

É um papinho aqui, uma leizinha ali, um parecerzinho acolá, e pronto: a Lava Jato vira pizza, como as Mãos Limpas viraram na Itália graças a Berlusconi (e Moro sabe muito bem dessa história). Nosso Berlusconi é o Lula. Não é o Moro que é o Berlusconi (como muitos desavisados pensam), é o Lula. **O Moro tá mais pra Batman do que pra Berlusconi.** Portanto, ponham suas barbas e batons de molho. Lulinha paz e amor da manifestação da última sexta veio pra salvar a corrupção de todos (Pondé, 2016b, grifos nossos).

Cerca de um mês se passou até que o *impeachment* fosse votado na câmara. No dia 17 de abril de 2016, ainda que já esperado, o congresso aceitou o pedido de *impeachment* em votação que ficou marcada por uma série de motivos. Um destaque foi o voto do deputado de extrema-direita Jair Bolsonaro, que dedicou seu voto a Carlos Alberto Brilhante Ustra, militar que, durante a ditadura, foi responsável por torturar Dilma Rousseff. Bolsonaro já havia feito menções ao regime militar na câmara, mas esse voto ficou marcado pela publicidade – afinal, era uma votação de amplo interesse público, sendo transmitida pelos maiores canais de televisão aberta.

No dia 19 de abril, em seu programa “Os pingos nos Is”, Reinaldo Azevedo criticou duramente a menção a Ustra e a postura de Bolsonaro. Em seu comentário, Azevedo desafiava Olavo de Carvalho a provar que Ustra Brilhante não era um torturador e fazia questão de dizer que não era discípulo de Carvalho, não o aceitando como “Aiatolá”. Ainda que elogiasse algumas de suas obras, Azevedo afirma que ele já

⁶⁴ Em maio de 2016, a Folha de São Paulo divulgou uma conversa entre o senador Romero Jucá (PMDB) e Sérgio Machado, ex-diretor de uma subsidiária da Petrobras, gravada em março, em meio à condução coercitiva e manifestações. Na conversa, foi dita uma frase que ficou para história em que Machado afirmava que a solução mais fácil era alçar Michel Temer a presidência, “em um grande acordo nacional”, e Jucá complementou “com o Supremo, com tudo. Delimitava [a Lava Jato] onde está, pronto[...], tem que mudar o governo para estancar essa sangria”.

cometera “erros clamorosos” – inclusive, em relação ao *impeachment*. Nesse sentido, é importante destacar que as manifestações contra o governo de Dilma mobilizaram setores da extrema direita que pediam a intervenção militar, ponto que era defendido por Olavo de Carvalho⁶⁵ em alguns momentos.

Nesse sentido, é importante destacar como as disputas das direitas já estavam evidentes até nesse momento, havendo, por um lado, Azevedo, que defendia o *impeachment* de Dilma e o presidente Michel Temer e, por outro, o que Azevedo classifica como “revisãoismo babaca em favor de torturador” (Azevedo, 2016g). Azevedo finaliza seu comentário na rádio da seguinte maneira:

Aliás, Olavo, pede para essa sua turma ter o mínimo de compostura. Eu sei que é difícil, porque você quando fala no rádio também não tem nenhuma. Eu já te disse uma vez num texto, aprenda ser mestre, você não soube. Porque você não quer pessoas que aprendam com você. Você quer adoração. **E como você sabe, seu discípulo, eu nunca fui mesmo. É ou não é? Quando eu o conheci, quando eu o conheci, eu já tinha uma bibliografia, Sr. Olavo de Carvalho. E se hoje você resolveu ser o Pigmeu do Bolsonaro, problema seu. Tá claro? Aí vem esses caras aí, vão caçar sapo aí, continua, continua pulando ‘aí, é, ó Bolsonaro’, vão lá, vão lá com o Bolsonaro, elejam o Brilhante Ustra santo de vocês.** Façam um trabalho de reeducação dos gays, extingam os gays do Brasil, que só sabem falar disso. (Azevedo, 2016e, grifos nossos)

O distanciamento dessa extrema-direita será mais evidente ao passar do tempo, como ficará mais evidente nas fontes e no decorrer da dissertação. Entretanto, é importante destacar que nesse momento – considerado fundamental em uma maior publicização de ideias de extrema direita, já havia um descontentamento por parte de RA com o aumento da popularidade de Olavo de Carvalho e Bolsonaro. Ainda que a crítica de RA a Bolsonaro seja já mais antiga, entende-se que esse momento serve também para ilustrar as disputas no campo, principalmente com o projeto de “Ponte para o futuro” como base do governo Temer servindo de uma perspectiva diferente para setores das direitas brasileiras.

Luiz Felipe Pondé não comentou a respeito do voto de Bolsonaro, mas em outros momentos em suas fontes ele já pontuava seu afastamento a uma extrema direita de corte militar, ainda que pudesse partilhar de certos argumentos. Em sua coluna após a votação do *impeachment*, o autor solidifica uma série de argumentos que mobilizou ao longo de sua trajetória, com destaque para a sua denúncia ao que é ensinado em sala de aula e também a perspectiva de que seria necessário o investimento em intelectuais

⁶⁵ Reinaldo Azevedo já havia citado Olavo de Carvalho em outros momentos. Nesse próprio vídeo, Azevedo afirma que já havia defendido o outro colega intelectual de “enormes injustiças cometidas contra ele”. Em programa para a TVeja, no ano de 2014, Azevedo elogiou vários livros de Carvalho, afirmando ser um leitor de sua obra.

conservadores. Em “A história do Brasil do PT”, Pondé afirmava que mesmo com o *impeachment*, a história do Brasil continuaria a ser narrada e ensinada pelo PT por gerações:

Mesmo após o teatro do impeachment, a história do Brasil narrada pelo PT continuará a ser escrita e ensinada em sala de aula. Seus filhos e netos continuarão a ser educados por professores que ensinarão esta história. Esta história foi criada pelo PT e pelos grupos que orbitaram ao redor do processo que criou o PT ao longo e após a ditadura. Este processo continuará a existir. A "inteligência" brasileira é escrava da esquerda e nada disso vai mudar em breve. Quem ousar nesse mundo da "inteligência" romper com a esquerda, perde "networking" (Pondé, 2016c, grifos meus).

A argumentação de Pondé seguia nessa tese de que haveria um uso político do passado a partir do petismo, que teria sido responsável por estabelecer uma “teoria de Brasil” e historiografia própria – coisa que, segundo Pondé, só a esquerda tinha. O argumento de Pondé consiste na hipótese de que há uma história verdadeira do Brasil que teria sido falsificada a partir do petismo e sua estratégia de construir uma historiografia própria. Para além do conspiracionismo na argumentação, é interessante observar as disputas presentes nesse texto no contexto de “quem narra a história”. Pondé traça a sua reflexão a partir de um “ciclo pós ditadura” que constaria com a construção de uma história financiada por uma “agenda socialista”.

As disputas pelo comando de quem conta a história são antigas e fazem parte da política há séculos, no entanto, é interessante observar a dinâmica trazida por Enzo Traverso (2011, 2012) sobre o tema para conseguir observar como essa disputa aparece na fonte de um intelectual conservador. Ainda que os argumentos de Traverso se situem na Europa do século XX, o passado autoritário brasileiro serve como uma forma de buscar uma correlação na sociedade brasileira. Um dos exemplos é a forma que setores da extrema-direita construíram discursos negacionistas da ditadura militar (Bauer, 2024; Pereira, 2015).

Ainda que Pondé tenha sido um crítico de defensores da ditadura militar, o seu texto abre margem para um tipo de interpretação da história que pode ser narrada a partir de elementos que não correspondem com a realidade. O campo de batalha de interpretações mais conservadoras ou progressistas – desde que respeitando os direitos humanos - serve para uma construção de uma ciência mais plural. Entretanto, ao apontar os seus “inimigos” em tons conspiratórios, abre margem para que esse uso político do passado seja amplificado em setores radicalizados com doses de negacionismo e anticomunismo:

Esta construção passa por uma sólida rede de pesquisadores (as vezes, mesmo financiada por grandes bancos nacionais), **professores universitários, professores e coordenadores de escolas, psicanalistas, funcionários públicos qualificados, agentes culturais, artistas, jornalistas, cineastas, produtores de audiovisual, diretores e atores de teatro, sindicatos, padres**, afora, claro, os jovens que no futuro exercerão essas profissões. **O domínio cultural absoluto da esquerda no Brasil deverá durar, no mínimo, mais 50 anos. Erra quem pensa que o PT desaparecerá. O do Lula, provavelmente, sim, mas o PT como "agenda socialista do Brasil" só cresce. O materialismo dialético marxista, mesmo que aguado e vagabundo, com pitadas de Adorno, Foucault e Bourdieu, continuará formando aqueles que produzem educação, arte e cultura no país.** Basta ver a adesão da camada "letrada" do país ao combate ao impeachment ao longo dos últimos meses (Pondé, 2016c, grifos meus).

Peter Knight e Michael Butler (2020) argumentam que por muito tempo as teorias da conspiração estiveram à margem dos estudos acadêmicos, tendo em vista a tese de Richard Hofstadter (1964) sobre serem reduzidas a uma minoria paranoica da sociedade americana, no caso em particular. Ao estabelecer essa categorização, perdem-se de vista os impactos que tais teorias têm para o debate político e na construção de ideologias e retóricas radicalizadas. Ao superar esse aspecto patológico, compreende-se que elas se formam a partir da compreensão de uma cultura conspiratória (Knight, 2000; Barkun, 2003), em que se buscavam respostas e conforto para períodos de mudança social. Butler e Knight argumentam ainda sobre a popularidade dessas teorias nas obras audiovisuais e como seriam parte de um desejo popular de enxergar como “tudo estaria conectado”.

Donatella Di Cesare (2024) assevera que essa busca para uma causa e interpretação alternativa possui também uma acusação – atrelada a uma condenação moral. Dessa forma, os culpados – sejam o próprio partido, ou os intelectuais, grupo alvo de LFP – podem ser estigmatizados como inimigos políticos, frequentemente sendo demonizados. Di Cesare (2024, p. 32) reforça como essa “denúncia” estabelece uma ponte para uma “caça às bruxas” ou até um “chamado às armas”. Nas fontes observadas ao longo da dissertação, esse tipo de retórica é comum em ambos os autores – ainda que Pondé vocalize com mais frequência essa tese de um domínio cultural das esquerdas.

No texto, Pondé argumenta que produção de pensamento liberal no Brasil era praticamente inexistente, ainda que os movimentos que organizaram e moveram o *impeachment* tenham sido apontados como uma opção liberal. Ressalta-se que, nesse contexto, Olavo de Carvalho já estava publicado e possuía números relevantes, ganhando traços de *best-seller*⁶⁶. Além disso, os próprios intelectuais que são alvo da pesquisa

⁶⁶ No texto, Felipe Moura Brasil, responsável por organizar a obra de Olavo de Carvalho no livro “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”, celebra os altos números que a obra de Carvalho vinha atingindo no mercado editorial. Além disso, anuncia junto a Carlos Andreazza, editor da Record, o

estavam como colunistas nos principais espaços editoriais brasileiros. Fora que, como destaca Camila Rocha (2019), os principais *Think Tanks* se organizavam nesse contexto do *impeachment* de Dilma para promover encontros que disseminassem o pensamento liberal-conservador.

Ele reforça que o que fora feito até o momento - como os fóruns da liberdade – eram incipientes e a elite econômica brasileira não financiava o trabalho de ideias, querendo somente que a esquerda acabasse. Pondé evita o termo “direita”, escolhendo usar o termo “liberal” para classificar esses novos grupos. Além disso, reafirma a necessidade de uma raiz na camada intelectual do pensamento liberal para que prospere.

Ao lado dessa articulada rede de agentes produtores de pensamento e ação política organizada, que caracteriza a esquerda brasileira, inexistia praticamente opção “liberal” (não vou entrar muito no mérito do conceito aqui, nem usar termos malditos como “direita” que deixam a esquerda com água na boca). Nos últimos meses apareceram movimentos como o Vem Pra Rua e o MBL que parecem mais próximos de uma opção liberal, a favor de um Brasil menos estatal e vitimista. Ser liberal significa crer mais no mercado (sem ter que achá-lo um “deus”) e menos em agentes públicos. Significa investir mais na autonomia econômica do sujeito e menos na dependência dele para com paternalismos estatais. Iniciativas como fóruns da liberdade, todas muito importantes para quem acha o socialismo um atraso, são essencialmente incipientes. E a elite econômica brasileira é mesquinha quando se trata de financiar o trabalho das ideias. Pensa como “merceeiro”, como diria Marx. Quer que a esquerda acabe por um passe de mágica. O pensamento liberal no Brasil não tem raiz na camada intelectual, artística ou acadêmica. E sem essa raiz, ele será uma coisa de domingo à tarde (Pondé, 2016c).

A solução, para Pondé, seria superar tal problema a partir do financiamento de jovens liberais dispostos a “romper com o paradigma marxista”. É interessante observar pois, nesse caso, Pondé aparenta estar intercedendo como uma espécie de mediador intelectual para uma intelectualidade liberal brasileira que fizesse parte desse movimento das Novas Direitas. É importante frisar que não se tratava, no Brasil, de um contexto em que não existiam intelectuais das direitas e jovens de direita que buscassem a construção de um espaço intelectual para produção de conteúdo – dois exemplos são as revistas

lançamento de uma nova edição do livro “O imbecil coletivo”. Andreazza e Brasil tiveram um papel relevante na difusão das obras de Carvalho no mercado editorial brasileiro. Em artigo, Leonardo Silva (2018) levanta o papel do jornalista como editor-chefe da Record, responsável pelos livros também de Reinaldo Azevedo. Ver mais em: BRASIL, Felipe Moura. Exclusivo: Olavo de Carvalho e Record celebram acordo para edição histórica de ‘O imbecil coletivo’. Veja, São Paulo, 06 jan. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/exclusivo-olavo-de-carvalho-e-record-celebram-acordo-para-edicao-historica-de-8216-o-imbecil-coletivo-8217/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

Dicta&Contradicta⁶⁷ e a Revista Nabuco em que havia uma pretensão de formar uma sensibilidade conservadora no debate público brasileiro. Segundo Pondé,

a única saída é se as forças econômicas produtivas que acreditam na opção liberal financiarem jovens dispostos a produzir uma teoria e uma historiografia do Brasil que rompa com a matriz marxista, absolutamente hegemônica entre nós. Institutos liberais devem pagar jovens para que eles dediquem suas vidas a pensar o país. Sem isso, nada feito. Sem essa ação, não importa quantas Dilmas destruïrem o Brasil, pois elas serão produzidas em série. A nova Dilma está sentada ao lado da sua filha na escolinha (Pondé, 2016c)

Dilma foi afastada no dia 12 de maio daquele ano, com Temer assumindo a presidência interina e, em agosto, tornando-se, de maneira definitiva, presidente do Brasil. No dia 13 de maio, Reinaldo Azevedo publicou a coluna “A luta continua” na Folha de São Paulo. O texto apresentava seu otimismo com o governo Temer, além de um entusiasmo com a crise vivida pelo PT. Segundo Azevedo, sua profissão era muito mais do que “ser antipetista” (2016f).

Uma importante retórica que já foi destacada nos textos dos autores é a de que havia um argumento de que os governos petistas haviam interditado o debate público para que liberais e conservadores não pudessem participar:

Que coisa curiosa! Se os petistas não tivessem reduzido todas as divergências à luta entre a boa-fé, de que se querem monopolistas, e a má-fé –a vontade do outro–, então viveríamos no que um poeta chamou certa feita de “a cidade exata, aberta e clara”⁶⁸, em que as divergências não se fazem de virtudes que se negam. A propósito: se o entendimento que os petistas têm do marxismo não fosse tão pedestre, a divergência seria uma etapa do aprimoramento do argumento. **Mas não há chance, na terra petista, de o “Deus crucificado beijar uma vez mais o enforcado”. Os petistas são incapazes de reconhecer que o arcabouço legal que lhes conferiu quatro mandatos é o mesmo que afastou a presidente** (Azevedo, 2016h).

Pela temática do poema, Azevedo estabelece uma moralização de sua análise, já que aponta o petismo como “incapaz de perdoar”, ao passo que ele irá “admirar seu adversário”. Ele segue usando de poesias para apontar qual seria seu caminho dali em diante, citando Charles Baudelaire e argumentando que seu caminho seria permanecer em sua “militância em favor do individualismo radical” (Azevedo, 2016h). Ainda apontava que queria “governo que não nos roube o direito à subjetividade mais extremada, ao individualismo mais radical, ao egoísmo mais virtuoso” e a “demagogia coletivista” praticada pelo petismo ao longo de seus governos seria “nauseante” (Azevedo, 2016h).

⁶⁷ Inclusive, a Dicta&Contradicta foi financiada por instituições financeiras quando surgiu, em 2007. Como consta no editorial de sua primeira edição, o Banco Fator e o Instituto Bovespa são apontados como patrocinadores da revista.

⁶⁸ O poeta citado por Azevedo é Mário Faustino, falecido em um acidente aéreo na década de 1960. A poesia em questão, que se chama “Estava lá Aquiles, que abraçava”, reflete a respeito de temas como bondade, compaixão e perdão.

Azevedo se situava como um defensor de propostas liberalizantes na economia, de maneira que o programa de Temer parecia agradar-lhe pela semelhança com o que pensava. Ele argumenta que esse aspecto o diferenciava do petismo que, em sua visão, teria “vocação para o vitimismo passivo-agressivo ou para exultação na modalidade falsa modéstia”⁶⁹ (Azevedo, 2016h). O autor conclui seu texto demonstrando seu entusiasmo com o novo governo, já que havia muito “atraso a vencer” no Brasil.

A partir do *impeachment*, uma série de outros eventos se desdobraram no país, como a divulgação da conversa entre Romero Jucá e Sérgio Machado, eleições municipais em que o petismo sofreu duras derrotas e o escalamento da Operação Lava Jato. Esse último fato tem uma si tem uma significativa relevância, tendo em vista que Azevedo assume uma postura extremamente crítica à operação que persiste, inclusive, quando o ex-presidente Lula foi preso em 2018. Duas colunas no final de 2016 servem para ilustrar como seria essa crítica daqui para frente, indicando mais uma das faces das disputas no campo das direitas brasileiras.

No texto “Não darei a demiurgos da Lava Jato os seus dez meses de Terror Salvacionista”, Azevedo estabelece críticas à operação, demonstrando seu “inconformismo sempre que a força-tarefa vai além do que lhe faculta o Estado de Direito” (Azevedo, 2016i). Segundo RA, sua crítica era ao projeto do MPF que pretendia combater a corrupção no qual quatro das dez medidas seriam, em suas palavras, “fascistoides”. Ele argumentava que, apesar de ter sido um crítico histórico ao petismo, criando palavras como “petralha” e “esquerdopata”, seria um crítico da Lava Jato porque seu “liberalismo não admite um período de autoritarismo profilático. Liberalismo assim é coisa de abestado” (Azevedo, 2016i). E um ponto importante de seu argumento é a identificação de uma radicalização nas direitas, argumentando quais razões de sua crítica a Lula e ao PT:

Tampouco me incomoda a figura de Lula, que tanto rancor desperta na extrema-direita boçal: porque operário na origem, porque supostamente ignorante, porque nordestino, porque padece de idiopatia gramatical, porque é eneadáctilo... A propósito: Geddel Vieira Lima tem dez dedos. **Lula ainda é uma das maiores inteligências políticas do Brasil. Sua trajetória prova isso. De resto, nunca foi esquerdista. Tampouco fez um governo de esquerda. O que matou o PT foi o misto de populismo e roubalheira. O primeiro levou a economia para o buraco. A outra minou-lhe a reputação.** E, sim, era Lula o chefe incontestado da equação. **Ao longo do tempo, opus-me**

⁶⁹ Nesse argumento, Azevedo faz menção a um texto de Ricardo Kotscho, que em 2010 questionava quem seriam o 5% que achavam o governo “ruim ou péssimo”, e indicava que se tratava dos leitores de RA. Segundo Azevedo, aquele post “vazava aquele desejo incontrolável de aprisioná-los num campo de concentração moral”. A época, Azevedo chamou a ideia de “Progrom do Kotscho”, afirmando que o “jornalista-lulista” teria intenções totalitárias.

à incompetência do PT; aos malfeitos; ao autoritarismo; ao uso descarado do Estado em benefício do partido e de seus asseclas; ao capitalismo de compadrio; à tutela crescente do Estado sobre a sociedade; às agressões às liberdades individuais praticadas por milícias disfarçadas de movimentos sociais; aos ataques à imprensa e aos jornalistas independentes, financiados com verba estatal” (Azevedo, 2016i, grifos nossos).

A coluna destaca onde Reinaldo Azevedo passa a se posicionar diante das disputas políticas que estavam se dando naquele momento em que o PT vivenciava sua maior crise e as direitas ocupavam um lugar ainda mais central no debate político. O intelectual, ainda que soubesse que fizera uma dura oposição ao petismo, se distancia de uma “extrema-direita boçal”, a qual Lula despertaria tanto rancor. No entanto, essa mesma extrema-direita se servia de termos como “petralha” e “esquerdopata”, criados por RA, de forma que as interações entre os setores radicalizados e moderados – mesmo mediante a um afastamento calculado de Azevedo, valendo-se da posição de liberal – podem ser observadas nesse contexto.

Esse afastamento é observado em Pondé alguns meses antes, quando critica o que chama de “extrema direita militar”. Na coluna “A direita não acredita em ideias e acha que intelectual é animador de festa” – publicada dias depois da denúncia de Deltan Dallagnol a Lula, marcada por uma imagem que indicava uma relação entre o petista e todos os esquemas de corrupção investigados pela Lava Jato –, Pondé reforçava o argumento que havia pontuado na votação do *impeachment*: a necessidade do investimento intelectual nas direitas brasileiras. Ainda que permaneça com uma tese altamente machista — a relação entre esquerda e direita e relacionar-se amorosamente com mulheres, entende-se ser importante observar novamente esse distanciamento de uma extrema-direita de corte militar simbolizada naquele contexto pelo voto de Bolsonaro no *impeachment* de Dilma.

Ao longo do texto, Pondé defende existir um “investimento no espírito”⁷⁰ das direitas que supere sua “mania econômica” e trabalhe para que saiba desenvolver uma sensibilidade conservadora nessa face “festiva”. Ao observar a trajetória de Pondé e seus textos ao longo das colunas, percebe-se que LFP aponta que o que falta na direita é justamente alguém com a formação dele, com mais pensamento e repertório humanista. Seu texto ainda pontua uma incapacidade das direitas de enfrentar as esquerdas no plano das ideias, além de reclamar uma dificuldade de se estabelecer institucionalmente e no

⁷⁰ As já citadas Dicta&Contradicta e Nabuco, no entanto, já buscavam justamente esse investimento de textos que debatessem arte, cultura, religião e filosofia. Inclusive, na primeira edição, o próprio Pondé foi um dos que publicou artigos na revista.

meio intelectual. A imagem usada por Pondé no texto, desenhada por Ricardo Cammarota, representa a ideia central de seu argumento – além de fazer uma ironia com a imagem usada por Dellagnol:

Figura 3 - Imagem utilizada por LFP em sua coluna "A direita não acredita em ideias e acha que intelectual é animador de festa"



Fonte: Folha de São Paulo

Em dezembro de 2016, outro texto indica os posicionamentos de Reinaldo Azevedo daquele momento em diante. No dia 16 daquele mês, Azevedo publicou “Agenda do governo Temer avança, apesar da histeria dos porras-loucas”. No texto, o intelectual defende Michel Temer, que figurava com baixa aprovação em algumas pesquisas daquele fim de ano:

Quantas vezes, leitor, **aquele seu amigo que vestiu verde e amarelo e estreou nas ruas gritando "Fora, Dilma" já o encontrou numa festa, no shopping ou no Metrô e reclamou de Michel Temer?** A meio-tom, pesaroso, como se tentasse esconder até de si mesmo a decepção, exclama: **"Esse Temer é muito devagar!"** Então, meu caro, eu gostaria de tranquilizá-lo um pouco, **apesar dos números do Datafolha, que deveriam ser lidos com lupa pelos conservadores, nem sempre instruídos pela lógica elementar. A desordem institucional, como nos ensina a história, só interessa ao mundo-canismo populista, de esquerda ou de direita** (Azevedo, 2016j, grifos nossos).

A última frase do parágrafo merece destaque, tendo em vista que setores das direitas classificam o bolsonarismo como “Populismo de direita”, de maneira semelhante com a classificação do petismo como “Populismo de esquerda”, de maneira que será mais presente nas fontes daqui para frente. Além disso, RA elogia uma série de medidas

adotadas pelo governo pemedebista, tratando como uma grande correção de rota dos anos petistas, como fica claro na conclusão do texto:

Não é pouca coisa. E por que, lava-jatismo à parte, a sensação de pasmaceira? Uma resposta óbvia: nada disso tem impacto imediato na vida das pessoas. Então não existe uma resposta popular aos atos virtuosos, que possa se impor à eventual má vontade ou cegueira de analistas. [...] Estamos diante de uma agenda que interessa ao Brasil e aos brasileiros, mas que não é nem "de" nem "da" esquerda. Tampouco traduz o espírito policialesco dos Savonarolas e jacobinos, com seu gosto por fogueiras e guilhotinas. Trata-se de escolhas que dizem respeito ao território da política, não da polícia. Por isso extremistas de esquerda e de direita gritam: "Fora, Temer!" Por isso digo: "Dentro, Temer!" (Azevedo, 2016j, grifos meus).

Novamente, a crítica à Operação Lava Jato e à continuidade das manifestações que, após o *impeachment*, passaram a focar em geral na classe política. RA irá classificá-los como “direita xucra”, expressão que se torna comum em seu vocabulário a partir de 2017. Além disso, aponta que a oposição ao governo Temer seria composta por extremistas de esquerda e de direita – esses últimos, entusiastas do “espírito policialesco” da operação. O entusiasmo de primeira hora com que viu as novas direitas parecia se esvanecer em ambos os autores no fim daquele ano. Ainda que louvassem as iniciativas em favor do *impeachment*, já era visível que não estariam isentos de críticas.

O apoio de Azevedo ao *impeachment*, iniciado logo após a reeleição de Dilma, transformou-se em um forte apoio ao governo Temer e o projeto “Ponte para o Futuro”. Em que pese o fato de ter sido entusiasta também da Operação Lava Jato em seu início, é perceptível que sua crítica já existia desde 2015, mas se tornou mais intensa a partir de 2016. No caso de Pondé, ainda que em 2015 não fosse a favor da deposição de Dilma, no ano seguinte, defendeu o “fim da seita”. Ao longo desses dois anos, ambos destacaram a crise no país – seja política, econômica ou de confiança – a partir das retóricas trabalhadas anteriormente. Além disso, entende-se que a forma como organizavam o debate abriu margem para que parte daqueles manifestantes em favor do *impeachment* adotassem uma postura e retórica antipolítica.

Durante o governo Temer, Jair Bolsonaro ganhou mais popularidade, as manifestações permaneceram e um sentimento antipolítico passou a ser cada vez mais evidente nelas. Foi observado que parte das manifestações contavam também com políticos e pautas de uma extrema direita. Até se observa que por vezes poderiam se compartilhar retóricas e argumentos com esses intelectuais, no entanto, o distanciamento desses grupos é perceptível desde 2014 – mesmo que se torne muito mais recorrente a

partir de 2016. Essas disputas, que se tornam evidentes em 2017 e no contexto eleitoral de 2018 serão trabalhadas no capítulo subsequente.

4 2017 E 2018: AS DISPUTAS NAS DIREITAS E A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO

Com o ano de 2016 encerrado, o governo Temer ainda se estabelecia no poder, mas já lidava com críticas. Para além de setores vinculados ao petismo, que adotaram de imediato a oposição ao peemedebista e um discurso de que o Brasil havia sofrido um golpe de Estado, setores radicalizados das direitas também se posicionaram contra o presidente. Diante dos avanços cada vez mais firmes da Operação Lava Jato, Temer resistia na presidência, no entanto, esquerdas e direitas tinham um horizonte: as eleições presidenciais de 2018.

Levar isso em conta é fundamental para compreender a maneira que o capítulo se estrutura. Como as eleições de 2014, conforme observado no segundo capítulo, foram decididas em uma margem muito pequena, a oposição foi capaz de se organizar ao longo dos anos seguintes, apoiada tanto na forma que a Lava Jato crescia quanto na defesa de um *impeachment* de Dilma Rousseff, afastada do poder em maio de 2016. Portanto, 2017 seria um ano em que as peças no tabuleiro eleitoral teriam tempo de se organizar e definir de que maneira competiriam no pleito de 2018. Jair Bolsonaro foi uma figura que, aos poucos, foi ganhando destaque no cenário nacional. Em 2014, durante o fim dos trabalhos da CNV, era voz ativa de oposição ao petismo, além de ter cometido crime contra a deputada Maria do Rosário (PT-RS), ao fazer apologia ao estupro. Em 2015, durante as manifestações contra Dilma, Bolsonaro começou a figurar em algumas, participando, inclusive, de carros de som.

Em 2016, em seu voto pelo *impeachment* de Dilma, saudou Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador e símbolo da ditadura civil-militar brasileira. Transmitido em sinal aberto na televisão para todo o país, o deputado ganhava popularidade e postulava a posição de pré-candidato para as eleições de 2018. Essa mobilização em torno do nome de Jair Bolsonaro, que crescia a partir de uma retórica antissistêmica – ainda que ele não representasse exatamente isso, tendo em vista que cumpria seu sétimo mandato como deputado federal –, foi percebida tanto por Luiz Felipe Pondé quanto por Reinaldo Azevedo. Já consolidados como intelectuais opositores do petismo, ambos não se sentiam à vontade com o crescimento de Bolsonaro.

O afastamento de Reinaldo Azevedo da Lava Jato se consolida de maneira definitiva no princípio de 2017, ponto de partida para o tópico 4.1, no qual serão observadas as disputas no campo das direitas. Se, por um lado, havia uma defesa de

avanço sem freios da operação em busca de punição aos políticos, havia também a defesa de continuidade do governo Temer – lugar ocupado por Azevedo. Durante esse mesmo ano, a operação avançou sobre Lula – outro personagem importante de se levar em conta no contexto eleitoral de 2018, já que, nas primeiras pesquisas de 2017, ele era considerado favorito para ser eleito⁷¹. Lula foi interrogado por Sérgio Moro e condenado em primeira instância em junho daquele ano⁷². Entretanto, havia ainda a expectativa de que ele disputasse as eleições no ano seguinte.

Sua condenação em segunda instância e prisão em abril de 2018 marca o tópico 4.2 do capítulo. Neste, para além de observar as reações de ambos os autores a respeito da prisão de Lula, será também analisado de que maneira eles analisavam e se posicionavam frente à disputa que se avizinhava. O crescimento do bolsonarismo e também a insistência de uma candidatura de Lula, mesmo que preso, foram temas das colunas que também comentavam a respeito do sentimento antipolítico que crescia no país. É importante destacar que, na metade daquele ano, o país sofreu com uma grave crise de abastecimento, fruto de uma greve de caminhoneiros, evento que mobilizou os pré-candidatos da eleição de 2018.

Por fim, no último tópico do capítulo (4.3), será analisado como os autores reagiram à eleição de Bolsonaro. A vitória sobre Fernando Haddad (PT) foi massiva, além de uma grande derrota de setores moderados também no legislativo. A legenda de Bolsonaro, o Partido Social Liberal (PSL), elegeu, na toada do bolsonarismo, mais de 50 deputados e quatro senadores, além de uma série de outros políticos vinculados a partidos de direita e do centrão que também aproveitaram a conjuntura antipolítica que se formava para conquistar cargos políticos.

4.1 DISPUTAS NAS DIREITAS DURANTE O GOVERNO TEMER

Em fevereiro de 2017, Reinaldo Azevedo protagonizou uma briga com setores das novas direitas brasileiras. Como observado, RA foi um dos principais fiadores na imprensa de um discurso pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Com a formação do

⁷¹ PESQUISA mostra Lula liderando para presidente. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 fev. 2017. Poder, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1859578-pesquisa-mostra-lula-liderando-para-presidente.shtml>. Acesso em: 9 dez. 2025.

⁷² PAVANELLI, Aline; VIANNA, José. Sérgio Moro marca interrogatório de Lula em ação penal sobre triplex: Ex-presidente será o último réu a ser ouvido, em 3 de maio. Processo da Lava Jato abrange três contratos da OAS com a Petrobras. G1, Curitiba, 3 mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2017/03/sergio-moro-marca-interrogatorio-de-lula-em-acao-penal-sobre-triplex.html>. Acesso em: 9 dez. 2025.

governo Temer, houve a entrada de setores tradicionais da direita brasileira no poder, como o PSDB e o DEM. O projeto “Ponte para o futuro”, como observado no último capítulo, era amplamente defendido por aqueles que faziam parte do governo e também por Reinaldo Azevedo. RA havia criado um novo conceito para definir os manifestantes de direita que se posicionavam contra Temer: a “direita xucra”.

Organizava-se para março daquele ano uma manifestação contra o governo de Temer. Joice Hasselmann, jornalista que havia passado pela Veja e grande crítica do petismo, gravou um vídeo, no dia 16 de fevereiro daquele ano, com o título “OS MOVIMENTOS E O DIA 26. ONDE ESTÁ REINALDO AZEVEDO?” (Hasselmann, 2017). É importante abrir um parêntese sobre como esse vídeo foi encontrado, tendo em vista que ele consta como “Não-listado” no *Youtube*. Tal função impede que o vídeo seja encontrado a partir da barra de pesquisa da rede social, sendo possível acessar somente a partir do link do vídeo. Durante a pesquisa sobre o desentendimento entre Hasselmann e Azevedo, encontrei uma coluna de Rodrigo Constantino em que ele criticava o intelectual e se posicionava ao lado da jornalista.

O título da coluna de Constantino era “Joice Hasselmann x Reinaldo Azevedo: não é briga na direita, pois Azevedo é tucano!” (Constantino, 2017a) e o intelectual criticava duramente RA – assim como o vídeo de Joice Hasselmann. Ambos questionavam o que seria uma “mudança de posições de Reinaldo Azevedo”, crítico contundente do petismo, mas que estava naquele momento criticando o MBL e a Lava Jato. Na coluna de Constantino também é possível encontrar o vídeo de resposta de Reinaldo Azevedo, que também consta como “Não-Listado”.

Em seu vídeo, Hasselmann falava sobre uma manifestação que ocorreria em março daquele ano que significava, em suas palavras, o desejo das ruas pelo fim do foro privilegiado, o apoio à Operação Lava Jato e o pedido da prisão de Lula (Hasselmann, 2017). A jornalista argumentava contra o Supremo Tribunal Federal, criticando a lentidão de suas ações. Ela lembrava dos áudios divulgados entre Romero Jucá e Sérgio Machado, que falavam de um “acordo com o Supremo, com tudo”. A jornalista criticava essa posição crítica de Azevedo, defendia a Lava Jato e perguntava “em que planeta está Reinaldo Azevedo? Onde está aquele que foi **o nosso** Reinaldo Azevedo?” (Hasselmann, 2017, grifos nossos). É importante reforçar a forma que a jornalista tratava Azevedo como parte de seu grupo até aquele momento. Nas palavras de Constantino, que se colocou a favor da jornalista,

Reinaldo tem se mostrado realmente **um tucano empedernido e incurável**. Entrou num buraco e não para de cavar. Perdeu qualquer pulso da população brasileira. **Atira em todos da direita com um ódio evidente, que não chega a demonstrar nem pelos petistas. E não é exatamente o mesmo que fazem os tucanos, como FHC, que detesta Bolsonaro, mas demonstra simpatia por Lula?** (Constantino, 2017a, grifos nossos).

Hasselmann encerra seu vídeo com uma frase que seria reveladora das posições das novas direitas a partir daquele momento e que também auxilia a observar o distanciamento de Reinaldo Azevedo. Ela dizia que não bastava trocar o governo e tirar um partido do poder, tendo em vista que ainda lá estavam “as velhas raposas da política dominando congresso, dominando executivo [...]”. A nossa política nacional continua dominada, em parte, pelos mesmos. Não é hora de cruzar os braços” (Hasselmann, 2017).

Esse sentimento antipolítico presente no discurso de Hasselmann e de Constantino revela também a forma como movimentos das ruas se organizavam a partir de um grande apoio à Operação Lava Jato. O antipetismo, já consolidado na oposição ao partido durante o governo Lula, ganhou uma ainda maior centralidade na política a partir da formação dos grupos contra Dilma Rousseff. No entanto, agora, junto a essa repulsa por um partido, ganhava cada vez mais centralidade um discurso que se opunha à grande parte dos políticos que tradicionalmente faziam parte do pacto de 1988.

Em uma coluna publicada no dia 17 de fevereiro, um dia depois do vídeo de Hasselmann ir ao ar, Reinaldo Azevedo afirmava que “a degeneração da Lava Jato, com apoio da direita, ressuscita Lula” (Azevedo, 2017a). RA abria seu texto apontando para as pesquisas que indicavam como o possível candidato petista saía na frente das eleições. Para Azevedo, o motivo era a forma que a Lava Jato tratava todos os políticos como “iguais”, o que acabava aliviando a indignação com o petismo e Lula:

A forma que tomou a Lava Jato, levando a grei política ao patíbulo e concedendo penas de três anos a bandidos transformados em delatores nababos, não poderia resultar em coisa melhor. Antevi isso com a bola de cristal da lógica elementar. Ainda é cedo, claro! Mas uma sociedade diz alguma coisa de si mesma, do processo político e do futuro quando uma média de 30% dos eleitores, mesmo depois de tudo, está com Lula. E poderia ser diferente? **A indignação com a corrupção e os desmandos do PT degenerou depressa em moralismo tacanho, em ódio à política, em contínua depredação de procedimentos mesmo os mais corriqueiros da atividade. Se todos são mesmo iguais, então Lula é melhor** (Azevedo, 2017a, grifos nossos).

Conquanto RA reafirmasse ser contra o PT e Lula, apontava que o punitivismo e o reformismo da Lava Jato alimentavam o “modo de ser petista”, algo ignorado pela “direita xucra”. Ele constrói um dos seus principais argumentos que serviu de base para sua defesa ao governo Temer: essa direita “xucra”, encampando uma postura antipolítica

e lavajatista, iria entregar o país “nas mãos da esquerda”. Esse posicionamento também é chave para observar a forma que Azevedo se distancia de Bolsonaro nos meses seguintes, já que o intelectual situa o petismo e o bolsonarismo como equidistantes dele, comparando-os a todo momento como faces distintas de uma mesma moeda:

A esquerda está, sim, combatida. Ocorre que a sobrevivência eleitoral daquilo que Lula representa depende menos das pantomimas da companheirada do que da espantosa combinação de ignorância e voluntarismo de correntes que se alinham à direita. Algumas falhas de nossa formação se revelam de forma dramática. **Temos autoproclamados liberais que se mostram incapazes de defender, num regime democrático, o Estado de Direito. Ao contrário: cedem ao alarido dos que querem enforcar o último deputado com a tripa do último senador. Se, na fantasia de esquerda, uma certa "elite" rapace responde por todos os males do Brasil e dos brasileiros, para essa direita tosca, o inimigo são os "políticos"** (Azevedo, 2017a, grifos nossos).

Outros dois aspectos da fala de Reinaldo Azevedo são fundamentais para essa disputa. Primeiro, a forma que ele classifica a “direita tosca” como “autoproclamados liberais”. Já desde o fim de 2016, ele busca uma autodefinição de “liberal” e essa vai ficando cada vez mais evidente a partir dessa briga e posteriormente no contexto eleitoral. Inicia-se uma clara disputa pelo conceito no campo das direitas e RA vai reivindicar essa posição com frequência. Outro aspecto importante é a sua defesa ao “Estado de Direito”.

Reinaldo Azevedo em diversos momentos se utilizou de argumentos “legalistas”, buscando se amparar recorrentemente na Constituição de 1988. Mesmo quando estabelece críticas ao Poder Judiciário, Azevedo busca esse espaço de um “defensor da Constituição” e do “Estado democrático de Direito”. O avanço e as práticas agressivas a este pela Lava Jato e por setores radicalizados das direitas brasileiras – inclusive aquelas classificadas em outro momento como novas direitas, a partir da definição de Camila Rocha (2019) – acabam por reforçar essa posição de RA e apontam para esse afastamento do intelectual dos grupos e movimentos organizados. Quando havia o *impeachment* e o “inimigo comum” na figura do petismo, houve entusiasmo por sua parte, já que ele se enxergava como pertencente daquela oposição, participando, inclusive, de manifestações.

Essa crítica de RA ao Poder Judiciário será observada ao longo das próximas colunas, mas um dos principais alvos do intelectual era o ministro Luís Roberto Barroso⁷³.

⁷³ A crítica a Barroso envolve uma proposta do ministro de restringir o alcance do Foro Privilegiado, o que acabaria podendo atingir Moreira Franco, que havia sido citado em delações da Operação Lava Jato e nomeado ministro por Temer – o que lhe garantia o foro e a possibilidade de ser investigado somente pelo STF. A oposição chegou a contestar, mas Celso de Mello confirmou a decisão de Temer. Ver mais em: Colon, Leandro. Barroso quer restringir alcance do foro privilegiado. Folha de São Paulo, Poder. Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1859214-barroso-quer-restringir-alcance-do-foro-privilegiado.shtml>. Acesso em: 09 dez. 2025.

Ao longo dos anos, é possível encontrar uma série de colunas e comentários de Azevedo criticando duramente Barroso, principalmente quando ele votou em favor da legalização do aborto de fetos de até três meses, além de suas declarações em favor de legalização de drogas ilícitas:

Nestes dias em que Constituição, leis, instituições, códigos e normas valem menos do que uma ficha de orelhão, parece razoável que o esquerdista Roberto Barroso tenha cedido à reivindicação de grupos conservadores e decidido, pela via cartorial, sem passar pelo Congresso, mudar as garantias do Foro Especial por Prerrogativa de Função, que se chama, por aí, de "privilegiado". O homem é destemido. Acha a vaquejada inconstitucional. Ele se compadece com o rabo da Mimosa. Decidiu que feto até o terceiro mês vale menos do que um rabo – o da Mimosa. E quer legalizar todas as drogas. É o homem-agenda. Com ele, nada de Congresso e voto. Vai tudo no tapetão (Azevedo, 2017a).

Por fim, a coluna traz um outro aspecto importante a ser levado em conta: a defesa de Azevedo ao governo Temer, que estaria conduzindo uma ótima administração dado o que herdou. Ele reforçava uma tese que posteriormente também é abraçada por Pondé, que também tratou a eleição de 2018 como um possível campo para “Populistas”, o que fortaleceria Lula e Bolsonaro. A respeito dessa categoria usada por Azevedo e Pondé, o tema será abordado mais à frente, quando a fonte (2017a) de Pondé for inserida no texto. No entanto, é importante observar como Azevedo aborda o populismo de direita como associado ao lava-jatismo, ambos responsáveis por dar força eleitoral e política para a esquerda – além de já ter tratado esses grupos como “falsos liberais”, ele também os trata como “falsos conservadores”:

Ah, em tempo: alguém pode dizer que, ruim como é, o governo Temer é que deve ser responsabilizado pela eventual ascensão da esquerda. Discordo. Dado o que herdou e o que conseguiu realizar até agora, o governo é bom. **De resto, Lula não está forte porque esquerdista, mas porque populista. Em certa medida, poderia ser Bolsonaro –que disputa o segundo lugar com Marina. O populismo de direita, associado ao lava-jatismo, é que está minando a credibilidade da atual gestão e ressuscitando a esquerda.** Afinal, conservadores que não buscam preservar nem as instituições hão de conservar o quê? (Azevedo, 2017a, grifos nossos).

Portanto, a fonte é importante por auxiliar a compreender a forma que Azevedo está se posicionando nesse contexto de disputas das direitas com a eleição de 2018 como pano de fundo dessa briga. Entretanto, essa não foi a resposta oficial do intelectual para Joice Hasselmann. Em um vídeo de cerca de 25 minutos, Azevedo tece duras críticas à jornalista. Em sua resposta, RA busca diminuir Joice Hasselmann, afirmando que esse tipo de “ataque” que sofria vinha geralmente de pessoas com menos expressão do que ele.

Azevedo afirmava que a jornalista se destacava mais por suas características físicas do que por sua “capacidade de formular qualquer ideia razoável” (Pingos nos Is, 2017). Em um vídeo com diversas ironias, ele afirma que chega a perder o fôlego de

“tanto rir” ao ver o vídeo que o atacava. RA afirmava Hasselmann era uma jornalista de pouca relevância, conhecida somente no Paraná onde fora acusada de plagiar textos de outros jornalistas⁷⁴. Ele a trata como

um ser obscuro que ganhou visibilidade na Veja e se reinventou como “jornalista de direita”, como “jornalista conservadora”. A Joice não sabe nada, a Joice não leu nada. A Joice não sabe escrever. Vejam o uso que ela faz da crase [...]. Ela é bem-falante, desenvolta. Vai jogando os chavões, vai ofendendo as esquerdas com tudo que lhe dá na cabeça como se ela soubesse o que está falando, mas ela não sabe. [...] Ela é uma coitada intelectual, ela é certamente uma coitada moral. Você imagina como deve ser difícil ficar repetindo os chavões de direita sem nem saber o que ela está falando? [...] Eu adorei o momento que ela diz assim ‘o Reinaldo, que do meu lado defendeu os movimentos pró impeachment, o Reinaldo que do meu lado...’ **Ô louca (sic)? Ô boba (sic)? Ô maluca (sic)? Eu do seu lado? Você do meu lado! Eu era Reinaldo Azevedo já, você não era ninguém!** (Os Pingos nos Is, 2017, grifos nossos).

A ideia de que Reinaldo Azevedo havia “mudado demais” era compartilhada em outros setores dessa nova direita, como apontado no texto de Lucas Berlanza, ligado ao Instituto Liberal (Rocha, 2019), republicado na coluna de Rodrigo Constantino na Gazeta do Povo. No texto, Berlanza elogiava as críticas que Azevedo tecia ao petismo, no entanto, a partir do momento que começou a criticar Sergio Moro e a Lava Jato, Azevedo teria começado a “emular os petistas e fechar os olhos para os eventuais malfeitos de tucanos ou peemedebistas” (Constantino; Berlanza 2017). O texto ainda criticava a forma que Azevedo tratava as novas direitas – como o termo “direita xucra” – e questionava sua postura de “liberal”, o que demonstra como o conceito era disputado naquele período. No texto, Rodrigo Constantino faz o seguinte comentário:

Comentário do blog: Também tenho notado, como milhares de leitores meus, mudanças estranhas no comportamento e nas ideias de Reinaldo Azevedo, que foi meu colega de VEJA e por quem sempre tive admiração e respeito. Sobre o tema “liberalismo” e “conservadorismo” em si, só posso recomendar, a todos interessados no assunto e também ao próprio Reinaldo, meus dois cursos, “A Trajetória das Ideias Liberais” e “Civilização em Declínio: salvando o liberalismo dos “liberais”, em que aprofundo tais questões de forma a elucidar tantas confusões frequentes por aí (Constantino; Berlanza, 2017)

A tese da mudança de Azevedo é questionada por Hasselmann em seu vídeo e respondida por RA. Ele afirma que ela não sabe nada sobre ele, que bastava ler seus textos

⁷⁴ Em matéria no site da Associação Brasileira de Imprensa, é comentada a decisão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (SINDIJORPR) de banir Hasselmann do quadro social da entidade. A jornalista foi denunciada por 23 profissionais de ter copiado mais de 60 reportagens. Hasselmann respondeu em nota no *Facebook*, acusando os profissionais de invejosos e que um sindicato “ligado a CUT” seria composto de “sanguessugas” e “invejosos. Souza, Cláudia. Sindicato dos Jornalistas comprova plágio praticado por repórter da Veja. Associação Brasileira de Imprensa, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.abi.org.br/sindicato-dos-jornalistas-do-parana-comprova-plagio-praticado-por-jornalista-da-veja/>. Acesso em: 09 dez. 2025.

nos últimos 11 anos para compreender suas argumentações. As declarações de Azevedo são novamente reveladoras sobre a postura que ele buscava adotar nesse contexto:

Vai ver quando eu flertei com ataque ao Estado de Direito, ô doida (Sic). Ontem eu disse que o STF fez muito bem em aceitar o pagamento de indenização a presos maltratados. **A direita para qual a Joice fala, que não é direita, é gente xucra [...]** esse bolsonarismo asqueroso que ela passou agora a vocalizar. **Aliás, o Joice, você está trabalhando para o Bolsonaro? É profissional ou é só por amor – amor eu digo amor intelectual. Porque você faz uma espécie de ‘assessoria’ que não é de imprensa por que você não é da imprensa. Eu pergunto se é ao menos remunerado ou amor ideológico. [...]** Eu critiquei a convocação do próximo protesto não sorrateiramente. Critiquei para as pessoas, que são minhas interlocutoras. Conversei com pessoas do MBL, com Rogério Chequer, do “Vem pra Rua”. Disse a eles o que acho. Acho um equívoco. **E atenção: o MBL não é direita xucra, o VPR não é direita xucra. A Joice é direita xucra. [...]** Você não sabe nada, você não leu nada. **O que você sabe é cultura de Google. Um mal lido, ô doida (sic). Eu sempre tive vergonha de ficar do seu lado. Você nunca reparou?** (Os Pingos nos Is, 2017, grifos nossos).

Reinaldo Azevedo segue com críticas de tom altamente sexista, fazendo inúmeras referências ao corpo de Joice Hasselmann, mas também reivindica seu lugar como jornalista e de direita, já que afirma que Hasselmann não era jornalista e, se ela fosse de direita, seria do tipo que ele repudiaria. Azevedo a chama de preconceituosa, arrogante, mentirosa e outros xingamentos. O intelectual também responde às duas questões que são apontadas na fala de Joice Hasselmann que perguntava “qual planeta Azevedo vivia”:

O planeta do Estado de Direito. Acho que as manifestações agora só contribuirão para levar para a rua extrema direita como você, xucra como você [...]. Vai levar alguns que aproveitam para atacar o governo Temer. Não por acaso o Jânio de Freitas está apoiando a sua manifestação, não por acaso o Mario Sérgio Conti está apoiando a sua manifestação. **Não por acaso o Guilherme Boulos está convocando as pessoas para irem à rua** (Os Pingos nos Is, 2017, grifos nossos).

Ele também reforça que “paga suas contas”, ganha honestamente e questiona a forma que Hasselmann “paga as contas”. A outra resposta de Azevedo diz respeito ao momento que ela questiona “o que aconteceu com o ‘nosso’ Reinaldo Azevedo?” E ele rechaça totalmente pertencer a esse grupo: **“Que nosso porra nenhuma! Lá sou seu? Tá doida? Nunca fui. Eu execrava fazer o programa com você”** (Os Pingos nos Is, 2017, grifos nossos). O vídeo segue com outras críticas e xingamentos por parte de RA, que busca sempre classificar Hasselmann como “Burra”, “doida” ou “maluca”.

É importante ressaltar que diferentes atores estavam nessa disputa, como, por exemplo, Carlos Andreazza, editor-chefe da editora Record, responsável por boa parte das publicações de referências bibliográficas das direitas brasileiras na última década (Silva, 2018). Andreazza (2017), em artigo ao jornal “O Globo”, levantava preocupações

similares às de Azevedo sobre a manifestação e mostrava preocupação com a criminalização da atividade política. Ao lado de Hasselmann, o já citado Rodrigo Constantino também é figura importante nessa disputa por ter, no passado, sido ligado a Reinaldo Azevedo e agora incluído na lista da “direita xucra”. Constantino assim afirmava:

Se Reinaldo Azevedo é a “direita permitida” pela grande imprensa, uma espécie de “direita da esquerda”, então **é fundamental mostrar que ele não fala em nome da direita, que o seu “tucanismo” não representa o liberalismo clássico, muito menos o conservadorismo de boa estirpe, mas sim uma versão mais light do próprio petismo.** [...] Reinaldo se perdeu, deixou o poder subir à cabeça, não foi capaz de controlar seu ego cada vez mais inflado. E agora passa a atirar em qualquer um que fala em nome da direita, pois deseja monopolizar esse papel, **sendo que nem mesmo é de direita!** [...] Mas se eu mudei desde então, foi justamente porque me tornei mais conservador dentro do liberalismo clássico. Então por que Azevedo agora me coloca como “direita xucra”? O que mudou? Não fui eu... **Fica claro que quem mudou foi ele, abandonando o liberalismo, o conservadorismo, e se tornando um tucano cada vez mais estridente, cuspiendo nos “excessos” da Lava Jato, defendendo de forma exagerada o governo Temer, aplaudindo o desarmamento, criticando a volta às ruas, ligando uma metralhadora giratória contra as lideranças conservadoras.** Reinaldo, como ele mesmo gosta de destacar com tanta fanfarra, ainda possui vários empregos, vários canais de comunicação que utiliza para influenciar leitores, ouvintes e telespectadores. Logo, não pode ser simplesmente ignorado. **Não quando ainda banca o ícone da direita, atacando toda a direita e preservando os caciques tucanos de esquerda.** [...] Só falta agora, num ato de resquício de honestidade intelectual, **ele fazer um favor para nós, da direita, e para si mesmo: sair do armário!** Que tenha coragem e se assuma logo um tucano social-democrata, defensor de Obama e Hillary Clinton, de FHC e José Serra, e **deixe o liberalismo verdadeiro para os liberais...** (Constantino, 2017b, grifos nossos)

A longa citação serve para demonstrar não só a disputa em torno de quem seriam os representantes do liberal-conservadorismo do Brasil, mas também a própria percepção desses atores a respeito de um partido que, ao longo dos anos 2000 e na primeira metade dos 2010, representou a direita hegemônica do país. As “novas direitas” – que efetivamente possuem um papel de novidade em suas formas de organização, elaboração de agendas e pautas — acabam por possuir um componente central de radicalidade, de maneira que buscou marginalizar um dos principais fomentadores do antipetismo, característica fundamental para esse grupo. Outro aspecto fundamental a se observar nesse texto de Constantino é a forma como o antipetismo assume um significado de recusa não somente ao partido, mas sim de toda aquela política institucional que havia sido construída ao longo do “acordo do real” (Nobre, 2022). Não à toa, Constantino trata o “tucanismo” como uma versão “mais light do próprio petismo”.

A crítica a Azevedo envolve também a sua defesa ao governo Temer – apoiado pelo PSDB – e seria o sinal de que RA teria abandonado o liberalismo e o conservadorismo. Esse radicalismo também é percebido na medida que Constantino

critica Azevedo por aplaudir o desarmamento – lembrando que a pauta pró-armas naquele contexto era amplamente defendida pela ultradireita brasileira, principalmente na figura de Jair Bolsonaro. Por fim, Constantino se define como “um liberal verdadeiro”, algo que Azevedo não seria mais.

A partir disso, é importante refletir sobre o impacto dessa briga no campo intelectual das direitas que certamente é reflexo também das disputas no campo institucional da política. Em um artigo publicado em novembro de 2025, Álvaro Bianchi e André Kaysel (2025) defendem uma metodologia e ferramenta de pesquisa que busque observar o bolsonarismo enquanto uma coalizão discursiva, a partir de uma família de correntes de pensamento, aglutinados no antipetismo.

Os autores partem da percepção de que a construção dessa coalizão discursiva de extrema direita reuniria diferentes ideologias, partilhando uma família de semelhanças. Ainda que haja disputas nessa formação discursiva, diferentes atores podem coexistir nesse espaço, havendo até uma disputa em torno da hegemonia desses discursos. Os autores argumentam que as quatro principais vertentes dessa coalizão discursiva seriam o neofascismo, o ultraliberalismo, o conservadorismo cristão e o autoritarismo militar (Kaysel; Bianchi, 2025).

Kaysel e Bianchi defendiam, inclusive, que a elaboração dessa coalizão discursiva é um processo que antecederia a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, sendo parte do desenrolar de uma crise política brasileira entre 2013 e 2018. Dessa maneira, construiu-se um cenário em que havia a possibilidade de ascensão, o que lhe permitiu articular um discurso político de proporções nacionais em torno do antipetismo e do anticomunismo (Kaysel; Bianchi, 2025). No entanto, é importante ressaltar que Odilon Caldeira Neto (2020) já argumentava sobre a capacidade do bolsonarismo de aglutinar em torno de uma candidatura pautas e setores ligados ao neoliberalismo e também setores da extrema direita militar e até integralistas.

Entretanto, Kaysel e Bianchi (2025) afirmam que esses discursos não representam uma inovação no cenário político, não representam uma “Nova direita”. Eles antecederiam o surgimento do Bolsonarismo e foram articulados já previamente, principalmente depois de 1945. Sua singularidade residiria justamente na capacidade de reunir e coordenar essas diferentes vertentes em uma mesma coalizão discursiva, construindo uma direção comum e uma nova centralidade no espaço político. Ainda afirmam que, dentro da coalizão, prevaleceu a hegemonia do autoritarismo militar (Kaysel; Bianchi, 2025)

Entende-se, contudo, que há uma historicidade específica do fenômeno do bolsonarismo e da própria construção do antipetismo, observando os léxicos antipetistas criados por Reinaldo Azevedo. Ainda que existam referenciais teóricos já antigos na direita brasileira, como o anticomunismo (Motta, 2020), compreende-se que a formação do antipetismo consiste também em um aspecto de novidade política, além da forma que essa coalizão discursiva se desenvolve com auxílio das redes sociais e a partir de uma lógica distinta da formação de discursos já existentes nas direitas radicalizadas brasileiras. Portanto, é evidente que a construção de uma coalizão discursiva encontre no passado referências e semelhanças que podem ser incluídas nessa família. Todavia, entende-se que ignorar por completo qualquer aspecto que denote novidade política acaba por enfraquecer a leitura do processo de estabelecimento de uma extrema direita que é altamente ligada a aspectos do digital e do tempo presente (Forti, 2021; Cesarino, 2022).

Ainda assim, a ferramenta teórico-metodológica proposta pelos autores é útil para a compreensão do bolsonarismo. Os autores destacam a importância de situá-lo em um universo que é fragmentado e marcado por disputas. Nesse contexto, a importância do antipetismo na articulação dessa coalizão e o papel de RA na construção de um discurso antipetista de fôlego são evidentes. Os autores argumentam, a partir de Daniel de Mendonça (2023), que o significante “comunismo” assume o significado de antagonismo ou até mesmo a negação de todos os valores assumidos pelo bolsonarismo. Entretanto, entende-se que isso serve também para o significante do “petismo”⁷⁵ – afinal, Rodrigo Constantino (2017a) trata o “tucanismo” de Azevedo como um “petismo light”.

A partir disso, ressalta-se a importância de analisar esse distanciamento de RA de setores das direitas brasileiras. O bolsonarismo se compõe a partir de uma série de outras pessoas, discursos e agências mais relevantes do que RA. Todavia, o criador dos termos “petralha” e “esquerdopata” tem um lugar de destaque na elaboração do discurso que foi um dos grandes aglutinadores de apoio a Bolsonaro. Romper definitivamente com os grupos que encampavam o discurso não significa, no entanto, que Azevedo se tornou um fiel apoiador do petismo. Pelo contrário, como será visto adiante, em diversos momentos, ele permanece crítico ao partido e o compara com o bolsonarismo.

⁷⁵ Também é válido ressaltar, como já foi apontado ao longo do terceiro capítulo da dissertação, as continuidades observáveis entre anticomunismo e antipetismo, como destacado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2019). A relevante pesquisa de Motta para compreender o anticomunismo histórico no Brasil (2020) serve de auxílio para pensar o antipetismo em sua formação, símbolos, imaginários, bases teóricas e retóricas.

Reinaldo Azevedo comentou sobre a briga em sua coluna da FSP na semana seguinte. Ele mantinha seu argumento de que, ao abraçar o lava-jatismo, a direita fortalecia a esquerda para as eleições de 2018. Ele argumentava que os grupos que foram base de apoio ao *impeachment* deveriam fazer um projeto de futuro que reforçasse as políticas de Temer e defendia, mais uma vez, que a Lava Jato seguisse nos limites da lei. No entanto, em sua leitura, a operação buscava por insuflar o que há de pior na política organizada e cedendo ao desejo dessa direita “xucra” (Azevedo, 2017c).

Sua ampla defesa ao governo Temer envolvia elogiar as medidas que já eram vistas no projeto “Ponte para o Futuro”. RA argumentava que o governo deveria seguir sem crises ou turbulências, mas a direita xucra acabava colaborando para isso. Nesse sentido, ele mantinha também sua crítica às manifestações que haviam sido convocadas para março daquele ano e lembrava as manifestações *pró-impeachment*:

As maiores manifestações de protesto da história do país deram o suporte popular necessário ao impeachment de Dilma, o que obedeceu a todos os rigores da lei. Mas sabemos, e eu apontei isto muitas vezes nesta Folha, no meu blog e em todo lugar, **que dois elementos bastante distintos se combinaram para resultar na deposição. Os que coalharam as ruas de verde-amarelo lá estavam contra a corrupção; mal sabiam que diabo era "pedalada fiscal"** –o crime de responsabilidade sem o qual a então presidente não teria caído (Azevedo, 2017c, grifos nossos).

O comentário que Azevedo faz sobre a legalidade do *impeachment* se insere na sua defesa da legitimidade do governo de Michel Temer. Porém, ao apontar que os manifestantes estavam nas ruas “contra a corrupção”, indica um aspecto que será fundamental em seu discurso a partir desse período: o de que a luta da corrupção como o fim em si próprio seria responsável pela degeneração da política brasileira. Ao comentar sobre a briga, ele novamente trata seus adversários como da “extrema direita” e reforça o argumento de que a estratégia desse grupo acabaria por fortalecer as esquerdas ao apontar que estas também estavam se organizando contra o governo de Temer:

A extrema direita, a extrema burrice e o extremo oportunismo se uniram para me declarar, acreditem!, inimigo da Lava Jato. Acusam-me também de sabotar a manifestação de protesto –ou algo assim– do dia 26 de março, marcada por alguns dos grupos que apoiaram o impeachment. A inconsistência da pauta é a melhor evidência de por que não deveria acontecer. Chamam de sabotagem uma crítica política legítima. Antes, no dia 15, haverá a marcha das esquerdas. Notas: eu seria adversário da Lava Jato porque critico algumas decisões de membros do MPF e do juiz Sérgio Moro. Pois é. Não nasci para fazer hagiografias (Azevedo, 2017c, grifos nossos).

Como já foi levantado, Reinaldo Azevedo passa a assumir para si uma autodenominação de verdadeiro representante das direitas, seja dizendo-se “um

verdadeiro liberal” ou, em outros casos, como nessa coluna, um “conservador responsável”:

O conservadorismo responsável pode ainda se tornar a principal vítima da criminalização da política, promovida por irresponsáveis que se querem conservadores. Ademais, se não serve a política, que venha a porrada! (Azevedo, 2017c, grifos nossos).

O jogo de palavras estabelecido por Azevedo revela uma preocupação real do autor, tendo em vista que ele representou durante muito tempo a oposição direta ao petismo e circulava com a direita institucional brasileira – basta lembrar que, na revista Primeira Leitura, um dos primeiros espaços de crítica do petismo, como destacado no segundo capítulo, Azevedo trabalhava junto de Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro de FHC e ligado ao PSDB. Encerrada em 2006, é um evento importante na vida de Reinaldo Azevedo, que irá lembrar sobre isso ao longo do ano de 2017, principalmente após um escândalo envolvendo seu nome estourar na mídia.

O governo Temer passou por uma série de crises e lidou constantemente com seu nome na imprensa ligado à Operação Lava Jato. O vazamento de conversas telefônicas, além de nomes ligados ao governo sendo recorrentemente citados em delações premiadas davam o tom das crises que o governo passava. Azevedo seguia defendendo o presidente, afirmando que se tratavam de perseguições injustas e reforçando sua crítica à Lava Jato. Exemplos podem ser vistos a partir das colunas no mês de maio, como em “Temer é vítima de uma conspiração (19/05/2017) – texto em que critica à Lava Jato e a divulgação da conversa entre o então presidente e Joesley Batista, investigado pela operação - e “Moro esmagou o devido processo legal na condução do depoimento de Lula” (12/05/2017), além de “A direita luta para enterrar, mais uma vez, a política democrático-burguesa” (05/05/2017).

É importante ressaltar que a Operação Lava Jato se dividia em dois centros: Curitiba, onde ela havia começado e era o centro de trabalho de Sérgio Moro e Deltan Dellagnol – responsáveis na justiça comum e, portanto, avançavam sobre investigados que não teriam foro privilegiado — e Brasília, onde Rodrigo Janot, Procurador Geral da República, comandava as operações contra políticos que tinham os benefícios, além de serem julgados e investigados também pelo STF (Limongi, 2023). Aécio Neves, na época senador, era um dos nomes que figurava nas delações como envolvido em esquemas de corrupção e passou a ser investigado pela operação. O grupo JBS foi um dos delatores importantes ao citar Neves e sua irmã, Andrea, presa em 18 de maio daquele ano, por ter

pedido dinheiro em nome do senador para o empresário. Ela já era acusada de receber dinheiro ilegal da construtora Oderbretch em uma conta em Nova York⁷⁶.

Na semana seguinte, o STF divulgou um pacote de grampos feitos pela operação que teriam sido considerados pouco relevantes pela Polícia Federal. Uma dessas era uma conversa entre Reinaldo Azevedo e Andrea Neves, sua fonte. As conversas haviam sido gravadas em abril e Azevedo não era investigado pela operação, mas sim Andrea. No despacho que liberava os grampos, Fachin não mencionava a existência de uma conversa entre jornalista e fonte, tampouco o direito do sigilo da fonte, presente na Constituição de 1988⁷⁷.

Em uma das conversas divulgadas, Azevedo criticava uma capa da Veja sobre as suspeitas contra Aécio Neves. Após a divulgação, ele pediu demissão da revista que acolheu seu blog durante mais de 10 anos. No mesmo dia, RA pediu para sair da Rádio Jovem Pan, onde ele apresentava seu programa “Os pingos nos is”. Em nota à imprensa, Azevedo afirmava que se tratava de um crime contra a profissão do jornalista. Em outra conversa, Azevedo e Neves criticavam a Operação Lava Jato. No seu último post na Veja, Azevedo argumentava que

Andrea Neves, Aécio Neves e perto de uma centena de outros políticos são minhas fontes. Trechos de duas conversas que mantive com Andrea, que estava grampeada, foram tornados públicos. Numa delas, faço uma crítica a uma reportagem da VEJA e afirmo que Rodrigo Janot é pré-candidato ao governo de Minas e que estava apurando essa informação. [...] Pedi demissão da VEJA. Na verdade, temos um contrato, que está sendo rompido a meu pedido. E a direção da revista concordou. [...] tornar público esse tipo de conversa **é só uma maneira de intimidar jornalistas**, como Andrea e Aécio são minhas fontes, achei, num primeiro momento, que pudessem fazer isso; depois, pensei que seria de tal sorte absurdo que não aconteceria; mas me ocorreu em seguida: **“se estimulam que se grave ilegalmente o presidente, por que não fariam isso com um jornalista que é crítico ao trabalho da patota?” em qualquer democracia do mundo, a divulgação da conversa de um jornalista com sua fonte seria considerada um escândalo. Por aqui, não; tratem, senhores jornalistas, de só falar bem da Lava Jato, de incensar seus comandantes; Andrea estava grampeada, eu não. A divulgação dessa conversa me tem como foco, não a ela** (Azevedo, 2017d, grifos nossos).

Azevedo assume esse lugar de perseguido pela operação e vai se valer dessa posição para se distanciar do petismo – responsabilizado pela perda de um emprego, na Primeira Leitura – e da Lava Jato, que o teria tirado dois. Nesse sentido, é importante

⁷⁶ Marques, José. Irmã de Aécio Neves presa pela PF era a estrategista do senador afastado. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 mai. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885399-irma-de-aecio-neves-presa-pela-pf-era-a-estrategista-do-senador-afastado.shtml>. Acesso em: 09 dez. 2025.

⁷⁷ DIVULGAÇÃO da conversa sem ligação com investigações fere a Constituição. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 maio 2017. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1886745-divulgacao-da-conversa-sem-ligacao-com-investigacoes-fere-a-constituicao.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2025.

destacar que uma das primeiras hipóteses que instigaram esta pesquisa era sobre essa “mudança” de Reinaldo Azevedo, que havia ficado em ainda mais evidência no contexto do governo Bolsonaro e na pandemia de covid-19. Aos poucos, vai se percebendo que havia, sim, em um primeiro momento, razões intelectuais para um distanciamento de RA das novas direitas, tendo em vista que sua crítica à Operação Lava Jato pode ser vista já em 2015. Não se deve, no entanto, ser totalmente descartado que questões mercadológicas possam ter tido um impacto nessas mudanças, além de como isso é utilizado pelo próprio intelectual para narrar a história do Brasil e da sua própria história, valendo-se de um espaço em que seria a “resistência” de tiranos e defensor da democracia liberal.

No texto que publica na FSP logo após a divulgação dos áudios, Azevedo compara os setores do Poder Judiciário que participavam da Lava Jato com o movimento tenentista. Afirmava que não gostavam de políticos, além de comentar que ambos tinham uma “ânsia moralista autoritária”, inclusive apontando que três ditadores (Castello Branco, Médici e Geisel) fizeram parte do movimento. RA definia a conjuntura da seguinte maneira: “O país caminha para o abismo político, legal e institucional” (Azevedo, 2017e).

Em meio a esses escândalos e crises, o nome de Bolsonaro crescia paulatinamente nas pesquisas e Lula estava cada vez mais próximo de ser condenado em primeira instância. No exterior, os classificados como “populistas de direita” ganhavam destaque cada vez maior no cenário eleitoral. Esse debate em torno do populismo passa a ser recorrente nos intelectuais e Luiz Felipe Pondé dedica algumas colunas ao tema, com destaque para “Existem dois tipos de populistas; um deles poderá ser o próximo presidente” (10/07/2017).

Pondé abre seu texto apresentando receio frente à eleição de 2018, apontando o seu receio com o “populismo”. O intelectual faz uma menção a quais sinais seriam os responsáveis por esse possível fenômeno. Sua linha argumentativa é relativamente similar à de Azevedo, demonstrando um apreço à política institucional. Há também uma menção a Moro, a quem um ano antes ele havia chamado de Batman, em tom elogioso. Mas, nesse caso, Pondé parece crítico a essa idolatria ao juiz:

Como serão as eleições de 2018? Temo que 18 seja uma festa do populismo. Os sinais estão no ar: horror à política profissional, apelos ao Poder Judiciário como Batman do Brasil, sonhos de pureza, ressentimento por toda parte. A única forma de garantia contra o vírus do populismo é não esperar muita coisa da política. Na política, menos é mais (Pondé, 2017a).

Em relação à categoria populismo, usada por Pondé nesse texto, existe uma ampla discussão historiográfica sobre sua utilidade e historicidade, assim como uma multiplicidade de significados em diversos tempos históricos e contextos específicos. Quando se analisa a realidade do norte global, a palavra populista possui um diferente sentido do que no caso latino-americano. Para autores como Federico Finchelstein (2019) e Nádía Urbinati (2020), o termo populismo surgiu no final do século XIX, com os populistas russos (Narodniks) e o Partido do Povo (People's Party) nos EUA. Esses movimentos eram diferentes do populismo que existiu na América Latina, nas décadas de 1930/40, com Getúlio Vargas, no Brasil, e Juan Domingo Perón, na Argentina, tendo em vista que não chegaram a assumir o poder e, segundo Finchelstein (2019), apesar de possuírem o mesmo término, as condições históricas e de desenvolvimento eram distintas.

O historiador argentino ainda afirma que os líderes latino-americanos consistem no que pode se definir como “populismo clássico”. Finchelstein (2019) argumenta ainda que o populismo seria um sucessor histórico do fascismo, sendo uma resposta autoritária da América Latina elaborada no pós-guerra, demarcando uma nova era na história. Para os movimentos do presente, o autor os define como “populismo neoclássico de esquerda (ou de direita e extrema direita)”. O debate em torno do conceito é amplo, sem consensos e este acaba sendo marcado por uma intensa fluidez.

No caso das fontes, o termo é muitas vezes utilizado como adjetivo de desqualificação e apontado como algo negativo na política, seja pelo senso comum, seja pela mídia (Gomes, 2022). Em sua amplitude, ele pode também ser compreendido como uma retórica política dos movimentos políticos contemporâneos (Forti, 2021), como um projeto de governo (Urbinati, 2020) ou como uma ideologia (Mudde, 2020). Pelo estilo do columnismo de opinião, o populismo significa, principalmente, uma depreciação, sem elaborações profundas sobre ele.

Pondé embasa seu argumento a partir de Michael Oakeshott, a partir de uma linha de ceticismo na política. Essa crítica a políticos com uma “visão de mundo” acaba por ser evidente também quando RA passa a defender essa política de corte mais tradicional. Ele define os “populistas” do Brasil sem citar nomes, mas o texto deixa evidente que ele trata de Lula e Bolsonaro. O argumento-chave parte da leitura de que o ressentimento é a principal arma de um populista:

Existem dois tipos básicos de populistas. Um dos dois poderá ser nosso próximo presidente. Podem existir outros tipos, mas esses tendem a deixar a maior parte do eleitorado com tesão. Entretanto, é importante lembrar que todo populista chega ao poder navegando no ressentimento, que é o elemento essencial de todo eleitor que tem tesão por populistas (Pondé, 2017a)

O primeiro exemplo de Pondé é Bolsonaro, a quem o intelectual define como “extrema direita”. Ele reforça que se trata de uma figura que navegava no ressentimento e ódio, apontando principalmente para o caráter militar. Pondé, porém, partilharia um inimigo com Bolsonaro: artistas, jornalistas e intelectuais. Ele não deixa de estabelecer uma ironia ao dizer que esses tratavam a figura de Bolsonaro como “malvado”, de maneira que infantilizava a crítica:

O primeiro é o mais conhecido: o populista de extrema direita. O ressentimento nele é evidente, porque ele é o mais comum dos dois tipos de populistas. **Sempre movido pelo ódio por um grupo social, ainda que disfarçado.** Normalmente, esses grupos são identificados com alguma forma de “degeneração”. Do ponto de vista da imagem, esse tipo tende a ter o cabelo cortado de forma careta. **No contexto brasileiro, a imagem mais clássica é de alguém que admira a “retidão” militar. Tem uma certa nostalgia da ditadura e é visto como malvado, por exemplo, por artistas, jornalistas e intelectuais.** Aqueles entre os artistas, jornalistas e intelectuais que tiveram mais repertório o dirão anti-humanista (Pondé, 2017a, grifos nossos).

Em outro ponto de contato com RA, Pondé aponta a homofobia como característica central de Bolsonaro. No entanto, não deixa de comentar sobre outro aspecto do bolsonarismo: a relação com as religiões evangélicas. Ao descrever seus eleitores, Pondé novamente traz o argumento de homens que teriam dificuldade de se relacionar com mulheres. Pondé insiste nesse discurso com frequência, em momentos distintos, seja para justificar possíveis fracassos das direitas ou até a possibilidade de sucesso na eleição de um populista de extrema direita. Nesse caso, entende-se que o exercício retórico de Pondé é de distanciamento de Bolsonaro e seus eleitores:

Um novo estereótipo da sua imagem, no contexto mais recente, é o de um evangélico contra gays. Um fanático religioso com ares de resposta ao “horror esquerdista”. Afora jovens raivosos e com dificuldade de sociabilidade, esse tipo tende a atrair o mercado clássico dos eleitores populistas de extrema direita: gente com mais idade, mais fracassos acumulados na vida profissional e afetiva, e com mais experiência no impasse que é a vida, em grande parte dos casos. No caso de homens, tende a atrair aqueles que pegam menos mulheres (Pondé, 2017a)

Porém, Pondé passa a destacar que haveria uma nova polarização no país, diante de um outro populista de esquerda. Ele cita como exemplo Jeremy Corbyn, apontado frequentemente por autores liberais como um populista desse outro campo (Mounk, 2019). LFP constrói seu argumento indicando que as esquerdas – que consideram o populismo de extrema direita como “Malvado” — tratariam esse populismo de esquerda como “do bem”, em uma leitura maniqueísta do processo. Seu exemplo seria o movimento estudantil, que, em sua opinião, seria populista por vocação:

O outro tipo de populista é menos óbvio, mas nem por isso menos perigoso. Um representante "chique" dessa linha é o novo líder do trabalhismo inglês, Jeremy Corbyn, que ganhou o "voto jovem" nas últimas eleições britânicas. Prometendo dar tudo de graça, esse novo ícone do populismo de esquerda mundial quase ganhou as eleições. Sorte dele, porque ia fracassar como todo mundo que promete tudo para o povo. **Os jovens são um capítulo à parte no que se refere a esse tipo de populista, o populista do bem, o de esquerda. Jovens têm vocação natural ao populismo, por acreditarem que o mundo é simples como uma teoria qualquer. Todo movimento político estudantil tende ao populismo;** basta assistir a uma de suas assembleias. No contexto brasileiro, **esse populista deverá vir dos grupos considerados "vulneráveis" para ser ideal, como nosso ex-operário sindicalista. Virá carregado pelos setores "progressistas" da sociedade e abraçado por artistas (que, normalmente, entendem de política tanto quanto um bebê entende de física quântica), intelectuais e grupos dos "sem alguma coisa". Ele vai prometer tudo o que o PT prometeu e não cumpriu. A começar pela vingança contra a elite** (Pondé, 2017a, grifos nossos).

A menção a Lula era natural, visto que, em outros momentos de sua trajetória, ele já fora classificado como populista e, mesmo condenado, aparecia com altos índices de votação em pesquisas eleitorais. Ao destacar que esse “populista de esquerda” prometeria uma vingança contra a elite, Pondé destaca qual seria o ressentimento mobilizado pelas esquerdas naquela eleição. Pondé e Azevedo assumem, nesse contexto em que faltava cerca de um ano para as eleições, uma distância que busca equivaler tanto Bolsonaro e Lula como avessos semelhantes na forma de enxergar e lidar com a política.

Pondé criticava a figura de Lula, além de reforçar que a esquerda buscava o seu populista. O autor faz ainda uma ponderação a respeito de Bolsonaro, questionando se seu alcance fora das redes seria efetivo, mas que ele ainda assim estaria na frente de uma corrida eleitoral. Pondé faz uma menção ao 18 de Brumário, golpe dado por Napoleão no Diretório da Revolução Francesa. Destaca-se o uso desse exemplo, uma vez que o processo histórico se referia a um governo instável que sofre um golpe de uma figura personalista e ligada ao exército:

A esquerda está à caça de seu populista. Alguns candidatos a esse posto já aparecem por aí. Não está fácil. **A extrema direita já tem o seu.** Ninguém sabe se ele resiste ao mundo fora das redes sociais, mas já está, de alguma forma, mais à frente em sua campanha populista. **A esquerda está desorientada; depois de comer na mão de nosso ex-operário sindicalista por anos, encontra alguma dificuldade em achar seu novo "pai do povo". Dois mil e dezoito será populista, como o 18 de Brumário foi.** Você não sabe o que foi o 18 de Brumário? Olhe no Google (Pondé, 2017a, grifos nossos)

Ainda que em outros momentos partilhe argumentos com uma extrema direita de corte militar, o intelectual já mostrou ressalvas e buscou construir esse discurso que separa a direita no Brasil da ditadura militar. Quando falava em “direita festiva”, Pondé fazia questão de dizer que não se referia a nostálgicos da ditadura (Pondé, 2014e), assim como quando argumentava a respeito do “ódio não-fofo” (Pondé, 2015b), que seria a

marca de “babões de extrema direita”. Ainda que não adotasse um termo específico para classificar esse grupo – como a “direita xucra” de Reinaldo Azevedo, é relevante observar de que maneira ambos vão se organizando espacial e ideologicamente nas direitas brasileiras, que passavam por uma crise de representação na medida que o candidato que parecia mais viável naquele momento fosse um nome da extrema direita.

Duas colunas em outubro daquele ano servem para observar como Pondé e Azevedo tratavam e enxergavam as direitas brasileiras. Enquanto Pondé se propunha a fazer a “Tipologia da direita contemporânea” (02/10/2017), Azevedo escreveu “A direita se transforma no último refúgio dos canalhas” (13/10/2017). O filósofo destacava ser difícil estabelecer essa tipologia por ser um “crime” ser de direita no Brasil – recuperando um argumento já utilizado que partia da premissa da direita envergonhada no país. Ele trata esse “medo” como um resultado da vitória cultural das esquerdas nas últimas décadas (Pondé, 2017b).

O primeiro tipo que Pondé define é “direita que não sai do armário”, que consistiria em pessoas que efetivamente teriam medo de serem “julgadas” e “sem direito de contra argumentar”. Segundo Pondé, seriam os que não se dizem de direita, mas sim “liberais”:

Nesse tipo, a "pessoa de direita" se vê presa do olhar do outro (bem chique esse diagnóstico!), e esse olhar diz o seguinte: você gosta de torturadores, é anti-humanista, burro, racista, homofóbico, machista e trabalhou para a ditadura no Brasil (mesmo que você tenha hoje 20 anos de idade). Esse tipo, quando sai do armário, grita: "**Sou liberal, e não de direita!**" (Pondé, 2017b, grifos nossos)

O uso da palavra liberal possui um peso na coluna de Reinaldo Azevedo que se define enquanto liberal autêntico. Ainda que os textos de ambos tenham um contexto distinto, Reinaldo Azevedo deixa claro que a coluna se refere à votação feita no STF a respeito de uma diminuição do Foro Privilegiado. Nessa sessão, Luís Roberto Barroso votou a favor para que o Supremo decidisse o afastamento parlamentar de maneira individual, sem que houvesse necessidade de passar pelo legislativo. A medida acabou por ser derrotada, mas no momento em que a Lava Jato tinha enorme relevância, ela agradava aos defensores da operação, pois facilitaria o processo para o Poder Judiciário.

Diante disso, Reinaldo abria sua coluna citando o filósofo conservador inglês Samuel Johnson (1709-1784). Em linhas gerais, ele argumentava que aqueles que encampavam um discurso antipolítico e se diziam de direita seriam “canalhas”, e que o “verdadeiro liberal” não faria parte disso, sendo obrigado a repetir a frase de Johnson, ainda que adaptada:

É conhecida a frase do inglês Samuel Johnson (1709-1784): "O patriotismo é o último refúgio de um canalha". Acabou distorcida. Referia-se a uma situação específica da política do seu tempo. Não hostilizava ou renegava os "patriotas", então uma corrente política. Criticava vigaristas que passaram a se abrigar sob tal manto, pervertendo ideias que considerava virtuosas. **Nestes dias, o liberal brasileiro está obrigado a dizer: "A direita é o último refúgio de um canalha"** (Azevedo, 2017f, grifos nossos).

Nesse sentido, o liberal no texto de Pondé seria uma pessoa da direita envergonhada e, para não usar esse termo, se dizia liberal. No texto de Azevedo, o liberal seria aquele que, diante dos avanços da Lava Jato, seria capaz de se distanciar da “direita xucra”, que reivindicava para si o rótulo de “direita”. Portanto, como Azevedo se definia como o verdadeiro liberal, em sua leitura, ele seria capaz de se diferenciar desses que se diziam “de direita”. A frase do filósofo citada por Azevedo também deve ser destacada pelo fato de o bolsonarismo sempre partir de uma perspectiva que se autodenomina “Patriota”, como um fator-chave para sua condição enquanto político e militar.

Os textos conversam também na medida que Pondé define o que chama de “direita fascista”, quem “queima o filme” da direita que não sai do armário. As ironias de Pondé no texto – quando afirma que os diagnósticos dados a esses tipos de direita são “chiques” – são uma referência às esquerdas ou à “turma dos queijos e vinhos”, tendo em vista sua constante classificação das esquerdas como um setor elitista da sociedade. Entretanto, ele faz a ressalva de que existiam setores das direitas que buscavam se distanciar desse tipo “fascista”:

O que atormenta este tipo de "direita que não sai do armário" é a possibilidade de que se descubra gostando de torturadores, sendo racista, homofóbico e coisas assim. **Reconhecer-se como "direita fascista" e pró-Trump é reconhecer-se como um membro daqueles que queimam o filme da direita.** Mas vale dizer que todo o trabalho da direita mais recente no Brasil é escapar dessa narrativa (outro diagnóstico chique!) (Pondé, 2017b, grifos nossos).

A forma que Azevedo se referia à “direita xucra” em grande medida se parece com o que Pondé falava de “direita fascista”, ao menos quando tenta argumentar que seria o grupo que acabaria com a imagem da direita que seria a vista por seus olhos como “legítima”. RA criticava profundamente o discurso antipolítico dos “que se diziam de direita”. Ele se refere àqueles que haviam aplaudido o voto do ministro Barroso, que seriam semelhantes à esquerda, de maneira que consolida o seu argumento que aproxima as novas direitas ao petismo:

Vi antipetistas fanáticos, anticomunistas patológicos e convictos fascistoides de direita a aplaudir o voto de Luís Roberto Barroso. Junto com a esquerda. Aquele cheiro de sangue no ar. O que a etimologia ensina sobre "canalha"? Resposta: "cachorrada". É que o doutor lavou o seu

relativismo constitucional com o linchamento do senador Aécio Neves, que não era nem citado naquela ADI. Seu voto ia apertando todos os "botões quentes" da polêmica, para empregar uma expressão que Umberto Eco cunhou muito antes de conhecermos o bueiro do capeta das redes sociais. Sem vergonha na toga e da toga, o doutor começou atacando o foro especial, que não estava em julgamento. **A direita salivava.** Depois apelou à metáfora dos "peixes pequenos", sempre punidos, e dos "graúdos", sempre impunes. **Mais baba. Poderia ser o "Sermão de Santo Antônio aos Peixes", de Padre Vieira. Era só o "Proselitismo Esquerdopata de Barroso aos Tolos"** (Azevedo, 2017f, grifos nossos).

Azevedo usa o termo “fascistoide de direita” em outros momentos, mas é interessante como ele também parte de referências similares às de Pondé – por exemplo, ao dizer que a direita salivava – para construir esse aspecto de sua direita “xucra”. Marina Basso Lacerda (2019) argumentava que o punitivismo seria um dos principais traços do neoconservadorismo brasileiro, de maneira que pode ser pensada a forma como a Operação Lava Jato contribuiu para a ideia de um punitivismo jurídico por parte desses grupos que acaba fomentando um discurso antipolítico, que busca o fim da política em si.

O MBL incorporou esse discurso pró – Operação Lava Jato e era o “tipo de direita” mais elogiado por Pondé em seu texto. Pondé os classifica como “direita transante” e repete argumentos sexistas a respeito da direita festiva. Pondé investe também nesse argumento a ideia de que essa seria à direita capaz de disputar no campo da cultura com as esquerdas:

O oposto a esse tipo "patológico" é a "direita transante" (o termo não é meu). Essa direita tende a ser mais jovem, mais descolada, derrubou a Dilma, é a favor do mercado, do Estado mínimo e fala a língua da moçada "nas redes". Essa direita ameaça o monopólio do mercado dos movimentos estudantis, que sempre pertenceu a esquerda. Essa direita é mais festiva e está, aos poucos, aprendendo a falar de cinema, literatura, e coisas que ajudam a pegar mulher. Um critério para essa direita é se pega ou não gostosas (Pondé, 2017b).

Além desse grupo, Pondé cria duas outras definições: a “direita gay” e a “direita gostosa”, como ligadas à “direita transante”. O oposto desse grupo é definido por Pondé como a “direita naftalina” ou “direita dos esquisitos”. Ele reforça que seriam grupos marcados por ressentimento, o que, observando em perspectiva com a coluna que ele escrevera em julho, permite considerar a hipótese de que seriam aqueles capazes de eleger um “populista de extrema direita”:

No lado oposto, está a "direita dos esquisitos". Aquele tipo de cara que, ou só fala de economia, ou de são Tomás de Aquino e frequenta eventos que "são de direita". **Esse tipo gosta de bater boca, odiar gente de esquerda e se veste muito mal. Não come ninguém, o que dá a ele um perfil de ressentimento muito fácil de ser identificado. Variante desse tipo de "direita dos esquisitos" é a direita desses caras, simplesmente, mais velhos. Diferentemente da dos mais jovens, viveu muitos anos "no armário", o**

que produz um certo odor de naftalina ao redor, daí seu nome científico de "direita naftalina" (Pondé, 2017b, grifos nossos).

Esse tipo de direita classificado por Pondé parece também combinar com o que RA tratava por “direita xucra”. Na medida que desenvolve seu texto, Azevedo reforça esse imaginário a partir de termos como “gosma peçonhenta”, similar ao uso da figura da cobra, antes utilizada para se referir a Lula, mas, agora, para classificar a direita xucra: “A cachorrada se afogava de prazer na gosma peçonhenta” (Azevedo, 2017f). RA conclui seu texto classificando essa direita xucra com um novo nome: a dos humores pegajosos, e faz menção também ao ressentimento como característica fundante desse grupo – aqui, escrito como “rancor”. Um aspecto-chave está na tese de que essa direita teria como base a inconstitucionalidade, ou seja, a ideia de que não respeitavam o pacto de 1988: “A direita dos humores pegajosos, constatou minha mulher, ainda agora se afoga em secreções de puro rancor. Queria mais inconstitucionalidade. Que o Brasil sobreviva ao patriotismo dos canalhas!” (Azevedo, 2017f).

Pondé não aborda essa questão da Operação Lava Jato, ao passo que buscava manter seu tom elogioso às novas direitas – em sua coluna, caracterizadas como “direita moderna”. É interessante a forma como ele destaca esse grupo como capaz de “escapar da maldição da herança autoritária e corrupta da política” (Pondé, 2017b). Nesse caso, parece uma visão mais pessimista da política institucional como um todo, diferente de Azevedo, que em outros momentos se distancia inclusive do que chama de “novo pelo novo”.

Essa crítica é evidente na coluna “A 'nova política' produziu, até agora, só atraso; já a 'velha' tirou o país do atoleiro do petismo”. RA abre seu texto criticando esse desejo pela “Nova política”, argumentando que da extrema esquerda à extrema direita havia esse desejo da novidade como valor em si. Dada proximidade com o governo Temer durante o ano, não surpreende esse posicionamento do autor. Ele critica inclusive os conservadores que também teriam o objetivo de ter algo “novo”. Sua referência para o texto era Jair Bolsonaro que, naquela semana, havia concedido uma entrevista anunciando que estava em contato com Paulo Guedes para ser seu ministro da economia:

Aqui e ali leio e ouço reclamações sobre a "velha política". Da extrema esquerda à extrema direita, reivindica-se a novidade como valor em si, como categoria política ou de pensamento. Até conservadores fazem dela um fetiche, o que é coisa de hospício. **Jair Bolsonaro, por exemplo, quer-se o novo, especialmente agora que arrumou um Paulo Guedes para chamar de seu, uma fórmula que, segundo o economista e financista, junta a "ordem" (suponho que seja o militar reformado) com o "progresso" (acho que se refere, com modéstia peculiar, a si mesmo).** (Azevedo, 2017g, grifos nossos).

O intelectual faz uma anetoda com a forma com o que os “sedizentes” liberais – isto é, os falsos liberais – se uniriam com facilidade a autoritários, a partir de um poema de Oswald de Andrade. RA faz questão de destacar o comentário homofóbico de Bolsonaro a respeito de sua “união” com Guedes, afinal, uma das maiores críticas de Azevedo a ele é a forma com a qual se referia aos homossexuais. Um ponto de destaque também é a menção que Azevedo faz à coluna de Elio Gaspari, jornalista que fora próximo ao petismo e tornou-se crítico do partido após o escândalo do mensalão, mas dava acenos ao PT após os avanços da Lava Jato. Azevedo se propõe a fazer outra metáfora, apontando o que significaria essa junção entre um ultraliberal e um candidato de vocações autoritárias:

A facilidade com que nossos "sedizentes" liberais se juntam a autoritários é já uma tradição. Lembrando um poema-piada de Oswald de Andrade, a um liberal à moda brasileira ocorreria vestir o índio, mas nunca despir o português. **Ao se referir ao rebento que nasceria do casamento ("hétero", o deputado frisou; Deus do céu!) de Bolsonaro com Guedes, Elio Gaspari lembrou a suposta resposta de Bernard Shaw a Isadora Duncan quando esta lhe teria proposto que tivessem um filho, que nasceria, então, com o cérebro dele e o corpo dela. Teria declinado do convite alertando para o risco de a criança ter o corpo dele e o cérebro dela. A minha metáfora é um pouco mais rural, caminhando também ela para o clichê. É a história do caipira que cruzou a vaca com o jumento para extrair de ambos o melhor. O híbrido nem dá leite nem puxa o arado. Pior: baba como um ruminante e dá coice como um asinino.** (Azevedo, 2017g, grifos nossos)

RA continua a elaborar esse “novo liberal brasileiro” de maneira que distanciava cada vez mais essa figura do que ele definiria como liberal de fato. A coluna foi publicada em dezembro, portanto, a disputa eleitoral estava cada vez mais próxima. Azevedo argumentava que era um “ser em construção” e que o momento da autoproclamada “nova política” abria margem para autoritarismos cesaristas. RA citava Luiz Felipe D’Ávila, cientista político, que anos depois foi candidato à presidência da República pelo Partido Novo. Em seu livro, D’Ávila compara Oliveira Vianna e Caio Prado Júnior como críticos à democracia liberal, buscando estabelecer uma equidistância entre ambos em defesa do regime democrático – o qual Azevedo defender. Azevedo classifica Vianna como um reacionário de direita e Prado Júnior como um reacionário de esquerda:

O liberal brasileiro – “o novo”? – talvez seja ainda um ser em construção. Temos de aposentar fantasias cesaristas, que nunca estiveram tão salientes como nestes tempos de autoproclamada “nova política”, com protagonistas que, de tão “novos”, não conseguem nem revelar suas fontes de financiamento. No livro “10 Mandamentos: do País que Somos ao País que Queremos”, Luiz Felipe D’Ávila **evidencia os muitos consensos entre um reacionário de direita, como Oliveira Vianna, e um reacionário de esquerda, como Caio**

Prado Júnior. O que eles tinham em comum? O desprezo à democracia liberal, que consideravam decadente (Azevedo, 2017g).

A referência usada pelo intelectual acaba por ser mais uma forma de reforçar a polarização entre Lula e Bolsonaro. Além disso, RA deixa claro que os “culpados” por esse cenário seriam os responsáveis pela Operação Lava Jato: “Foi a fantasia autoritária e dita modernizadora do “ilegalismo” militante da Lava Jato que conduziu o país, até aqui ao menos, a uma escolha entre Lula e Bolsonaro” (Azevedo, 2017g). Sua defesa a Temer e ao que classificava como “velha política” parece uma menção clara à direita institucional. Seu elogio ao governo envolve o cumprimento das políticas elaboradas no documento “Ponte para o Futuro” – que ele defendia em 2016:

A “velha política” negociou até um espeto de R\$ 10 bilhões –esqueletos de planos econômicos passados –que se arrastava há 24 anos. O dinheiro sai da abstração da burocracia e vai para a economia, que voltou a crescer e tem uma trilha clara caso se façam as escolhas certas. **Mas quê... “Modernos” –a exemplo dos procuradores que Raquel Dodge não consegue devolver à casinha da Constituição –insistem em tratar o Congresso a tapas e pontapés. Numa coisa os reacionários de direita e de esquerda da “nova política” concordam sem pestanejar: acham a democracia liberal uma porcaria!** Com Oliveira Vianna e Caio Prado à mão, deve-se perguntar: o que há de novo nisso? (Azevedo, 2017g)

Azevedo tratava a Lava Jato como uma afronta à Constituição de 1988 - àquela que ele se postula como defensor em diversos momentos. Essa crítica é direcionada pelo fato de a operação possuir uma postura e, a partir de suas práticas, fomentar um discurso que representasse a “caça” aos políticos tradicionais, que Azevedo defendeu ao longo de 2017. O crescimento do bolsonarismo ocorria junto a essa defesa da Operação Lava Jato, além de mobilizar o antipetismo, que teve léxicos criados por RA. Entende-se que parte do discurso antipetista – inclusive como observado no texto de Rodrigo Constantino já destacado – pode ser encarado como o “fermento” para um discurso mais amplo contra o *establishment* político brasileiro. No entanto, nesse momento, o intelectual se definia como um defensor da democracia liberal e, para isso, buscava também manter uma distância equivalente entre Lula e Bolsonaro.

O distanciamento de Azevedo do bolsonarismo era evidente, não existindo muitas brechas para alianças ou elogios, mesmo que fizesse questão de se distanciar das esquerdas e do petismo. Em 19/11/2017, um texto publicado no El País, escrito por Xosé Hermida (correspondente do jornal no país), foi intitulado como “O discurso de ódio que está envenenando o Brasil: A caça às bruxas de grupos radicais contra artistas, professores, feministas e jornalistas se estende pelo país. Mas as pesquisas dizem que os

brasileiros não são mais conservadores” (Hermida, 2017). É importante destacar alguns trechos do texto, pois a fonte a ser analisada é uma resposta direta a ele, na coluna que Pondé intitula: “Esquerda está engasgada com seu próprio veneno” (27/11/2017).

No texto do El País, o jornalista levantava uma série de conspirações aderidas pelas direitas, como a de “guerra cultural”, além de lembrar os ataques ao “Queermuseu” e a filósofa feminista Judith Butler. O caso do QueerMuseu, em específico, teve ampla repercussão na mídia, inclusive com reações de políticos que fizeram parte da coalizão bolsonarista um ano depois, como Magno Malta (PL-ES), chegando-se a convocar o curador do museu para depor em uma CPI. Além disso, a reportagem reforçava a importância da “bancada evangélica” na elaboração dessas políticas e discursos ultraconservadores e também criticava a atuação do MBL nesses casos – o movimento foi um dos principais responsáveis por instigar as manifestações contra o QueerMuseu. O texto, criticando o radicalismo assumido pelo movimento após as manifestações contra Dilma Rousseff, citava como um apoiador, no âmbito intelectual, o filósofo Luiz Felipe Pondé.

LFP abre seu texto com esse mote do “veneno” utilizado no texto do El País. Valendo-se de ironias, que seria a base da argumentação dessa primeira parte do texto, Pondé argumentava que a esquerda sempre fora autoritária e agora “pousaria de vítima”. As ironias são percebidas a partir de um olhar mais atento, analisando em perspectiva as retóricas de Pondé:

A esquerda está engasgada com seu próprio veneno. Anda por aí posando de vestal virgem (a redundância é intencional) com a **"perseguição"** que começa a sofrer por parte da nova direita. Coitadinha dela! Sempre tão a favor da liberdade de expressão. Tão sempre disposta ao diálogo e à abertura **"para o Outro"**. Tão distante de práticas de reserva de mercado nas universidades, nas escolas, nas redações, ou entre os agentes culturais. Até feiras literárias chiques a esquerda sempre quis compartilhar com os que têm o hábito de ler "outros livros" (Pondé, 2017c).

O texto vai contar com uma efetiva defesa da “Nova direita”. A sua ironia passa também por um argumento recorrente de Pondé: a crítica ao “politicamente correto”, retórica e argumentação que são evidentes se observar o bolsonarismo como coalizão discursiva. Ele também critica a Revolução Francesa, que seria a base das esquerdas e sua “boçalidade”:

Tenho mesmo perdido horas imaginando como esses "corações livres" sofrem com a injustiça do mundo. Como não reconhecer que a esquerda sempre foi a favor da liberdade de expressão e que nunca praticou o seu modo de censura, conhecido por "politicamente correto"? **A boçalidade da esquerda na sua autopercepção como "pura" pode chocar os não iniciados na mentira moral e política que alimentou grande parte da história da**

esquerda desde suas origens entre os jacobinos no século 18 (Pondé, 2017c, grifos nossos).

O uso da Revolução Francesa e do jacobinismo para criticar as esquerdas é uma prática recorrente nas obras de Pondé, além de se inserir em uma linhagem mais ampla do pensamento conservador, fazendo referência a Edmund Burke, cujo trabalho de grande influência nessa linhagem do pensamento político envolvia justamente o contexto da revolução. A menção ao “politicamente correto” como uma forma de censura remete a uma das principais bandeiras do autor, situando-se como contraponto à reportagem, que argumentava haver nos movimentos das novas direitas uma busca pela censura.

A resposta de Pondé envolve também uma crítica à estratégia de guerra cultural que o jornal classifica como parte fundamental dessas novas direitas. Pondé busca se distanciar da estratégia desses grupos e das afirmações feitas pelo jornal – ainda que, pouco mais de um mês antes, tenha escrito um texto elogioso a essa que chama de “direita moderna”. O texto de Pondé das tipologias de direita também foi escrito após os ataques ao QueerMuseu. No entanto, ele reforça seu distanciamento da estratégia por um receio de que se tornasse censura e busca argumentar que não teria funcionado na direita estadunidense:

Mas, antes, vamos esclarecer uma coisa: **não simpatizo com essa guerrilha cultural**. E não simpatizo, basicamente, por dois motivos. O primeiro porque, quando começamos a pedir censura, o processo toma seu próprio curso e logo chegamos à caça às bruxas e à histeria. O segundo motivo porque, apesar de a direita americana há anos ter optado por essa prática de embate cultural, não estou certo de que funcione no plano das eleições (**não julgo a eleição de Trump um sucesso para os setores mais competentes em política da direita americana**) (Pondé, 2017c, grifos nossos).

O seu comentário a respeito da política americana é relevante, tendo em vista que de fato existiam setores de uma direita americana anti-Trump, inclusive nos meios institucionais⁷⁸. Esse distanciamento da figura de Trump – por quem Bolsonaro, em muitos momentos, assumia sua admiração – pode sugerir uma tentativa de se afastar do campo bolsonarista. No entanto, Pondé caminha para outro lado da argumentação, focando suas críticas nas esquerdas, sugerindo que havia um problema maior do que esses combatidos pelas novas direitas. Pondé, como fora mencionado, refere-se, inclusive, ao

⁷⁸ O ex-presidente dos EUA, George W. Bush, além de Christopher Buckley, filho de Willian Buckley Jr., são alguns exemplos de figuras relevantes no conservadorismo do país não se associaram a Donald Trump, assumindo, inclusive, posturas críticas a ele. Além deles, outros setores do Partido Republicano foram francos opositores de Trump, ainda que o partido tenha se tornado majoritariamente trumpista (Mudde, 2020).

ataque a Judith Butler, mas argumentava que o maior problema no horizonte era um possível retorno do petismo ao poder nas eleições disputadas no ano seguinte:

Enquanto esses setores da nova direita brasileira combatem feministas que se ocupam com temas periféricos no mundo (questão "queer"), o PT pode voltar ao poder em larga escala. A escala do retrocesso no país seria paleolítica. **O preço a pagar pelo retorno do PT custaria 50 anos ao país, no mínimo. O PT e seus associados continuam sendo maioria nas universidades, nas escolas, nas Redações, no Poder Judiciário, no STF e nos aparelhos culturais em geral** (Pondé, 2017c, grifos nossos).

Alguns aspectos da fala de Pondé devem ser levados em conta, uma vez que indicam um aceno ao radicalismo em seus textos. Para além de seu argumento conspiratório de uma presença majoritária do petismo nos aparelhos culturais e de ensino enquanto ferramenta de dominação, há também uma leitura de que o campo progressista dominaria o Poder Judiciário e o STF. A expansão de sua conspiração para esse setor abre um perigoso precedente de descrédito às práticas institucionais do Estado de Direito – já muito violadas durante a Operação Lava Jato (Limongi, 2023). Argumentar que um partido “domina” o único poder da República que, em tese, não teria partido, abre margem para teses de perseguição, além de sugerir um desequilíbrio nas forças democráticas. Somado a isso, há também um aspecto do radicalismo de direita em uma retórica fatalista em caso de uma vitória da esquerda. O argumento não opera em uma lógica de que uma vitória da esquerda significaria um prejuízo por razões distintas de seus planos de poder, mas um custo de meio século ao país – o que significaria um problema de larga escala a ser resolvido.

O radicalismo fica ainda mais evidente a partir do momento em que Pondé sugere que, para evitar esse retorno das esquerdas, talvez houvesse a necessidade de se aliar a setores radicais. Esse aceno ao bolsonarismo fica ainda mais evidente levando em conta que, em novembro de 2017, Bolsonaro contava com 20% das intenções de voto, um número maior do que outros candidatos que buscavam representar setores institucionais da direita: “A necessidade de alianças com níveis reacionários da sociedade pode se tornar uma triste realidade” (Pondé, 2017c). Ainda que ele argumente que seria uma “triste realidade”, em tom de afastamento, é importante destacar que ele não fecha a porta para radicalismos, diferente do que argumentava Reinaldo Azevedo, que criticava duramente qualquer possibilidade de aliança com Bolsonaro, como apontado na coluna anteriormente analisada.

Pondé busca ainda dissecar o que pensa parte da nova direita, seus argumentos vão em uma direção em que se questiona a efetividade da guerra cultural para evitar um

retorno do PT. Aponta, porém, que essa truculência praticada pela nova direita já havia sido praticada pela esquerda no país que agora provaria “de seu próprio veneno”. Essa estratégia argumentativa que envolve citar que “a esquerda começou” parece pouco efetiva para justificar atitudes radicalizadas de setores das direitas. É evidente que atitudes que pouco contribuem para um desenvolvimento democrático de uma sociedade perpassam por todos os espectros políticos, mas não se trata de “quem começou”. A retórica acaba sustentando uma tese também já recorrente em Azevedo e Pondé que se refere a uma suposta interdição da direita de praticar a política ao longo da redemocratização. Além disso, a perspectiva de que é permitido ser “truculento” porque outros já foram reforça a perspectiva interna desses grupos das novas direitas de se entenderem como “contrapúblicos” (Rocha, 2019), autorizando um discurso radicalizado nas bases.

No último parágrafo, Pondé faz mais um aceno a setores radicalizados das direitas brasileiras. O discurso de “patrulhas ideológicas” e “doutrinação comunista nas escolas” já havia figurado nos textos do intelectual em outros momentos, como já fora destacado anteriormente nesta dissertação. Entretanto, nesse caso, Pondé sugere que as escolas estariam influenciando na formação sexual das crianças. Ainda que o debate a respeito da educação sexual já tenha feito parte da agenda de setores conservadores, o tema estava frequentemente associado a grupos mais radicais de direita, com destaque para a pré-candidatura de Bolsonaro:

Escolas devem sim ensinar que todos são iguais perante a lei. Mas, por que escolas devem se meter na formação sexual de crianças? Não seria essa suposta "formação sexual" um modo de um número mínimo de pessoas impor suas teorias a um número enorme de crianças que não tem como reagir à "pregação" ideológico-sexual? (Pondé, 2017c).

Um dos pontos marcantes do conservadorismo autoritário que compõem a coalizão discursiva bolsonarista passa justamente por essa moralização do debate público a partir de conspirações que envolveriam uma suposta “ditadura gay”. Tal discurso se embasa muitas vezes nas vertentes mais religiosas do bolsonarismo, ligado a grupos evangélicos e católicos radicais. Ao acenar para esse tipo de discurso, entende-se que o texto de Pondé mobiliza certos afetos que eram mobilizados pelo bolsonarismo, como o medo, o ressentimento e a raiva. Ressalta-se que o texto surge como uma resposta a uma reportagem crítica às novas direitas que cita o próprio Pondé como um simpatizante do grupo. Antes desse texto, observavam-se acenos e argumentos partilhados com campos radicais das direitas brasileiras, assim como distanciamentos do que classificava como

“extrema direita”. Entretanto, não havia texto com tamanhos acenos a um candidato que tinha cada vez mais concretas as possibilidades de vitória.

Essa leitura fatalista de Pondé se intensifica quando ele dedica um texto sobre a possibilidade de o PT vencer as eleições de 2018 (18/12/2017). Naquele momento, Lula liderava as pesquisas, Bolsonaro se consolidava em segundo lugar e um retorno do PT ao poder era visto como possível, ainda que o julgamento em segunda instância de Lula estivesse no horizonte. Caso condenado, Lula poderia ser preso, tendo em vista que durante a Operação Lava Jato tornou-se comum a prisão em segunda instância. Pondé reforçava a argumentação de que seria um retrocesso ao país, argumentando que o partido necessitava perpetuar a pobreza para se manter no poder (Pondé, 2017d).

Ele faz menção a Nelson Rodrigues – um de seus referenciais teóricos mais recorrentes – para comparar o petismo com Dom Helder Câmara, bispo ligado a setores progressistas da igreja católica. Pondé buscava em sua origem a validação do argumento, visto que comparava o petismo com o coronelismo do Nordeste, região onde nasceu:

Nelson Rodrigues dizia que, no dia em que acabasse a pobreza do Nordeste, dom Helder, o arcebispo vermelho, perderia sua razão de existir. Por isso, ele e a miséria do Nordeste andavam de mãos dadas. O truque do PT e associados é o mesmo: destruir a economia, acuar o mercado, alimentar uma parceria com os bilionários oligopolistas a fim de manter o país miserável e, assim, garantir seu curral eleitoral. Como o velho coronelismo nordestino –conheço bem a região: sou nascido no Recife e vivi muitos anos na Bahia–, o PT e associados têm na miséria e na dependência da população seu capital (Pondé, 2017d).

A argumentação do intelectual reforça a lógica da destruição, com uma percepção apocalíptica do futuro que ele havia postulado na coluna de 27/11/2017. Esse catastrofismo com relação ao PT servia como um mobilizador do medo, fazendo menção, em mais de uma vez, a uma hipótese de o Brasil “virar Venezuela” - mote que, no ano seguinte, tornou-se comum na campanha de Jair Bolsonaro. Mais uma vez, Pondé também aponta para uma suposta submissão do Poder Judiciário ao petismo, no entanto, faz uma menção à Lava Jato – que teria sido um percalço para o projeto de dominação do partido:

Mas quero falar de outras dimensões da tragédia que nos cerca caso o PT retome o poder. **Desta vez, o projeto "a Venezuela é aqui" se organizará de forma mais concreta. O Poder Judiciário, já em grande parte na mão da "malta" do PT, servirá ao partido de forma sincera e submissa, destruindo a autonomia da Justiça. Esse processo já está em curso, mas foi, temporariamente, barrado pelo percalço do impeachment e de alguns poucos setores não petistas do Poder Judiciário.** O Legislativo se acomodará, como sempre, a quem manda. O mercado também se acomodará, servindo, de novo, ao coronel Lula ou a algum genérico que o represente. Eliminarão qualquer elo na sua cadeia produtiva que suje seu nome –da empresa, quero dizer– junto à Nomenclatura (Pondé, 2017d, grifos nossos).

O texto carrega esse tom fatalista até para argumentos já vistos anteriormente nas colunas de LFP. A título de exemplo, ele argumenta que a “inteligência pública” caminhava para ser devastada, além das universidades, que celebrariam a “queima” de seus adversários. Há a impressão de um profundo ressentimento marcado na escrita, visto que Pondé ocupa um espaço na academia. O tom fatalista se estende até para os alunos de universidades que não seguissem a “cartilha petista” – indicando que seria até o fim de qualquer possibilidade de se estabelecerem profissionalmente:

Quanto à inteligência pública, essa será devastada. Perda de empregos, contratos, espaços nos veículos, com a bênção da quase totalidade das Redações e editorias. Se não apenas para eles mesmos não perderem empregos, contratos e espaços, também, e principalmente, porque a quase totalidade das Redações e editorias são petistas ou similares. Nas universidades e nas escolas, a festa. **Reforço absoluto da patrulha ideológica de forma orgânica, com apoio da Capes e de sua plataforma Sucupira. As universidades, entidades quase absolutamente monolíticas e autoritárias, celebrarão a queima total de seus adversários internos e externos.** Os alunos, coitados, ou aderirão à retomada vingativa do poder por parte do PT, ou perderão bolsas, vagas e carreiras (Pondé, 2017d, grifos nossos).

Um dos argumentos mais populares no bolsonarismo era o que criticava a Lei de Incentivo à Cultura – popularmente conhecida como “Lei Rouanet”. Os artistas eram alvos clássicos de Pondé e Azevedo quando argumentavam a respeito da influência desses para o debate público e sua defesa do PT. Pondé partilha desse discurso nessa coluna ao argumentar que os artistas iriam gastar todo o dinheiro para festejar a volta dos progressistas ao poder e argumenta que o país iria “quebrar novamente” nas mãos das esquerdas. Há também a mobilização da retórica do realismo: LFP pontua que, quando progressistas destroem, são os conservadores que “arrumam”:

A classe artística fará festivais para comemorar o retorno ao poder dos "progressistas" que dão dinheiro para eles gastarem até acabar. E, quando o dinheiro acabar, como acabou no Dilma 2, os "progressistas" sairão do poder, darão um tempo para os "conservadores" fazerem o trabalho sujo de reorganizar a economia e, quando a casa estiver um pouco mais organizada, voltarão ao poder para gastar tudo de novo (Pondé, 2017d).

Por fim, LFP argumenta que um retorno das esquerdas ao poder representaria, além de uma tragédia econômica, o fim da liberdade de expressão e a prova de que corrupção não é importante para o eleitorado. Para sustentar essa ideia de um PT vingativo, Pondé argumentava que o partido já tinha a hegemonia do pensamento público, mas mantinha uma imagem de “defensor da liberdade”. É interessante analisar em perspectiva, visto que, desde 2014, Pondé usa desta argumentação: os governos petistas e suas vitórias significavam a falta de um interesse da população com a corrupção. Para

além do grande destaque dado a essa, a insistência no argumento também leva em questão os críticos da Lava Jato, que Pondé classifica como “mimimi. ”:

E mais: a vitória de Lula em 2018 será a prova definitiva de que os eleitores não estão nem aí para suspeita de corrupção pairando sobre qualquer que seja o candidato. **Todo esse mimimi ao redor da Lava Jato ficará claro como mimimi. Dane-se a corrupção. Ninguém está nem aí para isso. A começar pelos intelectuais, professores, artistas e integrantes de grande parte do Poder Judiciário.** O combate à corrupção é (quase) uma farsa. Depressão, ressentimento, medo e vingança serão os afetos que definirão 2019 (Pondé, 2017d, grifos nossos).

Nesse aspecto, é interessante levar em conta que o outro intelectual alvo da pesquisa era um dos maiores críticos à Operação Lava Jato na esfera pública. E, nesse caso, deve-se pontuar que, dias antes (15/12/2017) de essa coluna de LFP ser publicada, Reinaldo Azevedo criticara duramente a operação e o que seria a “pressa” para condenar Lula, cujo julgamento fora marcado para janeiro de 2018. Destaca-se que não se tem a certeza de que o texto de Pondé seria uma resposta a Azevedo. No entanto, é interessante observar como os autores partilham semelhanças, mas também amplos distanciamentos a partir do momento em que há uma disputa mais franca nas direitas.

Como já apontado, as eleições de 2018 eram o pano de fundo do debate político brasileiro naquele ano. A liderança de Lula era ameaçada por sua condenação e havia também o crescimento de Bolsonaro que se mostrava como candidato verdadeiramente competitivo a um eventual retorno do petista. Reinaldo Azevedo abria sua coluna a partir da importância eleitoral que o julgamento do ex-presidente tinha ganhado e criticava a condução do processo por Sérgio Moro:

Os dias em curso são de tal sorte insólitos que a simples marcação da data do julgamento de um recurso se torna o fato mais importante da corrida eleitoral. Refiro-me, é evidente, ao dia 24 de janeiro, quando o Tribunal Regional Federal da 4ª Região julga apelo da defesa de Lula contra a condenação a nove anos e meio de cadeia que o juiz Sergio Moro impôs ao petista **no ruidoso caso do tríplex de Guarujá. Curiosamente, ao percorrer caminhos heterodoxos na condução da investigação e do julgamento —refiro-me ao conjunto da obra, não apenas aos casos relacionados ao ex-presidente—, as forças associadas à Lava Jato acabaram criando uma armadilha contra a própria operação** (Azevedo, 2017h, grifos nossos).

Reinaldo Azevedo se destacou por ser crítico da operação como um todo e também por criticar aquele que teria sido o principal julgamento dela: o do ex-presidente Lula. RA cobrava recorrentemente que Moro apresentasse quais provas ele tinha para decretar a prisão de Lula – não à toa, refere-se ao caso como “ruidoso”. Além disso, chamava atenção para os “caminhos heterodoxos” que a operação percorria e como afetava a sua credibilidade.

Um dos riscos disso seria a forma que o povo reagiria nas urnas às tramas da operação. Para sustentar seu argumento, RA se vale do lugar que buscava desenhar para si ao longo dos anos – e ainda mais após a polêmica envolvendo seu nome e o de Andrea Neves: o de amplo defensor do Estado de Direito. Azevedo argumentava que a celeridade da justiça no caso Lula era mais um desses malfeitos. O argumento se baseava no agravante de que a maioria dos processos da operação demoravam meses para serem tramitados e o do ex-presidente caminhava em velocidade recorde:

O risco é o povo desmoralizar nas urnas as urdiduras tramadas nos corredores do MPF e da Justiça. Por que é assim? **Porque a agressão ao Estado de Direito e ao devido processo legal sempre cobra o seu preço.** Tenta-se remendar o malfeito com novas agressões, numa espiral sem fim para baixo. **Não há explicação razoável para que o caso de Lula tramite com uma celeridade inédita, dados os padrões — atenção! — do próprio TRF-4.** A pressa, nesse caso, tem propósito; trata-se de decisão "ad hoc". **A sentença condenatória de Moro será mantida ainda que sem provas. Atenção! Se elas existirem, não estão nos autos. E é o que interessa ao Estado de Direito** (Azevedo, 2017h, grifos nossos).

RA argumentava que o MPF e Justiça estariam sob uma administração que busca mais ser exemplar do que justa o que, em sua perspectiva, seria o ninho para os fascismos de esquerda e direita. O conceito do fascismo de esquerda é popularmente atribuído a outros intelectuais das novas direitas. Para além de definições acadêmicas para grupos que se vinculam à Quarta Teoria Política, como apontado por Jeffrey Bale (2018), o conceito é mobilizado no intuito de desqualificar grupos progressistas, ainda que seja uma ideologia de extrema direita (Paxton, 2007; Griffin, 2006). Em um contraponto, Azevedo se classifica como de uma natureza “antifascista” da qual derivavam seu antipetismo e seu “asco” à direita xucra. Dessa forma, ele pontua o petismo como ente fascista da esquerda e esse é o tom de sua crítica, cada vez mais consolidada: contra a direita xucra, mas também contra o petismo, sendo fundamentalmente “Liberal”:

É forçoso reconhecer que MPF e Justiça estão sob a administração de uma espécie de "ente de razão" voltado não ao esclarecimento do mundo, mas à satisfação das fantasias de seus "ativistas", mais ocupados em ser exemplares do que em ser justos. Esse é o ninho que dá origem aos fascismos de esquerda e de direita. E tenho uma alma profundamente antifascista—daí derivam, note-se, meu antipetismo e meu asco à direita xucra que se diz liberal (Azevedo, 2017h).

Azevedo argumentava que a Operação Lava Jato havia contribuído para um profundo estrago político no país a partir dos valores antipolíticos que transmitia. Ele a culpava de ter trazido Lula e o PT novamente para a disputa política – relembrando que, em inúmeros momentos, Azevedo chegou a classificá-lo como morto no jogo político. O intelectual também criticou o PSDB, que a época fez uma propaganda pedindo

“desculpas” pela corrupção e que, aos olhos de RA, transformou-se no alvo preferido do eleitorado e da imprensa. Essa crítica deve ser levada em conta, pois Azevedo tinha trânsito com figuras do PSDB, e a crise que o partido passou a enfrentar passa também pelos efeitos da Lava Jato. Assim, o autor apontava que a operação se tornou o caminho mais traumático para tirar o PT e levá-lo de volta ao poder, tendo em vista que havia deslegitimado todo o resto da classe política (Azevedo, 2017h).

Por fim, Azevedo argumentava que aquela condenação precoce era uma tentativa desesperada de salvar a operação que começara “atrás de ladrões”, mas acabou caçando prerrogativas do Estado de Direito. A sua crítica se estendia ao STF, que, no caso de uma prisão de Lula, poderia mantê-lo solto e inelegível – tendo em vista que em geral estava mantendo prisões após condenação em segunda instância. O intelectual argumentava que, se Lula estivesse condenado, inelegível e preso, seria a prova de que o Estado de Direito estava sendo violado – e, se o leitor fosse um antipetista, deveria estar atento a perceber que havia um risco à democracia a partir da Lava Jato: “Condenado, inelegível e solto. Se você é antipetista, considere que poderia ser pior: condenado, inelegível e preso. “Pior por quê?”. Quem faz tal pergunta, a esta altura, não merece uma resposta” (Azevedo, 2017h).

A condenação de Lula foi confirmada em janeiro de 2018 e efetivamente transformou o cenário político das eleições daquele ano. Sua prisão em abril foi amplamente utilizada pelo partido e por ele de maneira midiática, em busca de obter ganhos políticos. Por outro lado, Bolsonaro crescia nas pesquisas cada vez mais. Na próxima seção, serão observadas a forma como essa candidatura de ultradireita avançou, além da prisão de Lula, momentos considerados chave da campanha eleitoral de 2018.

4.2 A PRISÃO DE LULA E O CRESCIMENTO DE BOLSONARO

Após o julgamento, a defesa de Lula continuou em busca de reverter a condenação em segunda instância e, quando esgotadas as alternativas, a última seria um pedido de *habeas corpus* obtido a partir do STF. A votação seria em abril de 2018 e, caso o pedido fosse negado, o ex-presidente seria preso. Um fato externo marcou esse julgamento, quando o comandante chefe das Forças Armadas, general Eduardo Villas-Boas, publicou em uma rede social que o exército brasileiro estaria atento à votação. Este é um dos episódios que devem ser levados em conta para um maior entendimento do papel que o exército brasileiro vinha assumindo naquele ano. Em fevereiro, diante de crises de

segurança pública no estado do Rio de Janeiro, Michel Temer autorizou uma intervenção federal no Rio de Janeiro. O interventor foi o general Walter Braga Netto, que seria o responsável por coordenar a segurança pública do estado.

Ainda que reduzida a uma federação, a intervenção federal teve uma repercussão nacional e o significado de uma presença tão massiva das Forças Armadas serviria para que um discurso de “lei e ordem” ganhasse ainda mais força no debate público a respeito da segurança pública. Como destacado, a coalizão discursiva bolsonarista passa também por esse apreço e apelo aos militares e a um apelo pela liberação do uso de arma de fogo como defesa pessoal frente a questões sérias do país.

A tentativa de Villas Boas influenciar no julgamento do *habeas corpus* de Lula foi mais um passo desse aumento de relevância do exército na política, que se consolidaria após a eleição de Bolsonaro. Leonardo Avritzer (2019) considera esse evento como um dos mais relevantes na leitura de que a democracia brasileira passava por uma crise. O tema foi abordado por Reinaldo Azevedo dias depois em sua coluna, em um texto significativo antes da prisão de Lula. Azevedo afirmava: “Não há mais meio-tom, meias palavras, ambiguidades. Lula, ex-presidente da República, está sendo vítima de um processo de exceção” (Azevedo, 2018a).

No texto, Azevedo desenvolve a ideia criticando a condução de todo o processo. Ele criara uma nova palavra para definir as ações da Lava Jato no Poder Judiciário: o “Partido da Polícia”. No entanto, estende sua crítica à tentativa de tutela de Villas Boas:

Interpretações exóticas dos códigos legais estão se infiltrando em franjas dos tribunais e do Ministério Público Federal para fazer do que chamo “Partido da Polícia” uma espécie de ente de razão que tutela a democracia brasileira. **Tanques não devem se comportar como togas. Togas não devem se comportar como tanques.** (Azevedo, 2018a, grifos nossos).

Esse é um ponto-chave da análise do intelectual: RA busca comparar as atitudes e ações do judiciário com a de militares em busca de um golpe de Estado. O processo de Lula, mesmo que com *habeas corpus* negado, ainda não estava finalizado – na linguagem jurídica, em trânsito julgado, já que ele ainda poderia recorrer em mais uma instância (a federal). Portanto, havia ainda a chamada “presunção de inocência” que significaria manter Lula em liberdade até o processo ser finalizado. RA destacava que determinar a prisão de Lula seria, então, inconstitucional. Essa “retórica legalista” de RA é evidente em inúmeros momentos de sua trajetória e marca uma das suas formas de atuação no campo intelectual. Sua base, em geral, é a Constituição de 1988.

Os questionamentos de Azevedo envolviam justamente uma suposta “confusão” entre presunção de inocência e trânsito em julgado. No caso dessa coluna, ele busca explicar didaticamente o que cada uma delas significava, apontando que havia rompimento com a lei. Por fim, o autor dava a entender que esses membros do STF que haviam votado contra Lula poderiam fazer parte do “Partido da Polícia”:

O desatino já se revelou num truque mixuruca em que se ancorou a retórica de pelo menos cinco dos seis ministros que votaram contra o habeas corpus. Rosa Weber tinha algo mais espetacular: o triplo twist carpado hermenêutico, que entrará para a história da ginástica pedestre do direito constitucional. E qual foi a patranha argumentativa de Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia? Tomar como sinônimas as expressões “presunção de inocência” e “trânsito em julgado”. Ainda que sejam íntimas, ainda que aquela seja a ideia de que esta é a matéria, ambas não se confundem desde os tempos da caverna — no caso, a de Platão. A **“presunção da inocência” trata, na verdade, da culpa. E nos diz que a ninguém se pode impor uma pena fora do devido processo legal e sem a apresentação das provas, ônus que cabe ao acusador. Na indigesta leitura de nossos sábios, como a segunda instância esgota as chamadas matérias de fato, não havendo mais espaço para a revisão de provas, então se esgota também a presunção de inocência; vale dizer: não se cuidaria mais de falar da não-culpabilidade. Pois é... Inexiste no Artigo 283 do Código de Processo Penal e no Inciso LVII do Artigo 5º da Constituição a expressão “presunção de inocência” [...] Mas o “Partido da Polícia” está convicto de que não precisa se subordinar a nada e a ninguém. Nem à lei.** (Azevedo, 2018a, grifos nossos).

A prisão de Lula foi marcada por uma ampla cobertura midiática, com uma série de apoiadores em torno do sindicato dos metalúrgicos, em São Bernardo do Campo – SP⁷⁹. Após uma demorada negociação, Lula se entregou e foi encaminhado para a sede da Polícia Federal em Curitiba, onde ficou preso por cerca de 1 ano e 7 meses, em uma sala especial. Foi a primeira vez que um ex-presidente da Nova República foi preso por um crime comum. A ampla repercussão ganhou tom de denúncia no texto de Reinaldo Azevedo que apontava ser uma ruptura institucional no país. Seu argumento passa por uma crítica ao próprio Lula, que teria sido vítima de sua própria concepção de mundo:

O país passa por uma ruptura institucional ditada de cima para baixo. A Constituição de 1988 morre aos 30 anos. Foi assassinada pelo moralismo estúpido da Lava Jato e pelo STF — obra, nesse caso, de notáveis notórios que o PT guindou ao tribunal para fazer a sua “revolução cultural”. Lula, já escrevi aqui, a exemplo do Luís Bonaparte visto por Marx em “O 18 Brumário”, é vítima de sua própria concepção de mundo (Azevedo, 2018b, grifos nossos).

⁷⁹ A biografia do presidente, escrita pelo jornalista e biógrafo Fernando Morais (2021), narra com precisão os dias dentro do sindicato e toda a negociação e processo para que Lula se entregasse. Dentro do partido, havia correntes que defendiam que Lula buscasse asilo político em embaixadas aliadas ao petismo e se mantivesse fora da cadeia. Por fim, venceu a corrente que defendia que o ex-presidente se entregasse à polícia para ser preso. No entanto, toda essa demora serviu para que se criasse um grande ato político e uma profunda romantização da cena, a ser usada politicamente pelo partido.

Azevedo criticava os votos contra Lula no julgamento do *habeas corpus*. Ele apontava que eram oriundos de más intenções, agora abandonando os “companheiros” – termo usado para caracterizar o petismo para aderir a “novos senhores”, referindo-se à Lava Jato. RA busca refazer a história da Constituição até aquele momento, destacando o *impeachment* de Collor como um primeiro grande teste. Ele aponta o Plano Real como a mudança de patamar do país, classificando os anos iniciais do petismo como a continuação de uma “herança bendita” – uma referência à histórica frase de Lula que classificou o governo de seu antecessor como “herança maldita”:

A Constituição foi testada logo no seu quarto ano de vigência com o *impeachment* de Fernando Collor. Itamar Franco assumiu a Presidência, e, pouco depois, veio o Plano Real, uma espécie de “constituinte econômica”. O país mudou de patamar. Os anos iniciais do petismo no poder, o primeiro mandato, foram de reiteração da bendita herança recebida. Lula começou a inovar no segundo, preparando o desastre da gestão Dilma (Azevedo, 2018b).

Os elogios ao governo de FHC devem ser levados em conta, visto a imagem de “verdadeiro liberal” que RA vinha buscado construir, sobretudo em um contexto no qual outros setores das direitas criticavam o PSDB, que havia sido um expoente representante do liberalismo brasileiro, quanto mais na década de 1990. Porém, o partido tinha caminhado para uma radicalização em 2014, inclusive pouco questionada e até endossada pelo intelectual, quando questionou os resultados da eleição e pediu recontagem, além de pôr em dúvida a urna eletrônica. A demora a apoiar abertamente o *impeachment* de Dilma também foi criticada por RA, que cobrava uma postura mais radicalizada do partido diante das manifestações, para que aderisse um discurso antipetista de maneira central em sua agenda. Há outro elemento relevante no texto que é a busca de Azevedo por recuperar sua trajetória como crítico do petismo. Ele argumenta sobre sua principal crítica e entende-se esse movimento como uma busca de legitimar sua posição contrária à Lava Jato e em favor de Lula nesse caso:

Poucos, como este escriba, denunciaram de forma tão sistemática e contínua o que chamava de versão tropicalizada de “O Moderno Príncipe”, numa alusão à expressão de Antonio Gramsci (1891-1937), o teórico comunista italiano, para designar o partido que haveria de se impor como o “imperativo categórico”, de sorte que seriam as suas necessidades e clivagens a determinar o destino do país, não mais as da sociedade (Azevedo, 2018b, grifos nossos).

Nesse trecho, no entanto, RA partilha uma das principais teorias do intelectual Olavo de Carvalho, figura central no pensamento da ultradireita brasileira contemporânea. Como aponta Marcus Oliveira (2023), Carvalho, que possui uma interpretação própria a respeito da teoria gramsciana, foi um dos principais fiadores da ideia de que intelectuais e membros do PT teriam na teoria da hegemonia do intelectual

italiano como um aparato de dominação psicológica para a condução de um processo revolucionário. Carvalho afirmava que essa dominação por vezes tinha uma condição inconsciente, sendo ele um dos poucos capazes de escapar. Oliveira (2023) destaca que:

Com isso, mais que postular a si mesmo como um intelectual capaz de iluminar determinadas verdades escamoteadas, Carvalho pretende demarcar um espaço de autoridade e legitimidade intelectual, no qual determinados saberes produzidos sobretudo em espaços acadêmicos perdem sua legitimidade (Oliveira, 2023, p.5).

Assim como Carvalho, Azevedo também busca um espaço de autoridade enquanto “decano” dos intelectuais de direita na “grande imprensa”. Ainda que já tivesse se distanciado de Carvalho, criticando-o publicamente e situando-se em posições contrárias a ele – setores da “direita xucra”, como Joice Hasselmann e Rodrigo Constantino, eram próximos ao intelectual que vivia nos EUA. Esse tipo de semelhança retórica demonstra a força do argumento e da teoria de Carvalho, capaz de superar fronteiras de campos mais radicalizados das direitas para circular na opinião pública. No primeiro capítulo, postulou-se como a “grande imprensa” teria um papel também de ser um “gatekeeper” da democracia liberal, não permitindo a circulação de discursos presentes em campos mais radicalizados. Nesse caso, observa-se como pode existir uma porosidade entre esses campos, de maneira que superar essas barreiras pode tornar-se cada vez mais comum. Ainda assim, deve-se destacar que Olavo de Carvalho, mesmo circulando em meios mais radicalizados, teve empregos no meio jornalístico *mainstream*, quando escreveu na “Revista Bravo!”, tendo Reinaldo Azevedo como editor, e também em outros grandes jornais, como “O Globo” e a “Folha de São Paulo”, até migrar para seu blog e concentrar seus textos.

Azevedo também criticava a Lava Jato que teria produzido uma imagem de um Brasil sob terra arrasada. Ele zomba da série “O Mecanismo”, criada por José Padilha, com objetivo de ilustrar a operação e a corrupção no país. Na sua crítica, RA busca sua “infância ideológica”, quando teria feito parte de um grupo chamado “Convergência Socialista”. Seu passado de esquerda aqui serve, principalmente, para destacar a maturidade como o caminho para o liberalismo:

A Lava Jato expôs não um país que é feito de vícios e nenhuma virtude. Temos um Brasil também de virtudes, mas com muitos vícios, que devem ser combatidos justamente para que seja continuamente reformado e avance. Essa conversa de “O Mecanismo” é só um roteiro ruim, que me remete, Santo Deus!, à minha infância ideológica. Quando aderi, em 1976, aos 15 anos, a um grupo que depois formou a “Convergência Socialista” (1978), lembro que falávamos muito no tal “sistema” (Azevedo, 2018b).

RA ainda destacava que o “Partido da Polícia” seria um candidato a ocupar o lugar do petismo, argumentando que o caminho para o Brasil seria “o do respeito às leis e às instituições, conservando o molde democrático e operando, no seu interior, as mudanças necessárias, inclusive para combater tentações “hegemonistas”” (Azevedo, 2018b). Ao argumentar essas tendências “hegemonistas” como caminho para um fracasso de projeto nacional, RA defende a conservação de uma democracia liberal, sem espaços para o petismo, mas também para o lava-jatismo.

Em outra coluna, publicada em 27/04/2018, Azevedo traça um manifesto: “Não resisti ao demiurgo de macacão para me render a demiurgos de toga” (Azevedo, 2018c). No texto, Azevedo criticava a Lava Jato e, ainda que elogiasse o STF naquela semana, apontava que o “salvacionismo fascistoide é onívoro” (Azevedo, 2018c), buscando destacar que a operação era capaz de atacar diversificados lados políticos. O tom de manifesto continua quando criticava o voto de Rosa Weber:

Não resisti à teoria do demiurgo do macacão para me render à do demiurgo de toga. Meu papo é a democracia liberal. Constituição boa nasce morta e não é assaltada por justiceiros e heróis da própria covardia. “Um juiz que manda alguém para a prisão em razão de uma interpretação que ele nem acredita ser melhor, mas apenas diferente, de interpretações rivais deveria ir ele próprio para a cadeia”. É Ronald Dworkin em “Justice for Hedgehogs” (Justiça para Ouriços). **O autor foi muito citado por Rosa Weber no voto em que ela admitia que a prisão de Lula feria a Constituição, mas, disse, em nome da colegialidade, recusava o habeas corpus, que é o instrumento que se usa quando, em desacordo com a tal Constituição, a liberdade de alguém está ameaçada...** Esqueceram de fazer essa colinha para a intrépida (Azevedo, 2018c, grifos nossos).

O texto de Reinaldo Azevedo, além de oferecer o tom de manifesto, tem o objetivo de garantir “contornos épicos” à história que se conta. Ele remete à primeira coluna que havia publicado na FSP em 2013, argumentando que havia previsto, nas jornadas de junho de 2013, um “mal-estar” dos brasileiros com a vida política no país. Ao propor essa recapitulação da crise política, Azevedo não deixa de legitimar o *impeachment* de Dilma, o qual foi pioneiro na defesa e afirma que, desde o primeiro momento, fora crítico à Operação Lava Jato, mesmo saudando sua proposta de combater a corrupção:

Nestes cinco anos, assistimos à derrocada do PT, ao impeachment, que seguiu as regras do jogo, e à **ascensão da Lava Jato. Saudei em toda parte o combate à corrupção, mas chamei a atenção, desde o primeiro momento, para o espírito jacobinista dos procuradores e do juiz Sergio Moro, que se multiplicou em versões mais bregas e com ternos e concepções de direito ainda mais mal cortados** (Azevedo, 2018c, grifos nossos).

Levantar todas as críticas de Reinaldo Azevedo a Moro e a Lava Jato não é o objetivo deste trabalho – pelo volume, inclusive, seria possível uma outra pesquisa acadêmica de folego. No entanto, levantar uma das primeiras críticas do intelectual à operação serve para observar que sua postura frente a ela não muda somente após o *impeachment*. Ela pode até ter se intensificado, inclusive a partir dos ataques que RA passou a receber com frequência da por ele classificada como “direita xucra” e também por sua proximidade ao governo Temer.

Em fevereiro de 2015, ou seja, quando Azevedo pautava o *impeachment* de Dilma e saudava as manifestações contra a sua administração, já é possível encontrar em seu blog uma crítica a Moro. No dia 24/02/2015, Azevedo criticara Moro e algumas das prisões preventivas decretadas pelo juiz a executivos investigados pela Lava Jato. Azevedo argumentava que

o segredo do sucesso deste blog é escrever o que pensa, não o que querem que escreva — mesmo quando a demanda parte de milhares de leitores. Felizmente, o PT ainda não logrou seu intento, o mundo é vasto, e as pessoas são livres para escolher. **Tenho verdadeiro horror a rasgos populistas.** E, quando eles se manifestam, expresso meu desagrado. [...] De resto, convenham: uma prisão preventiva que já vai entrando no quarto mês não é, assim, tão de passagem. Ademais, parece haver certa indisposição meio ranheta com a reclamação. E, lamento, entre culpados e inocentes, santos e bandidos, bons e maus, reclamar é parte do jogo. **Prefiro que o estado de direito siga caminhos mais contidos. Este blog não tem nem heróis nem bandidos de estimação** (Azevedo, 2015g, grifos nossos).

As críticas continuam ao longo daquele ano, principalmente em seu blog da Veja. Sua presença nesta parte do texto e não no terceiro capítulo justificam-se por buscar demonstrar como esse momento de crítica mais recorrente não aparece de maneira aleatória. Além disso, o encadeamento de fontes da pesquisa sugere que, a partir de fins de 2016, a crítica à operação tornou-se uma constante no argumento de Azevedo, distintamente de 2015, quando o foco ainda era uma crítica ao petismo e a defesa do *impeachment*.

Nas fontes principais da pesquisa (as colunas na FSP), a crítica de Azevedo a Moro e a Lava Jato aparecem de maneira mais enfática em coluna de 26/06/2015. A título de ilustração, a coluna serve para reforçar essa postura crítica de RA à operação que realmente remonta ao começo de seus maiores impactos midiáticos:

Dizem que, pegando a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, pega-se Lula. Assim, eu, que repudio o petismo e levo no peito a medalha de ter sido demonizado pelo Babalorixá de Banânia no congresso do PT, deveria aplaudir as prisões preventivas que atingiram o comando das duas empresas. Mas não aplaudo porque as considero discricionárias. **Não condescendo com arbitrariedades só para "pegar Lula". Execro os "petralhas", entre outros motivos, por**

seu pouco apreço às instituições. Repudio o "direito achado na rua". Só reconheço o direito achado nas leis democráticas! (Azevedo, 2015h, grifos nossos)

Destaca-se que as bases das críticas iniciais eram semelhantes às mais enfáticas: defesa do Estado de Direito e da Constituição. O texto, evidentemente, remonta a uma crítica ao petismo, que ocorre de maneira conjunta com sua defesa ao partido em alguns casos:

Petistas e seus porta-vozes na imprensa também criticam Moro. As razões são diferentes das minhas. Temem que Lula seja preso. Se os alvos da vez fossem adversários, estariam dando de ombros. [...] As pessoas escolhem seu caminho e sua moral. Eu também. **Não me arrependo do que escrevi antes. Não me arrependerei do que escrevo agora. Não mudei. Sou parcial: pertenço à parte que só vê saída na democracia e no Estado de Direito. Para mim e para os outros** (Azevedo, 2015h, grifos nossos).

Voltando ao texto de 2018, RA passa a sua carreira de jornalista a limpo para sustentar seu argumento. O intelectual relembra que teve empregos “roubados” pelos lava-jatistas e uma revista fechada pelos petistas. Ele se refere a já mencionada Primeira Leitura. Nesse aspecto, é interessante observar os traços da escrita de si dos intelectuais e o papel que nesse caso Azevedo busca assumir. A percepção de que se tratava de um momento histórico reforça a leitura de que o autor busca a construção de uma trajetória de “quem fala a verdade” e, diante do contexto, seria o farol de moderação e liberalismo no país:

Nos 12 anos de blog, nos cinco de coluna e nos 31 de jornalismo, meus valores seguem os mesmos, ainda que possa ter mudado aqui e ali. Votei no presidencialismo. Errei! Passei a gostar de coentro e a detestar o frio. **Mas continuo a sentir ojeriza ao “Bolero”, de Ravel, a ironias com nota de rodapé e a autoritários de qualquer matiz. Trombei com o PT. Os “companheiros” se vingaram e fecharam uma revista e um site que eu tinha. Os lava-jatistas se vingaram e me roubaram dois empregos.** Já repus. Nada pessoal. **Há a minha democracia e a deles.** (Azevedo, 2018c).

O reforço dessa condição de defensor da democracia perpassa por classificar que os lava-jatistas não partilhariam da mesma concepção que Azevedo tinha do regime. Ele não deixa de manter a distância do petismo, a quem se refere no encerramento do texto como uma oposição mais dura de combater. No entanto, no encerramento, os tons de manifesto ganham ainda mais volume. Frente ao crescimento do bolsonarismo, após a prisão de Lula, o intelectual busca construir a imagem de um resistente na luta pela democracia brasileira:

Combater a patrulha petista foi mais difícil, mas também mais divertido. A esquerda, bem ou mal, tem referências teóricas. Esses Savonarolas de meia-

tigela, com seus “elmos cheios de nada”, sentem é tesão pela fogueira. **Podem seduzir fascistoides dos mais variados matizes. Um liberal que se preza vai para a resistência. Eu fui. Meu “vini, vidi, vici” (vim, vi, venci) dispensa o terceiro verbo. Gosto é da luta.** Não me excita a distribuição dos despojos, que é capítulo da covardia dos vitoriosos (Azevedo, 2018c, grifos nossos).

O texto em que Pondé abordava a prisão de Lula não partilhava da opinião de Azevedo a respeito da natureza da condenação e da ausência de provas no processo. Por outro lado, ele buscava falar do dia da prisão e da comoção gerada pelas cenas de um culto ecumênico, que, como destacado, foi utilizado politicamente pelo partido. O filósofo abre seu texto argumentando que havia razões plausíveis para o golpe de 1964 – tendo em vista que o nascimento do PT teve como intuito a dominação ideológica no país:

O PT é uma praga mesmo. Ele quer fazer do Brasil um circo, já que perdeu a chance de fazer dele seu quintal para pobres coitados ansiosos por suas migalhas. Nascido das bases como o partido de esquerda que dominou o cenário ideológico pós-ditadura, **provando que a inteligência americana estava certa quando suspeitava de um processo de hegemonia soviética ou cubana nos quadros intelectuais do país nos anos 1960 e 1970, comportou-se, uma vez no poder, como todo o resto canalha da política fisiológica brasileira** (Pondé, 2018a, grifos nossos).

A observação de Pondé sobre a forma que o partido se comportou no poder é significativa pela ampla difusão de um discurso que passava pela busca da renovação política, muitas vezes ancorado nas manifestações das novas direitas e também nos avanços da Lava Jato. Durante os governos petistas, efetivamente, houve alianças com partidos fisiológicos, além de serem pivôs no maior escândalo de corrupção enfrentado por Lula (dos políticos presos após o mensalão, destacam-se Roberto Jefferson e Valdemar Costa Neto, à época líderes de partidos com alto número de deputados e pertencentes a alas mais fisiológicas da política brasileira). Esse tema é explorado adiante no texto, mas, antes, o filósofo busca refletir a respeito da Guerra Fria no Brasil.

A ditadura civil-militar no país não pode ser observada distante do contexto internacional, como fato isolado no resto do mundo. De fato, na década de 1960, o mundo passava pela Guerra Fria e Cuba havia se tornado um país comunista, aliado à União Soviética. Pela proximidade com os EUA, havia de fato uma preocupação que o regime cubano influenciasse outros países na América Latina, e o caso brasileiro não era diferente.

No entanto, a comparação de Pondé acaba por equivaler as ações entre um Estado que perseguia, prendia, torturava, julgava e condenava com as guerrilhas que praticavam atos terroristas isolados. Longe de justificá-los, a esquerda revolucionária de fato tinha como objetivo a implantação de um regime socialista no país – como foi destacado no

segundo capítulo. Todavia, o texto de Pondé busca argumentar que a ditadura só teria sido encerrada porque a Guerra Fria acabara – e, por isso, os EUA teriam pouco interesse geopolítico na região. A argumentação ignora uma série de agentes que fizeram parte da luta pela redemocratização que envolveu uma transição complexa, mas recheada de atores:

Vale lembrar que a ditadura no Brasil foi a Guerra Fria no Brasil. Quando acabou a Guerra Fria, acabou a ditadura aqui. E, de lá pra cá, os EUA não têm nenhum grande interesse geopolítico no Brasil nem na América Latina como um todo (salvo imigração ilegal). Por isso, deixa ditadores como Chávez e Maduro torturarem suas populações, inclusive sob as bênçãos da diplomacia petista de então (Pondé, 2018a).

O contexto histórico distinto da Guerra Fria em relação ao estabelecimento da ditadura venezuelana perpassa também por um contexto em que os EUA expandiam suas ações militares no Oriente Médio. A Venezuela é um país que possui amplas reservas petrolíferas e, desde o início de seu governo, Hugo Chávez criticara a política externa estadunidense, além de estatizar empresas americanas. Desde então, Venezuela e EUA possuem um histórico de tensões envolvendo provocações e uma série de sanções econômicas. Há, além disso, uma evidente crítica aos governos petistas que, de fato, tiveram uma postura ambígua frente a ditaduras latino-americanas, mas que também teve um papel de mediação entre os EUA e a Venezuela.

Sua crítica ao petismo se estende a uma classificação do partido como “populista” e envolve citar os “intelectuais orgânicos” que buscariam “esconder” essa característica do partido. Para além das disputas no meio intelectual, Pondé faz uma leitura maniqueísta do processo e trata como uma história verdadeira e uma falsa – essa, seria endossada desde os tempos de Karl Marx, buscando correlacionar mentira, intelectuais e esquerdas:

O PT apenas acrescentou à corrupção endêmica certos tons de populismo mesclado com a vergonha de ter um exército de intelectuais orgânicos acobertando a baixaria. Esses fiéis intelectuais, sem qualquer pudor, prestam um enorme desserviço ao país negando a óbvia relação entre as lideranças do partido e processos ilegítimos de tráfico de influência. **Esse exército vergonhoso continua controlando as escolas em que seus filhos estudam, contando a história como querem, criando cursos ridículos do tipo “golpe de 2016”.** Qualquer um que conheça minimamente os “movimentos revolucionários” do século 19 europeu, e que também conheça o pensamento do próprio Karl Marx (1818-1883), **sabe que mentir, inventar fatos que não existem ou contá-los como bem entender fazia parte de qualquer cartilha revolucionária** (Pondé, 2018a, grifos nossos).

Essa retórica é recorrente nos textos de Pondé, ainda mais a partir da posição de intelectual público que ele ocupa. Valendo-se de suas referências bibliográficas, Pondé busca se mostrar um especialista também na história das esquerdas ao citar Marx. No texto, também deve ser realçada a sua leitura a respeito da repercussão internacional sobre

a prisão de Lula, criticando a imprensa de outros países, já que Pondé circulava em meios da grande imprensa brasileira:

Acompanhei de fora do Brasil o “circo do Lula” montado pelo PT e por alguns sacerdotes religiosos orgânicos, na falsa missa. Esses sacerdotes orgânicos do PT envergonharam a população religiosa brasileira, fazendo Deus parecer um idiota. Estando fora do país, pude ver a vergonhosa cobertura que muitos veículos internacionais deram do circo do Lula, fazendo ele parecer um Messias traído por um país cheio de Judas. Eis um dos piores papéis que jornalistas orgânicos fazem: mentem sobre um fato, difamando um país inteiro. Esculhambam as instituições como se fôssemos uma “república fascista das bananas”. Nossa mídia é muito superior àquela dita do “primeiro mundo”. A intenção de fazer do Lula um Jesus, um Mandela, um Santo Padim Pade Ciço é evidente. Para isso, a falsa missa, com sacerdotes orgânicos rezando para um deus que pensa que somos todos nós cegos, surdos, estúpidos e incapazes de enxergar a palhaçada armada pelo PT foi instrumento essencial para o circo montado. A própria afirmação de que Lula não seria mais um mero humano, mas uma ideia, é prova do delírio de uma seita desesperada. (Pondé, 2018a, grifos nossos).

Destaca-se a retórica que busca comparar o petismo a uma religião, com traços de seita fanática. Ao apontar uma esquerda como “desesperada”, o autor sinaliza para as eleições de 2018. A leitura de que a História serve como um amplo tribunal, possuindo um poder de redenção e também uma “lata de lixo”, é mobilizada por setores diversificados com o objetivo de destacar algo que não poderia mais existir, permanecendo a um passado eterno. De Leon Trotsky a Ronald Reagan, a expressão funciona no senso comum como a expectativa de uma possível correção de malfeitos. Soma-se a isso o que Pondé havia sugerido em novembro do ano anterior – sobre se aliar com setores reacionários como uma alternativa (2017c) e em um contexto em que candidatos “outsiders” buscavam se consolidar no campo político brasileiro. Essa perspectiva deve ser levada ainda mais em conta quando Pondé pontua que o petismo, ainda que com seu caráter de seita, não é o único a praticar corrupção no país – e todo esse bloco deveria ser rejeitado:

Penso que em 2018 o país tem a chance de mostrar de uma vez por todas que não vai compactuar com políticos que querem fazer do Brasil um circo para suas “igrejas”. A praga em que se constituiu o PT pode ser jogada na lata de lixo da história neste ano. Ninguém aqui é ingênuo de pensar que apenas o PT praticou formas distintas e caras de tráfico de influência. Todas elas são danosas e devem ser recusadas em bloco nas eleições deste ano (Pondé, 2018a, grifos nossos)

Diferente de RA, Pondé produz um discurso que defende essa renovação política como solução para o desenvolvimento do país. Essa proposta passa por outro componente-chave no texto do intelectual que envolve sua crítica ao petismo como um

possível caminho para o autoritarismo no Brasil. Em sua leitura, esse “exército” estaria disposto a destruir qualquer oposição em caso de um retorno do petismo ao poder:

Mas há um detalhe muito importante no que se refere ao PT como um tipo específico de agente único de tráfico de influência sistemático no Brasil. Você não sabe qual é? **Vou te dizer. O PT é o único partido que é objeto de investigação por corrupção a contar com um exército de intelectuais, artistas, professores, diretores de audiovisual, jornalistas, sacerdotes religiosos, instituições internacionais, apoiando-o na sua cruzada de continuar nos fazendo escravos de seus esquemas de corrupção. Esse exército nega frontalmente a corrupção praticada pelo PT e destruirá toda forma de resistência a ele caso venha, de novo, a tomar o poder.** No ano de 2018 o país pode, de uma vez por todas, lançar o PT à lata de lixo da história e amadurecer politicamente, à esquerda e à direita. (Pondé, 2018a, grifos nossos).

É importante ressaltar que a leitura de Pondé do processo partia do fato de que Lula, agora preso, era, em tese, o candidato do PT à presidência. Além disso, sua preocupação a respeito das dinâmicas intelectuais é recorrente, com receios constantes de como isso poderia afetá-lo. A ideia de que havia um “exército” mobiliza uma dimensão de guerra cultural por trás daquelas eleições de 2018 – estratégia que o próprio autor criticava se praticada pela nova direita (Pondé, 2017c). Frente a isso, observa-se também a interpretação da corrupção como uma crise moral (Chaloub, 2025) e responsável pelas mazelas sociais no Brasil. A retórica é mobilizada de forma que os intelectuais não teriam tal percepção a respeito da corrupção como um fator crucial para o atraso brasileiro, reforçando também a retórica do realismo (Perlatto; Chaloub, 2015). Assim, ele, um intelectual conservador, busca se situar como mais próximo e consciente da realidade brasileira tal qual seu conselho que encerra a coluna e que tem o objetivo de se valer como relevante à esquerda e à direita.

Após a prisão de Lula, o país seguiu em clima de disputa eleitoral, passando por uma greve de caminhoneiros de grandes proporções. Com o país inteiro mobilizado, uma crise de abastecimento afetou diversas regiões. Tratou-se de uma das graves crises durante o governo Temer, além de ser pautado pelos pré-candidatos à presidência. Dentre as pautas da greve, um setor dos caminhoneiros mais radicalizado à direita chegou a pedir por intervenção militar. O governo Temer buscou negociações e conseguiu um acordo, mas foi alvo de críticas por setores de direita e esquerda⁸⁰.

⁸⁰ PARA Gleisi, acordo para acabar com greve de caminhoneiros é ineficaz. Agência Senado, Brasília, 25 mai. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/25/para-gleisi-acordo-para-acabar-com-greve-de-caminhoneiros-e-ineficaz>. Albuquerque, Ana Luiza. Movimentos de direita comandam narrativa da paralisação dos caminhoneiros: Grupos anticorrupção se apropriam de bordões da esquerda para defender seus interesses. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 mai. 2018. Disponível em:

Pondé criticou o governo e buscou tratar do que chamou de “imaturidade política” no país – tema também por ele abordado na coluna quando falou do PT na lata de lixo da história. Nesse caso, LFP também criticou os bolsonaristas e as propostas de intervenção militar, comparando-as com setores de esquerda que defendiam a paralisação como uma janela de oportunidade para derrubar o governo Temer:

Se há uma patologia endêmica no Brasil é a imaturidade política. Talvez seja no mundo inteiro ou tenha sido sempre assim, mas hoje essa hipótese mais generalizada não me interessa. Assistimos, nos últimos dias, ao surgimento do caos no país. **Evidente que o governo é ruim e a classe política, quase na totalidade, um lixo.** Mas isso tampouco me interessa hoje. [...] Ter raiva do governo e dos políticos brasileiros é um clássico e não há dúvida que a lida do governo com os bens derivados do petróleo tem sido da pior espécie. Deviam vender a Petrobras e pronto. **O governo Temer foi de uma irresponsabilidade nesse tema dos caminhoneiros que merecia receber o troféu Canalha do Ano.** Todos que pensam minimamente sabem que chegamos à beira de uma ruptura institucional. (Pondé, 2018b, grifos nossos).

Naquela semana, Reinaldo Azevedo também falou sobre o tema e, em direção distinta à de Pondé, argumentava que o presidente ficara isolado, sofrendo todas as consequências da greve. O movimento grevista chegou a unir lideranças de uma direita democrática – como FHC, Aloysio Nunes e Marcos Pestana e também de uma esquerda não lulista, como o senador Cristovam Buarque. Os políticos escreveram um manifesto em que argumentavam a necessidade de um projeto nacional a partir em pontos que seriam clássicos de uma candidatura do PSDB ao longo dos anos 2000, com uma crítica ao bolsonarismo e ao que chama de “Lulopetismo”⁸¹. RA cita que esses “reacionarismos opostos” já criticavam o acordo do governo com os caminhoneiros:

O texto é bom. É **desejável que "democratas e reformistas" tentem conjurar os reacionarismos opostos e combinados da esquerda e da extrema direita, que impõem desde já a sua agenda: o acordo celebrado pelo governo com os ditos caminhoneiros é uma ode ao atraso, ao corporativismo e ao cartorialismo.** [...] O presidente ficou sozinho. Como num conto de Lygia Fagundes Telles, "vivos e mortos desertaram todos". Os líderes do Congresso, os governadores e os presidenciais sumiram. Boa parte da imprensa assistiu a práticas terroristas como quem diz: "Hoje é sexta-feira, dia 8 de junho. Faz frio..." PT, seus cronistas, Ciro e afins aproveitaram a deixa: "Vejam no que dá o golpismo..." O raciocínio é asnal (Azevedo, 2018d, grifos nossos).

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/movimentos-de-direita-comandam-narrativa-da-paralisacao-dos-caminhoneiros.shtml>. Acesso em: 09 dez. 2018.

⁸¹ Carvalho, Daniel. Lideranças de centro lançam manifesto com aceno para eleitores da esquerda e da direita: Texto fala em manutenção do Bolsa Família e tolerância zero com o crime organizado. Folha de São Paulo, São Paulo, 05 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/liderancas-de-centro-lancam-manifesto-com-aceno-para-eleitores-da-esquerda-e-da-direita.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2025.

A defesa de Azevedo do manifesto e do governo envolve a leitura que ele estava fazendo do processo. Na coluna, intitulada “Bolsonaro é o nome da Lava Jato”, RA buscava reforçar o argumento que vinha construindo há tempos: a operação seria responsável por imbuir um sentimento antipolítico na população, aproveitado por Bolsonaro, mas que, em outra medida, serviria também para um retorno do petismo ao poder. Ele apontava que a grande vítima da operação era o “centro”:

Os populismos que nos ameaçam são a consequência do processo de destruição da política a que passaram a se dedicar o MPF, a PF e setores do Judiciário. O PT viu sua grande estrela, entre outras menores, ir para a cadeia, mas sobreviveu e venceria a eleição se Lula fosse o candidato. **A grande vítima do surto de moralismo burro, que nada tem a ver com o combate à safadeza, é o "centro". A razão é simples: é ele o protagonista, por excelência, da política.** E a metafísica influente diz que a política é a mãe da corrupção (Azevedo, 2018d, grifos nossos).

Enquanto o texto de Azevedo fala da “metafísica influente” como um pensamento abstrato que teria se tornado comum na sociedade, Pondé trata de uma “metafísica delirante”, isto é, de pensamentos que buscavam se consolidar na política naquele momento. Entende-se que a leitura de Pondé se assemelha à de RA no que diz respeito a uma percepção de que havia populistas de ambos espectros políticos na disputa eleitoral. No caso de Pondé, o tema seria tratado pela “imaturidade política”, que também aponta para uma leitura cética do processo político, principalmente a partir da forma crítica que LFP enxergava os eleitores.

O seu texto busca destacar essa imaturidade a partir de duas frases que teriam circulado publicamente pelos que classifica como “os idiotas da política”. A primeira seria “Vamos devolver o Brasil ao povo brasileiro”, que estaria sendo dita pelos defensores de uma intervenção militar. Segundo Pondé, isso seria uma forma de gerir a violência de maneira que esta ficasse ainda mais explícita e ameaçadora. A outra seria “Quero que falte comida na sua casa pra você se juntar a nós e derrubarmos os três Poderes”, que seria dita pelos “intelligentinhos” (Pondé, 2018b).

Ressalta-se que o texto de Pondé passa por uma crítica àqueles que queriam soluções rápidas para problemas complexos, sinais de que faltaria uma “maturidade” na política, enquanto praticamente uma fantasia diante da instabilidade que o país atravessava. No lado de Azevedo, a ideia de um centro moderado, prejudicado pela Lava Jato, levanta também essa percepção de que o país se situava nas vésperas da eleição em meio a uma crise – esta provocada pela própria operação – e que permitia a ascensão de um populista – o que Azevedo apura em seu texto é que procuradores da Lava Jato tinham

o desejo de serem “o ‘Poder Legislativo’ de um regime que fosse liderado pelo bronco” (Azevedo, 2018d).

Essa percepção da instabilidade no cenário político atravessava as colunas de ambos, inclusive com debates a respeito das crises das democracias enquanto fenômeno internacional. Pondé chega a citar Francis Fukuyama e David Runciman em alguns de seus textos, além de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt enquanto referências para analisar a conjuntura internacional. Durante a campanha, Bolsonaro possuía pouco tempo de televisão e teve, em grande medida, um sucesso nas redes sociais (Nobre, 2022). Entretanto, um fato acabou por garantir ao candidato uma ampla exposição nas grades dos maiores canais de notícia do país: no dia 06 de setembro de 2018, em Juiz de Fora, Minas Gerais, Bolsonaro sofreu um atentado que quase lhe custou a vida. Além disso, deu uma declaração no Acre, dias antes (03/09), em que falava em “fuzilar a petralhada” – termo inventado por Reinaldo Azevedo. No lado petista da campanha, no dia 11/09, o partido anunciou a candidatura de Fernando Haddad à presidência, retirando o nome de Lula, preso e inelegível pelo TSE.

O seu comício no Acre não chegou a figurar na coluna de RA na FSP, mas sim em seu blog no UOL. O antipetismo é um fator fundante do bolsonarismo e o uso do termo pelo candidato incomodou Azevedo, que destacava também a escolha do termo “fuzilar” como desnecessária, destacando que a incivilidade causava problemas até mesmo quando não se há a intenção. Em relação ao uso do termo “petralha”, Azevedo fez questão de destacar que, como inventor da palavra, não defendia que ninguém fosse fuzilado e que o termo era a junção de petista com os “irmãos metralha”, buscando designar petistas que justificavam o roubo de dinheiro público em nome de um projeto de poder (Azevedo, 2018e). O intelectual ainda fazia questão de declarar que:

“Minha oposição aos “petralhas” é ainda mais convicta hoje do que antes. Mas nunca flertei, e não flertarei, sob nenhuma hipótese, com fascitoides de direita. Nem sob o pretexto de combater os “petralhas”. Se os fascitoides de esquerda ocuparam mais o meu tempo, é porque eles estavam no poder. Não sou como certos empresários brasileiros que são “liberais” até a página 12. Mas, se preciso, funcionam também no modo “fascistoide”. Eu não tenho essa função (Azevedo, 2018e, grifos nossos).

RA, nesse parágrafo, indica que o petismo – ou então, o “petralhismo” – seria uma prática fascistoide, semelhante à de Bolsonaro (o fascistoide de direita). Ele faz questão de destacar, ao longo do texto, que as esquerdas também o perseguiram, pediram cabeças e usaram das redes sociais para difamar adversários – tudo que a extrema direita teria aprendido a fazer (Azevedo, 2018e). Essa comparação contínua serve também para que

Azevedo se situe como não só uma voz resistente do liberalismo, mas também como uma voz de moderação no debate público:

Os petralhas nunca me serviram, entre outras razões, por seu pouco apreço ao Estado de Direito, à ordem legal democraticamente pactuada. Isso me colocou em rota de colisão com eles. E isso me põe em rota de colisão com a banda fanática e autoritária da Lava Jato. Também esta pediu a minha cabeça a patrões. Como o PT. **Repudio é o fascismo, tenha ele a coloração que for. Não! O petralhismo não é uma força com a qual eu me aliaria contra o bolsonarismo. Não! O bolsonarismo não é uma força com a qual eu me aliaria contra o petralhismo** (Azevedo, 2018e, grifos nossos).

Essa seria a posição de RA frente às eleições de 2018. Enquanto anti-bolsonarista e antipetista, a impressão é que Azevedo buscava se situar próximo de candidaturas como a de Geraldo Alckmin e Henrique Meirelles. Ambos buscavam se estabelecer em uma posição em que representassem um “centro democrático” ou uma “direita democrática”. Juntos, somaram menos de 7 milhões de votos, não conseguindo ir para o segundo turno.

Entretanto, destaca-se como RA buscou, a todo momento, a vinculação e a autoidentificação como “defensor do Estado de Direito”. Após o atentado sofrido por Bolsonaro, o general Eduardo Villas Boas – que naquele ano assumiu (e também recebeu por parte de setores grande imprensa) um papel central no debate público sobre a política nacional — concedeu uma entrevista ao jornal Estado de S. Paulo em que apontava que a legitimidade do eleito poderia ser questionada por adversários. O general ainda questionava o PT por insistir na candidatura de Lula, afirmando que tal estratégia servia apenas para causar mais intolerância e instabilidade⁸².

A entrevista, que aconteceu cerca de um mês antes do primeiro turno, repercutiu nas colunas dos dois intelectuais. Como o tópico 3.3 possui como recorte temporal justamente a eleição, essa entrevista, mediante o contexto da facada – que também foi um ponto de virada nas eleições junto ao anúncio de Haddad como candidato — demarcam o fim do tópico 3.2.

O texto de RA que repercutia a entrevista foi publicado no dia 14/09, sob o título “Tanques e togas tentam cercar a democracia brasileira”. O intelectual abria seu texto argumentando que a democracia brasileira estava sob risco, apontando dois responsáveis: o “partido da polícia” e os militares. RA faz uma incursão em sua memória para falar do

⁸² A entrevista foi publicada no Estado de S. Paulo, mas repercutiu em outros grandes veículos, como na Folha de São Paulo. Disponível em: LEGITIMIDADE do eleito pode ser questionada por adversários, diz comandante do Exército: General também criticou o acirramento de ânimos no cenário eleitoral brasileiro e a insistência do PT em torno da candidatura de Lula. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 set.2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/legitimidade-do-eleito-pode-ser-questionada-por-adversarios-diz-comandante-do-exercito.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2025.

assunto, retomando a sua infância para recuperar seu passado de militante de esquerda e crítico à ditadura civil-militar, o que, em suas palavras, seria “a infância afetiva de um liberal”:

Tanques e togas tentam cercar a democracia brasileira. Há um esforço deliberado para tratar o eleitor como um débil mental. Generais, juízes e procuradores se arvoram em consciência crítica da brasileirada incapaz. Aos 57 anos, incomoda-me o assédio que ofendia meu senso de autonomia adolescente. Desculpem-me por um tantinho de memória privada a unir setembros. Como naquele filme, sei que a história de uma pessoa “vale menos do que um punhado de feijão neste mundo louco”, **mas é a minha história — ou a infância afetiva de um liberal. Entre togas e tanques. Eu tinha 15 anos quando o DOPS (Departamento da Ordem Política e Social) encostou as mãos sujas em mim.** Passei por um interrogatório informal na escola. A denúncia partia de um professor infiltrado. Eu havia vencido um concurso estadual de redação cujo tema era “O Dia da Árvore”. Associei a agressão à natureza à incúria do governo, ao egoísmo humano e ao lucro irresponsável. E o fiz com a ambição condoreira que têm os candidatos a mau poeta na periferia do mundo... (Azevedo, 2018f, grifos nossos).

Azevedo faz uma menção ao “Escola sem partido”, de maneira irônica, falando da ditadura militar e indicando o aspecto autoritário do regime e de seu projeto de poder. Ele reforçava que se tratava de sua infância e aponta os aspectos de sua adolescência: bom aluno, ajudava os colegas e fazia amigos por também lhes oferecer cigarros – ainda que não fosse talentoso jogando futebol. RA destaca que, naquele momento, converteu-se para a ação política contra a ditadura – RA fez parte do movimento “Convergência Socialista” na adolescência – além de reforçar essa imagem que ele havia construído de que era um “resistente”, visto sua conclusão do parágrafo:

Bastou para que os arautos de então de uma “escola sem partido dos adversários” se assanhassem. De onde eu havia tirado aquelas ideias? Vinham de algum professor? De qual? O que eu entendia por “lucro”? E por “egoísmo”? Engrolei irrelevâncias. **Era só um garoto inocente, óculos fundo-de-garrafa, barba nascente, voz ainda desengonçada, meio gordo, ruim de bola, mas bom de amigos — afinal, eu tinha cigarros e dividia com eles os arcanos do Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV) e da Oração Subordinada Adverbial Temporal Reduzida de Participípio. Terminado o interrogatório, concluí em silêncio que a ditadura tinha de acabar.** No tempo da memória, como no do cinema, que furta detalhes em benefício da síntese, **fui ser condoreiro da periferia do trotskismo. Até os 21 anos. Nas ditaduras, não há lugar para míopes inocentes** (Azevedo, 2018f, grifos nossos).

Na sua coluna de 17/09, Luiz Felipe Pondé também falava sobre uma possível ameaça à democracia brasileira e também sobre a ditadura civil-militar, mas em um viés distinto. LFP buscava criticar as esquerdas em seu texto, apontando que o petismo seria essa ameaça. Pondé argumentava que o partido pertencia à “velha esquerda” e representava o atraso social e político no Brasil, sendo este o que significava a presença do petismo no debate político:

O PT é um partido no estilo da velha esquerda, com laivos de via chilena e pitadas de esquerda de campus. Um dinossauro no cenário das democracias liberais e sua “crise de meia-idade” —como diz David Ruciman em seu “How Democracy Ends” (como acaba a democracia). O atavismo político e social brasileiro sustenta a vivacidade de nosso debate político. **O PT pretende, desde sua fundação, chegar ao poder e não sair dele nunca mais. Se há nele “elementos democráticos” (como respeitar a ordem institucional), esses “elementos” existem na dependência da sobrevivência do partido como ferramenta viável de chegada ao poder e sua manutenção por tempo indeterminado. Entre a ordem institucional e a defesa da manutenção do poder, escolhe-se a segunda. Para o PT, o Lula é a ordem institucional, dane-se o resto** (Pondé, 2018c, grifos nossos).

Os autores tratam a entrevista de Villas Boas de maneira distinta. RA demonstra indignação ao ler a entrevista — que não falava somente da legitimidade do vencedor, mas também da insistência do petismo na candidatura de Lula. Azevedo ainda pontuava que, em democracias, chefes militares não devem participar de debates políticos, além de concordar com a posição de Ciro Gomes, que também criticou a entrevista do general:

O “menino antigo” em mim (com a licença de Drummond) e o velho recente leram com indignação a entrevista ao Estado de S.Paulo Eduardo Villas Boas, comandante do Exército, segundo quem o futuro governo “pode ter sua legitimidade questionada” em razão da agressão sofrida por Jair Bolsonaro. **Nas democracias, chefes militares não fazem considerações sobre política e o processo eleitoral.** Também não dizem quem pode e quem não pode ser eleito. Ciro Gomes tem razão ao afirmar, aludindo a Brecht, que o general buscava calar as “vozes das cadelas no cio” do fascismo caseiro. **E, destaque-se em nome da precisão, Villas Boas descartou um golpe. Mas restou a sombra da tutela** (Azevedo, 2018f, grifos nossos).

LFP, no entanto, questionava o porquê de se perguntar para as Forças Armadas se havia risco de ruptura institucional, sendo que, em sua visão, havia outros indícios de possibilidade de quebra de ordem institucional, como a insistência na candidatura de Lula. Pondé busca argumentar que a visão do petismo partia de uma lógica marxista-leninista, que teria desprezo pela democracia liberal e teria como interesse “tumultuar” o processo. Ainda que afirmasse ser um debate superado, buscava justificar que ainda acontecia no Brasil por conta do atraso da política latino-americana:

Pergunta-se, por exemplo, se as Forças Armadas quebrariam a ordem institucional. Mas há uma pergunta anterior, cujos indícios podemos perceber por toda parte —e a insistência do PT em fazer de Lula seu candidato mesmo após sua condenação em segunda instância só reforça essa percepção. Qual a função da democracia liberal burguesa e sua ordem institucional para a visão política marxista-leninista que é a raiz filosófico-política das inteligências que alimentam o PT e grande parte da esquerda nacional? Respondo: a função da democracia liberal burguesa é apenas servir de trampolim para sua posterior destruição. Sei. Dirão que essas são categorias históricas superadas. Mas grande parte da estrutura política latino-americana é atávica mesmo (Pondé, 2018c, grifos nossos).

Durante a campanha de Bolsonaro, por seu histórico de falas e declarações defendendo a ditadura civil-militar, o assunto tornou-se constante na opinião pública. Fosse em debates entre os presidenciáveis, fosse em entrevistas, o regime militar era constantemente falado e lembrado, afinal, era inédito um presidenciável com tantas chances de vencer uma eleição na Nova República que fosse tão abertamente elogioso ao regime que havia precedido. Somado a isso, um general argumentava que havia riscos na legitimidade do processo eleitoral. Portanto, o passado da ditadura era mobilizado tanto pelas esquerdas – em tom crítico a Bolsonaro, mas também por ele, que buscava tirar proveito político a partir desse passado. No entanto, para LFP, falar tanto sobre a ditadura civil-militar representava o atraso que vinha das esquerdas:

Se patinamos em modos coloniais de funcionamento, repetindo estruturas herdadas da escravidão, repetimos também modos políticos que vão do século 19 à Guerra Fria do 20, no tocante à expectativa “democrática revolucionária” do tipo leninista, **trotskista** ou maoísta. **Somos atrasados até nisso: a “esperança” da esquerda brasileira é voltar para a primeira metade do século 20. Ela ainda quer “derrubar” a ditadura. Se a esquerda fala tanto da ditadura militar no Brasil é porque ela está, ainda, mentalmente e politicamente, naquele lugar.** A União Soviética ruiu, mas não na América Latina. Cuba e o delírio que intelectuais brasileiros mantêm com a ilha mantida na miséria são as provas evidentes desse atavismo mental e político (Pondé, 2018c, grifos nossos).

Pondé ainda argumentava que quem fosse de fato “letrado” seria capaz de compreender que as referências teóricas do petismo pouco se importavam com a democracia e a corrupção – inclusive o trotskismo, que Reinaldo Azevedo havia seguido. Em sua leitura, tratava-se apenas de retóricas para que o partido retomasse ao poder e se mantivesse lá:

Para qualquer pessoa letrada em marxismo e leninismo, é evidente que questões como corrupção, respeito à ordem institucional, defesa da liberdade de expressão e afins só importam enquanto servirem como retórica para tomada e manutenção do poder, jamais como valores intrínsecos. **E a razão é a própria teoria marxista, que tem desprezo pelo vocabulário e imaginário da democracia liberal burguesa. Se o burguês é dado a uma forma hipócrita de humanismo (chora por crianças com fome e demite seus pais pelo lucro), ele também fala de democracia, contanto que “as massas exploradas” continuem servindo cafezinho. E, portanto, a democracia da burguesia não vale nada.** E sua ordem institucional tampouco (Pondé, 2018c, grifos nossos).

Por outro lado, para RA, a atual ameaça à democracia era o “Partido da polícia”. Ele afirmava que sua conversão ao liberalismo não teria sido uma deserção trotskista, mas um processo silencioso e longo e argumentava que sua defesa ao “devido processo legal”

não teria partidos. Sua crítica ao Poder Judiciário envolve comparar suas práticas a um Estado Fascista:

Eu não me bandeiei para o liberalismo como um trãnsfuga. Passei por um processo de conversão silenciosa. **Quero a inocência dos que se sentem representados pelo império da lei, não pelo triunfo da vontade dos senhores da guerra ou de grupos que se organizam para assumir o lugar da consciência do eleitor. Há duas semanas, denunciei nesta coluna o movimento empreendido pelo Ministério Público — na verdade, pelo “Partido da Polícia — para interferir nas eleições. Dados forma, calendário e argumentação contida nas petições, as investidas contra Geraldo Alckmin, Fernando Haddad e Beto Richa são brocados de um Estado fascista. Notem que não assevero inocências e culpas. Cobro é o devido processo legal (Azevedo, 2018f, grifos nossos).**

Azevedo ainda afirmava que essas ações do “Partido da Polícia” tinham como interesse alterar os resultados das urnas. É importante ressaltar que, meses antes, RA havia argumentado que Bolsonaro era “o candidato da Lava Jato”, que seria representada pelo partido. Azevedo ainda comparava a atitude dos juízes com a do general Villas Boas, apontando que havia no “Partido da polícia” o objetivo da tutela do povo:

Ações de improbidade, prisões temporárias e preventivas e vazamentos de inquéritos e de delações passaram a ser empregados com o nítido propósito de mudar o resultado das urnas. A corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público vai apurar a conduta de alguns de seus membros, que resolveram confundir boca de urna com combate à corrupção. No TSE, Roberto Barroso inventou o “trãnsito em julgado” do que ainda está “sub judice”. Um espanto. **A exemplo do general, todos querem proteger o povo brasileiro. O diabo é que se colocam no papel de quem pode até rasgar a lei para poupá-lo de sua própria vontade (Azevedo, 2018f, grifos nossos).**

Pelo lado de Pondé, essa tutela seria por parte do petismo – que não poderia ser classificado como parte de uma socialdemocracia. Em seu argumento, Pondé compara as esquerdas brasileiras com a “via chilena”, isto é, o partido do presidente Salvador Allende, eleito na década de 1970, apontando que elas teriam como vocação o rompimento da ordem institucional. RA também sinalizava isso pelo lado do petismo em determinados momentos, afinal, buscava equivaler o petismo com o bolsonarismo. No entanto, nesse momento, a crítica de Pondé ao petismo e às esquerdas é mais dura do que em Azevedo, que naquele momento tinha também como “alvos” a Operação Lava Jato e o próprio Bolsonaro:

Sim. Dirão que o PT é um partido da social-democracia europeia. Direi que não. Até pode haver laivos nele disso, mas social-democracia europeia é coisa de rico. No Brasil, estaria mais ligado ao povo chique que vive entre a praça Panamericana e Higienópolis, tipo o PSDB histórico (a Sorbonne do então PMDB). O discurso do PT e da esquerda brasileira se aproxima mais da “via chilena” dos anos 1970: chegar ao poder via voto popular e dele não sair nunca

mais. Isso implicava, e implica, a transformação da ordem institucional para sustentar sua própria concepção de democracia. A mesma transformação de Cuba e Venezuela (com diferenças aqui e ali) (Pondé, 2018c).

A argumentação de Pondé, nesse caso, mobiliza temas recorrentes do bolsonarismo e das novas direitas nesse contexto eleitoral, como a ideia de que o Brasil poderia “transformar-se” em Cuba ou Venezuela. A proximidade do petismo com esses regimes antidemocráticos pode ser vista como datada e uma estratégia equivocada, afinal, os regimes ditatoriais pouco partilhavam de valores democráticos. Entretanto, vale ressaltar que existiam disputas dentro do próprio partido a respeito das ditaduras⁸³ e das relações mantidas com esses países. Como aponta Celso Rocha de Barros (2022), o partido sempre integrou diversas correntes políticas da esquerda em seus quadros, mas sem uma filosofia oficial, como o marxismo – ainda que diversos apoiadores desse fossem vinculados ao partido.

Por fim, Pondé argumentava que a nova esquerda seria a outra face do petismo, envolvendo departamentos de ciências humanas em universidades e que “fariam xixi nas calças diante de Marx e Lênin e detestam gente que cheira a ônibus. A esquerda marxista-leninista sempre desprezou a ordem institucional. Falam nela para enganar bobo” (Pondé, 2018b). Dessa forma, o argumento de Pondé reforça a ideia de que uma das candidaturas para a eleição de 2018 teria desprezo pela ordem institucional – e, nesse caso, seria o petismo. No caso de Azevedo, o foco de crítica nessa coluna era a Lava Jato, além de concluir seu texto buscando construir uma metáfora com a sua infância destacada no texto:

Ainda sei o que é MRUV e reconheço a Adverbial Temporal Reduzida de Particípio quando diante de uma. O Dia da Árvore se comemora na sexta que vem, unindo setembros. Dois dias depois, começa a primavera. Odeio invernos. Desde os 15 anos. Este também passará (Azevedo, 2018f).

O inverno, nesse caso, pode representar as instabilidades que poderiam estar no horizonte e também as práticas do tão criticado “Partido da Polícia”, classificadas até como fascistas. Além disso, serve para RA comparar o momento com a sua adolescência, quando foi interrogado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) – de maneira que comparasse o contexto atual com algo próximo à ditadura. Porém, busca

⁸³ A título de exemplo, essa matéria da Folha de São Paulo de 2002 exemplifica como, desde sua origem, o partido teve dificuldades e divergências ao lidar com regimes autoritários de esquerda. Se, por um lado, Lula já havia elogiado Fidel Castro, José Dirceu, por outro lado, questionava o autoritarismo e discordava do modelo político lá apresentado. Fraga, Plínio. Petistas fazem elogios e críticas a Cuba. Folha de São Paulo, São Paulo, 01 out. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0110200225.htm#:~:text=Coube%20a%20Dirceu%20apontar%20diverg%C3%A2ncias,Estado%20seja%20tutor%20da%20sociedade.%22>. Acesso em: 16 dez. 2025.

trazer um tom de esperança ao falar em “primavera”, estação do ano recorrentemente utilizada como metáfora para um futuro melhor. Também pode ser interpretado a partir de sua “virada intelectual” e o momento que busca aderir uma postura de “resistente”.

Ambos, nesse momento, ocupam posições distintas nas vésperas da eleição. Enquanto Azevedo se posicionava claramente contra o petismo e contra o bolsonarismo, Pondé assumia uma postura crítica principalmente em relação ao candidato de esquerda. Não havia apoio evidente a Bolsonaro em suas colunas, além de algumas críticas pontuais, mas, fundamentalmente, seus textos estabeleciam uma crítica às esquerdas.

4.3 A ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO

Após ampla vantagem no primeiro turno, Bolsonaro derrotou Haddad na segunda volta e venceu as eleições de 2018. Este é o ponto final da dissertação e as fontes selecionadas demarcam as impressões dos autores sobre o eleito e como o governo se formaria, além de uma derrota da esquerda.

Às vésperas do primeiro turno, o texto de RA se diferenciava do publicado em outubro de 2014. Na coluna “Declaração de Voto” (Azevedo, 2014d), o intelectual deixava subentendido seu voto em Aécio Neves. Porém, no texto publicado no dia 05/10/2018, Azevedo constrói uma argumentação crítica ao que chama de “elite brasileira”, apontando o alto número de pessoas com curso superior que votariam em Bolsonaro e acreditavam em “fake news” que circulavam nas redes sociais. Sua “declaração de voto” fica em segundo plano, apenas na conclusão da coluna:

A dois dias do primeiro turno das eleições, vai uma constatação vazada não sem certa melancolia. Setores da elite universitária brasileira são hoje os principais clientes das mentiras espalhadas nas redes sociais. É um assombro que assim seja. Aqueles que, em tese, dispõem dos instrumentos mais afinados para apontar o que está fora do tom se mostram os maiores entusiastas de cacofonias muitas vezes sórdidas. São, entre outros profissionais, médicos, engenheiros, dentistas, economistas, advogados —e, por óbvio, não estou aqui a cometer o erro da generalização. Também há, e espero que em maior número, os que se mostram capazes de ponderar e que ainda não renunciaram à lógica elementar em favor da falácia (Azevedo, 2018g).

A ampla difusão de notícias falsas foi um tema de grande discussão durante a campanha de Bolsonaro e promoveu inúmeros debates no campo acadêmico como um fenômeno que ultrapassa, inclusive, o cenário do bolsonarismo, expandindo-se globalmente com as redes sociais. Os trabalhos de Letícia Cesarino (2022) são ferramentas fundamentais para compreender conceitos como “pós-verdade” e

plataformização da vida, de maneira que o entendimento desse aumento de “fake news” passa também por compreender o papel da internet nas eleições contemporâneas. O diagnóstico de David Runciman a respeito das crises democráticas (2018) tem na Revolução Tecnológica um aspecto forçoso para a maior circulação de notícias falsas, além das que fogem a campos da ciência, mas mobilizam afetos diversificados da sociedade. Marcos Nobre (2022) explica o bolsonarismo a partir da lógica do “partido digital”, que diz respeito à relevância do digital na articulação e na organização do bolsonarismo enquanto movimento político.

A crítica de RA apontava para um aspecto também fundamental no bolsonarismo: o caráter antipolítico e “outsider” de sua candidatura. Segundo Azevedo, a política, tal qual a medicina, por exemplo, era também um saber, sendo necessária a manutenção dos “políticos tradicionais”. No texto, Azevedo falava em “negação à ciência” e “apelo à magia” como a justificativa de setores que votariam em Bolsonaro:

Apelam a métodos já testados, verificados e verificáveis de precisão, buscando cercar as margens de erros, ou atuam segundo fundamentos místicos, o “ouvi dizer”, o “só pode ser”? Apela à ciência ou dão três toques na madeira? **A política também é um saber. E pode matar mais do que a imperícia em muitas profissões.** De onde vem a crença de que alguém sem nenhuma experiência é capaz de oferecer a resposta certa e definitiva para problemas difíceis? (Azevedo, 2018g, grifos nossos).

A defesa de Azevedo de uma política institucional, de caráter liberal, já estava consolidada, inclusive com ele argumentando em outros momentos que era extremamente solitário ser liberal no Brasil. Diante dessas críticas, Azevedo asseverava que não conseguia compreender as razões de pessoas sensatas em suas profissões serem vítimas de uma “sinceridade grosseira”. Parte da retórica bolsonarista envolvia seu carisma e capacidade de “falar a língua do povo” – aspecto que é explorado por Pondé posteriormente:

Por que pessoas sensatas em suas respectivas profissões, hábeis do manejo dos fundamentos de suas respectivas ciências, testadas, muitas vezes, em mercados competitivos, caem **vítimas da suposição estúpida de que a sinceridade grosseira, justamente porque desinformada, pode ser redentora?** “Ah, não quer que eu vote em Fulano, né? Então quer Beltrano...” **Eu??? Posso auxiliar alguém no uso de adjuntos adverbiais de modo, por exemplo, nunca na escolha de um candidato.** Apenas me dou o direito de indagar que futuro tem um país em que parte considerável daquela que é, para todos os efeitos, a sua elite intelectual não consegue, em matéria de política, ir além dos memes que recebe pelo celular. [...] Se posso fazer uma advertência, lá vai: **um eventual resultado das urnas pautado pelo raciocínio mágico será, depois, cobrado pelo mundo real, que sempre aparece para assombrar as fantasias, como fez com Fernando Collor e Dilma Rousseff, que caíram.** (Azevedo, 2018g, grifos nossos).

RA se isenta de qualquer responsabilidade na sugestão de quem votaria, ainda que deixasse clara a sua crítica a Bolsonaro. Ele comparava a possível eleição do candidato às eleições de Collor e Dilma Rousseff, que teriam sido baseadas em “magia”, mas foram cobrados e saíram de seus cargos antes de os mandatos terminarem. A comparação com Fernando Collor existia, principalmente a partir da promoção de um discurso de renovação política. Ainda que Collor fosse um político de uma família que já havia influenciado na política nacional e também reconhecido regionalmente, havia no ex-presidente também um aspecto propriamente estético e que remetia à sua juventude, tendo sido eleito com 40 anos – diferente de Bolsonaro, que também apresentava o discurso da renovação, ainda que já houvesse sido eleito deputado por anos a fio, mas já contava com mais de 60 anos quando ascendeu à presidência.

Além disso, o Poder Judiciário foi alvo de RA por duas situações naquela semana. Primeiro, o Supremo Tribunal Federal não autorizou que a FSP realizasse uma entrevista com Lula, que estava preso e foi além, apontando que se a entrevista já estivesse pronta, que ela fosse censurada⁸⁴. A crítica de RA envolvia argumentar que havia um desequilíbrio na democracia, apontando que o Judiciário havia entrado nas eleições passava também por tratar como “aberração” a quebra de sigilo feita por Moro da delação premiada de Antônio Palocci, dias antes do primeiro turno. Repetindo um argumento já viabilizado em outros momentos, Azevedo apontava que “togas” rompiam com as regras do jogo, e que o respeito a elas seria seu candidato:

Para não deixar passar. **O pior aconteceu e está em curso. O Poder Judiciário entrou na eleição.** O veto à entrevista de Lula, com censura prévia, afronta as regras de funcionamento do Supremo e os Artigos 5º e 220 da Constituição. A marota quebra de sigilo da delação de Antonio Palocci, determinada por Sérgio Moro na boca da urna, é uma aberração. **Nos dois casos, a toga tenta fazer sombra na vontade do eleitor.** E que se note: estou entre aqueles que acham que a entrevista de Lula faria mais mal do que bem ao PT. Mas isso não determina a minha crítica. **Meu candidato é o respeito às regras do jogo. Faz parte do pensamento mágico ignorar as obviedades do Conselheiro Acácio, segundo quem as consequências vêm sempre depois** (Azevedo, 2018g, grifos nossos).

O radicalismo de Bolsonaro presente durante a campanha envolvia termos como “fuzilar” seus adversários, além de elogios a autocratas ao redor do mundo. Antes do primeiro turno, um de seus filhos afirmava que era necessário pouco esforço para “fechar”

⁸⁴ Turollo, Reynaldo. Fux proíbe Folha de entrevistar Lula e determina censura prévia. Folha de São Paulo, Brasília, 28 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/fux-suspende-decisao-de-lewandowski-que-autorizava-entrevista-de-lula-a-folha.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2025.

o STF⁸⁵. Somando isso às inúmeras críticas de RA contra a “direita xucra”, a Lava Jato e o próprio Bolsonaro, permite-se sugerir que, ao se ancorar na afirmação de que “o respeito as regras do jogo” seria o seu candidato, o intelectual deixa claro que não votaria em Bolsonaro.

A oposição ao candidato de ultradireita envolveu setores diversificados da sociedade e, antes do primeiro turno, uma manifestação de proporções nacionais contra ele tomou as ruas. Os atos, popularmente conhecidos como “Ele não”⁸⁶, foram organizados principalmente por mulheres e grupos feministas, mas contaram com apoio de outros opositores ao candidato. Ressalta-se que Bolsonaro tinha uma grande aceitação entre homens, mas uma maior rejeição entre mulheres – foi comum ver, ao longo de sua trajetória, declarações sexistas, como quando disse que sua filha teria sido uma “fraquejada”.

Portanto, essas discussões a respeito do papel social do gênero estavam circulando no debate público, principalmente a partir dos atos no entorno do país. Após o bom desempenho de Bolsonaro no primeiro turno, Luiz Felipe Pondé publicou a coluna “As filósofas do interior” (15/10/2018) em que argumentava, a partir de uma conversa com amigas de uma cidade do interior paulista, que não existia o “patriarcalismo” e, em bons casamentos, a mulher era quem “mandava”:

Conversando com umas amigas de uma importante cidade do interior paulista nos últimos dias, ouvi uma máxima que, segundo elas era repetida pelos pais. Essa máxima é a seguinte: “Se sua mulher pedir pra você pular do telhado, reze para que ele não seja alto”. O que quer dizer essa máxima filosófica? Primeiro, o óbvio, mas que, às vezes, parece não muito óbvio. A máxima exemplifica uma sabedoria muito antiga: nos casamentos que funcionam, as mulheres mandam no cotidiano, e esse cotidiano vai ao encontro do velho adágio “a mão que balança o berço é a mão que manda no mundo”. **Ao contrário do que berra a turma contra o “patriarcalismo”, as mulheres bem casadas mandam** (Pondé, 2018d).

O argumento de Pondé envolvia também criticar a filósofa Simone de Beauvoir (1908-1986) e sua obra “O Segundo Sexo”, uma das principais referências para grupos feministas contemporâneos. Destaca-se que, anos antes, a obra de Beauvoir fora tema de

⁸⁵ EDUARDO Bolsonaro diz que basta “um soldado e um cabo” para fechar STF. Agência Brasil: Brasília. 21 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/eduardo-bolsonaro-diz-que-basta-um-soldado-e-um-cabo-para-fechar-stf>. Acesso em: 17 dez. 2025

⁸⁶ “Se dependesse dos homens, Bolsonaro sairia do primeiro turno isolado no primeiro lugar. O ex-capitão do Exército tem 37% da intenção de voto deles. Já se dependesse das mulheres, Bolsonaro terminaria empatado com Fernando Haddad. Entre elas, o militar tem 21%, contra 22% do candidato do PT. Os dados são da última pesquisa Datafolha, divulgada na noite de sexta-feira (28)”. Gragnani, Julia; Dias Carneiro, Julia; Rossi, Amanda. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. BBC News Brasil: São Paulo. 30 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 17 dez. 2025

uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) anos antes, tendo sido a prova duramente criticada por Bolsonaro, que falava em “doutrinação aos jovens”⁸⁷. LFP faz uma ressalva em seu argumento, apontando que existiam “homens ruins” que mereciam ser punidos, mas não se tratava da maioria. LFP então legitima, em seu argumento, quem “cansou de ser visto como vilão do mundo” – o que, nesse caso, parece uma justificativa ao voto em Bolsonaro – e argumenta que as “odiadoras de homens” viram as mulheres que “amam homens bons” se juntarem a um “grito de resistência”:

Casamentos que duram são matriarcais em grande medida porque as mulheres mandam em casa e no cotidiano. **E, contra os que rezam na cartilha do “Segundo Sexo”, livro da filósofa Simone de Beauvoir (1908-1986), as mulheres são também o primeiro sexo.** [...] O homem sempre quer uma mulher que mande nele, sem ela, ele se sente perdido, mal amado, mal cuidado e, portanto, ele devolve na mesma moeda. É claro que existem homens ruins que batem em mulheres e as violentam (e que devem ser punidos). Mas a maioria dos homens não faz isso, **e essa imensa maioria cansou de se ver representada, da política à arte, das ciências sociais às escolas das crianças, como os vilões do mundo.** Trabalhando de sol a sol, esses homens se encheram de ver suas vidas narradas de forma falsa e enviesada. **E, para a tristeza de muitas odiadoras de homens, as mulheres que amam os homens bons e cuidadores resolveram se juntar no grito contra a mentira travestida de “verdade sociológica”.** (Pondé, 2018d).

Os argumentos de Pondé parecem ir ao encontro de discursos antifeministas mais radicalizados, como o de grupos masculinistas que se sentem ameaçados frente a uma feminização do mundo, como aponta a tese de Camila Galetti (2024). Marina Basso Lacerda (2019) também aborda o tema do antifeminismo em seu livro a respeito do neoconservadorismo no país. Na definição de Galetti (2024), o antifeminismo não seria um movimento social autônomo, mas, sim, com características de um feminismo reverso. Nesse sentido, o antifeminismo se manifestaria “em contextos histórico-políticos específicos, seguindo o modelo de interação conflitante (Zald; Useem, 1987), baseado na utilização do movimento como contramovimento para se estabelecer” (Galetti, 2024).

A crítica de Pondé perpassa por uma redução das demandas do feminismo como a ausência de um relacionamento amoroso – ou, em suas palavras, a falta de “um homem em que mandar”. O intelectual argumenta em favor de setores mais liberais do feminismo, no entanto, não deixa de ser válido observar como o intelectual reproduz ideias que pertenciam a um campo mais radicalizado. Pondé ainda aponta que isso seria um “ódio

⁸⁷ Moreno, Ana Carolina. Bolsonaro e Feliciano criticam Enem; Maria do Rosário e Janine elogiam: Eles criticaram questão com citação de Simone de Beauvoir. Deputada Maria do Rosário e ex-ministro Janine elogiaram tema de redação. G1: São Paulo, 25 out. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/deputados-bolsonaro-e-feliciano-acusam-enem-de-doutrizacao.html>. Acesso em: 18 dez. 2025.

ao casamento tradicional” – ponto acerca do qual ele discorre em colunas posteriores a respeito da eleição de Bolsonaro:

Críticas americanas do feminismo já haviam apontado o risco de que muitas das críticas da família tradicional são mulheres que nunca conseguiram achar um homem em que mandar no dia a dia. Essa incapacidade de encontrar um homem que as amassem o bastante para “obedecer” a elas teria levado essas mulheres sem homens para mandar no ódio ao casamento tradicional. Em suma, grande parte do feminismo raivoso (porque existe sim um feminismo consistente contra abusos, menores salários e espancamentos) deita raízes na incompetência de muitas mulheres em achar um homem em que elas mandem, com carinho, humor, doçura e perenidade (Pondé, 2018d, grifos nossos).

Pondé discorre sobre a máxima de suas amigas como uma “verdade” que vem do interior e, analisando em perspectiva, permite uma reflexão mais complexificada do conteúdo de seu argumento. Em diversos momentos de sua trajetória – como já observado ao longo da dissertação – Pondé relaciona as esquerdas à mentira. As relações entre “Verdade” e “Política” por vezes não se resumem a um debate moralista e muito menos maniqueísta, dada a complexidade da relação, como aponta Hannah Arendt (2022). Além disso, em diversos momentos, relaciona o grupo político que se opõe à mentira e se vale de maneira recorrente da “retórica do realismo”, aproximando-se como um “portador de uma verdade” próxima ao povo. Em um momento em que a esquerda (aquela que Pondé apontava representar um profundo atraso na política brasileira) conseguia avançar ao segundo turno, mas derrotada em diversos estados, parece relevante pontuar como o autor emprega a seguinte frase: “a mentira, com o tempo, enche o saco de quem é capaz de enxergar a realidade” (Pondé, 2018d). Nesse sentido, ele confirma sua opinião no parágrafo seguinte, apontando que a “guinada conservadora” envolve, em linhas gerais, um “cansaço das pessoas” com as esquerdas:

O que uma conversa singela como essa nos ensina acerca do Brasil que emerge das eleições que estamos atravessando? **O que é essa “guinada conservadora” que parece varrer o país? Muita gente no Brasil está cansada, por exemplo, de ser levada a pensar que debates ao redor do fenômeno “trans” sejam a pauta mais importante em termos de direitos humanos** (Pondé, 2018d, grifos nossos).

Neste aspecto, é interessante observar a clara diferença de Pondé para Azevedo a respeito do que pensam sobre os apoiadores de Bolsonaro. RA deixa muito claro em alguns momentos que seriam parte de uma elite reacionária – distinção que também existe nos argumentos de Pondé, já que, em certos momentos, o filósofo classifica a elite como um setor progressista. No entanto, o seu argumento a respeito de quem elegia um candidato como Bolsonaro era “gente comum” que teria se cansado de se sentir e de ser

tratada como reacionária. Além disso, seu argumento passa por pontos que pareciam muito presentes nas pautas de Bolsonaro, como a segurança pública, a inflexibilidade com punições a criminosos – em uma linha de um discurso que busca garantir a “Lei e ordem” – e a superação da ditadura militar. Além disso, exalta as redes sociais, que tiveram um papel central naquelas eleições, tendo em vista o sucesso de Bolsonaro a partir delas:

Antes de tudo, **a gente comum** (que normalmente é casada e a mulher manda em casa, a fim de que a janta seja servida todos os dias) **cansou de sentir que sua percepção de mundo é absurda, errada, reacionária, monstruosa, idiota ou cheia de ódio. Pelo contrário, muitas dessas pessoas querem apenas que seus filhos voltem vivos da escola e não que gastemos tempo e dinheiro com criminosos ou tristes vítimas de um passado ligado à ditadura.** Tudo isso é muito distante delas. **As redes sociais “libertaram” a ira do Brasil profundo** que paga boletos diariamente e que conhece homens que pulam felizes dos telhados há séculos (Pondé, 2018d, grifos nossos).

Em que pese o fato de o texto não ser uma declaração de voto ao candidato, parece endossar o bom desempenho do primeiro turno, tendo em vista que Pondé, em diversos momentos, situa-se ao lado dessa “gente comum”. A crítica ao bolsonarismo, nesse momento de campanha, é muito mais presente em Azevedo do que em Pondé – que só critica os apoiadores do eleito em 12/11. Antes do segundo turno, RA teve um texto publicado na seção Ilustríssima, com o título “Nem sua tia nem seu 'crush' são fascistas”. O texto é mais longo que uma coluna semanal, mas é relevante e foi selecionado para ser trabalhado pela sua capacidade de condensação das ideias de RA a respeito de Bolsonaro e do bolsonarismo naquele contexto, além de sua posição naquelas eleições. O uso do adjetivo político “fascista” foi amplamente usado pela militância petista para classificar Bolsonaro ao longo da campanha e posteriormente. Além disso, o tema permanece contemporâneo no debate acadêmico como um conceito possível para classificar Bolsonaro e seu governo⁸⁸ (Mello, 2020; Caldeira Neto, 2020).

Em seu texto, Azevedo buscava argumentar que Bolsonaro era sim uma expressão da direita brasileira, mas não seria “novo”. Além disso, buscava distanciar-se ao afirmar que Bolsonaro não era um “liberal”, como apontavam as “armadilhas intelectuais do esquerdismo” (Azevedo, 2018h). RA busca consolidar a ideia de que Bolsonaro é, também, fruto do petismo e parte de uma direita antiliberal, além de que não poderia ser tratado como fascista, assim como seu eleitorado:

Lula bem que podia aproveitar o cárcere para escrever um livro de memórias nominando os bolsonaristas delirantes de agora que lhe faziam medidas

⁸⁸ O próprio Laboratório de pesquisas que Pondé fazia parte na PUC-SP, o Laboratório de Política, Comportamento e Mídia (Labô) promoveu um grupo de estudos com o nome “Bolsonarismo: o novo fascismo brasileiro”, em junho de 2020. Disponível em: <https://offlattes.com/archives/2975>

interessadas ao tempo em que eu desconstruía o PT. E o partido, claro!, pedia a minha cabeça, um vício dos patriotas nativos, quase como fazer xixi na rua. É a farsa se repetindo e fazendo história. Adiante. Bolsonaro encarna a visão da direita à moda antiga, antiliberal. Mas será um “fascista”, como se diz por aí? E seu eleitorado? Começemos por livrar da suspeita sua tia, seus vizinhos simpáticos, que o chamam para tomar café com bolo de milho, e até seu “crush”. Para ficar nos números do primeiro turno, que vão crescer, não há, felizmente!, mais de 49 milhões de fascistas no país (Azevedo, 2018h).

RA reforça sua argumentação apontando para o constante uso da palavra como adjetivo de desqualificação por parte da esquerda, que inclusive já o teria chamado de “fascista” em outros momentos. Azevedo aponta que o candidato não era fascista, pois, em sua leitura, o fascismo não existiria mais. Entende-se que a argumentação em que RA quer se amparar envolve justamente poder se manter numa distância igual ao petismo e ao bolsonarismo, visto que, embora afirme uma inexistência do fascismo como movimento, argumenta que existiam “práticas fascistoides”:

Inexiste uma “direita fascista”, e isso inclui Bolsonaro, porque fascismo não há mais. Tal conceito não é uma metáfora. Trata-se de uma forma de organizar o Estado e a sociedade que não está dada. **É inegável, no entanto, que há opiniões e práticas políticas fascistoides, à moda dos fascistas. À direita e à esquerda. Fascistoide é a campanha do candidato do PSL, com suas milícias organizadas nas redes sociais para atacar todos aqueles que veem como adversários; com sua produção, em escala estratosférica, de “fake news” as mais odientas;** com sua desenvoltura para ameaçar pessoas, para expor sua privacidade, para patrulhá-las; com seu desassombro para rebaixar a crítica justa à expressão mais asquerosa do preconceito (Azevedo, 2018h, grifos nossos).

Neste tópico, fica evidente a distinção de Azevedo e Pondé também a respeito das redes sociais. Enquanto Pondé exaltava o caráter “libertador” dessas, RA apontava como o ambiente de divulgação de “fake news odientas”. Somado a isso, o reconhecimento de que as práticas do candidato e de grupos próximos a ele seriam fascistoides. Ainda que Azevedo não tratasse os eleitores de Bolsonaro como “fascistas”, também não havia em sua leitura a percepção de que eram “gente comum”, como destacado por Pondé. Há, no entanto, a semelhança de uma leitura que tratava os eleitores como “cansados” dos governos petistas.

Outro termo para classificar Bolsonaro popularmente usado foi o de “Nova Direita”, expressão criticada por Azevedo. Em seu argumento, o autor classificava o bolsonarismo como uma das maiores barbáries da política brasileira. Entende-se que é uma forma de se distanciar o máximo possível da candidatura. Ele destacava os componentes da retórica de Bolsonaro como o oposto ao que chama de “liberalismo” –

no que ele se insere – ainda que destaque que parte do eleitorado liberal era eleitor do candidato:

Nova direita”? A pregação de Bolsonaro, e lamento que assim seja porque parte do eleitorado liberal foi tragado pela voragem, enfeixa o que há de mais tacanho na luta ideológica. **Seu discurso e o de boa parte daqueles que mobiliza nas redes trazem manifestações explícitas de misoginia, racismo, homofobia, anticomunismo com sabor de Guerra Fria, incentivo velado e, às vezes, escancarado à violência, ódio à imprensa livre, desprezo pela diversidade, apreço pela ditadura, justificação da tortura e da ação de torturadores...** O que essa barbárie retórica tem a ver com liberalismo? (Azevedo, 2018h, grifos nossos)

Outro aspecto fundamental é a distinção entre a forma que Azevedo e Pondé tratam o passado traumático brasileiro da ditadura militar. Enquanto Pondé minimiza o trauma do passado, apontando que seria um “erro” ficar se lembrando tanto do período ou argumentando que a “esquerda” estaria presa a ele, Azevedo faz questão de destacar os riscos de saudar um passado que ainda ecoava na sociedade. É importante lembrar que essa crítica de Azevedo a ditadores e apreciadores dela já foi vista em outros momentos de sua carreira – como após o voto de Bolsonaro pelo *impeachment* de Dilma.

O texto de Azevedo traz uma distinção entre o movimento e a direita fascista para uma concepção de Estado Fascista. Essa distinção entre movimento x regime é feita no campo acadêmico, como nos trabalhos de Robert Paxton (2007) e Federico Finchelstein (2019). Azevedo já havia usado o término de “Estado Fascista” para criticar práticas da Operação Lava Jato. Dessa forma, o raciocínio de Azevedo opera em uma lógica de que “práticas fascistoides” podem ocasionar em um “Estado Fascista” – ainda que não exista mais o Fascismo.

O intelectual parece se amparar em algumas das obras essencialistas do campo de estudos – afinal, há um hiperlink no texto de Azevedo que redireciona o leitor para uma entrevista concedida à Folha por Emilio Gentile -, que apontava para um fascismo como fenômeno exclusivo da Europa durante um período determinado no século XX (Finchelstein, 2019):

O candidato não é um fascista. Mas deixem que organize o Estado à sua vontade e à de seus operadores, e se terá, sim, um Estado... Fascista! Ou não são eles a dizer que não aceitarão nem mesmo diálogo com a oposição porque é composta de sabotadores da democracia? Os oposicionistas, por acaso, não estarão igualmente legitimados pelo voto? **O que há de “novo” nessa direita que o velho fascismo já não tenha posto em prática?** (Azevedo, 2018h, grifos nossos).

Esse distanciamento de RA com o que seria a prática fascistoide de Bolsonaro se consolida também na medida que o intelectual busca destacar que o sucesso do candidato passava por capturar frustrações após o governo Dilma. O argumento de Reinaldo

Azevedo passa também por apontar que Bolsonaro era iliberal “nos costumes” e “na economia”, principalmente quando se escutava ele próprio falando. Nesse aspecto, o intelectual também critica Paulo Guedes, apontando que sua “ambição a ser o Pigmaleão” de Bolsonaro era silenciada a partir dos comandos do “capitão”:

Com habilidade, Bolsonaro soube capturar as frustrações e insatisfações de milhões de brasileiros que sofreram as consequências do desastroso governo Dilma, o primeiro pilar dessa arquitetura da destruição da razão, e conectá-las com seu discurso brutalista. São tempos, e a história os coleciona às pencas, em que os fatos nada podem contra os argumentos influentes e, às vezes, contra a falta deles. O iliberalismo do candidato não se manifesta apenas nesses territórios afeitos, para ser genérico, aos direitos humanos e à cultura. **O Bolsonaro iliberal tem também uma expressão econômica, ainda que vazada, quando é ele próprio a falar, por tartamudeios e anacolutos. Paulo Guedes alimenta a ambição e a vaidade de ser o seu Pigmaleão e de dar vida e pensamento àquele que imagina como sua escultura em ação.** Trata-se de uma ilusão do economista. Até porque, como se viu, quando se fez necessário, foi Bolsonaro quem lhe impôs silêncio obsequioso, não o contrário (Azevedo, 2018h, grifos nossos)

Neste ponto, há uma semelhança com o texto de Pondé no qual uma das justificativas para a eleição de Bolsonaro seria justamente a insatisfação e o “cansaço” com as esquerdas. Entretanto, essa diferenciação em relação a Guedes é um ponto em que Azevedo insiste, inclusive após a eleição. O economista foi saudado por setores da opinião pública e grupos radicalizados do liberalismo brasileiro (Rocha, 2019; Vieira, 2021) como a tábua de salvação para o bolsonarismo. Esses grupos também são criticados por Azevedo que os trata como “mercado”. Sua crítica envolve novamente a autoafirmação de sua condição de liberal e ironiza a metáfora de Bolsonaro sobre o “galinheiro”:

Os tais “mercados” se deixam enlear pelas promessas de desvinculação dos gastos com saúde e educação, que têm previsão constitucional; Orçamento de base zero e a promessa alucinada de arrecadar até R\$ 1 trilhão com a privatização de estatais irrelevantes e a venda de imóveis da União. **Quando o olhar de um liberal, e é o que sou,** volta-se para o que interessa, encontra a entrevista de Bolsonaro, concedida há pouco, negando nestes termos a privatização do setor de geração de energia: ‘Suponha que você tem um galinheiro no fundo da sua casa e viva dele. Quando privatiza, você não tem a garantia de comer um ovo cozido. Nós vamos deixar a energia nas mãos de terceiros?’ (Azevedo 2018h, grifos nossos).

Azevedo insiste nessa crítica e ironiza que Bolsonaro se valia dessa metáfora do galinheiro para diversas ocasiões. Um exemplo dado pelo intelectual é no lançamento de campanha de Bolsonaro quando o candidato se valia da metáfora para criticar uma suposta venda de terras agriculturáveis no subsolo do país. Ele apontava que era a favor das privatizações, mas havia de se ter cuidado com elas, pois não se poderia “entregar para um país estrangeiro” (Azevedo, 2018h). Esse tipo de argumentação serve para RA classificar como ingênuos aqueles que tratavam Bolsonaro por “Liberal” somente se ele

fosse um defensor irrestrito das privatizações. Para consolidar ainda mais sua distância de Bolsonaro, Azevedo trata que esse discurso possuía elementos iliberais próximos ao estamento militar:

O eventual sequestro das nossas riquezas teria a devida vedação constitucional. Ocorre que o ponto é outro. **O presidenciável está vocalizando, ainda que sem conhecimento de causa, um pensamento iliberal, este sim estruturado, complexo e igualmente velho: o do estamento militar. Oswaldo Ferreira, general da reserva que vai cuidar da infraestrutura no governo Bolsonaro, deixou claro em entrevista à Folha: “Considero que o refino e a distribuição de petróleo possam ficar com a iniciativa privada. O caso da Eletrobras precisa ser conversado”.** Destaque o uso da primeira pessoa do singular, que vale pela primeira do plural. Está dito (Azevedo, 2018h, grifos nossos).

Essa aproximação do bolsonarismo ao estamento militar também nos aspectos econômicos é representado na figura do que Azevedo classifica como “geiselismo” – ligado a uma herança dos governos de Ernesto Geisel. O regime militar tinha, em suas características, o ufanismo e um amplo investimento em estatais. O “Milagre econômico”, consistia justamente em buscar medidas tuteladas pelo Estado que pudessem acelerar a economia brasileira a partir de obras públicas. Durante a redemocratização, os governos de Collor, Itamar Franco e FHC produziram reformas liberalizantes na economia, destacando-se que, em outros momentos já fora observada essa proximidade intelectual e, por que não, política, de Azevedo com a ala do PSDB ligada ao ex-presidente. Portanto, distanciar-se do liberalismo de Guedes e também do bolsonarismo a partir de sua associação com o estatismo militar – além de uma aproximação disso com o próprio petismo, como será visto adiante – envolve também uma disputa no campo das direitas, ainda mais após a campanha fraca do PSDB no primeiro turno na qual Geraldo Alckmin teve um fraco desempenho. Nesse aspecto, o bolsonarismo acabaria por aglutinar setores que até poderiam ser próximos a essa ala histórica dos “tucanos” e também de outros liberais brasileiros, no entanto, em um contexto com amplas disputas no campo, não de maneira lenta, gradual e segura. Não por acaso, logo após o primeiro turno, João Dória anunciou o slogan “BolsoDória”, para a disputa do governo do estado de São Paulo.

Esse distanciamento de RA – ainda que mediado por apoio de outros personagens que Azevedo tratava por gente “xucra” ou “seduzidos” pelo bolsonarismo – envolve também uma observação de como o processo tem a participação de novos atores, mas também há uma radicalização de personagens que já estavam no campo político – para além de fisiologismos - e intelectual das direitas. Há a impressão de que, para além desse radicalismo, há também um movimento do próprio Azevedo de se distanciar desse

grupo⁸⁹, abraçando pautas mais vinculadas ao campo progressista, como suas opiniões a respeito do discurso de Bolsonaro. Destaca-se que o intelectual sempre fora um defensor da “imprensa livre”, por exemplo, sendo que essa era sempre uma de suas grandes críticas ao petismo e os desejos de políticas que regulamentassem a imprensa no país. Ao classificar Bolsonaro como geiselista, ele ironiza essa similaridade com o petismo:

Se o candidato soubesse direito o nome do que vocaliza, ele deveria se dizer, no máximo, um geiselista, nunca um liberal. Poderia ser também, e escrevo com galhofa e melancolia, um petista —ainda que, nos costumes, virado pelo avesso. No dia 23 de abril de 2008, por ocasião dos 35 anos da Embrapa, o então presidente Lula elogiou os governos dos generais Emílio Médici e Ernesto Geisel. **Bolsonaro não é um liberal, e liberal não será o seu governo.** A menos que mude de rumo. (Azevedo, 2018h).

O distanciamento enquanto liberal envolve também a classificação do bolsonarismo e seus apoiadores como “reacionários” que, na leitura de Azevedo, pulsavam na sociedade brasileira há décadas. O argumento envolvia debater uma questão civilizacional, ao pontuar que o constrangimento do preconceito significava saber conviver em sociedade. Além disso, defendia a liberdade de expressão, argumentando que não se deveria acreditar que reprimir esses “ódios” seria contra a legislação. Nesse ponto, também se diferencia de Pondé para quem muitos brasileiros “cansaram” de ser chamados de reacionários por terem opiniões que seriam “distintas” às dos “inteligentinhos”:

A força que mobiliza parte considerável de seus seguidores —as redes sociais o revelam de maneira insofismável— tem matriz escancaradamente reacionária e pulsa há muito na sociedade brasileira, ainda que reprimida há tempos pelo princípio da civilização. **Querem saber? Eu realmente não me importo com o sofrimento da pessoa que se vê constrangida a calar seus preconceitos mais odientos. Louvo, isto sim, o, quando menos, senso de decoro que a leva a reprimir a besta primordial. Troco o troglodita autêntico, e todos o trazemos estampado naquela parte da alma em que mora a raiva, pelo ser manso por acomodação ou conveniência.** A hipocrisia que leva à tolerância é uma conquista civilizatória. E sem ferir os Artigo 5º e 220 da Constituição, que garantem a liberdade de expressão (Azevedo, 2018h, grifos nossos).

Azevedo reforça que o bolsonarismo teria como raiz o próprio petismo, argumentando que seriam faces distintas de uma mesma moeda. Bolsonaro seria um populista como os petistas, mas “às avessas”. RA demonstra seu antipetismo nesse argumento de maneira lateral, ao apontar que Bolsonaro transformou os governos do PT em sua “herança maldita” - mais uma vez, fazendo questão de relembrar a clássica fala

⁸⁹ Em recente entrevista conduzida por Azevedo e o advogado Walfrido Warde com Geraldo Alckmin em dezembro de 2025, o intelectual aponta que conhecera o vice-presidente no campo do conservadorismo e o via, nesse momento atual, mais “feliz” a partir de um maior contato com o progressismo e confessa: “eu já fui mais conservador, talvez o conservadorismo não seja lá tão animado”. <https://www.youtube.com/watch?v=E6sKwSbFXIU>

de Lula sobre o governo de FHC. Contudo, não deixa de reforçar que Lula estava preso sem provas, ainda que continue a apontar as raízes do bolsonarismo no petismo, dizendo que o “desastre” do governo Dilma deu margem para esse novo “demiurgo”:

não é preciso dar um duplo twist carpado na argumentação para **encontrar o próprio petismo na raiz da ascensão de uma figura como Bolsonaro e disso a que se mal chama “nova direita”**. Antes, o país se dividia entre Nós e Eles; agora, entre Eles e Nós. **A desqualificação rasteira do “outro porque outro” é obra da mais legítima engenharia política petista. Reparem como Bolsonaro transformou os governos do PT na sua “herança maldita”, expressão de que Lula há de se lembrar muito bem lá na cadeia —onde está, note-se, contra o que dispõe a Constituição, em decorrência de numa condenação sem provas**. E eis que chegamos, então, ao segundo pilar do desatino —o outro, lembram-se?, é o desastre do governo Dilma—, que transformou em novo demiurgo um reacionário sem muita imaginação (Azevedo, 2018h).

Dessa forma, RA deixa claro quem seriam, em sua opinião, os dois principais pilares para a ascensão bolsonarista: o petismo e a operação Lava Jato. Em sua crítica, compara a operação com Frankenstein, mas composto por ilusões redentoras - fazendo uma menção ao aspecto salvacionista da operação. Tal aspecto viria da forma que a operação transformou o combate à corrupção em um fim em si mesmo, não como uma forma de aprimoramento da democracia. RA cita o advogado Walfrido Warde que, em livro, argumentava que a operação não trouxera marcos institucionais que protegessem o país, mas um grande número de empresas quebradas, além - ele aponta que isso é ele quem está dizendo - um ódio generalizado aos políticos e o crescimento do populismo:

A Lava Jato é o doutor Victor Frankenstein dessa criatura política que aí está, composta por fragmentos das ilusões redentoras —e corporativistas! — de procuradores, juízes e parte da imprensa, que transformaram o necessário combate à corrupção não em um meio de aprimoramento da política e da democracia, mas num fim em si mesmo, pouco importando o custo da ação destrambelhada, que ignorou, com frequência escandalosa, o ordenamento legal. Não há, até agora, como evidencia Walfrido Warde no excelente livro “O Espetáculo da Corrupção” (LeYa), marcos institucionais que protejam o país da ação nefasta dos corruptos e corruptores, que têm de ser processados e presos segundo as leis. Mas temos, sim, uma penca de empresas quebradas. **Além, e isto digo eu, do ódio generalizado à política e do florescimento do populismo liberticida** (Azevedo, 2018h, grifos nossos).

Azevedo destaca que a pretensão bolsonarista de não indicar um nome da lista tríplice para a Procuradoria Geral da República seria a criatura voltando-se contra o criador (lembrando que Azevedo havia destacado, meses antes, que Bolsonaro era o candidato preferido de procuradores da operação). Ele ironiza a elite brasileira, a quem Azevedo também considera fiadora do projeto da Lava Jato, destacando-a como menos inteligente que Mary Shelly (autora de Frankenstein). Sua crítica à operação envolve também uma visão pessimista para o futuro, apontando que a presença de Haddad no

segundo turno e não um candidato da direita institucional seria fruto da Lava Jato, repetindo uma ideia que viabilizara em fevereiro de 2017:

A propósito: Bolsonaro não se compromete em escolher o próximo procurador-geral entre os nomes da lista tríplice, fruto da eleição direta —e, com efeito, não prevista na Constituição— promovida pelo sindicato de procuradores. A criatura se volta contra o criador. Como no livro de Mary Shelley, uma mocinha bem mais esperta do que parte considerável da elite brasileira. O desastre decorrente da ação doidivanas não se restringiu à economia. **Os efeitos mais devastadores da razia estão na política. Se ninguém presta, como evidencia a Lava Jato, então Lula é melhor. E Fernando Haddad está no segundo turno. Se ninguém presta, incluindo Lula, então alguém que dirige a sua pregação contra a própria política é melhor.** Dois acenos sem futuro ao passado: **um ao lulismo, o outro, ao regime militar.** A Lava Jato é mesmo um prodígio. **Vai eleger o presidente: o anti-Lula. E já eleger a oposição: Lula** (Azevedo, 2018h).

Destaca-se essa posição de RA em que ele classifica Bolsonaro como o anti-Lula e prevê que o ex-presidente seria a principal oposição. Ao relacionar regime militar e lulismo com a figura de Bolsonaro, o intelectual consegue se distanciar totalmente do candidato, afinal, são aspectos da história brasileira criticados constantemente por ele. Ele reforça sua rejeição ao tratar o bolsonarismo e a nova direita como ultrapassados, apontando para o “fantasma do comunismo” como alvo desses grupos. De fato, o anticomunismo era um fator importante na retórica bolsonarista, até em sua estética com as cores verde-amarelas em uma ideia de rejeitar uma “bandeira vermelha” – assim como destacado anteriormente, quando se falou da coalizão discursiva bolsonarista. Entretanto, observa-se que as relações traçadas do anticomunismo com o antipetismo ao longo dos anos tiveram papel fundamental nessa criação do “inimigo petista”. Somado a esse antipetismo, o bolsonarismo contava com suas teorias da conspiração que fazem parte de setores da ultradireita global, como a teoria do globalismo e do capitalismo financeiro enquanto complôs (Mudde, 2020). Ele insere na teoria alvos clássicos do bolsonarismo, como a ideologia de gênero e o feminismo, de maneira irônica:

Nova direita? Como no discurso de Caetano Veloso ao criticar a esquerda bocó, em 1968, escrevo 50 anos depois: “É a mesma direita que vai sempre, sempre, matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem”. **O Brasil é o único país do mundo, em muitas décadas, que vai eleger um presidente da República que promete combater o... Comunismo! Com uma inovação, claro! Segundo a metafísica influente no ambiente vitorioso, a Internacional Comunista está hoje associada à Internacional Capitalista e Globalista, e ambas pretendem dominar o mundo por intermédio do Foro de São Paulo, da ideologia de gênero, do feminismo e dos maconheiros.** (Azevedo, 2018h).

Por fim, Azevedo pontuava que o poder poderia “domesticar” Bolsonaro, mas também possuir o efeito contrário. Em sua conclusão quer, mais uma vez, afastar o bolsonarismo da pecha de liberal e nova direita, numa tentativa de salvar esses conceitos.

Por fim, o intelectual faz uma brincadeira com um apelido rendido a ele por um “ombudsman” da FSP anos⁹⁰ antes: pelas suas críticas ao petismo, Azevedo poderia ser considerado um “rottweiler”. Na época, o intelectual se aproveitou do adjetivo e publicou um livro que reunia textos de sua autoria com o título “Objeções de um Rottweiller Amoroso”⁹¹. Agora, diante do governo Bolsonaro, ele buscaria outra distinção: a de um “liberal amoroso”:

O poder, com todas as enormes dificuldades que traz, pode ser um bom conselheiro e amansar os espíritos? Sim. Mas também pode fazer o contrário. **Por enquanto, pergunto: o que esse hospício tem a ver com o liberalismo ou com uma nova direita? A mim, restam, então, as objeções de um liberal amoroso.** No máximo, ameaço as pessoas com textos longos (Azevedo, 2018h).

Após a eleição no segundo turno, LFP abordou a vitória de Bolsonaro como a grande derrota da “inteligência pública”. O filósofo pontuava que os “inteligentinhos” se incomodavam muito com “religião, família e costumes” – ícones da vitória de Bolsonaro, na visão de Pondé. De fato, a coligação de Bolsonaro levava como nome um de seus lemas: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. A defesa da “família tradicional” era também uma pauta do bolsonarismo que, posteriormente, adotou o lema “Deus, Pátria, Família e Liberdade”, de inspiração fascista. A coluna de Pondé passa por tratar os inteligentinhos e a esquerda a partir de uma lógica de “fetiche”. Para o filósofo, tratava-se de uma “coisa de rico”, além de reproduzir argumentos que buscavam distanciar a “gente comum” do campo progressista (Pondé, 2018e).

Segundo Pondé, essa “intelligentsia” havia ignorado o que estava acontecendo de fato no país e se voltara para seus clássicos alvos. O argumento de LFP se distancia de RA, uma vez que, em sua leitura, para além da elite acadêmica que já seria de esquerda, outros setores dessa também seriam progressistas, não se preocupando nem estando próxima do povo - há aqui o uso da retórica do realismo e que, nesse caso, aproxima também Jair Bolsonaro como quem teria conseguido compreender o povo a partir desses três aspectos:

Em vez de tentarem compreender o processo, viraram o rosto para a população e reincidiram em suas obsessões históricas de classe (e em seus

⁹⁰ O apelido foi cunhado por Suzana Singer, a “ombudsman” do jornal na época em que Azevedo foi contratado (2013). Na época, sua chegada à FSP foi compreendida como uma “guinada conservadora” do jornal, que já contava com o discurso da “Pluralidade” do Projeto Folha. Na época, Azevedo se definia como um “reacionário à moda antiga”, “humanista e cristão”, e contra o aborto e contra a pena de morte. Ver mais em: Singer, Suzana. Arena de debates: Ombudsman, Folha de São Paulo, São Paulo. Data. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsman/135919-arena-de-debates.shtml>

⁹¹ O texto, inclusive, foi resenhado por João Pereira Coutinho, intelectual conservador, em sua coluna na FSP. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joaopereiracoutinho/2014/12/1568482-o-terrivel-rottweiler.shtml>

empregos, redes de amizades, convites para jantares e festivais de cinema). As pesquisas de marketing sobre a extinta classe C mostravam que seus jovens eram mais comunitários e valorizavam mais a família e vínculos cotidianos próximos do que jovens das classes A e B. Há aqui uma pista a ser seguida. **A esquerda é um fetiche de rico. Não entenda “rico” aqui como milionário. Entenda como gente que reúne certas condições materiais, sociais e psicológicas que dão uma sensação de segurança difusa ao cotidiano. Gente “comum” valoriza a religião, a família e os costumes.** E temas como esses podem ser recobertos, inclusive, por diferentes orientações sexuais, ao contrário do que pensa nossa vã filosofia “engajada” (Pondé, 2018e, grifos nossos)

Enquanto Reinaldo Azevedo busca se distanciar totalmente do bolsonarismo e de quem o apoiava, Pondé não se distancia, mas se vale de uma posição enquanto intelectual para produzir uma análise que o diferenciaria da maioria dos outros intelectuais, como se ele, Pondé, tivesse um conhecimento mais profundo da realidade brasileira e de sua população – assim como Bolsonaro conseguiu captar e, por isso, seria dotado de um diferencial. Não há uma aproximação explícita ou uma “comemoração” da vitória de Bolsonaro, mas há certamente sua recorrente crítica a intelectuais e inteligentinhos, além da construção de uma imagem da esquerda como elitista e distante do povo, que, nessa eleição, teriam sido derrotados, sendo seu ponto de vista o “vencedor”.

Pondé trata esse elitismo das esquerdas na medida em que busca explicar o porquê de setores populares darem tanto valor a esses três eixos. Enquanto constrói suas concepções sobre religião, aponta que “ricos”, em geral, viajavam para esquecer que a “vida fracassa”, ao passo que “gente comum” ficaria em casa todo fim de semana, com o tédio sendo resolvido somente pelo grande número de problemas que tem. Ele ironiza o que chamou já de “turma dos queijos e vinhos”, afirmando que essas pessoas comuns não “tomam vinho para falar do horror que é o Bolsonaro” (Pondé, 2018e).

O texto segue com Pondé buscando construir uma argumentação que demonstre como igrejas e famílias são ferramentas de enorme papel social e garantidoras de uma experiência de cidadania no país. O texto parece envolver uma dinâmica muito ressentida após a eleição de Bolsonaro, dado seu constante uso dessa retórica do realismo e crítica profunda aos inteligentinhos e à inteligência pública. Nesse texto, somam-se as críticas às feministas e a essa “esquerda fetiche” (Pondé, 2018e).

Entretanto, após as eleições, uma semana depois dessa coluna, Pondé publica outro texto em que busca estabelecer um afastamento de Bolsonaro. O novo presidente criticava a FSP em diversos momentos, inclusive quando eleito⁹². Pondé abre seu texto

⁹²ESSE jornal se acabou, diz Bolsonaro ao Jornal Nacional sobre a Folha: Eleito erra em versão sobre funcionária e esquema no WhatsApp, casos revelados pelo jornal. Folha de São Paulo, São Paulo. 29 out.

argumentando que existia, sim, um “intelligentinho de direita”. Ainda que já fosse deduzido, Pondé confessa a natureza de esquerda do “intelligentinho” e busca distinguir a classificação de cada um:

Sim, direi eu: **é óbvio que existe o intelligentinho de direita. Eles sairão logo do armário. Você está acostumado a me ver usar a expressão "intelligentinho" sem qualquer atributo, mas, quando falava, eu me referia ao intelligentinho de esquerda.** O intelligentinho de esquerda chora com a própria bondade de coração, que transborda pelas rodas de sua bike importada. Por onde passa, é uma inundação de lágrimas que jorram por conta de sua imensa consciência global. **O intelligentinho de direita se acha a pessoa mais esperta do mundo e tem certeza que o homem não foi à Lua.** Apenas ele sacou isso em seu irrelevante apartamento de classe média. Julga que tudo foi uma armação e que a filmagem (descobriu nas redes!) foi feita na Islândia! (Pondé, 2018f).

Em um exercício, nesse caso, similar a Azevedo, Pondé busca se distanciar tanto da esquerda quanto da direita, na figura dos intelligentinhos. Enquanto busca definir o intelligentinho de esquerda como uma persona infantilizada, o de direita seria um crente em teorias da conspiração. Há, novamente, o uso da forma de se relacionar amorosamente com mulheres como diferenciador entre “direita” e “esquerda”:

O intelligentinho de esquerda vai votar com livros (mas não os lê, necessariamente); o de direita acha que a urna é manipulada pelo PT. Em uma coisa o intelligentinho de esquerda bate o de direita de longe: o de esquerda pega muito mais mulher. O de direita carrega um certo cheiro de mofo (Pondé, 2018f).

No entanto, Pondé os aproxima a partir de sua “truculência” que estaria presente no intelligentinho de esquerda anos antes. O argumento envolve uma ideia de que as esquerdas produziram violência política no Brasil antes do bolsonarismo – além de reforçar a ideia do “ódio fofo e não-fofo”, já trabalhada por Pondé em outros momentos. Somado a isso, Pondé trata os de direita como “bichos enjaulados”, seduzidos pelas redes sociais – dado o caráter relevante que elas tiveram na eleição de Bolsonaro:

O de esquerda começou sua carreira de truculência muito antes do de direita (inclusive contra profissionais da Folha), mas acha que sua truculência é contra "gente que merece". O de direita parece aqueles bichos presos em jaulas há anos e que agora sai com sede de sangue. O de esquerda tem amigos chiques em todos os países chiques do mundo (apesar de não falar quase nenhuma língua estrangeira). O de direita, de fato, crê que as redes sociais bastam ao mundo como ferramenta de informação (Pondé, 2018f).

Entretanto, destaca-se como, ao longo da comparação, trata o intelligentinho de esquerda como um elitista hipócrita. Ele compara que essa admiração pelas redes sociais a partir das jornadas de junho e da primavera árabe, mas que agora viabilizaria o discurso

dos “Bolsominions”. Há também a leitura do inteligentinho de direita como quem carece de condições materiais – diferente dos de esquerda:

Se em 2013 eram os “picaretas ninjas” que achavam que a guerrilha com o celular ia salvar o mundo, agora são os bolsominions que pensam a mesma coisa. Os de esquerda ganham dinheiro de bancos para fazer documentários sobre pobre e bandido gourmet, e os de direita, coitados, pedem esmola na rua (Pondé, 2018f).

Pondé analisa que os inteligentinhos de direita poderiam atrapalhar a administração Bolsonaro e o país. Nesse caso, ressalta-se que a crítica não é em Bolsonaro em si, que estimulava seus apoiadores a criticarem a imprensa *mainstream*, mas aos inteligentinhos de direita. Ele argumentava que seriam um dos maiores obstáculos da administração Bolsonaro, sugerindo até que poderiam ser parte da folha de pagamento do PT:

Umas das pragas da administração Bolsonaro serão seus inteligentinhos a propor coisas idiotas. **Mas hoje quero focar em uma em especial: xingar a imprensa.** Chego a suspeitar que quem propõe ao Bolsonaro xingar a Folha deve estar na folha de pagamento do PT. **A dificuldade típica de um inteligentinho é lidar com a ambivalência e as nuances da realidade. Ele é infantil. O de esquerda, no que tange a moral em especial, o de direita, no que tange a inteligência em si** (Pondé, 2018f).

O autor, então, busca defender o jornal que escreve, repetindo teses que encaram para um *establishment* nas universidades, redações e até no MPF e Poder Judiciário como dominados pelas esquerdas. Mas a FSP não era de esquerda e nem os outros veículos de imprensa – ainda que dominado por jornalistas. Entretanto, trata que pode haver uma “contaminação”, indicando o esquerdismo como algo doentio. Ele ainda foca sua crítica a artistas, estabelecendo pontos de contato com o bolsonarismo, já que os trata como “sanguessugas” do dinheiro do Estado:

Grande parte dos jornalistas foram formados pela esquerda e são, ainda que, em alguns casos vagamente, de esquerda. A maioria esmagadora dos professores em universidades trabalha, descaradamente, pelo PT e PSOL. Os professores do seu filho provavelmente pregam conteúdos de esquerda e **seu filho crescerá petista.** Grande parte do Ministério Público e da Justiça do Trabalho é de esquerda. Mas a **Folha não é de esquerda.** Nem outros veículos da imprensa. São empresas cujo negócio final é ter clientes que buscam informação e ter lucro com isso. **Pode haver contaminação ideológica em muitos agentes da mídia?** Claro, assim como há entre padres, pastores, psicanalistas, **artistas (quase todos, nesse caso, porque mamam nas tetas dos editais) e intelectuais.** Por exemplo, **a mídia é infinitamente melhor do que a universidade em termos de caráter** (Pondé, 2018f).

Pondé reforça o discurso de pluralidade da Folha, como apontado no segundo capítulo, um ponto que leva como princípio editorial. No entanto, o argumento de Pondé era de que esse pluralismo iria além da esquerda, além de tratá-la como pioneira nesse

caso. Por fim, ele critica a posição da administração Bolsonaro, apontando o papel da mídia tradicional como “vigilante da democracia”:

A pluralidade da Folha é tão óbvia (claro, não para você se você for um inteligentinho que não enxerga um palmo diante do nariz) **que a Folha é a principal responsável pela maior parte da abertura na imprensa brasileira para discussões que vão além da pauta da esquerda.** É duro ter que dizer o óbvio. Mas, hoje em dia, o óbvio dito é quase tocante, devido ao grau de estupidez que corre como sangue nas redes sociais. **Se a administração Bolsonaro continuar a xingar a Folha e outros veículos, vai provar que é incapaz de entender o lugar da mídia na democracia: fazer a vigília da liberdade.** Quem quer autoajuda faz workshops de coaching. Quem quer crescer lê jornais (Pondé, 2018f, grifos nossos).

O texto de Pondé ilustra preocupações que o autor teria com o governo Bolsonaro. Além disso, boa parte de sua explicação para a vitória de Bolsonaro passava pela ideia de um povo cansado com anos de governos de esquerda. No caso de RA, o intelectual buscava analisar a formação do governo, à medida que se posicionava como uma oposição à direita. Na coluna “Polícia, Chicago e caserna” (30.11.2018), Azevedo busca analisar como Bolsonaro construía seu governo a partir desses três partidos fictícios. Quando escreveu essa coluna, Sérgio Moro já havia aceitado integrar o ministério da Justiça. Azevedo fazia questão de destacar que a própria concepção do presidente estava aprisionada por essas três legendas que ocupariam o ministério:

Platão expulsou os poetas de sua “República”; Jair Bolsonaro, os políticos. Vai funcionar? O presidente eleito decidiu lotear o Executivo entre três legendas, e essa tripartição o aprisiona e o faz refém de sua própria concepção de mundo. Dividirão o poder o Partido da Polícia, liderado pelo indemissível Sergio Moro; o Partido de Chicago, comandado pelo não menos indispensável Paulo Guedes, e o Partido da Caserna, composto pelo generalato da reserva (Azevedo, 2018i).

O número de generais no Poder Executivo era inédito desde a redemocratização e demonstrava o aumento da relevância dos militares na política brasileira ao longo daqueles anos. A transição pactuada do pós-ditadura militar, partindo da Lei da Anistia, envolveu não punir os militares pelo golpe, além de uma demora da sociedade em lidar com os problemas do regime. Carlos Fico (2025) trata sobre a “Utopia autoritária” dos militares brasileiros, responsáveis por uma série de golpes e rompimentos institucionais no país. A partir disso, amparada nos fenômenos historicamente pertencentes ao Brasil e fugindo de qualquer teleologia, a importância dada aos militares na política brasileira trazia consigo também os riscos de ruptura institucional. David Runciman (2018) trata de “golpes silenciosos” nas democracias com líderes autoritários que minam a confiança no regime a partir de movimentos que parecem democráticos, mas possuem intenções golpistas. Levitsky e Ziblatt (2018) abordam a ideia de que as crises dos regimes

democráticos envolvem o não cumprimento de “leis informais” para o melhor regramento institucional.

Entende-se que a leitura de RA é mais próxima à dos intelectuais americanos. Ainda que ele fosse um colunista de opinião, Azevedo parte de uma defesa da democracia liberal enquanto regramento máximo para o desenvolvimento nacional. A partir de suas observações que Bolsonaro possuía uma dimensão antipolítica, entende-se que envolvia a percepção de um “desrespeito a essas regras informais”, que seriam cumpridas pelos “políticos tradicionais”. A leitura de Reinaldo Azevedo destacava ainda o apreço do governo Bolsonaro ao regime militar, o que não correspondia à realidade:

Esses anéis de poder representariam **o avesso virtuoso da política**. Moro é aquele que mandava os políticos para a cadeia e que, já deixou claro, pretende ser juiz informal de seus colegas de ministério. Guedes é o que tem o dever de arrumar as contas que aqueles teriam destruído. E os militares entram como a força incorruptível, despida de egoísmo. Ecoam, na visão bolsonariana, **o país edênico da ditadura militar, com serviços públicos eficientes, escolas sem partido, pleno emprego, menino brincando de bola, e menina, de boneca. Cada coisa em seu lugar** (Azevedo, 2018i, grifos nossos).

O intelectual se posicionava de maneira que podia criticar também o alinhamento de Bolsonaro com o governo de Donald Trump. Ao receber o Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, temas que circulavam em meios de ultradireita foram debatidos no café da manhã com o presidente eleito. Azevedo destacava que não havia “ideias à mesa”, apenas temáticas que agradassem o eleitorado (Azevedo, 2018i).

Além disso, a leitura de RA era de que o presidente já arquitetava seu governo de maneira que nascesse póstumo, ou seja, pouco a ele importava o trabalho cotidiano, mas, sim, seu legado. Há uma intenção de distanciar Bolsonaro – tratado como populista – da política tradicional que Azevedo se filiava. Somado a isso, questionava também a estratégia de aderir conspirações criadas pelos filhos que argumentavam existir um plano para matá-lo:

Bolsonaro se dedica a uma arquitetura que sobreviva a si mesmo. E isso, então, escreveria a sua biografia de estadista inaugural. O presidente eleito integra a galeria dos governantes que ambicionam nascer póstumos. Importa a ele menos a administração cotidiana do país, com sua pauta e rotina de dificuldades, do que a suposta grande obra que, na sua imaginação, os pósteros não de reconhecer. Ele ainda nem tomou posse, mas já vê a si e à sua herança pelos olhos das gerações futuras. Não por acaso, resolveu ecoar uma afirmação perigosa de Carlos Bolsonaro, um dos filhos, segundo quem há pessoas próximas interessadas na sua morte. Esses temperamentos têm atração intelectual pelo trágico.) (Azevedo, 2018i).

O argumento de Azevedo ganha forma na medida que ele aponta o que enxergaria como uma democracia bem-sucedida – que não seria o caso brasileiro. Seu elogio era direcionado à Theresa May, premiê britânica que ainda enfrentava as consequências do

Brexit. A defesa de RA por esse tipo de política envolvia uma percepção de que os personalismos conferiam status de decadência democrática. É importante ressaltar que a crítica de Azevedo se estende a Lula, de maneira que ele constantemente busque equivaler as duas figuras nesse primeiro momento do bolsonarismo, em uma estratégia que parece sempre esperar uma “terceira via”. Ele cita também Donald Trump como exemplo desse tipo de personalismo:

Nas democracias bem-sucedidas, governantes são eleitos para tentar melhorar os marcos institucionais, aumentar a eficiência da máquina, elevar o bem-estar da população, fazer reformas pontuais etc. Essas chatices. Nada ambicionam de extraordinário. Levam a vida a simular modorra mesmo em tempos de grande agitação. É o caso de Theresa May, a enfrentar a sandice vitoriosa do Brexit. São os tipos que prefiro. Esforçam-se para conferir uma aparência de rotina à gestão, ainda que os problemas sejam invulgares. **E há os líderes à moda Bolsonaro, Lula ou Donald Trump, cada um com suas peculiaridades, determinados a deixar a sua marca. Podem ser tipos perigosos --às vezes, também para si mesmos,** como sabe o ex-presidente brasileiro (Azevedo, 2018i, grifos nossos).

A comparação entre esses líderes políticos envolve os lemas de cada um. Azevedo pontua a postura de Lula frente ao governo FHC, comparando com o lema supremacista de Donald Trump: “Make America Great Again” e também ao discurso salvacionista de Bolsonaro. Entretanto, ele ressaltava que as propostas de um “senso comum bolsonarista” não seriam suficientes para os problemas do Brasil, tal qual diagnósticos simplistas. Além disso, ele destacava como os “três partidos” do governo não resolveriam os problemas do país:

O petista exorcizava a dita herança maldita; Trump quer a “América grande outra vez”, já que teria sido amesquinhada por Obama, e o capitão anuncia que vai tirar o Brasil do caos, para onde o teriam conduzido a corrupção dos políticos, o marxismo e o globalismo. Se não o matarem, ele alerta. Acontece que não basta prender mais alguns corruptos ou organizar expedições punitivas nos morros do Rio e periferias das grandes cidades. Igualmente ineficaz será produzir diagnósticos cuja síntese pode ser esta: “O Brasil precisa parar de gastar mais do que arrecada”. Não menos ocioso será tingir de verde-oliva a infraestrutura capenga do país, sob o olhar atento de militares vigilantes e certamente bem-intencionados. Onde está o dinheiro? (Azevedo, 2018i)

Assim, RA aponta que, no governo de Bolsonaro, os políticos seriam os responsáveis pela “missão patriótica” de aprovar aqueles remédios para que os “poderosos” governassem. A crítica a Bolsonaro é observável também na nomeação de um militar para negociar com o congresso. Ora, se fiel à sua visão de mundo, a crítica de Azevedo aqui envolve a ideia de que o presidente via a importância dos militares, mas também a hipótese de os usar como ameaças. Por fim, Azevedo argumenta que Bolsonaro precisaria de se organizar para negociar com a política, ou se não, seu governo já nasceria morto:

Na arquitetura de poder de Bolsonaro, os partidos da Polícia, de Chicago e da Caserna se encarregam de governar, e aos políticos, expulsos de uma República já sem poetas, caberia a missão patriótica de aprovar os tais "remédios amargos", que dariam eficiência aos poderosos de fato. Fiel à sua visão de mundo, o presidente eleito pôs um general para dividir com um civil a tarefa de negociar com o Congresso. Ou Bolsonaro devolve a política a seu lugar, ou não há como esse arranjo dar certo. Nascerá póstumo no pior sentido. Para o mal de todos (Azevedo, 2018i, grifos nossos).

Esse pessimismo de Reinaldo Azevedo com o governo que assumiria se confirma em sua última coluna naquele ano, publicada em 28.12.2018. Sua percepção era de que o governo não daria certo, mas seria impossível prever que seria malsucedido. A ideia do intelectual é que o sucesso depende de quem o mede. RA, mais uma vez, busca definir o que um liberal acredita para o governo, em busca de manter seu esforço de distanciamento do bolsonarismo:

O governo Bolsonaro vai dar certo? Não. Mas seria um erro concluir, a partir dessa resposta, que vai ser necessariamente malsucedido. Estamos falando de esferas distintas da experiência pública. **Um liberal considera que um governo é eficiente quando consegue melhorar a vida da população, otimizando os recursos disponíveis, transferindo mais responsabilidades à sociedade, domando o Estado para que este regule as relações de troca, de modo a que esse ente estatal corrija, por meio da igualdade perante leis democráticas, o que desigualaram as circunstâncias que não foram escolhidas pelos indivíduos: em alguns casos, é preciso controlar os apetites; em outros, compensar as inapetências** (Azevedo, 2018j, grifos nossos).

RA argumentava que o tipo de governo que seria exercido por Bolsonaro se assemelharia ao petismo no que diz respeito a uma vocação missionária de ambos, ainda que possuíssem formações distintas. Seu argumento sustentava uma defesa da democracia liberal que, a seu ver, sofria com tal tipo de governo, já que aniquilaria as oposições. A comparação do bolsonarismo com o lulismo possui uma crítica também aos aspectos da Lava Jato, responsável em sua visão por ressuscitar o petismo e criar o bolsonarismo. Essa narrativa insere-se na história do “Liberal solitário” de RA:

Um liberal acredita, em suma, que o palavrório da política é o melhor instrumento para manter e aprimorar o pacto civilizatório que nos leva a uma concordância entre desiguais sobre o método de discordar. **“Um petista ou um bolsonarista não teriam dificuldade em adotar essa divisa, Reinaldo”. Pois é... Ocorre que a minha formulação repudia a vocação missionária e o horizonte disruptivo, sem o qual essas forças perdem razão de ser.** Essa definição de eficiência é avessa à tentação da hegemonia. Governos não devem se estabelecer, nas democracias, para colonizar consciências, de sorte que sua eficácia, no fim das contas, seja medida pela depauperação das forças que se opõem a seu projeto ou a suas ações. **Lula e os petistas sabem que boa parte dos crimes cometidos pelo PT se deveu à determinação de usar um sistema poroso à corrupção para comprar partidos e políticos.** O objetivo era aniquilar a oposição ou reduzi-la à caricatura (Azevedo, 2018j, grifos nossos).

A justificativa de Azevedo envolve apontar o sucesso do petismo, por determinado tempo, em sua estratégia. Ele assevera que poderia ter funcionado por mais tempo, se não

fosse a condução petista da economia. Além disso, busca estabelecer um “ovo da serpente”, argumentando que a morte do projeto petista de poder teria iniciado nas jornadas de Junho de 2013, junto à aprovação por Dilma do Projeto de Lei que criava Delação Premiada, uma das maiores ferramentas utilizadas pela Lava Jato e em parte responsável pela deposição de Dilma. Além disso, pontua que o “ódio à política” também fora gestado naquele momento, caminhando para a figura do “Leviatã de Toga” – um Estado em que o Poder Judiciário teria amplos poderes e comenta o papel da imprensa naquele momento. Destaca-se que ele faz uso de uma frase recorrentemente utilizada por Bolsonaro “tirar tudo isso daí”, de forma que busca indicar também aquele momento como a gestação de um político que encamparia o discurso lava-jatista. Ele destaca, no entanto, que teria apontado desde o começo as intenções da Lava Jato e faz menção aos empregos perdidos:

Mas quem há de negar que o petismo foi bem-sucedido durante um largo período? E o ciclo estava destinado a ter duração muito mais longa se a tentação disruptiva não tivesse atingido também a matemática. **A morte do projeto hegemônico se deu nas jornadas de 2013. E os petistas ainda tentaram liderar, basta recuperar a crônica do período, o berreiro contra o establishment, ignorando qual era seu papel no teatro de operações. A Lei 12.850, obra inequívoca do governo Dilma, é de agosto daquele ano. Pôs o ovo da Lava Jato e instituiu Sua Excelência o Delator como o condutor dos nossos destinos.** A ironia, velha dama de companhia da história, fez com que o PT criasse o marco legal que iria conduzir o partido à deposição. **Aquele essencialismo que havia se levantado em 2013 contra a política, os políticos e “tudo isso daí” ganhava corpo, rosto, expressão. Surgia o Leviatã de Toga, para o qual boa parte da imprensa passou a fazer assessoria sob o manto de jornalismo investigativo.** O monstro se apresentou para ser o lobo do lobo. **Apontei precocemente, convenham, tal disposição aqui e em toda parte, o que me rendeu não poucos dissabores.** (Azevedo, 2018j, grifos nossos).

Para reafirmar sua hipótese de que o governo não daria certo, RA retoma o argumento de semanas anteriores a respeito dos partidos do governo, destacando que existiriam disputas intensas entre eles, ao passo que Bolsonaro estaria ocupado a partir da sua “pauta de costumes”. Como apontado em colunas anteriores, Azevedo argumentava que suas práticas pouco agregariam para um avanço no país. Entretanto, o intelectual buscava destacar que talvez houvesse sustentação do governo a partir de um desempenho “mediocre” da economia:

Voltemos ao ponto de partida. Dados os critérios aqui estabelecidos, o arranjo não dará certo porque nem mesmo haverá um governo. Três partidos —o da Polícia, o de Chicago e o da Caserna— disputarão a primazia de conduzir o Estado, enquanto o chefe caça cavalos de Troia em provas do Enem, vigia os meninos para que não brinquem com bonecas nem façam esquisitices com os primos, vitupera contra Cuba, faz sinal de arma com os dedos e pendura roupas no varal. Mas cabe a pergunta: se a economia tiver um desempenho ao menos

mediocre, é preciso muito mais do que isso para manter o poder? (Azevedo, 2018j).

Azevedo ainda destacava seu receio as constantes contestações ao *establishment*, feitas por um governo que tinha como uma de suas características um forte discurso antipolítico. Ainda que antes apontasse que o poder poderia domesticar o presidente eleito, Azevedo parece mudar de opinião quanto a essa possibilidade, classificando Bolsonaro como inábil, mas que se apresenta como um homem comum, um *outsider*. Somado a isso, aponta um receio frente à vocação antidemocrática de Bolsonaro, que teria como aliado Sergio Moro, alvo já antigo de RA:

O ódio à política eliminou os espaços de interlocução de contrários e ocupou o território da contestação ao establishment, que perdeu os marcos de economia política para se expressar como moralismo estridente. **Não se deve cometer o erro de achar que Bolsonaro acabará se acomodando ao molde institucional, que está, de resto, avariado.** O político só existe como tal, com a sua estupefaciente soma de inabilidades, porque se apresenta como o homem comum, excluído pelo sistema. **O poderoso continuará a ambicionar o lugar da vítima vingadora. Os marcos do Estado democrático e de Direito continuarão a ser seus alvos. E conta, para tanto, com Sergio Moro como seu “sniper”** (Azevedo, 2018j, grifos nossos).

O receio de Azevedo com um possível rompimento institucional por parte do governo Bolsonaro era evidente nesse prenúncio de governo. Conquanto uma percepção de crise na democracia brasileira já fosse debatida, a eleição de um presidente de ultradireita com claros valores antidemocráticos era mais um forte indício de ameaça ao regime. A conclusão da coluna vem com uma pergunta, entretanto, destaca-se que, anteriormente, o intelectual havia dito que seu papel de liberal seria “na luta”. A partir dessa perspectiva, entende-se que a busca de finalizar o ano e a última coluna antes de o governo Bolsonaro começar oficialmente é um posicionamento de Azevedo na oposição: “Mas o que fazer, Reinaldo?” Depende. Você quer o quê? (Azevedo, 2018j).

O último texto de Pondé naquele ano era uma ampla crítica à esquerda brasileira, com objetivo de refletir sobre ela ter “quebrado”. Seu argumento parte da candidatura de Haddad, derrotado no segundo turno e “herdeiro” da chapa de Lula. Além disso, destacava um caráter ultrapassado do petismo – mas estende sua crítica a outros candidatos das esquerdas naquele ano como a falência do campo político. Em sua leitura, a “caravana do populismo ressentido” passou pelo cansaço com os governos petistas, dando abertura para a “direita hidrófoba”⁹³:

⁹³ Salienta-se que o termo “direita hidrófoba”, escolhido por LFP e pontuado na “grande imprensa”, foi cunhado por Mirian Leitão, em coluna no jornal “O Globo” em que criticava justamente Reinaldo Azevedo como parte de uma direita aversiva ao debate “civilizado”. Ela elogiava Suzana Singer que teria definido bem Azevedo como um *rottweiler* e apontava colunas em que o intelectual criticava Mirian. Ao longo do

A esquerda tomou um baque neste ano no Brasil. Não digo isso como festa. Digo isso como fato. Requentou um candidato (por falta de opção) que tudo que fez na Prefeitura de São Paulo foi alimentar a pequena Amsterdã que existe dentro dos jovens riquinhos paulistanos com pistas para bikes caras. Por outro lado, alimentou o culto de um político datado e preso. **O PT é um partido velho em sua visão de mundo. As outras opções da esquerda se perderam entre a moçada que ocupa a casa e a terra dos outros, a defesa das "minorias", artistas ávidos por meter a mão no dinheiro público e movimentos estudantis truculentos.** Triste fim. Essa casa em ruínas de velhos loucos sem dentes (com fotos apagadas do Lula entre os dedos trêmulos) assistiu à caravana do **populismo ressentido passar vitoriosa.** O Brasil asfixiava sob a bota da tara monopolista corrupta do PT. **As cadelas hidrófobas saíram do armário mordendo, depois de décadas de cativoiro** (Pondé, 2018g, grifos nossos).

Destaca-se também a crítica de Pondé feita a Fernando Haddad que, em entrevista à FSP, afirmara que a elite econômica do país havia perdido seu “verniz” (Bergamo, 2018). Nesse aspecto, o argumento do petista se assemelha com algumas das hipóteses de RA, que criticava justamente as elites que teriam se rendido a um reacionarismo sob a imagem de serem “Liberais”. Pondé, no entanto, argumenta que não fora a elite que perdera o verniz, mas sim os militantes de esquerda – que, em sua visão, nunca o tiveram. Seria agora a chance de a direita ter sua experiência no “poder gravitacional da mentira”:

De repente, dos escombros da inteligência de esquerda, brota seu "novo conceito crítico": **a elite perdeu o verniz.** Risadas? Militante nunca teve verniz. **A esquerda mente tanto que esqueceu quando está mentindo.** A direita, agora no poder, fará sua experiência "pessoal" do poder gravitacional da mentira (Pondé, 2018g, grifos nossos).

É a partir da ideia de “mentira” que LFP busca argumentar o porquê de a esquerda ter “quebrado” naquele ano. Sua inflexão é justamente a dificuldade de a esquerda “lidar com a realidade”, de maneira que a mentira serviria para sustentar as suas vaidades. Ao longo das fontes observadas ao longo do texto, observa-se como o ceticismo de Pondé, somado a sua “retórica do realismo” são aspectos constituintes dessa linguagem conservadora viabilizada por ele:

Por que a esquerda quebrou? Por que ela mente tanto? Antes de tudo, por vaidade. O maior pecado da esquerda é a vaidade do bem. **Se a direita peca por rancor, a esquerda peca por orgulho.** Vaidade, vaidade, vaidade, vaidade das vaidades. **Mas, para além da vaidade (ninguém consegue aderir a alguma militância sem construir um conjunto mínimo de vaidades), a esquerda quebrou porque mente. Mente porque, do contrário, tem de encarar a realidade. A falta de autocritica do PT ao longo do ano é a prova de que a mentira é uma estratégia profunda.** Mais do que meramente política, ela é um **vício cognitivo e epistêmico. A esquerda tem de mentir**

texto, apontava ser um sinal do baixo nível do debate brasileiro a partir da relevância de determinados personagens, usando termos como “emburrecimento” e “lixo”. Disponível em: Leitão, Míriam. Miséria do debate. O Globo, 03 nov. 2013. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/miseria-do-debate-513932.html>. Acesso em: 19 dez. 2025.

para sobreviver em seus coquetéis, festivais de cinema, mesas acadêmicas e em suas colunas sociais (Pondé, 2018g, grifos nossos).

Ao ressaltar que a “direita pecava por rancor”, Pondé destacava que a candidatura de Bolsonaro envolvia ressentimento e rancor. Todavia, ele se refere ao passado da direita para argumentar que essa teria que provar “não ser mais escrota” – algo que a esquerda sempre fora em sua visão. Pondé argumenta que a história em geral seria cruel com a esquerda, ainda que os “historiadores orgânicos” tivessem um trabalho de estabelecer “mentiras cognitivas” para “emburrecer” a sociedade. Para sustentar seu argumento, LFP se refere à ditadura civil-militar. O intelectual busca refletir que, caso o país tivesse caído sob domínio soviético, também se tornaria uma ditadura – o que, em um exercício de história contrafactual, poderia até ser verdade – no entanto, não há evidências comprovadas de que o governo de João Goulart tivesse efetivamente uma vocação para o comunismo e estava preparando terreno para uma ditadura comunista no Brasil. O texto de Pondé passa a construir um discurso em que traça uma linha entre o anticomunismo e o antipetismo.

Uma observação a ser feita é que, alguns meses após essa coluna ser publicada, em abril de 2019, foi lançado o filme “1964 - O Brasil entre armas e livros”, produzido pela Brasil Paralelo e com um discurso negacionista da ditadura (Cleto, 2024). O filme reproduz algumas das teses que Pondé encampa ao longo de sua trajetória, como a do “marxismo cultural” - hegemonia cultural da esquerda e também a percepção de que o Brasil esteve sob a possibilidade de um golpe comunista em 1964. Além disso, conta com a participação do filósofo como um dos entrevistados:

Se a direita tem de provar que não é mais escrota, a esquerda tem de provar que nunca foi. E aí, a história é cruel com a esquerda. **Só não é mais porque historiadores orgânicos continuam trabalhando descaradamente em favor desse "verniz".** Risadas? O problema da mentira cognitiva e epistêmica é que ela acaba deixando você burro. Como justificar o culto a Cuba sem ficar burro? Como cultuar Fidel sem mentir? Mas olhem para coisas "maiores". **Se em 1964 o Brasil tivesse caído sob o domínio soviético, o país teria se transformado numa ditadura da mesma forma —levando-se em conta o contexto geopolítico de então, claro. Ou talvez num outro Vietnã. Cuba é uma ilhota, o Brasil é um continente** (Pondé, 2018g, grifos nossos).

LFP condensa sua crítica a comunistas e petistas, ainda que reconheça a tortura como parte da história da ditadura civil-militar no país. O passado tão presente da ditadura envolvia também o governo Bolsonaro, que como apontado, inaugurava um momento na Nova República pelo alto número de generais e outros militares nos quadros do governo. Além disso, seu constante elogio ao passado ditatorial contribuía para que discursos autoritários semelhantes aos daquele contexto permanecessem latentes, de maneira que

produtos culturais que tivessem tais discursos fossem ainda mais legitimados e consumidos. Portanto, a crítica de Pondé, embora buscasse se distanciar dos “bolsominions” – ou, inteligentinhos de direita – estava inserida em um núcleo ideológico partilhado com o bolsonarismo, fazendo parte da coalizão discursiva (Kayzel; Bianchi, 2025):

Os mesmos comunistas que agora aparecem se oferecendo como vítimas (e, no contexto objetivo da época no país, foram mesmo vítimas de violência, tortura e abusos, que nenhum inteligentinho de direita venha negar o óbvio), se tivessem se instalado em Brasília em 1964, teriam matado, torturado, violentado, roubado, como todo comunista fez quando tomou o poder. Quem não reconhece isso é mentiroso. A militância política corre o mesmo risco de irracionalidade que a fé religiosa (Pondé, 2018g).

A crítica de Pondé se refere também à estética criada pelas esquerdas, produzindo uma autoimagem moralizadora e culta, ao passo que as direitas seriam representadas como violentas. De fato, parte do discurso político de setores das esquerdas envolvia desqualificar o adversário (as direitas) a partir de suas relações com a ditadura militar. No entanto, isso não exclui a existência de discursos violentos por setores das direitas brasileiras, inclusive no bolsonarismo. Além disso, Pondé faz menção a um “despertar” do país contra as esquerdas nesse ano de 2018. Esse tipo de discurso foi muito utilizado pelo autor ao longo dos quatro anos englobados pela pesquisa. Seja após o alto número de votos recebidos por Aécio Neves em 2014, seja nas manifestações contra Dilma, o intelectual tinha uma grande estima por essa formação de uma militância de esquerda no Brasil. Além disso, buscava se apresentar como quem tinha as referências bibliográficas necessárias para compreender o mundo – diferentemente das esquerdas:

A esquerda optou por oferecer uma autoimagem de pessoas que carregam flores e livros nas mãos enquanto a direita carrega armas e porretes. Assustou-se quando grande parte do país parou de crer nessa imagem falsa. A esquerda, historicamente, carregou poucos livros nas mãos. Carregou apenas os que rezavam na cartilha. **A esquerda foi sempre autoritária, mentirosa, violenta. Quem conviveu com ela, sem ser parte dela, sabe disso. É claro que nem todo mundo nela é assim, assim como nem todo mundo que quer um Estado menor no Brasil acha que gente deve morrer de fome** (Pondé, 2018g, grifos nossos).

Na conclusão de seu texto, Pondé retorna ao discurso sobre Guerra Fria e fomenta essa relação entre anticomunismo e antipetismo. O intelectual cita Cuba e Venezuela como exemplos do autoritarismo e fracasso do comunismo. A ditadura da Venezuela é um imaginário mais comumente ligado ao antipetismo, dadas as relações entre o partido e seus governantes e a crise econômica do país vizinho. Não era incomum ver frases como “O Brasil vai virar a Venezuela” em manifestações contra o governo de Dilma e também em atos políticos favoráveis a Bolsonaro, por exemplo. Ele conclui seu texto com um

clássico personagem: a “turma dos queijos e vinhos”. Sua crítica envolve apontar que só nos delírios “dessa turma” o comunismo funcionou:

A pergunta que se deve fazer é: Por que durante o regime soviético era este quem prendia seus cidadãos dentro da cortina de ferro e não o mundo dos "porcos capitalistas"? O comunismo, além de destruir a economia por onde passou (veja a Venezuela e Cuba), destruiu a liberdade, o cotidiano, instituiu formas de destruição das famílias, levando os filhos a denunciarem os pais, alimentou os maiores canalhas dentro de seus países, assassinou, prendeu, torturou, chacinou, enfim, matou em números mais do que os nazistas. A esquerda quebrou porque mente demais. Mente porque seu passado a condena de forma evidente. Mente porque a "hipótese comunista" só funciona regada a queijos e vinhos (Pondé, 2018g, grifos nossos).

Ao se valer de um anticomunismo tão forte nessa coluna, entende-se que Pondé busca condensar sua argumentação ao longo dos últimos anos de sua carreira. Ao constantemente elaborar as relações entre “esquerda” e “mentira”, o texto dá a entender que o autor se sentia contemplado por poder “provar” seus argumentos após a primeira grande derrota eleitoral do PT em anos. Em seus textos, a defesa do “politicamente incorreto” era uma constante, assim como o antipetismo marcou sua trajetória. Se, ao longo dos anos, ele havia pontuado as “mentiras das esquerdas”, elas agora eram derrotadas pelas verdades – onde ele teria sempre se situado. Ao partir de uma retórica francamente anticomunista e, ressaltando-se que havia afastamentos, Pondé parece acenar ao campo mais radicalizado das direitas que ganhavam destaque naquele momento, após a eleição de Bolsonaro. Posteriormente, o autor efetivamente se afasta de qualquer relação com o bolsonarismo, chegando a declarar voto em Lula em 2022.

No entanto, antes de o governo Bolsonaro começar, é importante destacar essa posição assumida pelos autores. Ao passo que o governo avança, ambos se acomodam em espaços diferentes da oposição. Ao longo deste capítulo, ficou evidente que, ainda que tivessem partilhado o mesmo campo, nesse momento pareciam mais distantes, a partir da forma que as fontes demonstram as diferenças entre cada um, principalmente frente à ascensão de um candidato de ultradireita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender como intelectuais de ampla circulação na grande imprensa (Capelato, 2014) vinculados a campos já consolidados das direitas brasileiras, mas que assistiram, contaram e fizeram parte da ascensão do que se convencionou chamar de “Novas Direitas” (Rocha, 2019) analisaram esse período que também consiste em uma conjuntura de crise democrática. Uma eleição contestada, manifestações de grande proporção contra o governo, *impeachment*, dezenas de políticos e empresários investigados e até presos, inclusive um ex-presidente, e a eleição de um líder de ultradireita são algumas das partes desse quebra-cabeça da crise brasileira na última década.

Nesse contexto, atores se radicalizaram e fizeram parte de uma coalizão que elegeu Jair Bolsonaro para a presidência em 2018. No entanto, talvez a problemática central da dissertação tenha sido justamente entender como esses intelectuais, que também fizeram parte de um núcleo altamente crítico ao petismo, poderiam também estabelecer críticas ao bolsonarismo.

Essa nuance nas direitas brasileiras foi uma pergunta e hipótese constante durante a pesquisa. Efetivamente, tratava-se de uma completa radicalização do campo? A direita democrática, ao menos no campo dessa intelectualidade, havia caminhado para o extremismo? Seria possível compreender como Reinaldo Azevedo, que ocupou espaços claramente identificados ao antipetismo neste século, tornou-se uma voz crítica ao bolsonarismo e à Lava Jato? E Luiz Felipe Pondé? Ele acenou para discursos radicais ou sempre se opôs a Bolsonaro?

Ao longo da pesquisa, foi perceptível como as colunas de opinião auxiliaram em duas vias: primeiro, a partir de um relato no *calor do momento*, foi possível observar a maneira que os intelectuais elaboravam a respeito do contexto político brasileiro em meio a tantos eventos; em outra, como era possível, a partir dessas elaborações, observar quais discursos estes partilhavam entre si e com setores mais radicalizados, além das distinções entre Pondé e Azevedo. Além disso, entende-se que foi possível contar um pouco da história da crise democrática brasileira a partir das colunas de ambos, observando como analisaram a queda de um partido que tanto combateram, ao passo que também ascendiam atores que também buscaram combater o petismo, mas possuíam inclinações mais radicalizadas que estes. Historicizar este processo entre 2014 e 2018, diante de tantos eventos, foi uma tarefa que se considera importante para uma análise mais apurada a

respeito tanto da ascensão da ultradireita a uma centralidade do debate, quanto a percepção de uma democracia em processo de erosão.

Ao longo do segundo capítulo, observou-se a partilha de argumentos e teses entre núcleos mais radicalizados das direitas brasileiras, principalmente os ligados ao negacionismo da Ditadura Civil-Militar. Seja a partir da “teoria dos dois demônios” (Quinalha, 2013) ou por argumentos de uma raiz anticomunista, observou-se que havia discursos que circulavam tanto no campo de militares negacionistas do regime – como Jair Bolsonaro – até o *mainstream* da imprensa brasileira, observado nesses intelectuais.

Outro aspecto importante analisado nesse capítulo diz respeito ao resultado eleitoral de 2014, com a quarta vitória consecutiva do PT. Diante de escândalos de corrupção que estouravam na imprensa, a campanha daquele ano levou o tema ao centro das discussões políticas. O PSDB, partido que fez parte das principais disputas na Nova República até aquele momento, caminhou para um radicalismo em suas posições. Para além do pedido de recontagem dos votos, houve posições que buscavam criminalizar os opositores. Marcos Nobre (2022) trata esse momento como a ruptura do “Acordo do Real”, firmado a partir das eleições de 1994. Questionar os resultados eleitorais era uma prática já realizada por Carlos Lacerda durante a República de 1946, de maneira que se levantavam dúvidas sobre o processo, criando-se um clima de instabilidade para as eleições. No caso de 2014, foi observado que Azevedo não enxergou problemas em uma atitude como essa, pondo em dúvida, inclusive, a confiabilidade das urnas eletrônicas. O questionamento dos resultados voltou, a partir de 2014, a ser uma presença das eleições: em 2018 e 2022, houve acusações de que as eleições haviam sido alvo de manipulação.

Outro processo destacável a partir das eleições de 2014 é que, após a pequena margem entre a candidata vitoriosa e o derrotado, houve o desejo por uma oposição mais combativa ao petismo. Marcos Nobre (2022) argumenta que o sistema político brasileiro – o conceito empregado por ele é o *pemedebismo* - foi incapaz de digerir as demandas por uma maior abertura após as Jornadas de Junho, em 2013. Pelo contrário, o sistema se fechou ainda mais em si próprio. Luiz Felipe Pondé argumentava que era necessário primeiro a “direita festiva”, depois, a “militância de secessão”. Opor-se ao partido vencedor é certamente legítimo, fazendo parte da dinâmica das democracias. Entretanto, o que se observou foi a naturalização e a mobilização de afetos como ressentimento e raiva a um partido – o PT. As fontes observadas que pediam a saída do partido falavam em termos que traziam virulência ao debate público, frente à necessidade de eliminar o partido da vida política.

A respeito desse antipetismo, observou-se como eram presentes as raízes do anticomunismo (Motta, 2019). Ao longo do terceiro capítulo, período em que se observou a crise do petismo, foi possível analisar nas colunas de que maneira ambos possuem matrizes e imaginários comuns na construção de um grande inimigo da nação brasileira, reforçando uma ampla polarização. Nesses aspectos, observou-se a constante construção de uma ideia do PT como um partido com características de seita, formado por fanáticos corruptos que haviam “quebrado o Brasil”. Conquanto o radicalismo não seja ausente nas esquerdas, tão menos em setores do Partido dos Trabalhadores, as primeiras manifestações contra o governo Dilma e que pediam por seu *impeachment* foram retratadas pelos intelectuais como um povo em profundo sofrimento diante de tiranos cruéis, não levando em conta que faziam parte de grupos que movimentavam essas organizações atores que radicalizavam os discursos desejosos por uma secessão territorial no país ou até pedidos por intervenção militar (Limongi, 2023).

Houve também um amplo entusiasmo com o surgimento desses novos movimentos civis organizados, de maneira que a retórica populista de “nós contra eles”, por vezes tão utilizada como uma acusação às práticas petistas, foi empregada pelos intelectuais. A leitura de um processo de polarização foi reforçada por ambos durante o processo do *impeachment* de Dilma. No entanto, em um primeiro momento, observou-se uma diferença entre Pondé e Azevedo: o primeiro demorando mais a participar da defesa do *impeachment*, enquanto o segundo já pautava a possibilidade desde antes da reeleição da ex-presidente. Essa defesa, inclusive, foi reforçada pelo autor em diversos momentos, como um aspecto-chave de sua retórica naquele período.

Entende-se que ambos tiveram uma influência nesses grupos das novas direitas, ao menos ao longo dos anos de 2015 e 2016, tendo em vista a presença de palavras criadas por Azevedo em faixas das manifestações, por exemplo. Além disso, outras vozes influentes e que representavam esses grupos no debate público – Joice Hasselmann e Rodrigo Constantino – demonstravam estranhamento e revolta quando RA passou a criticar manifestações contra Temer. No que diz respeito a Pondé, os textos elogiosos à “direita festiva” ou “direita transante”, somados a suas personagens, como “os inteligentinhos”, que representavam uma esquerda “politicamente correta” podem ser vistos como discursos que influenciaram as retóricas e as agendas das novas direitas e do bolsonarismo (Rocha, 2019).

Uma hipótese que pode ser desenvolvida em outros trabalhos é em que medida os intelectuais que se posicionavam junto a Azevedo e Pondé contribuíram para o sentimento

de revolta contra os políticos tradicionais – ou do *pemedebismo* – cultivado pelo avanço da Lava Jato, tanto por um discurso de “ninguém ser inalcançável” para a lei, atribuindo uma grande importância ao Poder Judiciário, quanto por seu interesse e atuação no debate público, seja na divulgação de grampos para manter as investigações em evidência, seja por seus desejos políticos que advinham de uma admiração à Operação “Mãos Limpas” (Limongi, 2023).

Dessa forma, a hipótese pode ser ainda mais elaborada: o anticomunismo no Brasil se fortaleceu no pensamento político brasileiro de maneira que o próprio Partido Comunista foi colocado na ilegalidade durante a República de 1946. O anticomunismo se transforma, passa a influenciar e dialogar, tendo rupturas e continuidades no antipetismo, a partir da Nova República, este já um partido formal, estabelecido como um dos mais importantes nas disputas presidenciais e não removido da disputa por meios legais. Ao ocupar a presidência por três mandatos e meio, tornando-se parte do *establishment*, o antipetismo também pode ser encarado como a gênese do sentimento antipolítico no Brasil?

Ao longo do processo, observou-se também a maneira que ambos destacavam e usavam da ideia de “crise” a partir de diferentes maneiras em suas argumentações. Como destacado por Chaloub (2025), os três sentidos da crise são utilizados pelos autores para classificar o governo Dilma: uma crise econômica pela incompetência e tamanho do Estado; uma crise de valores e confiança pela corrupção – ideia que encontra embasamento a partir dos escândalos em estatais, mas se transforma em grande mote para diversificadas agendas e razão para todos os outros problemas do Brasil e uma crise política, da ordem, amalgamando os outros dois sentidos.

A partir desse sentimento antipetista que levou, em um primeiro momento, a que os autores demonstrassem um interesse de interdição do partido da cena política, como apontam as fontes trabalhadas quando apontam pedidos para que suas lideranças se retirem da disputa, compreende-se que pode ter sido aberta uma margem para o afastamento de todos os políticos tradicionais que fizeram parte do *establishment* da política brasileira. O vídeo de Hassellmann que marca a briga de Azevedo com a sua denominada “direita xucra” envolve um discurso de que “somente o impeachment não seria suficiente”. As disputas no campo da opinião pública da direita envolviam diversos atores e RA rompe com aqueles que, em um momento posterior, embarcariam na candidatura de Jair Bolsonaro – a quem Azevedo se opõe em diversos momentos.

A sua oposição à Lava Jato e ao bolsonarismo é ancorada em uma defesa do Estado de Direito e do pacto constitucional de 1988. Como observado, as críticas à “Constituição Cidadã” existem desde o princípio dessa, com intelectuais conservadores de destaque opondo-se ao texto e ao que ele representava. Camila Rocha (2019) argumentou como os setores das “Novas Direitas” possuíam como aspecto-chave o rompimento com a Carta, sendo essa uma das principais características do amálgama ultraliberal-conservador brasileiro. A partir das considerações de Chaloub e Lima (2024) e do que foi observado nas fontes, entende-se que, além da organização de novos grupos, a partir de novas identidades, estéticas e estruturas, há um componente-chave de radicalismo nessas novas direitas que não é encampado por setores que até contribuíram para que esse fosse fomentado.

Esse radicalismo é percebido por Azevedo e Pondé na medida que Bolsonaro cresce em popularidade e nas pesquisas. As posturas são distintas: enquanto Azevedo mostra um recorrente afastamento de Bolsonaro, Pondé se situa em alguns momentos mais próximo de retóricas e práticas bolsonaristas, mas não deixa de estabelecer críticas. O seu distanciamento mais evidente é das esquerdas – o grande inimigo interno comum a Azevedo e Pondé. RA busca se distanciar de maneira equivalente a Bolsonaro e Lula, construindo uma leitura de um processo polarizado entre os dois símbolos de um retrocesso, percebido apenas por “verdadeiros liberais” como ele se define.

A tentativa da construção dessa imagem por Azevedo contribui para compreender o que seria essa “virada” em seu pensamento. Ainda que as colunas não constituam necessariamente um aspecto autobiográfico (afinal, há colunas em que Azevedo busca fazer exercícios de memória), ou escritos em uma intimidade, como correspondências e diários, os intelectuais constroem, também a partir de suas obras, a imagem pela qual serão vistos no presente e no futuro. Nesse sentido, a dinâmica da “Escrita de si”, como aponta Ângela de Castro Gomes (2004), possui uma interessante chave para observar as colunas de opinião em que Azevedo busca se colocar como o refúgio dos liberais brasileiros:

O ponto central a ser retido é que, através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado. Embora o ato de escrever sobre a própria vida e a vida de outros, bem como de escrever cartas, seja praticado desde há muito, seu significado ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno. A chave, portanto, para o entendimento dessas práticas culturais é a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais (Gomes, 2004, p. 11).

Esse aspecto é observado de maneira distinta em Pondé, principalmente a partir de sua postura frente ao que chama de “inteligência pública”. Em suas colunas, observou-se como Pondé buscava se posicionar como distante dessa “homogênea classe”, com suas referências que seriam pouco alcançáveis nas universidades públicas. Entende-se esse distanciamento como a forma que o autor busca constituir a sua figura de um “homem de letras”, que fala sobre a política a partir de uma corrente cética e se distingue da maioria dos intelectuais.

Ao longo do último capítulo, foi também explorada uma maior comparação entre Pondé e Azevedo em suas colunas. Durante a escrita, percebeu-se como operaram as distinções e as divergências no campo das direitas na medida em que um candidato radical crescia nas pesquisas. Observou-se que, de fato, setores do campo não se inclinaram para o bolsonarismo e mantiveram uma identificação com a direita. Entretanto, havia pontos que os autores discordavam – por exemplo, sobre a prisão de Lula – a respeito da qual haveria um aceno maior ao campo radical. Em Pondé, esses acenos parecem mais recorrentes, ainda que existam posicionamentos que apontam certa cautela frente ao que Bolsonaro estava representando naquele momento.

Dessa forma, a pesquisa buscou observar como os intelectuais se inseriram e fizeram parte de um processo importante na política brasileira da última década o qual pode ser visto de maneira acelerada, ainda mais a partir das colunas semanais dos autores, mas que possui uma série de eventos ao longo dos anos que auxiliam a compreender o que vem ocorrendo na democracia brasileira. Há de se destacar que os intelectuais ocupam (e ocupavam no recorte temporal da pesquisa) posições de destaque na grande imprensa e viabilizaram pautas que serviram a um núcleo ideológico de ultradireita, permitindo considerar também de que maneira setores da imprensa *mainstream* também não acabam por normalizar e ceder a agendas de partidos, políticos e movimentos de ultradireita, constituindo um desafio não só local, mas global.

FONTES

AZEVEDO, Reinaldo. 1964 já era! Viva 2064!. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2014a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/03/1432158-1964-ja-era-viva-2064.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Comissão Nacional da Farsa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 dez. 2014b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/12/1561308-comissao-nacional-da-farsa.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. A urna de domingo e os ladrões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 out. 2014c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/10/1526410-a-urna-de-domingo-e-os-ladros.shtml>. Acesso em: 07 ago. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Reacionários em pânico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 2014d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/10/1530194-reacionarios-em-panico.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Declaração de voto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 out. 2014e. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/10/1533844-declaracao-de-voto.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. No domingo, diga ‘sim’ e ‘não’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 out. 2014f. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/10/1537333-no-domingo-diga-sim-e-nao.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Dilma, a Priscila do Deserto Moral. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 out. 2014h. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/10/1541087-dilma-a-priscila-do-deserto-moral.shtml>. Acesso em: 11 ago. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. PT: organização criminosa?. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 dez. 2014i. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/12/1557934-pt-organizacao-criminosa.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Já dá para ouvir o 15 de março. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2015a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2015/02/1595547-ja-da-para-ouvir-o-15-de-marco.shtml>. Acesso em: 24 set. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. O domingo e a agonia do PT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2015/03/1602256-o-domingo-e-a-agonia-do-pt.shtml>. Acesso em: 22 set. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Trabalhadores sem partido, uni-vos!. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 abr. 2015c. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2015/04/1614715-trabalhadores-sem-partido-uni-vos.shtml>. Acesso em: 07 out. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Nós, os antiesquerdistas, vencemos! **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2015e. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2015/08/1671604-nos-os-antiesquerdistas-vencemos.shtml>. Acesso em: 08 out. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. O fim de uma religião. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 dez. 2015f. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2015/12/1714830-o-fim-de-uma-religiao.shtml>. Acesso em: 20 out. 2025

AZEVEDO, Reinaldo. Assim não, Moro! A gramática da lei. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2015h. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2015/06/1647959-assim-nao-moro-a-gramatica-da-lei.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2026

AZEVEDO, Reinaldo. No domingo, com saudade do futuro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2016b. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2016/03/1748692-no-domingo-com-saudade-do-futuro.shtml#article-aside>. Acesso em: 22 out. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. As tarefas do presidente Temer. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2016f. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2016/03/1751304-as-tarefas-do-presidente-temer.shtml>. Acesso em: 21 out. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. A luta continua. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 13 maio 2016h. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2016/05/1770812-a-luta-continua.shtml>. Acesso em: 24 out. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Não darei a demiurgos da Lava Jato os seus dez meses de Terror Salvacionista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2016i. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2016/11/1835361-nao-darei-a-demiurgos-da-Lava-Jato-os-seus-dez-meses-de-terror-salvacionista.shtml>. Acesso em: 28 out. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Agenda do governo Temer avança, apesar da histeria dos porras-loucas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 dez. 2016j. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2016/12/1841899-agenda-do-governo-temer-avanca-apesar-da-histeria-dos-porras-loucas.shtml>. Acesso em: 29 out. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. A degeneração da Lava Jato, com apoio da direita, ressuscita Lula. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 fev. 2017a. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2017/02/1859510-a-degeneracao-da-Lava-Jato-com-apoio-da-direita-ressuscita-lula.shtml>. Acesso em: 17 nov. 2025

AZEVEDO, Reinaldo. A esquerda agradece à direita xucra que escolhecia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 2017c. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2017/02/1861566-a-esquerda-agradece-a-direita-xucra-que-escoiceia.shtml>. Acesso em: 17 nov. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Como procuradores e juízes militantes, os tenentes não gostavam de políticos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 mai. 2017e. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2017/05/1887494-como-procuradores-e-juizes-militantes-os-tenentes-nao-gostavam-de-politicos.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. A direita se transforma no último refúgio dos canalhas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 out. 2017f. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2017/10/1926690-a-direita-se-transforma-no-ultimo-refugio-dos-canalhas.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. A nova política produziu até agora só atraso; já a velha tirou o país do atoleiro do petismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 dez. 2017g. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2017/12/1939672-a-nova-politica-produziu-ate-agora-so-atraso-ja-a-velha-tirou-o-pais-do-atoleiro-do-petismo.shtml>. Acesso em: 21 nov. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Pressa para condenar Lula e desespero para tentar livrar a cara da Lava Jato. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 dez. 2017h. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2017/12/1943497-prensa-para-condenar-lula-e-desespero-para-tentar-livrar-a-cara-da-Lava-Jato.shtml>. Acesso em: 21 nov. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. É evidente que Lula está sendo vítima de um processo de exceção e de procedimentos que agridem o direito de defesa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 abr. 2018a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2018/04/e-evidente-que-lula-esta-sendo-vitima-de-um-processo-de-excecao-e-de-procedimentos-que-agridem-o-direito-de-defesa.shtml>. Acesso em: 23 nov. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Há uma ruptura ditada pela toga: Geisel ressuscitou o habeas corpus; Barroso, o vermelho, quer matá-lo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2018b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2018/04/ha-uma-ruptura-ditada-pela-toga-geisel-ressuscitou-o-habeas-corpus-barroso-o-vermelho-quer-mata-lo.shtml>. Acesso em: 23 nov. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Não resisti ao demiurgo de macacão para me render a demiurgos de toga. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2018c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2018/04/nao-resisti-ao-demiurgo-de-macacao-para-me-render-a-demiurgos-de-toga.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Bolsonaro é o nome da Lava Jato. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jun. 2018d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2018/06/bolsonaro-e-o-nome-da-Lava-Jato.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Tanques e togas tentam cercar a democracia brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 set. 2018f. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2018/09/tanques-e-togas-tentam-cercar-a-democracia-brasileira.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Parte da elite brasileira deserta da ciência e adere à magia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 out. 2018g. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2018/10/parte-da-elite-brasileira-deserta-da-ciencia-e-adere-a-magia.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2025

AZEVEDO, Reinaldo. Nem sua tia nem seu crush são fascistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 out. 2018h. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/10/nem-sua-tia-nem-seu-crush-sao-fascistas-escreve-reinaldo-azevedo.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Polícia, Chicago e caserna. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 nov. 2018i. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2018/11/policia-chicago-e-caserna.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Governo Bolsonaro já deu errado, mas pode sobreviver a si mesmo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 dez. 2018j. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2018/12/governo-bolsonaro-ja-deu-errado-mas-pode-sobreviver-a-si-mesmo.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. The Clash. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 mar. 2014a. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2014/03/1426292-the-clash.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. "Mapa dibujado por un espía". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 jun. 2014b. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2014/06/1463452-mapa-dibujado-por-un-espia.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. Política, corrupção e pizza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 out. 2014c. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2014/10/1527816-politica-corrupcao-pizza.shtml>. Acesso em: 06 ago. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. Diálogo ou secessão?. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 nov. 2014d. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2014/11/1542216-dialogo-ou-secessao.shtml>. Acesso em: 06 ago. 2025

PONDÉ, Luiz Felipe. Por uma Direita Festiva. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2014e. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2014/04/1443306-por-uma-direita-festiva.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. O outono do PT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 mar. 2015a. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2015/03/1606658-o-outono-do-pt.shtml>. Acesso em: 19 set. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. O ódio fofo e o ódio não fofo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2015b. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2015/08/1669325-o-odio-fofo-e-o-odio-nao-fofo.shtml>. Acesso em: 07 out. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. A seita da jararaca. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2016a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2016/03/1749644-a-seita-da-jararaca.shtml>. Acesso em: 15 out. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. Ponham barbas e batons de molho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2016b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2016/03/1752171-ponham-barbas-e-batons-de-molho.shtml>. Acesso em: 22 out. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. A história do Brasil do PT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 abr. 2016c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2016/04/1761876-a-historia-do-brasil-do-pt.shtml>. Acesso em: 23 out. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. A direita não acredita em ideias e acha que intelectual é animador de festa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 set. 2016d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2016/09/1814522-a-direita-nao-acredita-em-ideias-e-acha-que-intelectual-e-animador-de-festa.shtml>. Acesso em: 07 out. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. Existem dois tipos de populistas; um deles poderá ser o próximo presidente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jul. 2017a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2017/07/1899749-existem-dois-tipos-de-populistas-um-deles-podera-ser-o-proximo-presidente.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. Tipologia da direita contemporânea. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 out. 2017b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2017/10/1923417-tipologia-da-direita-contemporanea.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. Esquerda está engasgada com seu próprio veneno. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 nov. 2017c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2017/11/1938450-esquerda-esta-engasgada-com-seu-proprio-veneno.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. E se o PT voltar ao poder em 2018?. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 dez. 2017d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2017/12/1944064-e-se-o-pt-voltar-ao-poder-em-2018.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PONDÉ, Luiz Felipe. O PT na lata de lixo da história. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 abr. 2018a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2018/04/o-pt-na-lata-de-lixo-da-historia.shtml>. Acesso em:

PONDÉ, Luiz Felipe. Da greve ao terrorismo social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jun. 2018b. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2018/06/da-greve-ao-terrorismo-social.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2026.

PONDÉ, Luiz Felipe. Um partido marxista-leninista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 set. 2018c. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2018/09/um-partido-marxista-leninista.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2026.

PONDÉ, Luiz Felipe. As filósofas do interior. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 2018d. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2018/10/as-filosofas-do-interior.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2026.

PONDÉ, Luiz Felipe. Religião, família e costumes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 nov. 2018e. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2018/11/religiao-familia-e-costumes.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2026.

PONDÉ, Luiz Felipe. Inteligentinho de direita. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2018f. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2018/11/inteligentinho-de-direita.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2026.

PONDÉ, Luiz Felipe. O ano em que a esquerda quebrou. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 dez. 2018g. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2018/12/o-ano-em-que-a-esquerda-quebrou.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2026.

FONTES COMPLEMENTARES:

ANDREAZZA, Carlos. A quem interessa o 26 de março? **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 fev. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/a-quem-interessa-26-de-marco-20955613>. Acesso em:

AZEVEDO, Reinaldo. Aécio já reconheceu vitória de Dilma; quem não reconheceu a legitimidade da oposição foi a represidenta. **Veja**, São Paulo, 31 out. 2014g. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/aecio-ja-reconheceu-vitoria-de-dilma-quem-nao-reconheceu-a-legitimidade-da-oposicao-foi-a-represidenta/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. O PSDB apoiar o protesto do dia 16 de agosto é um imperativo moral. **Veja**, São Paulo, 7 ago. 2015d. Brasil, Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/o-psdb-apoiar-o-protesto-do-dia-16-de-agosto-e-um-imperativo-moral/>. Acesso em: 08 out. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Sérgio Moro, as condições da cadeia e a resposta atravessada. **Veja**, São Paulo, 24 fev. 2015g. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/sergio-moro-as-condicoes-da-cadeia-e-a-resposta-atravesada/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

AZEVEDO, Reinaldo. Operação Aletheia: mate a cobra e mostre a cobra, não o pau!. **Veja**, São Paulo, 4 mar. 2016a. Brasil, Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/operacao-aletheia-mate-a-cobra-e-mostre-a-cobra-nao-o-pau/>. Acesso em: 22 out. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. A convocação para o grande protesto de 13 de março já está nas ruas. Ou você vai, ou ela fica!. **Veja**, São Paulo, 22 fev. 2016c. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/a-convocacao-para-o-grande-protesto-de-13-de-marco-ja-esta-nas-ruas-ou-voce-vai-ou-ela-fica/>. Acesso em: 23 out. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Lula é candidato a ditador do Brasil. **Grupo Jovem Pan**, São Paulo 15 mar. 2016d. Disponível em: <https://jovempan.com.br/opiniao-jovem-pan/lula-e-candidato-ditador-do-brasil.html>. Acesso em: 24 out. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Meu último post na Veja. **Veja**, São Paulo, 23 maio 2017d. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/meu-ultimo-post-na-veja/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

AZEVEDO, Reinaldo. Bolsonaro defende fuzilar “petralhada”, e o PT entra com notícia-crime no STF — sim, eu criei a palavra, mas costumo fuzilar só a estupidez. Blog do Reinaldo Azevedo, **UOL**, São Paulo, 3 set. 2018e. Disponível em: <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2018/09/03/bolsonaro-defende-fuzilar-petralhada-e-o-pt-entra-com-noticia-crime-no-stf-sim-eu-criei-a-a-palavra-mas-costumo-fuzilar-so-a-estupidez/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

CONSTANTINO, Rodrigo. Joice Hasselmann x Reinaldo Azevedo: não é briga na direita, pois Azevedo é tucano!. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 fev. 2017a. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/joice-hasselmann-x-reinaldo-azevedo-nao-e-briga-na-direita-fois-azevedo-e-tucano/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

CONSTANTINO, Rodrigo. Reinaldo Azevedo: colocando os pingos nos is. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 fev. 2017b. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/reinaldo-azevedo-colocando-os-pingos-nos-is/>. Acesso em: 13 jan. 2026

CONSTANTINO, Rodrigo; BERLANZA, Lucas. Você está bem, Reinaldo Azevedo? **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 fev. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/voce-esta-bem-reinaldo-azevedo/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

Joice Hasselmann. Os movimentos e o dia 26. Onde está Reinaldo Azevedo?. YouTube, 2017. 08min35s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QWfD9vRfbSsOs> Pingos nos Is. Reinaldo Azevedo diz o que pensa sobre Joice Hasselmann 2017. 24min46s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p4BhQFCQYbU>

PÂNICO JOVEM PAN. Reinaldo Azevedo - Pânico - 17/03/16. YouTube, 17 de mar. de 2016e. 56min17s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m-MQwppnHJo&t=1589s>. Acesso em 24 out. 2025.

Silva, Lucas. Reinaldo Azevedo sobre Bolsonaro, Olavo e seguidores- 19/04/2016. YouTube, 19 de abr. de 2016g. 05min49s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xHnDtcyf7o4&list=PLQUbg7xupv5Ntf1YoIeW3TjZ3F7mGaIW&index=8>. Acesso em 24 out. 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fábio Chang de. O Historiador e as Fontes digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. **Revista Aedos**, v. 3, n 8, 2011.
- ARENDT, Hannah. Verdade e Política. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2022.
- AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Máximas de um país mínimo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- AZEVEDO, Reinaldo. **O país dos petralhas**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Objecções de um rotweiler amoroso**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- AZEVEDO, Reinaldo. Reacionários da 'devastidão' se assanham contra o STF; e a última coluna. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de set. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2023/09/reacionarios-da-devastidao-se-assanham-contra-o-stf-e-a-ultima-coluna.shtml>. Acesso em: 02 de jun. 2025.
- AZEVEDO, Reinaldo. Voltei. **Veja**, blog de Reinaldo Azevedo, 24 jun. 2006. Atualizado em 31 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/voltei-17/>. Acesso em: 24 jun. 2025.
- BALE, Jeffrey M. **The Darkest Sides of Politics, I: Postwar Fascism, Covert Operation and Terrorism**. New York: Routledge, 2018.
- BALLESTRIN, Luciana. Desigualdades pós-coloniais no processo de desdemocratização global: a ausência do Sul no debate sobre a crise das democracias liberais. **Dissertatio**, v. supl. 12, p. 95-121, 2023.
- BARKUN, Michael. **A culture of conspiracy: apocalyptic visions in contemporary America**, Berkeley: University of California Press, 2003.
- BARROS, Celso Rocha de. **PT, uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022
- BARROS, José D´Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.
- BARROS, José D´Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, v. 52, 2021.
- BASTOS, Rafinha. Ditadura, PT e Bolsonaro com Reinaldo Azevedo: Mais Que 8 Minutos. **Youtube**, 23 abr. 2020. 33min 08s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YPyz17j_tBk&t=3s&ab_channel=RafinhaBastos. Acesso em: 23 jun. 2025
- BAUER, Caroline. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da Ditadura Civil-Militar em três proposições legislativas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 82, p. e20240207, 2024.

BERLLINGER, Joshua. What is a kibbutz? A brief history of the communes targeted in the Hamas terror attack. **CNN**, 11 de out. 2023. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2023/10/11/middleeast/kibbutz-explainer-israel-gaza-intl/index.html>>. Acesso em: 23 de jun. 2025

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 3ª edição São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOLSONARO, Jair. Pregação comunista nas escolas. **Youtube**, 30 de maio de 2014. 4min16s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dp-GhJ2XiUE&lc=Ugi7rwJaxZuBXXgCoAEC&ab_channel=JairBolsonaro>. Acesso em: 03 de ago. 2025

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

BRÄKLING, Kátia. Trabalhando com o artigo de opinião: revisitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane. (Org.). **A prática da linguagem na sala de aula**: praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 221-248.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, L. F. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Revista Estudos Históricos**, v. 33, n. 69, p. 196–219, 1 jan. 2020.

BRASIL, Lei n. 12.528 de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Presidência da República [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm. Acesso em: 04 ago. 2025.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Capitulo%2018.pdf>. Acesso em: 05 ago. de 2025.

BRENDA, Julien. **A traição dos intelectuais**. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2007.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politéia, 2019.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BURNI, Aline. O desafio da direita radical populista na Europa. In SALIBA, Aziz Tuffi *et. al.*. **Coleção desafios globais**. (Vol. 5 - Europa). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2021.

BUTTER, Michael; KNIGHT Peter. Conspiracy Theory In Historical, Cultural And Literary Studies. In: BUTTER, Michael Knight, P. **Routledge Handbook Of Conspiracy Theories**. Nova York: Routledge, 2020.

CALDEIRA NETO, Odilon. “**Nosso nome é Enéas!**”: Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CALDEIRA NETO, Odilon; GONÇALVES, Leandro Pereira. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020

CALDEIRA NETO, Odilon. **Neofascism and the Far Right in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2025. DOI 10.1017/9781009535472

CALDEIRA NETO, Odilon. O. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer**: Debate entre o Público e o Privado, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

CARIELLO, Rafael. Chega de modernidade: Luiz Felipe Pondé defende em novo livro a "dúvida conservadora" e contesta a idéia de que os problemas humanos são políticos e sociais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de jan. 2007, Ilustríssima. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2701200707.htm>>. Acesso em: 23 de jun. 2025

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40–74, 2018. DOI: 10.5433/2176-6665.2018v23n2p40. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34801>.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: Verdade e Política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CHALOUB, Jorge. A crise como rotina: representações da Nova República e democracia no Brasil. In: MIGUEL,, Luiz Felipe; BALLESTRIN, Luciana. **Democracias em transe, teorias em crise**. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

CHALOUB, Jorge. Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo: o pensamento de Olavo de Carvalho. **Dois Pontos**, [S. l.], v. 19, n. 2, 2023. DOI: 10.5380/dp.v19i2.87162. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/87162>. Acesso em: 20 jan. 2025

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando. Apresentação: Direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 20 dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.13988> . Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/13988> . Acesso em: 13 jan. 2026.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. 27ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2015.

CHIARAMONTE, Aline Rodrigues. **Lutas simbólicas e doxa: jornalistas e acadêmicos no caso da 'lista dos improdutivos' da USP**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.8.2016.tde-16032016-153615. Acesso em: 2025-06-24

COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFELD, Denis. **Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

COUTO, Marlen. Presidente do PDT defende nas redes voto impresso e recebe elogios de Carla Zambelli. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 mai. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/presidente-do-pdt-defende-nas-redes-voto-impresso-e-recebe-elogios-de-carla-zambelli.html>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CRUZ, Valdo; FOREQUE, Flávio. Câmara aumenta verba para ensino; Dilma teme despesa: Investimento terá que alcançar 10% do PIB; base aliada tentará barrar novos gastos para o governo federal. **Folha de São Paulo**, Brasília, 30 maio 2014. Cotidiano, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/168441-camara-aumenta-verba-para-ensino-dilma-teme-despesa.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2025.

DALTOÉ, Julius Hericky Hafemann. **Reinaldo Azevedo em Veja online: um intelectual a serviço da construção do antipetismo**. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3240>. Acesso em: 26 jun. 2023.

DI CESARE, Donatella. **Conspiracy and Power**. Cambridge: Polity Press, 2024.

DOS SANTOS, Matheus. Coluna em jornal me ensinou a escrever, diz Pondé a leitores da Folha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de fev. 2025. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2025/02/coluna-em-jornal-me-ensinou-a-escrever-diz-ponde-a-leitores-da-folha>>. Acesso em: 23 de jun. 2025.

DOSSE, François. **La Marche de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual**. Valencia: Universitat de Valencia, 2007.

FERNANDES, Dmitri; MESSENERG, Débora. Apresentação: Um espectro ronda o Brasil (à direita). **Plural**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 1-12, 2018. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2018.149006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149006>. Acesso em: 14 jul. 2023

FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla; DE LUCA, Tania (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004..

FINCHELSTEIN, Federico. **Do Fascismo ao Populismo na História**. São Paulo: Almedina, 2019.

FOLHA estreia novos colunistas em 'Poder'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 de out. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/135432-folha-estreia-novos-colunistas-em-poder.shtml>. Acesso em: 02 de jun. 2025

FORTI, Steven. **Extrema derecha 2.0**. Madrid: Siglo XXI, 2021.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

GALETTI, Camila. **Feminina sim, feminista não**: uma análise das deputadas federais antifeministas de extrema direita na 56ª Legislatura. 2024. Tese (doutorado) — Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

GOMES, Ângela de Castro. “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 2, p.35-70

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de Si, Escrita da História. A título de Prólogo. In: **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro, 2004

GOMES, Ângela de Castro. O populismo no Brasil: Desafios de um debate historiográfico. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e42806, 2022. DOI: 10.15448/1980-864X.2022.1.42806. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/42806>. Acesso em: 23 set. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRIFFIN, Roger. **The Nature of Fascism**. London and New York: Routledge, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

HERMIDA, Xosé. O discurso de ódio que está envenenando o Brasil: A caça às bruxas de grupos radicais contra artistas, professores, feministas e jornalistas se estende pelo país. Mas as pesquisas dizem que os brasileiros não são mais conservadores. **El País**, São Paulo, 19 nov. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/18/actualidad/1511039404_742600.html. Acesso em: 13 jan. 2026.

JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**: Manifesto pelas ciências sociais. Brasília: Editora UNB, 2020.

KAYSEL, André.; BIANCHI, Álvaro. Bolsonarismo como coalizão discursiva de extrema-direita. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 38, p. e025066, 2025. DOI: 10.9771/ccrh.v38i0.66145. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/66145>. Acesso em: 13 jan. 2026.

KNIGHT, Peter. **Conspiracy culture**: from the Kennedy Assassination to ‘The X-Files’. London: Routledge, 2000.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2019

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantall. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LEVITSKY, Steven.; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIBELU. **Abaixo a Ditadura**. Direção: Diógenes Muniz. São Paulo: Boulevard Filmes, 2020 (90 minutos).

LIMONGI, Fernando. **Operação impeachment**: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023.

MACHADO RODRIGUES, Theófilo; BELLATO, Caíque. A Crise da Democracia Liberal no Início do Século XXI: Duas Abordagens da Teoria Política. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 253–279, 2022. DOI: 10.31990/agenda.2021.1.9. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/592>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MAGALHÃES, David; CALDEIRA NETO, Odilon. 2024. As vias de transnacionalização da ultradireita brasileira. **CEBRI-Revista**, ano 3, n. 11, p. 101-117, jul.set., 2024..

MAGLIA, Cristiana. **Novos partidos de direita no Brasil (1990-2018)**: ideologia, estrutura institucional e mercado eleitoral. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Cardeais da cultura nacional**: o Conselho Federal de Cultura e o papel civil-militar (1967-1975). 2010. Tese (doutorado) – História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro.

MALIN, Mauro. Francisco Campos. In: ABREU, Alzira Alves. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República** [Recurso eletrônico] 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. A hipótese de culpa para o impeachment. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 fev. 2015. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/02/1584267-ives-gandra-da-silva-martins-a-hipotese-de-culpa-para-o-impeachment.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do XXI. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo; CHABALGOITY, Diego. (Orgs.). **(Neo)fascismo e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020

MENDES, Murilo. **Poliedro**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1972

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 621–648, set. 2017.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 59, p. 5–49, 2005. Disponível em:

<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/280>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MIGUEL, Luiz Felipe; BALLESTRIN, , Luciana. **Democracias em transe, teorias em crise**. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

MOLICA, Fernando. Para Brizola, eleição 'é grande farsa'. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 06 out. 1994. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/04/caderno_especial/53.html. Acesso em 19 jan. 2026.

MOREIRA, Marcelo Sevyabricker. Democracias em crise: um balanço bibliográfico de um debate da teoria política contemporânea. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 99, 2023. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/603>. Acesso em: 23 set. 2024.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo: 1921-1981**. São Paulo: Impres, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo e antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (orgs.). 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2019

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (197-1964) – 2ª ed.** Niterói: EDUFF, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MOUFFE, Chantall. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUDDE, Cas. **O regresso da ultradireita**. Lisboa: Presença, 2020.

NASCIMENTO, Luciano. Barroso diz que Supremo deveria voltar a discutir validade da Lei da Anistia. **Agência Brasil**, Brasília, 10 dez. 2014. Direitos Humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/barroso-diz-que-supremo-deveria-voltar-discutir-validade-da-lei-da>. Acesso em: 4 ago. 2025..

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**. São Paulo: Todavia, 2022.

OLIVEIRA, Claudio Ladeira de; MEDEIROS, Isaac Kofi. Artigo 142: os problemas da tese de Ives Gandra: Chama atenção a defesa de que norma autorizaria o uso das Forças Armadas, na condição de Poder Moderador. **Jota**, [S. l.]. 3 jun. 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/artigo-142-os-problemas-da-tese-de-ives-gandra>. Acesso em: 2 dez. 2025.

OLIVEIRA, Marcus Vinicius. Um jardim das aflições: história e política em Olavo de Carvalho. **Revista Wirapuru**, 8, ano 4, 2023.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). Parecer Jurídico, 2 de junho de 2020. **Inconstitucionalidade das propostas de intervenção militar constitucional**. Forças Armadas não exercem papel de Poder Moderador, Brasília, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://s.oab.org.br/arquivos/2020/06/682f58de-5b3e-46cc-bda6-7397b1a93009.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2025.

PAXTON, Robert. **A anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PERLATTO, Fernando. Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei da Anistia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 78–100, 2019. DOI: 10.5965/2175180311272019078. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311272019078>. Acesso em: 04 ago. 2025.

PERLATTO, Fernando; CHALOUB, Jorge. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Revista Insight Inteligência**, v. 72, 2015. (<https://inteligencia.insightnet.com.br/a-novadireita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/>)

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos (CEBRAP)**, n. 19, dez. 1987.

PINHEIRO, Daniel. Autoritarismo e homofobia: a repressão aos homossexuais nos regimes ditatoriais cubano e brasileiro (1960-1980). **Cadernos Pagu**, n. 52, p. e185213, 2018.

PONDÉ, Luiz Felipe. **A era do ressentimento**. São Paulo: Globo livros, 2019.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Contra um mundo melhor**: Ensaios do Afeto. São Paulo: Leya, 2010.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia politicamente incorreto da Filosofia**. São Paulo: Leya, 2012

PRIOR, Hélder; TERUEL, Caio. Contribuições da teoria da aceleração social do tempo para os estudos em jornalismo. **Novos Olhares**, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 1, p. 42–51, 2021. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2021.174442. Disponível em: <https://revistas.usp.br/novosolhares/article/view/174442>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PRZEWORSKI, Adam. Quem decide o que é democrático? **Journal of Democracy**, v. 13, n. 2, São Paulo, out. 2024.

QUINALHA, Renan. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 15, n. 105, p. 181 a 204, 2013. DOI: <https://doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2013v15e105-7>. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/71>

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

RÉMOND, Rene. Uma História Presente. IN: RÉMOND, Rene. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, Mais Mises**: O liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

ROCHA, Camila. '**Menos Marx, mais Mises**': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-19092019-174426.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002–2016). **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 39, 2018.

ROSA, Hartmut. **Aceleração**: A transformação das estruturas temporais na Modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ROSA, Hartmut. **Alienação e aceleração**. Petrópolis: Editora Vozes, 2022

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SAID, Edward. O choque de ignorâncias: Ensaísta palestino acredita ser errado caracterizar crise como "choque de civilizações". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 out. 2001. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1710200128.htm>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANAHUJA, José António; BURIAN, Camilo Lopez. Las 'nuevas derechas' y la ultraderecha neopatriota: conceptos, teoría y debates en el cruce de ideología y globalización. In: SANAHUJA, José António A; STEFANONI, Pablo. **Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas**. Fundación Carolina, 2023. p. 13-37.

SILVA, Leonardo Nóbrega da. O mercado editorial e a Nova Direita brasileira. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 73-84, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12430>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12430>.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 - 2002)**. 2005. 658 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. **Antíteses**, v. 9, n. 17, p. 270, 6 set. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1933/193346401015.pdf>>

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. IN: RÉMOND, Rene. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

SOUSA, Tulio Fernando da Silva de. **A Folha de São Paulo e a questão da imigração no governo de Donald Trump (2017-2020)**. 2023. 101 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/1630>. Acesso em: 24 de jun. 2025

TRAVERSO, Enzo. **As Novas Faces do Fascismo: Populismo e Extrema Direita**. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2021.

TRAVERSO, Enzo. **El pasado, instrucciones de uso**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

TRAVERSO, Enzo. **La historia como campo de batalla: interpretar las violencias del siglo XX**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

TRAVERSO, Enzo. **Onde foram parar os Intelectuais?**. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2020

URBINATI, Nadia. **Yo, el pueblo: Cómo el populismo transforma la democracia**. Ciudad de México: Grano del Sal, 2020

VIEIRA, Allana Meirelles. **Opiniões à venda: oposições políticas e divisão do trabalho intelectual na mídia**. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.8.2021.tde-03122021-221308. Acesso em: 2025-06-23.

VIEIRA, Allana Meirelles; FERNANDES, Dmitri Cerboncini. A direita mora do mesmo lado da cidade: Especialistas, polemistas e jornalistas. **Novos Estudos**, São Paulo, Vol. 38, n. 1. P. (157-182), jan-abr, 2019

VIEIRA, Allana. A corte sem nobreza: polemistas e anti-intelectualismo na mídia. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 36, n. 3, p. 239–262, 2024. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.225072. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/225072..> Acesso em: 23 jun. 2025.

VILLA, Marco Antônio. Reinaldo Azevedo: "Eu me dou o direito de mudar de ideia.". **Youtube**, 19 abr. 2023. 1h10min45s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KRrN96h_tlE&t=334s&ab_channel=MarcoAntonioVilla. Acesso em: 23 jun. 2025

WASSERMAN, Cláudia. História intelectual: origem e abordagens. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 63–79, 2000. DOI: 10.36449/rth.v19i1.12762. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/12762>

WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos? **Lua Nova**, v. 1, n. 2, p. 37-40, jul/set. 1984.

YAHYA, Hanna. “Estadão” e “Folha” puxam alta na circulação de jornais impressos. **Poder360**, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-midia/estadao-e-folha-puxam-alta-na-circulacao-de-jornais-impressos/>. Acesso em: 24 jun. 2025.